

A SEMÂNTICA DO INTANGÍVEL

UM ESTUDO SOBRE O
REGISTRO DO OFÍCIO
DAS PANELEIRAS DE
GOIABEIRAS

LUCIENI DE MENEZES SIMÃO



A SEMÂNTICA
DO INTANGÍVEL
UM ESTUDO SOBRE O
REGISTRO DO OFÍCIO
DAS PANELEIRAS DE
GOIABEIRAS

LUCIENI DE MENEZES SIMÃO

© Lucieni de Menezes Simão

Gramma Livraria e Editora

Conselho Editorial: Bethania Assy, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Geraldo Tadeu Monteiro, Gláucio Marafon, Ivair Reinaldim, João César de Castro Rocha, Lúcia Helena Salgado e Silva, Maria Cláudia Maia, Maria Isabel Mendes de Almeida, Mirian Goldenberg e Silene de Moraes Freire.

Produção Editorial

Coordenação Editorial: Gisele Moreira

Revisão: Michele Paiva

Capa e diagramação: Luiza Aché

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S596s

Simão, Lucieni de Menezes

A semântica do intangível [recurso eletrônico] : um estudo sobre o registro do ofício das paineleiras de Goiabeiras / Lucieni de Menezes Simão. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Gramma, 2016.

recurso digital

Formato: ebook

Modo de acesso: world wide web

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-5968-043-0 (recurso eletrônico)

1. Antropologia. 2. Cultura 2. Patrimônio cultural - Brasil. 3. Trabalhos em cerâmica - Vitória (ES). 4. Painelas de barro - Vitória (ES). 5. Livros eletrônicos. I. Título.

16-34653

CDD: 306

CDU: 316

13/07/2016 18/07/2016

Gramma Livraria e Editora

Rua da Quitanda, nº 67, sala 301

CEP.: 20.011-030 – Rio de Janeiro (RJ)

Tel./Fax: (21) 2224-1469

E-mail: contato@gramma.com.br

Site: www.gramma.com.br

Todos os direitos reservados.

*A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais.*

(Lei 9.610/98)

À Eny (*in memoriam*), Jorge e Leon.
Elos do meu patrimônio genético e afetivo.

A verdadeira atitude crítica,
base da felicidade para o espectador
(descobrir a beleza), é pedir à obra
de arte o que ela tem para lhe
dar e ver si ela o dá com eficácia.
Apenas isso. Exigir de um vatapá,
que tenha gosto de feijoada é o maior
desacerto crítico, a maior ladroeira
estética que se pode imaginar.

Mário de Andrade

Sumário

Apresentação	XI
Prefácio	XIII
Introdução	XIX
Goiabeiras através de seus quintais familiares	
Primeira parte	1
Antropologia e Patrimônio	
1. Patrimônio Cultural e Nação	1
Temas instituidores da brasilidade: cultura popular, folclore e patrimônio.	11
A lógica dos formuladores da agência de patrimônio: o anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto-lei nº 25/1937 de Rodrigo M. F. de Andrade	25
2. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil.	35
Quando o arquivo é o campo	35
A preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil	44
3. A dimensão transnacional dos Patrimônios Culturais	61
Situando o debate: as agências multilaterais e a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial	61
	IX

A participação do Iphan na reunião de experts sobre Inventário do Patrimônio Cultural Intangível (Unesco, março de 2005)	77
4. A Trajetória da Política de Patrimônio Imaterial no Brasil	85
A nova fase de institucionalização do patrimônio: a gestão Aloísio Magalhães.	85
A semântica do intangível na arena política do patrimônio cultura	101
O Registro e o Inventário Nacional de Referências Culturais: as várias fases da pesquisa	109
O dossiê de estudo das panelleiras de Goiabeiras: inventário e registro	114
Os bens culturais associados: a moqueca, a torta capixaba e o congo “Panela de Barro”.	136
Segunda parte	143
Trabalho de campo	
1. Os modos de apropriação do Registro do Ofício das Panelleiras de Goiabeiras do Espírito Santo.	143
A localidade de Goiabeiras Velha: famílias tradicionais de panelleiras ligadas ao ba(i)rro.	162
2. Os quintais tradicionais de Goiabeiras Velha	180
Associação das Panelleiras de Goiabeiras: tradição, produção e mercado.	202
“Aqui nós todos somos individuais”	210
Panela da família, patrimônio da nação.	219
Considerações Finais	245
Referências Bibliográficas	257
Apêndice - Genealogias dos Grupos familiares	283

Apresentação

“Inflação patrimonial” - afirma Nathalie Heinich¹. Nas prescrições e avaliações ao longo do século XX e XXI, a noção de patrimônio cultural ganha extensões múltiplas nas negociações de interesses diversos, nas querelas intelectuais, artísticas e políticas. Extensões de ordem cronológica, topográfica, categorial e conceitual revelam o que a autora chama - dialogando com Alois Riegl² - de “culto moderno do patrimônio”. O que importa guardar para transmitir?

Lucieni Simão desenvolve, por um viés histórico e antropológico, uma discussão estimulante neste livro permitindo uma reflexão crítica sobre processos de patrimonialização e de produção de singularidades culturais, especialmente as que concernem o patrimônio imaterial no Brasil contemporâneo. Dialogando com pesquisas afins contextualiza e especifica critérios e valores seletivos do discurso patrimonial indicando como os debates antropológicos foram estruturantes na definição de sentidos e propostas metodológicas para o inventário e a proteção de bens culturais no país, desde as décadas de 30 e 40.

Esmiúça através de dados documentais e recomendações legais, notadamente os depositados nos Arquivos Noronha Santos (IPHAN) e Castro Faria (MAST), a mobilização e circulação de intelectuais no campo do patrimônio - sua “autonomização relativa” - particularmente a de antropólogos, seja na formulação conceitual e nos dispositivos de pesquisa em projetos seja nas declarações, nos pareceres técnicos e nas avaliações e parcerias institucionais. Pode-se assim compreender lógicas de apropriação e segmentação das discussões científicas nas fricções intrínsecas aos

¹ HEINICH, Nathalie. *La fabrique du patrimoine: de la cathédrale à la petite cuillère*. Les Editions de la MSH, 2014, pp. 15-39.

² RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments: son essence et sa genèse*. Paris: Seuil, (1903, Viena-Leipzig) 2015.

processos de trabalho memorial, de convencionalização cultural e de patrimonialização.

Ao acompanhar de perto as estratégias de salvaguarda do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, primeiro registro de patrimônio imaterial brasileiro (2002), a autora ilumina a partir do trabalho de campo e da produção etnográfica toda uma rede de interesses e de disputas conceituais, categoriais e políticas que atravessam os programas públicos de cultura, os movimentos sociais implicados em processos de territorialização e de reconhecimento social. Quem é que tem autoridade e legitimidade para selecionar o que deve ser preservado? A partir de que ponto de vista? Em nome de que interesses e de que grupos?

A antropóloga dá especial atenção à metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/IPHAN), instrumento de política de preservação do patrimônio cultural imaterial, com foco nas dinâmicas sociais locais. Apoiada em revisão bibliográfica e em dados de campo, instiga discussões sobre estratégias conflituais de conhecimento e recomposição identitária, sobre as intenções coletivas e individuais de “fazer-saber o passado”³, sobre as possibilidades de transmissão, prescrita ou reivindicada, o **poder transmitir**, sobre as exigências concorrenciais do mercado, a labelização e a certificação patrimonial.

O livro, cuja pesquisa recebeu o 1o Premio do Concurso Silvio Romero (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular) de 2009, é uma contribuição relevante para a pesquisa antropológica e para o aperfeiçoamento das políticas públicas de Cultura no país.

Lygia Segala

Universidade Federal Fluminense

³ CIARCIA, Gaetano. Inventaire du patrimoine immateriel en France. Du recensement à la critique. LAHIC/Mission Ethnologie (Ministère de la Culture). Mission Ethnologie (Ministère de la Culture), 2008, p. 04. *Les Carnets du Labic* n. 3, Christian Hottin. <alshs-00505585>.

Prefácio

Em 2013, a Unesco comemorou os dez anos da Convenção do Patrimônio Imaterial. Tivemos uma eclosão de políticas públicas e de iniciativas voltadas para a implementação de um amplo e bem-sucedido programa nos anos que se seguiram nos mais diversos pontos do planeta. O Brasil foi particularmente pioneiro na implementação de ações para o inventário e o registro de dezenas de manifestações culturais consideradas patrimônio imaterial. As políticas públicas nessa direção datam mesmo de período anterior à Convenção da Unesco e têm servido de modelo para muitos programas em todo o mundo. Tal fato foi reconhecido pela Unesco que atribuiu um prêmio ao Programa de Patrimônio Imaterial Brasileiro notadamente à sua metodologia de trabalho que vem envolvendo comunidades diversificadas de detentores de saberes e dezenas de profissionais, especialmente jovens antropólogos.

Ainda que a implementação e consolidação deste novo campo do Patrimônio Imaterial seja passível de alguns questionamentos por estudiosos da Memória e do Patrimônio, a começar pela própria categoria “imaterial” ou “intangível” que foi objeto de reflexão de inúmeros artigos e ensaios, uma vez que tendeu a cindir o campo patrimonial em duas esferas – o material e o imaterial –, temos de reconhecer que esse novo campo abriu perspectivas novas e criativas para uma área que encontrava-se um tanto quanto fossilizada em todo o mundo.

É bom lembrar que, na Convenção da Unesco, a reivindicação pela categoria do “imaterial” ou “intangível” no campo de patrimônio veio de alguns países orientais, como o Japão e a Coreia, e dos chamados “países do Bloco Sul”, onde práticas patrimoniais dinâmicas e fluidas centradas nas músicas, nas performances e em saberes tradicionais específicos pouco se enquadravam nas Recomendações da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mun-

dial, Cultural e Natural de 1972. Observamos, pois, uma virada política importante com a implementação das Recomendações da Convenção do Patrimônio Imaterial de 2003. A categoria “patrimônio” a partir de então adquire uma feição mais oriental, mais comunitária, menos monumental e mais acolhedora das diferenças culturais dos povos do chamado “Novo Mundo”.

Passados mais de dez anos da Convenção do Patrimônio Imaterial que trouxe um novo paradigma para o campo do Patrimônio, temos participado de um momento fértil de debates e reflexões na área, fazendo uma espécie de balanço dos resultados de políticas públicas inovadoras que, sobretudo, envolveram comunidades e populações tradicionais num campo onde primavam apenas os especialistas.

É nesse contexto que saudamos a publicação do livro *A Semântica do Intangível. Um estudo sobre o registro do ofício das paneleiras de Goiabeiras*, de Lucieni de Menezes Simão, resultado da adaptação de sua tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Antropologia.

Trata-se de uma tese pioneira no estudo da dinâmica do campo do patrimônio imaterial no Brasil, focalizando a primeira manifestação cultural a ser inventariada e registrada no livro dos Saberes do Programa de Patrimônio Imaterial do Iphan. Acompanhando o dia a dia das paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, numa etnografia de qualidade, Lucieni de Menezes Simão foi contemplada com o Prêmio Sílvio Romero de teses do Centro de Folclore e Cultura Popular do Ministério da Cultura.

O foco da pesquisa consiste no acompanhamento e na observação sobre os modos de apropriação do *Registro* do ofício das *paneleiras* como Patrimônio Cultural do Brasil, considerando os sujeitos sociais envolvidos nesse processo, quais sejam, as famílias

produtoras de cerâmica utilitária no bairro de Goiabeiras Velha, na cidade de Vitória. Lucieni interessou-se em compreender como foram construídas e interpretadas as referências às origens desse artefato cerâmico e ao saber “enraizado” na comunidade de *paneleiras*. Esses agentes foram estudados em suas interações com as instâncias mediadoras do poder público e em seus embates com relação ao mercado. Como a autora enuncia, o processo de *patrimonialização* da cultura constitui um desafio para técnicos e gestores do patrimônio, pois o ato administrativo do Registro produz visibilidade sobre os *bens culturais* – saberes, celebrações, ofícios, expressões e lugares – e gera compromisso político do Estado brasileiro no que tange ao fomento, divulgação e salvaguarda dessas práticas e representações sociais.

Manejando com maestria o instrumental teórico e metodológico da Antropologia, em especial, a Etnografia, a autora nos proporciona uma viagem ao mundo das paneleiras com seus valores, seus saberes, seus modos de fazer. Além disso, a antropóloga apresenta ao leitor um mapeamento da trajetória do conceito de “patrimônio imaterial”, passando pelas diferentes políticas nacionais, recomendações e convenções internacionais que ampliaram o conceito de patrimônio, inicialmente de “histórico” para “cultural” e, posteriormente para “cultural imaterial”.

Há que se destacar a relevância deste trabalho para o momento atual, quando analistas do campo patrimonial se debruçam sobre as consequências das políticas públicas em curso, notadamente sobre o impacto dessas políticas para os chamados detentores dos saberes e das manifestações culturais patrimonializadas. Apontada por muitos como a grande novidade trazida pelas políticas públicas do patrimônio imaterial, o reconhecimento do protagonismo das comunidades e dos grupos sociais tradicionais nas ações patrimoniais vêm sendo objeto de muito debate e reflexão. Até que ponto, de fato, essas comunidades vêm sendo incluídas e afirmam-

se enquanto protagonistas das tradições culturais inventariadas e registradas pela ação de organismos estatais? Como vem ocorrendo essa relação entre agentes sociais e agentes governamentais em processos de patrimonialização? Quais os avanços sociais dessas políticas e em que contribuem para a construção de memórias coletivas de diferentes grupos sociais? Quais os papéis dos antropólogos nesses processos?

A realização de uma Etnografia densa, com uma vivência significativa em campo, permitiu à autora perceber em detalhes questões relativas ao aprendizado do ofício de paneleira, à sua transmissão e recepção, à técnica de confecção, à dinâmica do trabalho. Um ponto fundamental foi a observação dos “quintais tradicionais de Goiabeiras” como locais de produção tradicional. Atenta ao fato de que a produção da panela de barro é uma prática social em plena vigência no bairro de Goiabeiras Velha, a autora é bem-sucedida ao investigar os modos de apropriação do *Registro* desse ofício, considerando os sujeitos sociais envolvidos. Uma das conclusões do trabalho é que no entender das panelleiras, com o processo de patrimonialização, houve uma valorização e um reconhecimento do Estado sobre a maneira como esse saber-fazer foi cultivado e transmitido no território de Goiabeiras. Os efeitos positivos da noção de patrimônio repercutem no processo de construção da identidade social da *panelleira*, tornando possível às panelleiras a reivindicação do acesso ao barreiro e às políticas públicas de saúde e previdência social, ambas debatidas nas oficinas de *salvaguarda* que ocorreram durante o ano de 2006.

Acresce às qualidades do trabalho apontadas, que o presente texto configura também um documento histórico do primeiro *Registro* do Patrimônio Imaterial e da primeira experiência no uso da metodologia do Inventário do Programa de Patrimônio Imaterial conduzida pelo Iphan-ES. A questão premente que se colocava na época era a ameaça à extração da matéria-prima e do risco de de-

saparecimento dessa prática dentro da comunidade. Uma vez que o Programa de Patrimônio Imaterial prevê a avaliação periódica do bem registrado a cada dez anos (decreto nº 3.551/2000; Art. 7º), o lançamento do presente trabalho cerca de dez anos após a pesquisa inicial, com certeza, abrirá novos horizontes para as paineleiras de Goiabeiras, para os gestores e pesquisadores do campo do Patrimônio e para o aperfeiçoamento de uma política pública que veio pra ficar.

Regina Abreu¹

¹ Antropóloga, professora associada do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

Introdução

Patrimônio imaterial, diversidade cultural, cultura popular – essas noções inter-relacionadas circulam amplamente, nos últimos anos, em documentos oficiais nacionais e internacionais, servindo para qualificar e legitimar programas, projetos e políticas públicas.¹ Sob uma autoevidência ou uma aparente “transparência” de significado recobrem, como sistema de valor e de referência, um campo de contradições discursivas, de interesses teóricos, técnicos e políticos que envolvem a produção, o reconhecimento e a internalização de signos distintivos e identitários. Em diversos momentos a ideia de povo foi propalada com o sentido de origem e síntese da nação moderna, e, nesses debates, o papel articulador dos Estados Nacionais sustentou-se por meio do discurso ideológico da “unidade nacional”. Pierre Bourdieu explora a dimensão política e de uso sobre a categoria “cultura popular”, desconstruindo concepções nominalistas e recupera historicamente essas questões. O “saber do povo”,² revelador da “ancestralidade” e da “tradição” define-se em meados do século XIX, como uma área de conhecimento delimitada no contexto da “redescoberta” romântica do popular, do movimento europeu oitocentista interessado nas curiosidades do *primitivismo cultural*.³

No Brasil, essa tradição compilatória instala-se mais claramente a partir da geração intelectual de Silvio Romero (1851-

¹ Instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o *Registro* de bens culturais de natureza imaterial é o instrumento legal do Estado brasileiro que reconhece e valoriza o Patrimônio Cultural Imaterial. Associado ao *Registro* foi criado o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, responsável por viabilizar projetos de inventário, identificação, documentação, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. A esse respeito ver Iphan. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: MinC/Iphan, 2. ed., 2003.

² O neologismo inglês *folk-lore* – saber do povo – cunhado por William John Thoms, em 1846, referia-se a estudos de “antiguidades populares” ou “literatura popular”. Cf. THOMPSON, E. P. “Folklore, Anthropology and Social History” In: *The Indian Historical Review*, vol. III, nº2. 1977.

³ Cf. BURKE, P. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; DAVIS, N. Z. *O Povo e a Palavra* Imprensa. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 157-185. 1990; THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; THIESE, A.-M. *La Création des Identités Nationales. Europe XVIII-XX siècle*. Paris: Seuil. 1999.

1914). Na literatura, discutia-se, sobretudo, os debates sobre a raça e sobre a incorporação desses traços distintivos nas letras e expressões. Com o surto do nacionalismo literário, nas primeiras décadas do século XX, observou-se a expansão desse projeto de “cultura nacional”. Em nenhum outro período da nossa história cultural discutiu-se com tanto entusiasmo a noção de *brasilidade*. A “redescoberta do Brasil”, como era tratada por boa parte dos intelectuais modernistas, inaugura a problemática da *brasilidade* em suas dimensões literária e artística. Procuo entender de que modo propostas seminais de sua abordagem sofreram transformações e ressignificações, desde o século XIX até a atualidade, e, ao mesmo tempo, preservaram a memória de coordenadas fundamentais para visões posteriores. Se, naquela época, havia um sentimento de que era preciso conhecer o Brasil, a “história não escrita, a tradição flutuante e indecisa de nossas origens”,⁴ hoje, o desafio é mapear a diversidade cultural, o patrimônio imaterial do país.

Em período tão extenso, procuro, por meio de alguns recortes interpretativos, identificar e relacionar os principais eixos de produção intelectual que objetivaram e sustentaram a ideia de um patrimônio nacional. Diferentes contextos políticos que definiram projetos, interesses e práticas nessa área já foram examinados em outros trabalhos.⁵ Preferi abordar o tema tomando como base autores ligados aos campos disciplinares da história e da antro-

⁴ ROMERO, S. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1870-1880)*. Introdução, Capítulos 1 e 2. Petrópolis, 1977 (1. ed. 1888). p. 38.

⁵ CHUVA, M. R. R. *Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese de Doutorado em História. vol. I e II. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1998; FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997; GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: editora UFRJ/ Iphan, 1996; MALHANO, C. E. S. M. B. *Da Materialização à Legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920 – 1945*. Rio de Janeiro: Lucerna/ Faperj, 2002. SANTOS, M. V. *O tecido do tempo: a ideia de Patrimônio Cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese de Doutorado. Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, 1992; RUBINO, S. B. *As fachadas da História. Os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1937/1968*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1992; CAVALCANTI, L. *Os Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Paço Imperial, 1993.

pologia, frequentemente mencionados em estudos e em políticas institucionais de construção simbólica da nação, como nos trabalhos de Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Anne-Marie Thiesse dentre outros.⁶

A ideia de nação, desenhada no século XIX, como chama a atenção Thiesse,⁷ “está ligada à modernidade econômica e social; acompanha a transformação dos modos de produção, o alargamento dos mercados, a intensificação das trocas comerciais”. Por outro lado, “repousa sobre o primado de uma comunidade atemporal cuja legitimidade reside na preservação de uma herança”. Nessa tensão complementar instaura-se a crença em uma “fraternidade laica e, por conseguinte, em uma solidariedade de princípio entre herdeiros de um mesmo legado, afirmando a existência de um interesse coletivo”. Essa dupla concepção política e cultural da nação moderna, que propõe compreender a nação como um “plebiscito de todos os dias”, ao mesmo tempo em que centra no domínio da política, visa singularizar e distinguir as nações por meio dos seus traços distintivos e padrões culturais.

Em um primeiro momento, essa ideia esteve ligada a territórios e a fronteiras materiais e simbólicas muito bem delimitados. Isso provocou uma busca pela uniformidade e padronização, dentro de um contexto internacional, fazendo uso da cultura popular como um de seus vetores de identidade. Portanto, nesse modelo homo-

⁶ RENAN, E. Que és una Nación? In: BRAVO, A. F. (org.) *La Invención de la Nación*. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha. Buenos Aires: Manantial, 2000; BRAVO, A. F. “Introducción”. Ibid, 2000; MAUSS, M. La Nación. In: *Sociedad y Ciencias Sociales*. Obras III, Barcelona: Barral, 1972 p. 275-327; HOBSBAWN, E. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002; ELIAS, N. Uma digressão sobre o nacionalismo. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997; THIESSE, A-M. *La Création des Identités Nationales* (Europe XVIII-XX Siècle). Paris: Éditions du Seuil, 1999. L'ESTOILE, B.; NEIBURG, E.; SIGAUD, L. (orgs). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Faperj. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002; CASTRO FARIA, L. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia. In: CHUVA, M. (org.) *A Invenção do Patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 1995. ANDERSON, B. Introdução. In: Balakrishnan, G. (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. ANDERSON, B. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

⁷ THIESSE, A-M. *La Création des Identités Nationales*. Europe XVIII-XX siècle. Paris: Seuil, 1999, p. 16.

geneizador da ideologia dos estados nacionais, a cultura popular representava o lado criativo e inusitado do “caráter nacional”. Outras vezes, o sentido do popular abrangia fatos e significados em geral desqualificados, inseridos na lógica da razão mítica,⁸ que escapam a uma classificação e a uma explicação imediata. Segundo Thiesse (1999), com base na moderna noção de nação que se pode falar em um “*check-list* identitário” para essas “comunidades imaginadas”.⁹

No Brasil, ao longo do século XX, além de fonte de investigação e objeto de interesse dos estudiosos da cultura, as manifestações populares acabam elas próprias criando o seu campo de referência com os estudos de folclore e sua posterior institucionalização na década de 1940.¹⁰ Cavalcanti *et al.* (2002) analisam a construção desse campo de estudo e a importância de Sílvio Romero, Amadeu Amaral e Mário de Andrade para o desenvolvimento da disciplina, chamando atenção para a atuação desses personagens e para a estruturação das ciências sociais no Brasil.¹¹ Mário de Andrade, a referência máxima do modernismo brasileiro, arguiu a tradição compilatória dos folcloristas que o antecederam, defendendo a investigação científica do “fato folclórico”. Concomitante a todo esse processo de consolidação de um campo de estudos, tendo a figura de Mário de Andrade “no centro da encruzilhada”, iniciou-se um longo debate sobre a questão da aplicação do método etnográfico nas pesquisas sobre o folclore. Nos Congressos de Folclore organizados pelo movimento intelectual que se institucionalizou como Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, aumentavam as críticas ao amadorismo das descrições que priorizavam as ações

⁸ Cf. BOURDIEU, P. Vous Avez Dit ‘Populaire’? Actes de la Recherche de Sciences Sociales. 46:98-105, 1983.

⁹ THIESSE, op. cit.; ANDERSON, op. cit.

¹⁰ VILHENA, L. R. Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte/ FGV, 1997.

¹¹ CAVALCANTI, M. L. et al. Os Estudos de Folclore no Brasil. In: Seminário Folclore e Cultura Popular. Série Encontros e Estudos n. 1, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore, IBAC, 1992, p. 101.

de coleta e classificação, deixando a interpretação e os procedimentos científicos para a pesquisa etnográfica. A problemática que se anunciava está relacionada à visão estática que embasa a ideia de cultura, profundamente enraizada no senso comum, e que se manifesta com frequência pela busca da “autenticidade”. Essa questão foi, por muitos anos, o eixo das discussões do campo de estudos do folclore e do campo temático do patrimônio.

Os debates nos fóruns internacionais conduzidos pela Unesco aprimoraram a noção de “autenticidade” em reuniões específicas sobre o tema, como se observa na *Carta de Brasília – documento regional do Cone Sul sobre autenticidade*, Brasília, 1995.¹² Tais debates, liderados pelos arquitetos, dominaram a cena mundial e repercutiram no Brasil e em toda América Latina. Hoje, incorporou-se ao conceito da autenticidade a dinâmica própria dos processos mutáveis das identidades sociais, que pode “adaptar, valorizar, desvalorizar e revalorizar os aspectos formais e os conteúdos simbólicos [desses] patrimônios”.¹³ A ampliação dessa noção deve-se, em grande parte, à incorporação dos temas e problemas da antropologia nesse campo temático.¹⁴

As sucessivas reuniões dos comitês que procuram aperfeiçoar os instrumentos legais enfatizam que “o termo autenticidade, tal como aplicado ao patrimônio material, não é adequado para identificar e salvaguardar o patrimônio cultural imaterial, considerando que este é constantemente recriado”.¹⁵ O conceito de “cultura” que perpassa esses instrumentos internacionais vai sendo ressignificado pelas agências multilaterais que planejam e organizam

¹² Para a definição de “autenticidade” Cf: Iphan. *Cartas Patrimoniais*. Cury, I. (org.). 3a. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 325.

¹³ *Ibid.*, p. 325.

¹⁴ Cf. GONÇALVES, J. R. S. “Em Busca da Autenticidade: ideologias culturais e concepções de nação no Brasil”. In: GONÇALVES, M. A.; VILLAS BOAS, G. (Orgs.). *O Brasil na Virada do Século: o debate dos Cientistas Sociais*. 1a ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, v. 1, p. 235-256.

GONÇALVES J. R. S. “Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais”. *Estudos Históricos*. v.1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 2, 1988, p. 264-275.

¹⁵ Declaração de Yamato sobre enfoques integrados para a salvaguarda do patrimônio material e imaterial. Nara, Japão, 2004. Apud. IEPÉ. *Patrimônio Cultural Imaterial e povos indígenas*. Dominique Tilkin Gallois (org.). São Paulo: Iepé, 2006.

as políticas do chamado “patrimônio cultural”. A secularização desses debates consolidou o campo de atuação da antropologia em relação aos demais campos disciplinares. Hoje, existe um consenso sobre a relação entre os debates teóricos do campo do patrimônio cultural imaterial e da antropologia, fundamentados por um conceito de cultura de base antropológica.¹⁶

Segundo definição da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura):

A cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.¹⁷

Neste trabalho procuro fazer uso da antropologia, tanto dos seus métodos de pesquisa, quanto de seu arsenal teórico, para analisar o discurso do patrimônio e de seu campo de atuação. Mariza Corrêa¹⁸ revela o quanto são ainda escassas as análises sobre as sociedades científicas ligadas à disciplina antropológica – destaco aqui a Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), criada por Mário de Andrade em 1936 – e ao contexto institucional no qual produziram suas pesquisas, indicando que essas associações foram criadas no período em que as Ciências Sociais começavam a se institucionalizar. Corrêa discute que seria interessante compará-las a outras instituições criadas por iniciativa dos agentes do Estado, especialmente no contexto do nacionalismo autoritário de Vargas, como é o caso do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em

¹⁶ A origem da definição científica de cultura surge com Tylor, em 1871, que a considera um “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, lei, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

¹⁷ IPHAN. In: CURY, I. (org.). *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p.272.

¹⁸ CORRÊA, M. *Patrimônio da Nação: os índios e a história da Antropologia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Vol. 14, n. 40, jun. 1999.

1937. Na verdade, essa preocupação já havia sido levantada por Luiz de Castro Faria que demanda, com relação à criação do Serviço do Patrimônio, uma *análise de situação* em que fiquem explícitos os contextos entre agentes e agências, todos marcados pela questão do nacionalismo como política de Estado.¹⁹

Tal linha proposta por esses autores revela implicações, como se verá, para a própria constituição das Ciências Sociais no Brasil e para o entendimento do patrimônio histórico e artístico, principalmente por meio dos trabalhos coordenados por Mário de Andrade na Sociedade de Etnografia e Folclore e da sua interlocução com antropólogos da Universidade de São Paulo e do Museu Nacional do Rio de Janeiro e com Rodrigo Melo Franco de Andrade no SPHAN. Portanto, o que se pretende demonstrar neste trabalho é que, contrariamente ao consenso dominante na literatura pertinente (que demarca a década de 1970 como a “entrada” dos antropólogos nesse campo temático), os debates antropológicos foram estruturantes na definição de sentidos e propostas de patrimônio cultural no país, desde as décadas de 1930 e 1940.²⁰

A construção, ao longo do século XX, de uma visão mais abrangente de patrimônio, resultou na conceituação da dimensão imaterial do patrimônio cultural, criando políticas oficiais articuladas internacionalmente, instrumentos de pesquisa e legislação específica sobre a matéria, com a colaboração de antropólogos. O patrimônio imaterial se constitui de processos e de práticas sociais e, por esse motivo, neces-

¹⁹ CASTRO FARIA, L. Nacionalismo, nacionalismos - dualidade e polimorfia. In: *A Invenção do Patrimônio*. Márcia Chuva (org.). MinC: Iphan. 1995. p. 29.

²⁰ Adélia Ribeiro, ao traçar a trajetória intelectual de Heloísa Alberto Torres, Diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro e Membro do Conselho Consultivo do então SPHAN, nas décadas de 1930 e 1940, revela que o nome da antropóloga esteve associado ao “processo de formulação e implementação de uma concepção de patrimônio histórico e artístico por meio da qual a moderna identidade nacional brasileira veio a ser representada ao longo das últimas décadas”. Apesar de possuir uma posição de prestígio no campo intelectual, as análises sobre a participação de Heloísa Alberto Torres no movimento de preservação de bens culturais liderado pelo SPHAN tendem a “omitir o nome daquela que foi a mão direita de Rodrigo Melo Franco de Andrade”. Cf. RIBEIRO, A. **Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2000, p. 108, 115.

sita de um enfoque metodológico de proteção e salvaguarda diferenciado do patrimônio material: novas medidas de registro e documentação são necessárias para a sua identificação, difusão e preservação. Ademais, os novos mecanismos de democratização da informação criam uma série de facilidades para a participação dos grupos e movimentos sociais nesses processos de patrimonialização da sua cultura, tais como a anuência prévia, que pressupõe reuniões com representantes e “porta-vozes”, e uma abordagem de caráter etnográfico. Além disso, é necessário estabelecer uma rede entre parcerias institucionais e iniciativas locais que devem ser estimuladas e postas para dialogar, pois sem o apoio desses grupos o processo do *registro* e documentação das referências culturais torna-se inexequível.

Na pesquisa dei especial atenção à metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/Ipahan), instrumento de política de preservação do patrimônio cultural imaterial, com foco nas dinâmicas culturais locais. Mas foi na instrução do processo de *registro* do ofício das Paneleiras de Goiabeiras que obtive a maior parte dados sobre essa metodologia de pesquisa. Procuo levar em conta na análise a dimensão política desse procedimento técnico: quem é que tem autoridade e legitimidade para selecionar o que deve ser preservado? Com base em que ponto de vista? Em nome de que interesses e de que grupos? Para tal, investigo, de maneira mais detida, o primeiro *registro* do patrimônio cultural imaterial no Brasil, o ofício das paneleiras, na localidade de Goiabeiras Velha, bairro periférico da cidade Vitória, capital do estado do Espírito Santo. As informações produzidas, sistematizadas e documentadas pela metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais²¹ foram o ponto de partida de meu trabalho de campo. Vale lembrar que a noção de “referência cultural”, cunhada nos anos de 1970 e 1980, por meio da experiência do Centro Nacional de Referência Cultural, é mais abrangente que a do próprio “patrimônio imaterial”, porque

²¹ IPHAN/ DID. Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

também está referida a memórias, lugares e edificações. Tomada no contexto de produção das tradicionais panelas de barro de Goiabeiras, implicou na identificação dos principais executores daquele ofício, de suas famílias e de seus locais de trabalho.

Interessava-me cotejar as informações contidas nas fichas e nos questionários de identificação desse instrumento da política de preservação do patrimônio cultural imaterial, fazendo uma releitura do dossiê de estudo sobre o *registro* do ofício das panelleiras de Goiabeiras, a partir dos dados coletados em campo. As perguntas centrais eram: quais foram os procedimentos para a definição do *registro* e como se deu a apropriação,²² por parte das panelleiras, desse processo que requalifica saberes locais em um bem comum como “patrimônio cultural do Brasil”? Questões relativas ao aprendizado do ofício, à sua transmissão e recepção, à técnica de confecção, à dinâmica do trabalho, à produção, à tradição, às famílias tradicionais e ao parentesco foram constantemente retomadas nas idas ao campo.



A divulgação do título e o marketing das panelas

²² Cf. CHARTIER, R. A noção de apropriação é central para esse trabalho, particularmente, aquela empregada por Roger Chartier em seu texto “Cultura Popular”: revisando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-192.

Foram feitas cinco visitas a campo, realizadas no período de maio de 2005 a dezembro de 2007. No ano de 2005, estive duas vezes em Goiabeiras Velha. A primeira, em maio, logo após o meu exame de qualificação de projeto de doutorado, quando estabeleci os primeiros contatos com as famílias que trabalhavam no *galpão* da Associação das Paneleiras de Goiabeiras.²³ A partir daí, estruturei o meu grupo de referência, levando em conta as famílias identificadas pelo instrumento de pesquisa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Inventário Nacional de Referências Culturais – doravante muitas vezes referido apenas como INRC – sistematizado no primeiro e parte do segundo semestres de 2002, segundo as fichas e os questionários de identificação e de localidade que datam de agosto e setembro. Observei que muitas pessoas que trabalhavam no galpão possuíam os sobrenomes das *famílias tradicionais* ligadas ao ofício. Porém, havia algumas lacunas, como os grupos familiares dos *Barboza*, dos *Ribeiro* e dos *Rodrigues*, que, apesar de terem sido identificados pelo IPHAN, não trabalhavam no galpão, mas no *quintal* de suas casas. Era preciso, pois, visitar esses *quintais*.²⁴

Goiabeiras através de seus *quintais familiares*

Desde minha chegada ao *galpão* da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), interessei-me pelas histórias das antigas famílias de paneleiras e de seus quintais. Havia duas senhoras que estavam no galpão desde a sua fundação, dona Domingas Corrêa da Vitória Fernandes, também conhecida por Iraci, e dona Ber-

²³ As demais idas a campo ocorreram entre os meses de novembro a janeiro, tanto por questões operacionais quanto por ser a época de maior fluxo turístico em Vitória, e quando o galpão da Associação recebe mais turistas e encomendas. Na segunda parte deste livro descreverei o galpão, tanto a estrutura física quanto as relações sociais que dali pude apreender.

²⁴ Conforme Simoni Guedes, a categoria *quintal* “recobre os conjuntos de casas que foram construídas ao longo dos anos num mesmo lote ou terreno, a partir de uma casa inicial, em que o proprietário realiza ele mesmo ou permite a realização de novas construções”. GUEDES, S. L. Redes de Parentesco e Consideração entre Trabalhadores Urbanos: tecendo relações a partir de quintais. Caderno do Centro de Recursos Humanos. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador. N. 29; 1998. p. 189-208. p. 198.

nanci Gomes Ferreira,²⁵ com quem estabeleci os primeiros contatos. Além delas, muitas outras participaram da Associação²⁶ e haviam voltado para os seus respectivos quintais, independentemente de possuírem ou não espaço para a queima. Uma série de narrativas contraditórias justificava as razões desse regresso, apesar de variarem de acordo com a posição de cada núcleo de produção familiar. Ou seja, de um modo geral, aquelas paneleiras que mantiveram seus espaços de queima e uma escala de produção, aliado a um *portfólio* de *compradores*, não interromperam as suas atividades. Outras, no entanto, mantiveram-se à margem de todo esse processo, apesar de ter aumentado a demanda de painéis de Goiabeiras, principalmente com a sua titulação como Patrimônio Cultural do Brasil. Segundo as próprias paneleiras do *galpão*, aumentou a divulgação da qualidade do produto e de seu diferencial perante as similares no estado.

Quanto aos quintais, observei diversas modalidades de ocupação do território e variações relacionadas ao pertencimento às *famílias tradicionais* de Goiabeiras. Havia em partes de Goiabeiras áreas de ocupação mais recente, como a que aparece identificada como a *rua dos italianos*, um *trecho* do bairro habitado por famílias e descendentes de italianos. Os lotes apresentam formas e tamanhos variados, e a proximidade entre as casas, algumas situadas lado a lado, indica a concentração de pessoas de uma mesma família circunscrita aquele *trecho*.²⁷

As circunstâncias que justificavam a criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) limitavam-se à desapropriação do

²⁵ No decorrer da pesquisa de campo, essas senhoras se afastaram do galpão por problemas de saúde. Dona Domingas teve um derrame e as sequelas a impossibilitou de continuar no galpão da associação. Já dona Bernanci, mais recentemente, alegava fortes dores nas pernas decorrentes do cansaço de muitas horas em pé. O agravamento do problema de saúde dessas senhoras é um desafio para a boa consecução das ações de salvaguarda. Muitas vezes fui questionada por alguns interlocutores sobre a necessidade de políticas públicas integradas, como a assistência médica e previdência social, que trouxessem benefícios imediatos para essas senhoras, que, afinal, eram “patrimônio histórico do estado”, como costumavam me dizer.

²⁶ A Associação das Paneleiras de Goiabeiras foi fundada em março de 1987.

²⁷ O *trecho* compreende algumas casas situadas próximas umas as outras e que fazem parte de um mesmo lote ou terreno, onde moram famílias ligadas por laços de parentesco (por consanguinidade, ou por afinidade).

barreiro e à perda de espaço nos quintais. No final da década de 1980, a prefeitura aterrou uma área do porto de Goiabeiras e construiu um total de *doze cômodos* para que as paneleiras que haviam perdido suas áreas de trabalho (fabricação, queima e estoque) pudessem então continuar a produzir sua “cerâmica tradicional”. Foram essas senhoras, portanto, as primeiras a ocupar os *quartinhos* com pouco mais de três metros quadrados, sem ventilação e com apenas uma porta, construídos em alvenaria, rebocados e cobertos com telhas de amianto. Hoje, funcionam como depósito de peças prontas, queimadas e embaladas. Tais locais já não pertencem mais àquelas senhoras, mas às suas filhas e aos seus filhos, netos e sobrinhos. Dona Domingas (Iraci) passou as chaves para suas três filhas, neto e neta. Bernanci ao sair do galpão deixou a sua filha Inete e o filho Lailson em seu lugar. A finada Dona Laurinda Lucidato, que ocupou também um desses pequenos *almoxarifados*, o repassou para a filha Laureci e suas netas. Dona Melchiadia Alves Corrêa fez o mesmo com suas sobrinhas Marinete e Berenícia. Acrescentam-se, ainda, os nomes de dona Palmira, dona Letícia, dona Silvana Rosa. Depois chegaram as outras filhas e os netos de dona Laurinda, as filhas de dona Palmira, os irmãos e cunhadas de Marinete e Berenícia, e, num instante, todos os *cômodos* foram ocupados.

Carla Dias descreve os primeiros anos de organização do galpão da Associação e observa que “cada pequeno agrupamento de trabalho é formado por um núcleo familiar. Algumas trabalham sozinhas, outras têm os filhos ao redor. A maioria está do ‘lado de fora’, outras se resguardam nos *quartinhos*”.²⁸ A autora surpreende-se ao retornar pela segunda vez ao lugar, em 1993, “pois havia ocorrido uma grande mudança na ocupação do espaço. As mulheres afastaram-se de seus lugares individuais e ocuparam o pátio com toscas bancadas de madeira”.²⁹ O galpão expandiu-se rapi-

²⁸ DIAS, C. *Panela de Barro Preta: A Tradição das Paneleiras de Goiabeiras – Vitória-ES*. Rio de Janeiro: Mauad X/ Facitec, 2006, P. 16. Grifos do autor.

²⁹ *Ibid.*, p. 17.

damente, e as bancadas foram sendo ocupadas por duas ou mais pessoas da mesma família, que passaram a trabalhar em pé e em regime de tempo integral.

Muitas dessas senhoras alegaram falta de espaço para continuarem a trabalhar à vontade, como estavam acostumadas em seus *quintais*, e retornaram para as suas casas. Dona Letícia Pinto, dona Laurinda Lucidato e dona Silvana Rosa, já bastante idosas, todas com mais de oitenta anos, pararam de fabricar panela.³⁰ Dona Lúcia Nascimento Corrêa, que sempre trabalhou em seu quintal, também parou de produzir. Dona Palmira passou a fazer em seu quintal, mas reclama da falta de *comprador*. Dona Melchiadia não interrompeu a sua produção. Ela, sua filha Alceli e seu filho Ademilson dão conta das *encomendas* que chegam para a família. Dividem-se segundo a quantidade, o formato e o tamanho das peças.³¹ Os prazos de entrega das *encomendas* estão condicionados aos fatores climáticos. Em dias muito úmidos ou chuvosos, as panelas demoram a secar, e isso compromete a etapa da queima. Nessa delicada relação entre as condições climatológicas, a quantidade de peças encomendadas e prazo para entrega, a produção das panelas no quintal de dona Melchiadia aumentou. Melchiadia e Alceli alegam que as panelas de Goiabeiras já são muito reconhecidas e que o *Registro* do Iphan veio atestar esse *reconhecimento*. O uso do termo reconhecimento pelas próprias paneleiras, no caso da fala de Alceli, remete a um discurso mais articulado à sua posição de ex-presidente da associação das paneleiras, como veremos ao tratar da organização burocrática do galpão.

Comecei visitando os quintais daquelas que mantiveram algum tipo de vínculo com o processo de produção de panela de barro. Uma primeira constatação foi a diversidade de situações

³⁰ Dona Laurinda Lucidato e dona Silvana Rosa vieram a falecer no início da minha pesquisa de campo.

³¹ Ademilson costuma pegar peças “diferentes”, como a travessa em forma de peixe, a forma de pizza, o fogareiro e a churrasqueira. Mãe e filha já preferem as formas tradicionais da frigideira e das panelas para arroz e pirão. Todos, porém, alegam fazer todo o tipo de peças, apesar de reconhecerem que algumas são mais difíceis.

encontradas. Há *quintais* que perderam todo o espaço para confecção e queima das peças, enquanto outros preservaram seus espaços de queima e armazenamento de peças e de matéria-prima, como a *mesa de trabalho* e o *canto do barro*. Observei que em alguns deles a produção havia decaído, como nos casos da dona Palmira e dona Elizete, por razões que serão discutidas adiante. Noutros, porém, a fabricação era contínua, e as *encomendas* seguiam certa regularidade.

As *paneleiras de fundo de quintal* (*paneleiras de residência*) foram as que mais sentiram a *mão invisível* das forças de mercado, pois tiveram de acompanhar as transformações no ritmo da produção para atender a uma demanda variável. “Freguês antigo, hoje, é muito raro”, afirma dona Jenete. Todas são unânimes em afirmar que cresceu a demanda por panelas dentro do *galpão* da associação, bem como aumentaram os preços dos insumos básicos para a sua produção: o preço da bola de argila, da tinta, da mão de obra dos auxiliares (*tirador de barro, alisador, tirador de panela e açoitador*). Com isso, a escala de produção familiar não consegue fazer frente ao *galpão*, que se tornou “a vitrine do ofício”, apropriando-me do termo cunhado no livro do Iphan, atraindo um número cada vez maior de turistas, donos de restaurantes, lojistas e atravessadores em geral. Além disso, as parcerias entre a associação e as secretarias de governo e os apoios dados pelo Sebrae e Iphan aumentaram a visibilidade do *galpão* em detrimento da produção dos *quintais*. Ademais, as *paneleiras de fundo de quintal* se ressentem por não receberem a mesma quantidade e regularidade de *encomendas* da associação e costumam dizer que mesmo no *galpão* há uma disputa acirrada por *clientes* e *encomendas*, referindo-se, na maioria das vezes, a alguma contenda entre primos ou primas.

Nos *quintais*, fiz o recenseamento das casas e das pessoas que nelas residiam. Também foram feitos os mapas genealógicos das famílias e traçadas algumas relações de parentesco. Neste “mapa

das famílias tradicionais de Goiabeiras Velha”³² foram observadas uniões matrimoniais entre os *Alves* e os *Corrêa*, os *Lucidato* e os *da Vitória*, os *Fernandes* e os *da Vitória*, os *Nascimento* e os *Rodrigues*, os *Barboza* e os *Salles*, confirmando os dados levantados nas fichas do Inventário Nacional de Referências Culturais do Iphan de que havia fortes laços de parentesco entre as *famílias tradicionais*. Na reconstrução dessa cartografia social do bairro de Goiabeiras Velha, foram incluídas famílias que não haviam sido contempladas pelo INRC, como o caso da família Salles. Apesar de não constarem nas fichas de identificação do Iphan como uma das “*nove famílias mais antigas* envolvidas com o ofício”, os Salles foram considerados “gente antiga” para o grupo de referência com o qual eu trabalhava. Já os Rodrigues foram incluídos por relações de casamento com os Nascimento.

No galpão da *Associação das Paneleiras de Goiabeiras*, o espaço foi estruturalmente organizado em função das famílias, porém a partir de uma lógica mais “empresarial”: respeito ao horário de funcionamento, desempenho de uma única função voltada para a confecção e venda de painéis de barro,³³ relação salarial com os *auxiliares* e mercantil com os *clientes*. Nesse sentido, como se dá a produção e a troca de mercadorias num contexto de economia cada vez mais autonomizada e incentivadora de desigualdades?

Em novembro de 2006, voltei para acompanhar uma *oficina de Salvaguarda*³⁴ promovida pelo Iphan³⁵ e a XV Festa das Panelei-

³² Essa expressão foi utilizada por uma das minhas interlocutoras em campo, Izabel Corrêa Campos, quando lhe perguntava sobre o seu grupo familiar para montar o quadro de referência. Izabel sintetizou com essa frase o que eu estava procurando fazer na localidade.

³³ Utilizo a categoria *painel de barro* para designar o conjunto de artefatos cerâmicos utilitários produzidos na localidade de Goiabeiras Velha.

³⁴ Os planos de salvaguarda objetivam desenvolver, implantar e acompanhar ações que contribuam para a melhoria das condições de vida dos grupos, comunidades e expressões *registradas*, e constituam suporte à produção, reprodução e transmissão de bens culturais de natureza imaterial.

³⁵ Na última seção serão relatados os principais temas abordados nessas oficinas, bem como quantos e quem foram os seus participantes. A questão da salvaguarda será retomada nas considerações finais deste trabalho.

ras,³⁶ evento anual patrocinado pela prefeitura de Vitória. Nesse período, realizei novas entrevistas com as *paneleiras* que constituíam o grupo de referência e acompanhei a produção das panelas nos *quintais* e também no *galpão* da Associação. Foram realizados registros fotográficos, tanto das casas e dos *quintais*, quanto do *galpão*. Além disso, fotografei as ruas do bairro e as festas de que participei no período de minha estada em Goiabeiras Velha. Ao todo, 957 fotos e 30 horas de entrevistas.

Retornei a campo mais uma vez em novembro de 2007 para complementação de dados. Mais uma vez, os *quintais tradicionais* foram o foco da minha atenção. *Quintal*, no contexto daquela comunidade, não deve ser entendido como um mero espaço físico, mas como espaço de relações sociais e de estruturação de laços de comunidade e de parentesco; portanto, aqui será tratado de modo estrutural, na maneira como se articula com outros quintais e com o galpão da Associação das Paneleiras. Das famílias que constituem meu grupo de referência, visitei os seis *quintais* que ainda possuem espaço para queima, estocagem das matérias-primas e armazenamento das peças para comercialização. São eles: os quintais de Jenete Alves Rodrigues, Maria da Conceição Gomes Barboza, Ilza dos Santos Barboza, Elizete Salles dos Santos, Margarida Lucidato Ribeiro e Melchiadia Alves Corrêa da Vitória Rodrigues.

* * *

Este livro, fruto de uma tese de doutorado, pretende dar uma contribuição aos estudos de política e gestão do patrimônio cultural. O tema se insere nos debates contemporâneos sobre patrimônio cultural imaterial e procura construir um panorama de como se constituíram e se consolidaram instrumentos políticos e técnicos de acautelamento, referidos na Carta Constitucional

³⁶ A festa acontecia há treze anos, próxima à data de 7 de julho, instituído pela prefeitura de Vitória como o "Dia da Panela" (lei nº 70/1991). A esse respeito ver trabalho: DIAS, C. *A Tradição Nossa é essa, é Fazer Panela Preta*: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 1999. DIAS, C. *Panela de Barro Preta: A Tradição das Paneleiras de Goiabeiras - Vitória-ES*. Rio de Janeiro: Mauad X/ Facitec, 2006.

de 1988 e estabelecidos em legislação complementar (Decreto nº 3.551/2000). Pretendeu-se incorporar à análise os modos de apropriação dessas políticas por um grupo social – o das *paneleiras* de Goiabeiras do Espírito Santo - que recebeu, em novembro de 2002, o título de *Patrimônio Cultural do Brasil*.

Vale observar que este estudo não se restringe ao trabalho de campo em Goiabeiras Velha. A pesquisa em arquivos – Noronha Santos/Iphan-MinC e Luiz de Castro Faria/Mast-CNPq – revelou-se fundamental para restituir a rede de relações entre agentes e agências que configuram os debates sobre as políticas nacionais de patrimônio cultural, ao longo da história institucional do Iphan.³⁷ Pretende-se verificar a relação entre os discursos institucionais e acadêmicos em jogo nos processos contemporâneos de *registro* de saberes e práticas tradicionais e como essa ideia de *patrimonialização da cultura* é entendida, manipulada e apropriada por um grupo social que recebeu a titulação de *patrimônio Cultural do Brasil*.

O livro está estruturado em duas partes. A primeira trata da relação entre antropologia e patrimônio, refletindo sobre a multidisciplinaridade deste campo temático. Nesse sentido, na primeira seção recupero algumas ideias centrais sobre as noções de patrimônio e nação. Na invenção do mundo moderno, os discursos sobre patrimônio se constroem como afirmação identitária e frequentemente associado a uma *realidade* nacional. Os modernistas brasileiros lançaram-se na “redescoberta do Brasil” para renovar as suas produções intelectuais e artísticas. Esse movimento intelectual formulou as bases da política de patrimônio na década de 1930.

³⁷ Em quase oitenta anos de atuação, a instituição passou por uma série de reorganizações administrativas refletidas em sua nomenclatura. Em 1937, a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, analisado no primeiro capítulo da tese. Em 1946, o Serviço de Patrimônio passa a se denominar Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN, que permanece com essa nomenclatura até 1970, quando passa a Instituto (Iphan) como órgão autônomo da estrutura administrativa. No quarto capítulo, voltarei a discutir esses rearranjos institucionais.

A pesquisa no arquivo central do Iphan e no arquivo pessoal do professor Luiz de Castro Faria, ambos no Rio de Janeiro, demonstram que a relação patrimônio-antropologia é anterior à década de 1970. Seguindo L'Estoile *et al.* (2002), procuro indicar como “a inscrição da antropologia no campo das políticas de estado fornece uma pista para a compreensão da emergência de diferentes ‘tradições acadêmicas nacionais’”.³⁸ A legislação de arqueologia impõe alguns desafios conceituais e metodológicos no registro e cadastramento dos sítios arqueológicos, flexibilizando as fronteiras do patrimônio cultural nacional.

Em seguida, trato da redefinição do debate do patrimônio em sua dimensão internacional. Marcel Mauss, em seu ensaio sobre “a nação”, chamava a atenção para esses “fenômenos intersociais”, cada vez mais numerosos e importantes.³⁹ Nesse sentido, pretendo traçar um panorama das agências internacionais – em particular, Unesco – e dos *dispositivos* que orientam o debate sobre o patrimônio em escala mundial. A ratificação da Convenção da Unesco sobre Patrimônio Cultural Imaterial alarga a noção de patrimônio aos ritos, costumes e campos dos saberes tradicionais. O Iphan tem avançado nesse debate nos últimos anos, participando dos fóruns internacionais. Em 2005, foi convidado pela Unesco a apresentar a experiência brasileira de *inventário* e *registro* do patrimônio imaterial.

A última seção da primeira parte procura situar o leitor nos debates que antecederam as políticas de patrimônio imaterial, apresentando a experiência seminal do Centro Nacional de Referência Cultural e da Fundação Nacional Pró-Memória. Além disso, novas categorias, ideias e conceitos foram se redesenhando nesse espaço social, com a incorporação de outras instituições e

³⁸ L'ESTOILE, B. Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa. In: L'ESTOILE B.; NEIBURG, E.; SIGAUD, L. (orgs.) *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002, p. 30.

³⁹ MAUSS, M. “La Nación”. In: *Sociedad y Ciencias Sociales*. Obras III, Barcelona: Barral, 1972. p. 306, 308.

mediadores culturais nos debates dos anos de 1980 e 1990. Por fim, toma-se o primeiro *dossiê de registro* do patrimônio imaterial do Iphan, concluído em setembro de 2002, o *ofício das panelleiras de Goiabeiras*, no sentido de compreendê-lo como espaço de negociação e de flexibilização das fronteiras desse debate.

A segunda parte do livro refere-se ao trabalho de campo na comunidade artesã de Goiabeiras Velha, em Vitória/ES. Nesse sentido, procuro estabelecer diálogo crítico com a parte anterior do livro ao refletir sobre a apropriação do *registro* pelo grupo que recebeu essa titulação. A partir dos dados coletados em campo e de pesquisas etnográficas anteriores, observo no contexto social de produção familiar das *panelas de barro* como esses agentes sociais locais compreendem, manipulam e se apropriam do processo de *registro*. Um dos principais efeitos da valorização das panelas de barro no mercado de bens simbólicos refere-se ao aumento da demanda pelo produto, e, conseqüentemente, à disputa por clientes dentro do galpão da Associação das Panelleiras. Os compradores são variados e as encomendas chegam de todos os estados brasileiros. Eu mesma pude presenciar alguns pedidos de mais de quinhentas peças, para restaurantes na Bahia, ou *kits* de brinde para empresas em Belém e Rio de Janeiro, informando um raio de distribuição bastante abrangente. Nesse sentido, o processo de *patrimonialização da cultura* constitui um desafio para técnicos e gestores da agência de patrimônio, pois o ato administrativo do *registro* produz visibilidade sobre essa natureza de *bem cultural*, gerando compromisso político do Estado brasileiro no que tange ao fomento, difusão e salvaguarda dessas manifestações culturais (conhecimentos, técnicas e expressões).

Antropologia e patrimônio

1- Patrimônio Cultural e Nação

Tratar de maneira articulada as ideias de nação, território e identidade com a de patrimônio significa, primeiramente, reconhecer o contexto histórico particular em que se produziram tais conceitos. Foram os teóricos do Estado nacional moderno os primeiros a estabelecerem critérios para identificar o “povo” e a “nação”, criando novas relações entre uma noção e outra, ao vincularem uma população a um território geograficamente demarcado, destacando-se os costumes e as tradições. Tais critérios, intensamente debatidos na Europa no século XIX, calçaram-se em um conjunto de elementos afirmadores das identidades e das fronteiras nacionais. Etnicidade, língua, religião, paisagens e história são articulados e validados por uma crença na herança comum de um patrimônio de todos, indiviso, estruturante e estruturado como referenciais da nação.⁴⁰ Os patrimônios culturais são, então, celebrados por meio de marcas identitárias, em oposição a outros repertórios simbólicos internacionais, reunindo monumentos (edificados e naturais), paisagens e tipos humanos considerados característicos, além das especificidades culinárias, indumentárias e expressões culturais. A ideia de nação como comunidade atemporal é o referente assegurador que permite a afirmação de uma continuidade cultural para além das mudanças sociais.⁴¹

⁴⁰ THIESSE, A-M. *La Création des identités nationales: Europe XVIII – XXème siècle*. Paris: Editions du Seuil, 1999. Sobre a constituição dos Estados nacionais modernos também consultar HOBBSAWM, E. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. 2. ed. Lisboa: Ed. Presença, 1982.

⁴¹ THIESSE. *Op.cit.*, p. 16.

A origem da noção de patrimônio está ancorada no surgimento dos Estados nacionais modernos e no processo de constituição da nação. Françoise Choay⁴² descreve a proteção do patrimônio francês como uma atitude de contenção aos saques e confiscos dos bens da Nobreza e do Clero em meio à Revolução Francesa. Debates intensos foram travados no sentido de garantir os meios de preservar e de dar uma destinação pública ao espólio que se avolumava nos depósitos do novo Estado revolucionário. Naquela ocasião, antiquários e eruditos denunciavam a crescente onda de “vandalismo” que se abatia sobre a sociedade francesa, com pilhagem ou destruição das obras de arte de palácios e templos religiosos. Iniciava-se um processo de formulação dos atos jurídicos e de institucionalização das ações de levantamento e de preservação do patrimônio, instituindo-se, em regime de urgência, *dispositivos de centralização*, comissões e atos legislativos, para resguardar o “interesse coletivo” e integrar os bens patrimoniais “sob o efeito da nacionalização”.⁴³ Em todo esse processo, destaca-se a “instrução sobre a maneira de inventariar”,⁴⁴ que serviu de importante ferramenta de proteção dos monumentos franceses.

Desde os primeiros indícios de atuação das políticas patrimoniais, impôs-se a necessidade de inventariar e catalogar todos os bens essenciais para a instrução pública dos cidadãos franceses. A criação de um museu nacional na França revolucionária é o resultado de três decretos: “o de 2 de novembro de 1789, que nacionaliza os bens da Igreja católica; o de 9 de novembro de 1791, quando os bens dos emigrados são confiscados; e, por fim, o de 8 de agosto de 1793, quando é decretada a supressão das Acade-

⁴² CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001.

⁴³ CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo : Estação Liberdade: Unesp, 2001, p. 98, 120. Grifos nossos.

⁴⁴ “Instruction sur la manière d’inventorier et de conserver dans tout l’étendue de la République, tous les objets qui peuvent servir aux arts, aux sciences e à l’enseignement, proposée par la Commission temporaire des arts et adoptée par le Comité d’Instruction publique de la Convention nationale, Paris, Imprimerie nationale, ano segundo da República”. CHOAY, *op.cit.*, p. 110.

mias”.⁴⁵ Vale observar que a padronização das técnicas e terminologias de inventário tornou-se cada vez mais comum nas sociedades nacionais modernas. Por intermédio desse conjunto de normas foram construídas as listas de arrolamento de bens e aprimorados os instrumentais de classificação em categorias e subcategorias de identificação centradas na ideia de colecionamento.

Na relação entre nação e nacionalismo literário, coube aos intelectuais uma posição de mediação muito importante. Com a ajuda da filologia, muitos literatos estabeleceram o valor da língua e dos gêneros literários populares, na poesia e nas lendas, como determinantes da definição das identidades nacionais na Europa.⁴⁶ A valorização das expressões culturais populares esteve associada a um tipo de “sensibilidade romântica”,⁴⁷ que, por sua vez, encontrava-se totalmente imbricada com a construção do Estado nacional moderno.

A produção do nacional sob essa ótica articulava a “tradição” ao que era considerado como mais “autêntico” da nação. Nessa perspectiva, Hobsbawm investiga o processo de invenção das tradições europeias como elemento de formação das identidades nacionais. Em seu argumento, deixa claro que está se referindo à sociedade urbana industrial e ao processo de fragmentação da memória coletiva que não consegue mais incorporar todos os grupos que dela fazem parte. Não obstante o autor operar com dualidades entre

⁴⁵ BREFE, A. C. F. “Museu, imagem e temporalidade”. *Anais do museu paulista*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2007.

⁴⁶ BURKE, P. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2. ed., 1989; BRAVO, A. F. (org). *La Invención de la Nación: lecturas de la identidad de berder a homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 2000; HOBBSAWM, E. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁴⁷ O Romantismo, movimento artístico e filosófico surgido inicialmente na Alemanha pré-unificada, adotou uma visão de mundo contrária ao racionalismo e cientificismo iluminista, exaltando as tradições do povo e afirmando as práticas e os valores nacionais, com principais referências ao folclore nacional, por considerá-lo a “autêntica” cultura nacional. Todo esse processo de formação dos Estados nacionais convocou pensadores para a formulação de diferentes teorias e doutrinas políticas, cujas matrizes de pensamento foram apropriadas por intelectuais brasileiros nas formulações teóricas que embasaram o desenho do Estado nacional brasileiro e nas reflexões sobre as diversas práticas e discursos nacionalistas. Sobre o Romantismo no Brasil, ver: RICUPERO, B. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil, 1830-1870*. São Paulo: Livraria Ed. Martins Fontes, 2004.

“autêntico” *versus* “inventado” e “costume” *versus* “tradição”, tais noções expressam símbolos variados de busca do passado e das origens da coletividade. É nesse terreno em que se dá a combinação de elementos “antigos” – costumes – e “inventados” – tradições –, e que se constrói uma identidade nacional.⁴⁸

Norbert Elias,⁴⁹ ao tratar do nacionalismo na Alemanha na virada do século XIX para o XX, observou que os termos “cultura” e “civilização” perderam o sentido da dinâmica dos processos sociais, e a “cultura” foi cada vez mais usada na acepção de “cultura nacional”. No contexto de unificação do Estado nacional, o sistema de crenças e de valores humanistas foi perdendo espaço para “setores nacionalistas” que colocavam o Estado e a nação acima dos demais valores e instituições, na escrita da história e em outras áreas. A fixação das representações e referências da nação alemã estavam sendo produzidas dentro de lógicas e acordos políticos particulares, o que colocava no “centro da atenção os feitos de príncipes e cortesãos, os conflitos e alianças entre Estados, as ações de diplomatas e dos grandes chefes militares, em suma, a história dos setores aristocráticos dominantes dos Estados absolutistas”.⁵⁰

Uma voz dissonante na época foi a de Ernest Renan (1873),⁵¹ posicionando-se criticamente quanto ao enfoque nacionalista dominante no século XIX. Ele considerava um erro confundir raça com nação, lembrando que “as primeiras nações da Europa são

⁴⁸ HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. É nesse processo de construção de uma continuidade histórica que os patrimônios nacionais são erigidos. Para uma análise crítica dessas categorias na construção do patrimônio cultural brasileiro ver GONÇALVES, J. R. S. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275; GONÇALVES, J. R. S. Em busca da autenticidade: ideologias culturais e concepções de nação no Brasil. In: GONÇALVES, M. A.; VILLAS BOAS, G. (Orgs.). *O Brasil na Virada do Século: o debate dos Cientistas Sociais*. 1a ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, v. 1, p. 235-256.

⁴⁹ ELIAS, N. Uma Digressão sobre o Nacionalismo. In: *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

⁵⁰ ELIAS, N. op. cit., p. 121.

⁵¹ RENAN, E. “Qué és una Nación?” In: BRAVO, A. F. (org). *La Invención de la Nación: lecturas de la identidad de herder a homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

de sangue essencialmente mesclado”.⁵² Renan também descartava a língua, a religião e a geografia como seguros operadores das fronteiras nacionais, enfatizando que esses elementos não seriam critérios razoáveis de divisão das nações e nacionalidades. Com ironia, ressalta a necessidade de se compartilhar não só lembranças, mas também esquecimentos. Se, por um lado, Renan amplia a discussão para além do étnico e geográfico, por outro, propõe compreender a nação em sua dimensão política, como principal responsável pela constituição de uma unidade nacional.

Outra vertente da discussão se dá por intermédio de Marcel Mauss,⁵³ ao questionar qual gênero de sociedade mereceria ser classificada como nação. Ele argumenta a favor da historicidade da noção e traz para o entendimento da nação moderna contribuições do pensamento antropológico da escola sociológica francesa. Mauss enfatiza, como Renan, a importância da construção de uma unidade moral e política para a nação moderna, agregando em sua análise os fenômenos psicossociais quando se refere ao *caráter nacional*. E, ao lançar luz sobre questões da sua época, afirma que as sociedades não podem formar-se umas sem as outras.⁵⁴ Segundo o autor, determinadas convenções internacionais, tais como as de propriedade artística, literária ou industrial, expressam um estado de internacionalismo de certos fatos e obrigam os diversos estados a adotarem os mesmos princípios de direito e, mais ainda, jurisprudências idênticas.⁵⁵ Mauss prenuncia a criação das agências multilaterais e das legislações internacionais pautadas no respeito à integridade humana e à diversidade cultural.

⁵² Ibid., p. 54

⁵³ MAUSS, M. La Nación. In: *Sociedad y Ciencias Sociales*. Obras III, Barcelona: Barral, 1972. p. 275-327.

⁵⁴ Ibid., p. 306

⁵⁵ Mauss antecipa o papel estratégico das Organizações Internacionais que serão formadas na década de 1940, após o final da Segunda Guerra, como será visto na terceira seção dessa primeira parte. Cf. MAUSS, *op.cit.*, p. 321

Com efeito, a eficácia das formulações teóricas e conceituais sobre a nação moderna produziu uma série de pressupostos estabilizadores no vínculo entre delimitação territorial e população, mas acrescentou a esse fenômeno uma perspectiva muito peculiar de entender e valorizar o que era produção popular. Em *Nações e Nacionalismo desde 1780*,⁵⁶ Eric Hobsbawm descreve como foi tenso o processo de seleção e fixação das representações das nacionalidades na Europa pré-moderna. Ao reconstituir o panorama conflituoso no processo de supressão das línguas dialetais europeias e reconhecer o esforço na padronização e homogeneização da ortografia e gramática nacionais, Hobsbawm compreende que tais procedimentos de construção da unidade demandam uma investigação mais ampla, abrangendo, inclusive, as pessoas comuns e não os “governos, porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas (ou não nacionalistas)”.⁵⁷

Neiburg *et al.* (2001) enfatizam na obra de Norbert Elias a questão da violência política nas sociedades nacionais modernas, referindo-se, particularmente, aos casos da Alemanha e da França.⁵⁸ As divergências encontradas entre os conceitos de civilização e de cultura explicam-se em função das posições contrárias entre os intelectuais que “faziam parte do *establishment* dos novos Estados nacionais”.

A referência a processos de civilização e de cultivação foi substituída pela ênfase nas diferenças entre as nações; o termo *civilização* passou a distinguir o mundo ocidental de nações e de relações entre nações de toda uma outra forma de organização social; o termo *cultura* começou a ser utilizado no plural, para designar as unidades delimitadas e diferenciadas que se autodefinem como

⁵⁶ HOBBSBAWM, E. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 10.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 20.

⁵⁸ NEIBURG, F. *et al.* In: Leopoldo Waizbort (org.). *Dossiê Norbert Elias*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

culturas nacionais – *cultura* passou a ser sinônimo de “ser” ou de “caráter nacional”.⁵⁹

Relaciona-se a todo esse processo de constituição dos Estados modernos a gênese das ciências sociais, que:

Ao oferecer meios para conceituar a sociedade e a cultura, [...] contribuíram para a construção de um mundo social e cultural – feito de nações e de relações internacionais – no qual elas passaram a existir. Podem-se descrever como *nacioêntricas* as teorias da cultura ou da sociedade que têm no seu horizonte, ao mesmo tempo, uma ambição descritiva e prescritiva em relação a ideais de boa cultura e de boa sociedade que, de uma forma ou de outra, se referem sempre a sociedades ou a culturas *nacionais*.⁶⁰

Ao acentuar o dinamismo nas relações entre nações e povos, os autores citados deixam claro que determinados elementos da cultura são preteridos em nome de uma suposta “unidade nacional”, em um processo tenso e de violência simbólica. É, ainda, o resultado de um princípio ordenador que opera com fronteiras de inclusão e afirmação das diferenças nacionais. Nem é preciso dizer o quanto esse novo enquadramento das nações modernas e ocidentais gerou uma hierarquização das sociedades humanas. Para a antropologia evolucionista de fins do século XIX, haveria uma história comum a todos os povos, que culminaria na civilização ocidental, ápice de todo um processo evolutivo.

Essa lógica classificatória e hierárquica foi duramente criticada na virada desse mesmo século por Franz Boas.⁶¹ No período em

⁵⁹ NEIBURG, F. O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social. In: Leopoldo Waizbort (org.) *Dossiê Norbert Elias*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 47.

⁶⁰ NEIBURG, op.cit., p. 45.

⁶¹ Boas inicia seus estudos etnológicos ainda em Berlim sob a orientação do preeminente professor Adolf Bastian, principal etnólogo da Alemanha na época e curador do Museu Etnográfico Real. Ao imigrar para os Estados Unidos, trabalha como professor de Antropologia na recém-inaugurada *Clark University*. Cf. BOAS, Franz. *A formação da Antropologia Americana, 1883 – 1911: antologia*. Organização e introdução George W. Stocking, Jr. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

que ocupa o cargo de curador das coleções etnológicas do Museu Americano de História Natural, em Nova York, adota novos métodos de coleta do material e concebe *registros* mais laboriosos para seus trabalhos de campo. Ele encontra grande resistência para implementar seu projeto e sua concepção museológica das exposições, em particular por parte de Mason, curador de etnologia do Museu Nacional dos Estados Unidos, que organizou as coleções etnológicas do museu de acordo com os objetos e não conforme as tribos a que pertenciam.⁶²

Ainda ligado ao Museu Americano, em seis anos de expedições, conhecidas como *Expedições Jesup ao Pacífico Norte*, Franz Boas estudou a mitologia das tribos, coletou contos e mitos das tribos da costa do Pacífico Norte e do Alasca. Em sua concepção, a coleta de artefatos deve ser conduzida pelos novos “princípios de classificação etnológica”, ou seja: cada peça deve ser estudada em seu contexto de produção.⁶³

A ênfase no estudo da cultura material é uma marca nos museus etnográficos, herança da tradição dos colecionistas dos séculos XVIII e XIX.⁶⁴ Conforme apontado, a passagem de um paradigma evolucionista para uma tradição mais preocupada com os processos históricos, com os contextos sociais de produção e significado simbólico dos objetos muito deve a Franz Boas e às instituições museológicas americanas. As mudanças se manifestaram tanto nas classificações do material coletado em campo, quanto no projeto de montagem. Dessa forma, foram estudadas as artes decorativas dos índios da costa do Pa-

⁶² A preocupação de Franz Boas era com “os significados dos conjuntos culturais”. STOCKING JR. “Introdução”. In: BOAS, Franz. *A formação da Antropologia Americana, 1883 – 1911: antologia. Organização e introdução* George W. Stocking Jr. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004, p. 15-20.

⁶³ BOAS, F. op.cit, p. 139, 183.

⁶⁴ Ao destacar aqui além do Museu Etnográfico de Berlim e o Museu de Etnografia do Trocadero em Paris, reorganizado, em 1937, como Museu do Homem. Nesses contextos particulares de discussão, precisavam-se estratégias metodológicas para o trabalho de campo com implicações nos projetos da museografia, considerada ramo da etnografia descritiva. Cf. SEGALLA, L. Gautherot no Museu do Homem: museografia, etnografia, fotografia. *O Olho Fotográfico de Marcel Gautherot*. São Paulo: FAAP, 2007. Centro-me aqui no projeto boasiano pela importância que teve nos debates sobre cultura brasileira e nos estudos de folclore, nos anos 1940-60.

cífico Norte e a sua cultura material, bem como pesquisados os mitos, as canções, as narrativas e as lendas do folclore dos índios do noroeste americano.⁶⁵

A trajetória social de Franz Boas se dá simultaneamente à construção do campo da antropologia norte-americana. Para além da formação voltada para o ensino e a pesquisa de campo, Boas marcou presença em outros segmentos, como o Folclore, a Arqueologia, a Geografia e a Linguística. Integrou as principais associações científicas de seus campos de interesse, como a Associação Americana de Folclore, para a qual contribuiu por dezessete anos, participando da edição da revista. Alguns biógrafos seus – mais especificamente Stocking Jr. –⁶⁶ interpretam como uma estratégia para atrair centros alternativos de poder institucional, e, assim, difundir suas ideias sobre o novo método antropológico.⁶⁷ Franz Boas propõe uma ruptura no campo de debates do evolucionismo ao inserir uma nova linha argumentativa. Por meio de seu rigor metodológico, vai se opor às teorias racistas dominantes e estabelecer o postulado da diversidade cultural.⁶⁸

L'Estoile, Neiburg e Sigaud⁶⁹ abordam o interesse da antropologia norte-americana pelas “populações submetidas ao processo de colonização interna do espaço nacional, [...] centrando sua atenção na diversidade social e cultural do país: índios, negros e imigrantes de origens diversas”. Em seguida, discutem a passagem da antropologia nacional, voltada essencialmente para o *nation-building* (como as antropologias mexicana ou bra-

⁶⁵ BOAS, F. A formação da Antropologia Americana, 1883 – 1911: antologia. Organização e introdução George W. Stocking, Jr. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004, p. 133.

⁶⁶ STOCKING JR., George W. (org. e introdução) In: BOAS, Franz. A formação da Antropologia Americana, 1883 – 1911: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

⁶⁷ BOAS, op.cit., p. 341.

⁶⁸ No ensaio intitulado “As limitações do método comparativo da antropologia” (1896), lido pela primeira vez em um encontro da *American Association for the Advancement of Science* – importante associação de classe que também ajudou a criar, juntamente com a revista *American Anthropologist*, fez uma crítica incisiva ao paradigma do evolucionismo cultural. Cf. BOAS, F. In: CASTRO, C. (org.). *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

⁶⁹ L'ESTOILE, B.; BEIBURG, F.; SIGAUD, L. Apresentação. In: _____. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2002, p. 25.

sileira) para uma antropologia “imperial” ou “metropolitana”. Já Goldman e Neiburg (idem) exploram as condições históricas nas quais foram se configurando os estudos sobre o “caráter nacional” nos Estados Unidos. Essa passagem vai ocorrer na década de 1940, no momento em que a chamada escola norte-americana de cultura e personalidade inaugurava uma abordagem antropológica de escala “nacional” aplicada às relações internacionais.⁷⁰

Partia-se, portanto, da diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade norte-americana. Esse pressuposto teórico, difundido por meio da antropologia *boasiana* e apropriado por vários de seus ex-alunos,⁷¹ configurou um campo de debates em torno das questões relacionadas aos padrões da “cultura nacional”. Seguindo essa perspectiva analítica, a cultura tenderia a moldar determinadas características da personalidade, apreendida por meio da língua, da cultura material e de tantos outros “traços culturais”.⁷²

Estabelecer os nexos e as afiliações intelectuais não é tarefa fácil, mas se faz necessário quando o objetivo é reconstruir um campo de estudo. Assim se pode pontuar tanto o alargamento da esfera de atuação antropológica e seus efeitos, quanto entender o modo como o processo repercutiu no Brasil. A antropologia, que surgiu vinculada aos museus, logo se difundiu, estabelecendo-se nas universidades e formando associações de classe. O impacto da mudança de perspectiva operada por Boas se fez sentir no Brasil, especialmente por meio dos escritos de Gilberto Freyre. Os intelectuais brasileiros, que haviam se apropriado inicialmente das teorias raciais desenvolvidas na Europa, em particular do Darwinismo social de Spencer, do Evolucionismo unilinear de Frazer e

⁷⁰ Referindo-se aqui à Segunda Grande Guerra e ao papel dos antropólogos vinculados à Escola de Cultura e Personalidade. GOLDMAN, M.; NEIBURG, F. Da nação ao império: a guerra e os estudos do “caráter nacional”. In: L'ESTOILE, B.; BEIBURG, F.; SIGAUD, L. (Orgs.) *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Faperj, 2002 p. 187-188.

⁷¹ Ruth Benedict, Margaret Mead, Bateson, Alfred Métraux, dentre outros.

⁷² Não é exagero afirmar que esse tema permeia a ação da Unesco, organização internacional criada após a Segunda Guerra Mundial. Mais adiante tratarei sobre a criação da Unesco e da sua importância para a criação de instrumentos normativos de proteção e promoção da diversidade cultural.

Tylor, bem como do positivismo de Auguste Comte, tiveram nas críticas de Boas ao evolucionismo um importante contraponto. Pode-se afirmar que, ainda que sob paradigmas evolucionistas, cunha-se, então, no Brasil, toda uma concepção de *Cultura Brasileira*, mesmo que com uma conotação diferente daquela estabelecida a partir da década de 1920, com o movimento modernista.

Temas instituidores da *brasilidade*: cultura popular, folclore e patrimônio.

Os conceitos de cultura popular e de folclore têm uma trajetória na história social, senão controversa, polêmica. Consolidam-se na Europa do século XIX, na era da chamada “descoberta do povo”,⁷³ e ganham significados diversos nas várias populações nacionais nascentes e conforme os grupos de intelectuais. A variedade de sentidos reflete a complexidade dos termos e de suas relações. Confrontados com o conceito de civilização, então alinhado à noção de progresso, parece conotar as particularidades, os modos de ser e de viver que variam de uma nação a outra. A ênfase na construção da unidade do território e da população, por meio de dispositivos de construção simbólica, de um sistema legislativo e da centralização política e administrativa são pontos relevantes para se entender a articulação entre os termos cultura e Estado nacional.

No Brasil, os debates sobre os elementos conformadores da nacionalidade ganharam dimensão analítica a partir da segunda metade do século XIX, quando estava em jogo uma série de interpretações sobre a sociedade e a cultura brasileira, que se expressava, sobretudo, por meio da literatura. As revistas literárias, os folhetins e as crônicas tematizam a questão nacional, dando à produção literária uma dimensão mais ampla, pela circulação social que dão a estes debates e pela diversidade de

⁷³ BURKE, P. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 31-49.

perspectivas que lançam.⁷⁴ A partir de 1870, começam a se estruturar as primeiras interpretações científicas sobre a nação e o nacionalismo. A tarefa que se impunha era a de construir a nação, inventar “tradições” e celebrar “costumes”. Nesse período, intensificaram-se as expedições de viajantes e naturalistas estrangeiros, que, desde as primeiras décadas do século XIX, percorriam o território brasileiro à procura de espécimes exóticos e raros, coletando-os para os museus de história natural europeus. Esses objetos e materiais diversos foram agregados aos acervos do nascente Museu Nacional e de outras instituições incipientes, como o Jardim Botânico e a Biblioteca Nacional, todas no Rio de Janeiro.

A construção das representações sobre a *brasilidade* apresenta no aspecto pitoresco uma importante – e recorrente – chave interpretativa. A esse modelo de *brasilidade*, gerado no momento em que se buscava identificar a época colonial como um passado “heroico” e “autêntico”, soma-se outra maneira de representá-lo: a de caráter folclórico e popular.

O século XIX significou para o Brasil fundamentalmente a conquista de uma autonomia política e administrativa em relação a Portugal, ao mesmo tempo em que se afirmava processualmente a ideia de *brasilidade*. Nas primeiras décadas pós-independência, um sentimento nacionalista muito forte localizado nos principais centros de produção intelectual se expressa, sobretudo, por meio de intelectuais e da literatura romântica. Para a “primeira geração” do romantismo no Brasil, a busca pelas “raízes da brasilidade” levaria a conhecer os antepassados e a construir a história da nação.

Fez parte desse movimento afirmativo nacional o aproveitamento de instituições de estudo e pesquisa criadas na primeira metade do século, dentre as quais destacavam-se o Museu Na-

⁷⁴ CÂNDIDO, A. O Método Crítico de Silvio Romero. São Paulo: Edusp, 1988.

cional, de 1818, a mais antiga instituição científica do Brasil, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1838, que procurou centralizar os esforços de teorização e de interpretação sobre a história literária e historiografia brasileira. Grandes nomes da política, das letras, das artes e da magistratura do país integravam seu quadro de associados.⁷⁵

Alguns expoentes, independentemente do vínculo com essas instituições, contribuíram para o avanço de uma reflexão sobre a cultura brasileira. Um deles foi Silvio Romero.⁷⁶ A originalidade de seus estudos produziu uma série de reflexões sobre o lugar de referência do mestiço na sociedade brasileira. O autor interessou-se pelo estudo do negro do ponto de vista da história social e da sociologia, apoiando-se em estudo precursor de Nina Rodrigues. Os trabalhos dos primeiros estudiosos da sociedade brasileira enfrentam um desafio conceitual.⁷⁷ Romero também o enfrenta: preocupado em contextualizar os autores e as suas obras, tornou-se um crítico rigoroso dos compiladores, dos nativistas e dos regionalistas. Não obstante a crítica romeriana empenhar-se em aprimorar as técnicas de coleta, fazendo alguma menção às circunstâncias em que foram colhidas, ainda assim a localização dos fenômenos permanecia indefinida.

O folclore, tomado como expressão mais pura de *brasilidade*, mobilizou parte substancial da intelectualidade, numa época em

⁷⁵ O IHGB foi criado juntamente com o Arquivo Público do Império e a Academia Imperial de Belas Artes, e integrou esforços na construção de representações de um Estado imperial centralizado e forte. Seu prestígio foi parcialmente abalado com a República pela inevitável associação com os símbolos e personagens do Império.

⁷⁶ Bacharelou-se em Direito em Recife, viveu alguns anos no Rio de Janeiro, e participou ativamente em diversas áreas da produção literária, como a crítica literária, a história, a poesia, o ensaio e o folclore. Presenciou o avanço da ciência e a divulgação do evolucionismo de Darwin, que marcou profundamente os autores que o influenciaram, como Renan e outros de seu tempo. Foi membro-fundador da Academia Brasileira de Letras e membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, além de ter participado de diversas outras associações literárias.

⁷⁷ Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, os pesquisadores brasileiros fundamentavam suas hipóteses na pesquisa empírica, mesmo a produção “pré-científica” da “geração de 1870”. Questiona-se, portanto, sobre a clivagem estabelecida por Florestan Fernandes dos estágios pré-científicos e científicos da produção das ciências sociais. Ver em: QUEIROZ, M. I. P. Desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e contribuição europeia: o caso brasileiro. *Revista Ciência e Cultura*, SBPC, 41(4): 378-388, abril 1989.

que as fronteiras disciplinares ainda não estavam definidas, proporcionando um trânsito entre o folclore, a literatura e a nascente ciências sociais. Esse sentido de *brasilidade* está presente em Romero, interessado, sobretudo, na compilação dos materiais de acordo com a sua suposta “origem” racial. Em suas análises, não obstante aparecerem os fatores condicionantes do meio e da raça, atribuía ao mestiço um papel de “agente transformador”. Como resultado de suas pesquisas sobre o folclore brasileiro, escreve *Cantos Populares do Brasil* (1883), *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil* (1888) e *Folclore Brasileiro* (1897).

Ao percorrer o pensamento social brasileiro e recuperar criticamente a tradição compilatória dos estudos de folclore, verifica-se uma clivagem entre esses trabalhos de pesquisa e de descrição em relação às ciências sociais incipiente. O folclore conjuga ou convida procedimentos menos científicos, tais como a reminiscência e a sobrevivência do que se está sendo perdido nas sociedades modernas. Essa “etnografia de urgência” privilegiou o registro pelo registro, sem estabelecer critérios para a interpretação e análise dos dados coligidos.

Coube a Dante Moreira Leite desenvolver uma reflexão crítica sobre os desdobramentos do pensamento de Silvio Romero. Seu livro *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, publicado em 1968, é resultado de sua tese de doutorado defendida em 1954, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Leite aponta para uma excessiva ênfase em aspectos psicossociais, em detrimento de uma perspectiva que considerasse também dados econômicos, sociais (*stricto sensu*) e políticos. A perspectiva ideológica, a seu ver, acabara desvirtuando a proposta de Romero de um conhecimento científico da “realidade brasileira”. Em seu trabalho, faz inicialmente uma caracterização geral do nacionalismo e de suas origens ao historicizar o processo de formulação do conceito de caráter nacional, com base em questões raciais e psicossociais.

sociais. Ao elaborar uma história literária da ideologia do caráter nacional brasileiro, o autor detém-se, então, na obra de Silvio Romero, destacando seu importante papel, ao ser apropriado de diferentes formas pelas gerações subsequentes que pensaram o Brasil.

Schwartzman,⁷⁸ referindo-se à noção de *brasilidade*, lembra que a constituição da nacionalidade não incorporou aquela busca às raízes mais profundas da cultura brasileira que faziam parte da vertente andradiana do projeto modernista, conforme será marcado na próxima seção; ao contrário, foram os aspectos relacionados ao ufanismo verde e amarelo, à história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e ao culto às autoridades que foram tomados pelo projeto de nacionalização. Essas representações produziram uma série de inquietações e questionamentos naqueles intelectuais que se propuseram a pensar os desígnios da nação brasileira. Silvio Romero, em *História da Literatura Brasileira*; Euclides da Cunha, em *Os Sertões*; Oliveira Viana, em *Evolução do Povo Brasileiro*; Mário de Andrade, em *Macunaíma*; Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*; Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala e Interpretação do Brasil*, e tantos outros que procuraram narrar, descrever, esclarecer, explicar ou descobrir o caráter nacional e a formação da sociedade brasileira.

A perspectiva tipológica possui uma forte conotação cultural, com acentuados “ingredientes psicossociais” sobre determinados personagens da Literatura e da História do Brasil. Segundo Otávio Ianni (2002), essa linha interpretativa deita raízes na produção romântica de José de Alencar e Gonçalves Dias, com ressonância nos escritos de Sílvio Romero e outros de seu tempo. “Trata-se da visão do Brasil, de sua história, como uma constelação de tipos, com alguns dos quais se constroem tipologias, sendo que em alguns casos desdobram-se em mitos e mitologias.”⁷⁹

⁷⁸ SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*. São Paulo: USP/Paz e Terra, 1984. p. 141.

⁷⁹ IANNI, O. Tipos e Mitos do Pensamento Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 49, 2002, p. 6.

São muitos os exemplos trazidos pelo autor: “o índio”, “o gaúcho”, “o sertanejo”, “Macunaíma”, “João Grilo”, “Jeca tatu”, “Antônio Conselheiro”, “Padre Cícero”. Em sua análise, Ianni destacou como desastrosa a construção dessa “constelação de tipos”.

É como se a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideias, alheios às relações, aos processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se poderia revelar mais abertamente os nexos e os movimentos da sociedade, em suas distintas configurações, e em seus desenvolvimentos históricos.⁸⁰

A década de 1920 foi determinante para a elaboração de um sentimento positivo de *brasilidade* e o marco desta “redescoberta do Brasil” foi o movimento modernista originado em São Paulo, em 1922. Os intelectuais modernistas, empenhados em formular novas interpretações sobre o Brasil, agregaram à imensa e “polifônica cartografia do imaginário brasileiro” suas inquietações e interrogações. As viagens de “redescoberta do Brasil” realizadas por Mário de Andrade e por um grupo de intelectuais modernistas, notadamente mineiros e paulistas, demarcam as fronteiras de *brasilidade*. No empenho de construir a imagem de um “Brasil real”, passaram a valorizar a herança colonial e as manifestações de caráter folclórico e popular. Tomados pelo sentimento de renovação da produção artística e comprometidos em fazer circular as novas ideias sobre a arte e a cultura brasileiras partiram em peregrinação às cidades mineiras. O contato com os artistas mineiros, exímios talhadores em madeira, impressionou a caravana de modernistas de 1924, que se interessou pela arte barroca e pelas igrejas e monumentos do período colonial, principalmente, os da segunda metade do século XVII e século XVIII.

⁸⁰ Ibid., p. 6

Foi para descobrir o Brasil e dá-lo a conhecer que Mário de Andrade empreendeu, juntamente com Blaise Cendrars,⁸¹ Olívia Guedes Penteadó, Oswald de Andrade e alguns intelectuais modernistas mineiros, uma viagem a Belo Horizonte e a cidades históricas mineiras. Foi também com esse mesmo objetivo que, em 1927, viajou pelo *Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega*, e, no ano seguinte, conheceu o Nordeste entre novembro de 1928 e fevereiro de 1929.

Em Mário, a ideologia da “unidade nacional” ganhava uma dimensão mais complexa, porque concebia a sociedade brasileira mais rica em suas expressões artísticas e culturais. Nogueira (2005) revela-nos a importância das “viagens de descoberta do Brasil e etnográficas” para Mário de Andrade,⁸² em se tratando da construção de uma política cultural nos anos de 1930, período em que começam a se institucionalizar novas práticas culturais voltadas para a construção das representações da nação. As duas “viagens etnográficas” corresponderam a momentos em que a sua estética nacionalista passa a atribuir novos valores aos bens culturais.

Na primeira viagem etnográfica, no ano de 1927, Mário de Andrade é acompanhado mais uma vez de Olívia Guedes Penteadó, pertencente à aristocracia urbana paulista e importante mecenas dos artistas modernistas. A viagem anterior a Minas Gerais havia estreitado os laços de amizade, e, com o convite feito por Olívia, Mário de Andrade acaba por aceitar e realiza seu grande desejo de conhecer a região Amazônica. A expedição percorreu de navio o litoral brasileiro e seguiu até o Norte, navegando pelo rio Amazonas até o Peru e pelo rio Madeira, em direção à Bolívia. Além de registrar uma série de canções, provérbios e contos, anotando-os em diários improvi-

⁸¹ O poeta francês Blaise Cendrars, ao lado de Apollinaire, revigorou a poesia francesa da primeira metade do século XX. Vale ressaltar que Cendrars veio ao Brasil em 1924, e incentivou o movimento modernista que aqui estava se constituindo.

⁸² O autor atribui às experiências de deslocamento pelo Norte e Nordeste do Brasil grande inspiração na sua obra literária. Cf. NOGUEIRA, A. G. R. *Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 99-175.

sados e papéis avulsos, Mário agiu como um fotógrafo atento às manifestações da cultura popular com as quais estabelecia contato. Inventou um verbo novo, o “fotar”, e produziu cerca de 500 fotografias nas suas viagens. E foi sobre esse material que trabalha por muitos anos, organizando-o a partir de dados novos, enviados por aquela rede de relações que estabelecera em suas viagens ao Norte e ao Nordeste. As viagens foram sendo narradas e criadas em diferentes vertentes: uma delas seria da crônica do cotidiano; outra, da investigação cautelosa sobre as expressões culturais e linguagens regionais; outra, ainda, da vertente ficcional.

O diário é um gênero literário híbrido e fragmentado pela sua própria lógica interna ao narrar experiências múltiplas e transitórias. Mas, ao ler os diários de viagens de Mário de Andrade, observa-se que o modo como trabalha e organiza seu material, pautado pela lógica da elegibilidade dos elementos narrativos, com suas sequências e roteiros do que deve ou não ser observado, serve como material empírico para a construção de seus textos literários. Como atesta Telê Ancona Lopez, a viagem ao Nordeste, entre novembro de 1928 e fevereiro de 1929, marcou o pesquisador do folclore. Mário visitou Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, e foi hóspede de intelectuais ilustres, como Câmara Cascudo, em Natal, e o poeta Jorge de Lima, em Maceió, firmando amizade que seria profunda e duradoura.⁸³ Para além dos contatos estabelecidos, converte-se em experiência de observação vivenciada “estuda a religiosidade popular, o Catimbó, a música de feitiçaria, tem seu corpo ‘fechado’ e passa o Carnaval no Recife. Na Paraíba encontra o cantador Chico Antônio, acompanhado de seu instrumento, o ganzá, ficando muito impressionado com sua capacidade de criador e de intérprete”.

Mário de Andrade tornou-se, portanto, um dos principais articuladores dos debates sobre a formação da sociedade e cultura bra-

⁸³ ANDRADE, M. In: *O Turista Aprendiz*. LOPEZ, T. P. A. (Introdução e Org.) Belo Horizonte: Itatiaia, 2002, p. 20.

sileiras. Sua *trajetória social*⁸⁴ é paradigmática, pelo grau de reconhecimento no campo intelectual, pelas constantes reconversões de seu capital cultural em capital técnico e político, por participar de uma produção literária de vanguarda e por integrar uma rede de relações bastante complexa: desde seus contatos com a instituição do patrimônio, passando pelos estudos de folclore, pela antropologia então nascente no país, até sua incursão na gestão pública. Nesse momento, o autor não considera mais:

O folclore como disciplina isolada, autônoma, colocando-o muito lucidamente enquanto ciência, como etnografia, pois não dispunha de meios para diferenciar as atribuições da Antropologia Cultural, da Etnografia e da Etnologia. Assim fazendo, está se insurgindo contra uma posição elitista de seu tempo que congelava o Folclore, dissociando-se dos demais fenômenos da sociedade e reduzindo-o à valorização do pitoresco.⁸⁵

A discussão sobre a temática da cultura brasileira é fortalecida com a implantação dos primeiros cursos de Ciências Sociais no país, com destaque para os da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e da Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934), ambas em São Paulo, e da Faculdade Nacional de Filosofia (1939), no Rio de Janeiro. Além disso, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP contratou professores visitantes, sobretudo franceses, para ministrarem os primeiros cursos de ciências sociais no Brasil.⁸⁶ No Rio de Janeiro, enquan-

⁸⁴ A noção de trajetória social, em Bourdieu, pressupõe pensar a história de vida e a produção acadêmica de determinado intelectual em relação ao seu "espaço social (...). Ela conduz a construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, (...) estando o sujeito a incessantes transformações". Portanto, Bourdieu não vai operar com uma noção linear de história de vida, já que as biografias tendem a operar com processos lineares e encadeamentos particulares. BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 189.

⁸⁵ ANDRADE, M. op.cit., p. 16.

⁸⁶ PEIXOTO, F. Franceses e Norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

to a Universidade do Distrito Federal e a Faculdade Nacional de Filosofia davam seus primeiros passos na institucionalização do curso de Antropologia como uma disciplina científica, o Museu Nacional já havia firmado uma posição de prestígio no campo da Antropologia física e biológica e Roquette Pinto avançava os estudos sobre a mestiçagem. O Museu Nacional formava cientistas “naturalistas”, incorporando-os aos seus quadros. Na gestão de Heloísa Alberto Torres,⁸⁷ intensificaram-se os intercâmbios e convênios do Museu com universidades e museus norte-americanos:

Naquele momento, o Museu Nacional teve um importante papel no que diz respeito à vinda de pesquisadores norte-americanos para o Brasil. Heloísa Alberto Torres é responsável por um intercâmbio com Franz Boas e Ruth Benedict, da *Columbia University*, e patrocina a vinda de jovens pesquisadores com o intuito de incrementar o treinamento de etnólogos.⁸⁸

Na relação entre Mário de Andrade e o Museu Nacional, merece destaque o seu papel articulador na expedição a Serra do Norte.⁸⁹ Em 1938, o jovem antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, professor da recém-inaugurada Universidade de São Paulo, conduziu seu primeiro trabalho etnográfico de campo, realizando pesquisas no Mato Grosso do Sul. Lévi-Strauss foi acompanhado por outro jovem “naturalista” do Museu Nacional, que se iniciava nas

⁸⁷ Antropóloga, dirigiu o Museu Nacional de 1937 a 1945, tendo sido responsável pela restauração do prédio e inauguração da exposição permanente dessa instituição. Intelectual de prestígio, presidiu o Conselho Nacional do Índio, Conselho Internacional de Museus no Brasil e foi Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cf. CHUVA, M. R. R. **Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)**. Tese de Doutorado em História. v. I e II. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1998, p. 499; RIBEIRO, A. M. M. **Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcelos: Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

⁸⁸ PEIXOTO, F. op. cit., p. 513.

⁸⁹ CASTRO FARIA, L. **Um Outro Olhar: diário da expedição à Serra do Norte**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.

pesquisas etnológicas. Seu nome é Luiz de Castro Faria,⁹⁰ designado pela Diretora, Heloisa Alberto Torres, como representante do Museu Nacional e do governo brasileiro.

A viagem que parte de São Paulo e a visita ao Departamento de Cultura são narradas por Castro Faria com o entusiasmo de um “praticante gratuito”, que recebe essa missão como um verdadeiro ritual de iniciação à antropologia. Em São Paulo, na função de pesquisador do Museu Nacional, examina a coleção de etnografia regional do Norte, pertencente ao Departamento de Cultura,⁹¹ reconhecendo o seu inegável valor para a ciência. Nessa ocasião, trava conhecimento com Mário de Andrade e cria-se a partir daí uma relação marcada pela admiração recíproca. Segundo Castro Faria, duas dedicatórias balizaram seu tempo de convivência com Mário de Andrade: a primeira, em 1938, e a segunda, em 1942.⁹²

Da sua atuação na direção do Departamento de Cultura, Mário de Andrade se descobre um gestor cheio de projetos para colocar em prática. O contato com os antropólogos e os estudos etnográficos o levou a promover cursos e levantamentos de pesquisa no período em que dirigiu o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). Ao vislumbrar a possibilidade de estruturar, via administração pública, um caminho para se preservar e recuperar as manifestações da cultura popular, cria a Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), em 1936. Para tanto, conta com as ideias inovadoras do casal Lévi-Strauss e a colaboração de Arthur Ramos, Edmundo Krug entre outros. Sua primeira iniciativa foi montar um curso de duração de seis meses,

⁹⁰ O antropólogo Luiz de Castro Faria, falecido em 2004, aos 91 anos, foi professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi por duas vezes presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), além de ter sido um dos fundadores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional e fundador do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) da UFF.

⁹¹ CASTRO FARIA, L. op. cit., 2001, p. 35.

⁹² CASTRO FARIA, L. *Lições de sabedoria e generosidade*. Lembranças de Mário de Andrade. S.P., 21/09/1992. (CFDA 09.06.097). Dedicatórias em que Mário emprega as seguintes expressões: “ao Castro Faria, lembrança muito grata” (1942); “Ao Castro Faria, como lembrança amiga” (1938).

ministrado por Dina Lévi-Strauss,⁹³ com objetivo de formar folcloristas para trabalhos de campo. O curso surpreende a todos pela grande aceitação e procura. No ano seguinte, por meio dos contatos com a sra. Lévi-Strauss, a Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF) recebe o convite para participar dos trabalhos do Congresso Internacional dessa área do conhecimento, em Paris, em junho de 1937. Preparou-se como ensaio metodológico um projeto de “Cartografia folclórica no Brasil”, publicada, sem os mapas, sob o título: *Etudes Cartographiques des tabus alimentaires e des danses populaires*, nos volumes dos *Travaux du 1^{er} Congrès International de Folklore*, apresentado por Nicanor Miranda, e, segundo consta nos anais do congresso, merecendo referências elogiosas de Georges Henri Rivière, Secretário do evento.

No entanto, a importância da SEF na divulgação do folclore e da pesquisa científica no Brasil se traduziu, sobretudo, na rede de relações estabelecidas entre intelectuais e acadêmicos, principalmente professores da Universidade de São Paulo – USP, destacando-se as figuras de Emilio Willems, Livre-docente de Sociologia Educacional e um dos sócio-fundadores da SEF; Lavínia Costa Vilela, também professora e assistente do professor Roger Bastide, assumindo, inclusive, funções administrativas de secretariado na SEF; Claude Lévi-Strauss, recém-contratado como professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH). Além disso, as correspondências com outros órgãos da administração pública municipal, prefeituras e fundações do interior de São Paulo, com professores e diretores de escola, convocando-os a participar do “inquérito folclórico” produzido pela SEF e a responder aos questionários encaminhados configuram essa rede espraiada de associados.⁹⁴

⁹³ Dividiu o curso em 23 aulas, produzindo para cada dia uma apostila com temática diversa: as quatro primeiras aulas foram dedicadas à Antropologia física; da 5ª a 8ª ao folclore – análise de objeto decorado, a música; as 9ª e 10ª, aos instrumentos musicais; 11ª à dança e o drama; 12ª, aos jogos; 13ª: contos, lendas, mitos, provérbios; 14ª: cultura material; 15ª: classificação dos objetos; 16ª e 17ª: plano de habitação e arranjo das diferentes partes; 18ª: o fogo – armas e instrumentos; 19ª e 20ª: o arco e a flecha – a tecelagem – a cerâmica; 21ª e 22ª: a cerâmica; 23ª: linguística.

⁹⁴ Catálogo do Arquivo da Sociedade de Etnografia e Folclore (1993). Versão digital http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/acervo/sef_1.swf. Acessado em 02/01/08.

Em 1938, recém-saído da Diretoria do Departamento de Cultura e convidado a ministrar um curso de Filosofia e História da Arte na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, dedica sua aula inaugural a um tema da cultura popular: *O artista e o artesanato*. Nas sessões seguintes, focaliza questões conceituais “do primitivo”; das “noções sobre o primitivo”; do “primitivo pré-histórico”; do “homem natural”; “das fases históricas comparadas”; da “comunhão social”.⁹⁵ No entanto, em suas descobertas estéticas, aproxima-se cada vez mais dos debates das ciências sociais, abordando temáticas sobre a mentalidade primitiva, conforme Lévy-Bruhl, Tylor e Frazer e a literatura antropológica produzida na Alemanha.⁹⁶ E por meio de uma concepção ampliada de arte e cultura, a um só tempo abrangente e vertical, embasa a sua conceituação para um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.

Mário de Andrade via com entusiasmo a iniciativa de uma agência de proteção do patrimônio nacional. A discussão sobre a criação de uma agência com essa incumbência iniciou-se na viagem às cidades de Minas, na década de 1920, quando se mostrou reveladora de uma cultura “autenticamente” brasileira, mas também produziu uma série de denúncias sobre a situação de abandono dessas cidades. Desde então, os intelectuais que participaram da “caravana de redescoberta do Brasil” passaram a escrever artigos, alertando para a ameaça da perda irreparável dos monumentos de arte colonial, considerados “autêntica” tradição nacional.

Ainda que houvesse tensões nos modos de compreender as relações entre cultura e nação, o grupo de intelectuais modernistas que se manteve ao lado de Gustavo Capanema, ministro da Educação

⁹⁵ ANDRADE, M. *Curso de Filosofia e História da Arte & Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: Centro de Estudos Folclóricos/GFAU, 1955.

⁹⁶ Em palestra realizada do Laboratório de Educação Patrimonial da Universidade Federal Fluminense (LABOEP/FEUFF), Telê Ancona Lopez, pesquisadora responsável pelo acervo de Mário de Andrade e autora de muitos livros sobre a sua trajetória social, apresentou-nos um quadro muito ampliado das suas leituras, revelando em seu acervo documental livros e revistas editados em alemão. Vale destacar a assinatura da revista *Der Querschnitt*, “O Corte Vertical”, cujas imagens, planos e poses abriram-lhe novas perspectivas de olhar.

e Saúde Pública de 1934 a 1945, buscava consolidar um projeto centrado na ideia de *brasilidade*.⁹⁷ Mais uma vez, observou-se que as perspectivas eram divergentes mesmo quando pareciam dar à noção o mesmo sentido. A valorização das diferentes manifestações culturais como identificadoras da “brasilidade”, como almejava Mário de Andrade, perdia espaço para uma concepção universalista de arte e cultura que se enquadrava na classificação tradicional da história da arte ocidental.

A problemática da *proteção do patrimônio histórico e artístico* deve envolver relações entre instituições, dentre as quais se destacam: o Ministério de Educação e Saúde Pública (1930) que abrigava o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937) e a Universidade do Brasil (1937); o Conselho de Expedições Artísticas e Científicas (1933); a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), vinculada ao Museu Histórico Nacional (1922); o Departamento de Imprensa e Propaganda (1939). Apesar de bastante diversas, todas essas instituições foram “pensadas para exercer controle centralizado sobre o espaço e as pessoas”, conforme enfatiza Castro Faria, que vai chamar a atenção para a *trama de contexto* entre agentes e agências. Portanto, não se pode pensar a instituição do patrimônio sem considerar as outras instituições criadas por dentro de uma política de Estado nacionalista, bem como os atores sociais à frente das mesmas. São os nacionalismos retóricos, literários e os de Estado os suportes ideológicos que sustentam o sistema político brasileiro nesse período.⁹⁸

⁹⁷ A elaboração de um projeto cultural em seu sentido amplo não se constitui como uma problemática nova em nossa história cultural. Observa-se desde o romantismo que a questão da *brasilidade* era um problema debatido pela elite culta do país. Cf. MORAES, E. J. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 73.

⁹⁸ CASTRO FARIA, L. Nacionalismos, nacionalismos – dualidade e polimorfia. In: CHUVA, M. (org.) *A Invenção do Patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 1995, p. 29-37. Em entrevista a Ângela de Castro Gomes, Castro Faria revela que, para além do material divulgado no ensaio sobre a invenção do patrimônio, “prepara um fichário desses vários nacionalismos, com designações colhidas em textos de época: há o nacionalismo católico, nacionalismo de Petrópolis, nacionalismo disso ou daquilo. São vários os nacionalismos”. Ver entrevista com o professor Luís de Castro Faria. In: GOMES, A. C.; NEDER, G. *Antropologia no Brasil: Trajetória intelectual do prof. Luís de Castro Faria*. *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, v. 2, no. 4, dezembro de 1997, p. 182.

Miceli,⁹⁹ ao contextualizar as transformações ocorridas no período, destaca como eixos de investigação a criação dos novos cursos superiores, a expansão da rede de instituições culturais e o surto editorial. O autor localiza dentro do aparelho de Estado as múltiplas inserções desses intelectuais, formações e pontos de vista em conflito.

A lógica dos formuladores da agência de patrimônio: o anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto-lei nº 25/1937 de Rodrigo M. F. de Andrade

Na história do pensamento social brasileiro, as figuras de Mário de Andrade e de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao lado da de Gustavo Capanema, tornaram-se paradigmáticas no que toca a idealização, articulação e gestão das primeiras ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Mário de Andrade, escritor já então consagrado pela crítica e por seus pares e diretor do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, foi convidado a elaborar um projeto de lei que dispunha sobre a criação de um Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito de ministério de Educação e Saúde Pública. Fora escolhido pelo Ministro Gustavo Capanema justamente por ter uma obra reconhecida, dedicada à tarefa de expressar a *verdadeira* identidade do brasileiro, obtida por meio do estudo e classificação do material recolhido em suas viagens etnográficas. Desafiado a criar as bases conceituais e organizativas da agência de preservação, Mário de Andrade entregou ao Ministro Capanema, em março de 1936, o “Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional” e indicou, juntamente com Manuel Bandeira, o jornalista e advogado mineiro Rodrigo Melo Franco

⁹⁹ MICELI, S. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil: 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.

de Andrade¹⁰⁰ para a direção da agência, principal instituição de proteção dos bens culturais do país e que veio substituir a Inspetoria de Monumentos Nacionais, dirigida por Gustavo Barroso.¹⁰¹

Diversos trabalhos analisam o papel mediador do anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do SPHAN.¹⁰² Márcia Chuva revela a “profunda intertextualidade” do anteprojeto quando cotejado ao Decreto-lei nº 25/1937. Ma. Cecília Londres Fonseca reforça a importância da “noção de arte” como um “conceito unificador da ideia de patrimônio”. Já Antônio Gilberto Nogueira, ao reafirmar as condições sociais de sua produção, enfatiza a concepção de inventário proposta no anteprojeto de Mário de Andrade.¹⁰³ Apesar de todos contribuírem com novas perspectivas de análise, produziu-se um consenso sobre a amplitude das questões conceituais suscitados pelo texto do anteprojeto.

Mário de Andrade classificou as obras de arte patrimoniais de acordo com as respectivas áreas de conhecimento.¹⁰⁴ Na categoria “artes arqueológica e ameríndia”, “incluem-se todas as manifes-

¹⁰⁰ Rodrigo M. F. de Andrade bacharelou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Na década de 1920, foi redator-chefe da *Revista do Brasil* e diretor de *O Jornal*, na Capital Federal. Rodrigo era um liberal que se engajou no modernismo a partir de suas relações pessoais constituídas ainda em Minas Gerais, e depois no Rio de Janeiro e em São Paulo. Envolveu-se com o governo Vargas desde seus primeiros anos, como Chefe de Gabinete de Francisco Campos, no MES, por curto período de 5 meses, ocasião em que indicou o nome de Lúcio Costa para a direção da Escola de Belas Artes, que mais tarde vai se juntar à sua equipe do SPHAN, ao lado de Carlos Drummond de Andrade. CHUVA, M. R. R. *Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese de Doutorado em História. vol. I e II. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1998, 1998.

¹⁰¹ Escritor, jornalista e advogado, o cearense Gustavo Barroso foi o primeiro Diretor do Museu Histórico Nacional, criado em 1922. A Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada em 1934, funcionou nas dependências do Museu Histórico Nacional até a sua extinção, em 1937. “Encarregada de identificar, classificar e restaurar os principais sítios históricos brasileiros [...] Em Ouro Preto, a Inspetoria conduziu entre 1934 e os meados de 1936 obras de restauração em algumas dúzias de fontes e igrejas”. A esse respeito ver: WILLIAMS, D. “Sobre patronos, heróis e visitantes. O Museu Histórico Nacional, 1930-1960”. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 29, 1997.

¹⁰² CHUVA, op. cit., 1998, p. 175; FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997, p. 108.

¹⁰³ NOGUEIRA, A. G. R. *Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p.253.

¹⁰⁴ ANDRADE, M. “Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”. *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo M. F. de Andrade, 1936-1945*. Brasília: SPHAN/FNPM, 1981, p. 40-41.

tações que de alguma forma interessam à arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndia”. Na “arte popular”, compreendem-se “todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à etnografia, com exclusão da ameríndia”. Desse modo, o autor explora, em cada uma das oito categorias de obra de arte patrimonial, as condições de pertencimento/ inclusão nos quatro *livros de Tombamento*, a saber, Arqueológico e Etnográfico, Histórico, das Belas-Artes e das Artes Aplicadas, com seus respectivos museus integrados.¹⁰⁵

No texto do anteprojeto¹⁰⁶ havia a preocupação em documentar todo o tipo de “obra tombada”, fosse por meio de fotografias, fosse por meio de registro escrito, com descrições pormenorizadas e características gerais da obra, tamanho, condições de conservação, autor e sua biografia, datas e justificação de seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico. E, no caso de ser “obra folclórica”, Mário acrescentava a necessidade de se acompanhar a sua reprodução cientificamente exata (quadrinhas, provérbios, receitas culinárias etc.). Especificamente, no caso da “obra musical folclórica”, seria conveniente que a proposta fosse acompanhada de uma descrição geral de como era executada, e, se possível, a reprodução da música por meios manuscritos; além da descrição das danças e instrumentos que a acompanham, com datas em que estas cerimônias se realizam, além de propor-se a filmagem científica.¹⁰⁷

Considero produtiva a análise de Nogueira sobre o caráter central das práticas de inventário no anteprojeto de Mário de Andrade,

¹⁰⁵ ANDRADE, *Ibid.*, p. 40-43.

¹⁰⁶ Retomo aqui a maneira como tal processo passou a integrar os discursos de preservação, recuperando no anteprojeto de Mário de Andrade a acepção fundadora dessa prática pelo órgão federal. Segundo Antônio Gilberto Nogueira, a ideia de inventário enquanto gênero de trabalho sistemático de registro e documentação está presente no anteprojeto de Mário de Andrade para a criação da agência estatizada de preservação. Cf. NOGUEIRA, *op.cit.* Grifos nossos.

¹⁰⁷ ANDRADE, M. “Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”. *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo M. F. de Andrade, 1936-1945*. Brasília: SPHAN/FNPM, 1981, p. 40-43.

principalmente, enquanto gênero de trabalho sistemático de registro e documentação das manifestações culturais de natureza folclórica e popular.¹⁰⁸ Vale lembrar que Mário de Andrade se contrapunha à falta de contextualização dos levantamentos folclóricos da sua época, porque não se ajustavam aos rigores de coleta etnográfica; fato este que gerava “descrições imprecisas” e “conclusões apressadas”.¹⁰⁹ Ele também condenava as interferências feitas pelos folcloristas, “tanto sob o ponto de vista da técnica da poesia como quanto [da] inteligibilidade”. Para esse autor, “mesmo os estudos de Sílvio Romero sobre poesia popular refletem mais a curiosidade apaixonada e o polimorfismo do escritor, que uma tendência para encarar sistematicamente o Folclore”, apesar de reconhecer a “honestidade” de seu trabalho. Andrade ainda é implacável ao afirmar que “além da indiferença dos governos e dos milionários, o folclore científico sofre [...] a concorrência impudica do amadorismo, escandalosamente protegido pelas casas editoras e o aplauso do público”.¹¹⁰

O desinteresse pelas questões relacionadas ao folclore foi particularmente observado na consecução das políticas preservacionistas vinculadas ao Serviço de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).¹¹¹ O Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, conferiu ao SPHAN o dever de proteger “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História

¹⁰⁸ NOGUEIRA, A. G. R. *Por um Inventário dos Sentidos*: Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

¹⁰⁹ Tais críticas foram retomadas décadas seguintes pelo eminente sociólogo Florestan Fernandes. Ver FERNANDES, F. O *Folclore em Questão*. 2. ed. São Paulo: editora Hucitec, 1989.

¹¹⁰ ANDRADE, M. “Folclore”. In: Moraes, R. B. E Berrien, W. (orgs.) *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: gráfica editora Souza, 1948, p. 285-317, p. 285, 287.

¹¹¹ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado por meio da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que organizou o Ministério da Educação e Saúde Pública sob o comando do advogado e político mineiro Gustavo Capanema, teve a sua ação de proteção regulamentada pelo Decreto-lei 25, de 30/11/1937. Márcia Chua analisa comparativamente o Decreto-lei nº 25/1937 a outros textos que o antecederam, em especial o anteprojeto de Mário de Andrade, atestando a amplitude deste último nas questões referentes ao folclore e à cultura popular. Cf. CHUVA, M. R. *Os Arquitetos da Memória*: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). Tese de Doutorado em História. vol. I e II. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1998; FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: Iphan, 1997.

do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”; além disso, equiparou ao conjunto de bens, com o mesmo princípio de proteção, “os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”.¹¹²

O Decreto-lei nº 25/1937, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e tendo por base o anteprojeto de Mário de Andrade, conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. A formação de Rodrigo nas ciências do direito o gabaritou para a empreitada de criar um instrumento legal de proteção e acautelamento dos bens patrimoniais, dando uma feição jurídica ao texto do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade.

O instituto do *tombamento* é o instrumento jurídico de que dispõe o Estado brasileiro para garantir a proteção dos bens patrimoniais, mas estava voltado basicamente para garantir ao órgão que surgia os meios legais para sua atuação num campo extremamente complexo, que regulamenta a questão da propriedade.¹¹³ No *tombamento*, o Estado intervém na propriedade privada, protegendo bens de ordem histórica, artística, arqueológica, etnográfica e paisagística. O ato gera alguns relevantes efeitos no que concerne ao uso e à alienação do bem tombado, tais como: ser vedado ao proprietário destruir, demolir ou mutilar o bem; ser obrigado a informar toda reforma ou restauração ao órgão público; informar no caso de alienação do bem ao Poder Público, que possui o direito de preferência. Finalmente, cabe ressaltar que o *tombamento* não gera obrigatoriedade de o Poder Público indenizar o proprietário do imóvel.

Voltando-nos para a trajetória de seu principal gestor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a agência estatizada de preservação era comandada por um intelectual que dispunha de relativo prestígio dentro

¹¹² ANDRADE, R. M. F. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952.

¹¹³ FONSECA, op.cit., p. 114.

dos círculos artísticos e literários modernistas dos anos de 1920 e 1930. Apesar de uma trajetória literária acanhada, ao publicar um único livro de contos, *Velórios*,¹¹⁴ que pouca gente conhece, como lembra Luiz de Castro Faria ao recordar os seus contatos com o Diretor do Serviço,¹¹⁵ Rodrigo foi editor de revistas e jornais na capital mineira. Na verdade, sua carreira não foi literária, mas voltada para a burocracia do Estado, dirigindo a agência estatizada de patrimônio por mais trinta anos. Mas foi a partir de meados dos anos de 1930, quando se dedicou à tarefa de organizar e dirigir o Patrimônio Nacional, que Rodrigo passa a refletir e a escrever sobre o tema. Escreveu pequenos textos e artigos, publicados em jornais da época, tornando-se um especialista em história da arte e arquitetura no Brasil.¹¹⁶ Seu livro sobre os mestres e artífices dos séculos XVII e XVIII, reúne uma série de artigos sobre os monumentos da arquitetura religiosa barroca, edifícios públicos, casas de câmara e cadeia.¹¹⁷ Rodrigo tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Nacional de Belas Artes de Portugal e do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Museus. Seu prestígio no campo temático do patrimônio pode ser mensurado pelos Títulos Honoríficos acumulados: Doutor *honoris causa* da Escola de Belas Artes, da Universidade do Recife e Cavaleiro Oficial de Ordem do Mérito da República Italiana.

Da interlocução estabelecida entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, legítimos formuladores dos aparatos jurídico e conceituais que organizam a agência do patrimônio, pode-se apreender algumas afinidades e tantas outras diferenças entre os pensamentos desses dois intelectuais. Quanto às afini-

¹¹⁴ Publicado pela primeira vez em 1936, somente em 2004, o livro ganha uma segunda edição pela editora Cosac Naify.

¹¹⁵ Heloisa Alberto Torres aproximou Luiz de Castro Faria da roda de intelectuais que a partir de 1938 acompanhou a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do SPHAN. Cf. CASTRO FARIA, L. *Um Outro Olhar: diário da expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2001, p. 23.

¹¹⁶ ANDRADE, R. M. F. *Artistas Coloniais*. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1997; ANDRADE, R. M. F. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952.

¹¹⁷ ANDRADE, R. M. F. *Artistas Coloniais*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 11.

dades, afirmaram-se como homens públicos e devotados à causa do patrimônio nacional.¹¹⁸ Outro ponto que os aproximava era a intenção de romper com as teses *geografizantes* das origens da “cultura nacional”. Rodrigo escreve um artigo na *Revista do Brasil*, em 1927, atacando abertamente Plínio Salgado e confrontando-se com os modernistas conservadores da corrente “verde e amarelo”.¹¹⁹ Mário, por sua vez, seguro de seu projeto de “redescoberta” do Brasil, propõe uma *desgeografização* das tipificações e um investimento na aceitação de uma diversidade experimentada a partir de seus deslocamentos pelo território nacional.

No anteprojeto de Mário de Andrade estava prevista uma Seção de Publicidade, que, dentre outras atribuições, editaria uma *Revista Nacional de Artes*. Essa ideia foi levada adiante com muito entusiasmo pelo então Diretor do Serviço, Rodrigo Melo Franco de Andrade, homem das letras e da arte. Data desse período, portanto, o lançamento de duas séries de publicações do SPHAN: a *Revista do SPHAN* e a chamada *Publicações do SPHAN*. Esses dois produtos editoriais do SPHAN tiveram grande circulação nos meios intelectuais e acadêmicos. Como ressalta Chuva (1998, 2004), tais publicações “constituíam uma rede de alianças e uma reciprocidade nas trocas em que seus discursos legitimavam a ação institucional”.¹²⁰

O estudo de Márcia Chuva sobre as duas séries de publicações do SPHAN, nas duas primeiras décadas de institucionalização da agência de patrimônio (1930 e 1940), revela um enovelado contexto de relações de tensão e disputa do campo intelectual. O

¹¹⁸ GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ IPHAN, 1996; SANTOS, M. V. *O tecido do tempo: a ideia de Patrimônio Cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese de Doutorado. Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, 1992.

¹¹⁹ CHUVA, M. R. R. *Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese de Doutorado em História. vol. I e II. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1998, p. 291.

¹²⁰ CHUVA, Márcia “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”. *Topoi: revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ/ 7 Letras, 2004, v. 4, n. 7, jul.-dez., 2003. CHUVA, op.cit, 1998.

status diferenciado que o antropólogo adquire naquele momento evidenciava-se por sua forte presença na composição do Conselho Consultivo e por sua contribuição nas publicações da agência, contribuições essas que conferiam um novo enfoque para as questões relacionadas à proteção do patrimônio nacional. Considerando-se que os estudos etnográficos representavam apenas 5,7% da produção literária da Revista,¹²¹ a tendência natural seria minimizar a importância da categoria profissional do antropólogo no âmbito do projeto editorial do SPHAN. Entretanto, deve-se enfatizar que seus artigos sobre a cultura material, os acervos arqueológicos, as habitações indígenas e o patrimônio socioambiental representavam uma considerável ampliação de perspectiva na discussão sobre o patrimônio de modo geral.

Foi o que se extraiu observando-se sua concentração dentre os membros do Conselho Consultivo, espaço reservado aos “intelectuais ilustres”, onde a produção discursiva deveria ser solidamente construída. Eles ampliaram, potencialmente, o discurso possível do SPHAN, via de regra, pela diversidade de objetos culturais com que lidavam.¹²²

Escreveram, nessas séries, intelectuais de renome, amigos de Rodrigo M. F. de Andrade e assíduos frequentadores de seu gabinete. Alguns deles compunham o Conselho Consultivo do SPHAN, como Heloísa Alberto Torres e Afonso Arinos de Melo Franco, que era filho de diplomata e descendia de tradicional família de políticos e intelectuais. Afonso Arinos participou por longos anos do Conselho Consultivo do Patrimônio, ministrou cursos¹²³ para

¹²¹ CHUVA, M. R. R. *Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese de Doutorado em História. vol. I e II. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1998, p. 331.

¹²² *Ibid.*, p. 325

¹²³ FRANCO, A. A. M. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005. O livro é o resultado de cinco conferências realizadas em 1941, por Afonso Arinos de Melo Franco, como parte da formação do insipiente corpo técnico da instituição. Inicialmente editado em 1944, como parte da coleção de monografias editadas pelas Publicações do SPHAN.

técnicos da instituição, publicou na Revista do SPHAN, além de ter participado das reuniões de Gabinete.

Nas duas primeiras décadas de institucionalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estiveram presentes no Conselho Consultivo os seguintes antropólogos: Edgard Riquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres, Raimundo Lopes e Alberto Childe, todos com algum tipo de vínculo funcional com o Museu Nacional.

O primeiro número da Revista do Patrimônio traz profundas contribuições para o entendimento das múltiplas representações concorrentes sobre o que se considerava patrimônio da nação. Como analisa Chuva (1998), as publicações do SPHAN se caracterizavam por certa ampliação do escopo de análise, uma vez que seus autores partiam de posições bastante diferenciadas dentro da agência estatizada. Márcia Chuva analisa a atuação e a trajetória dos autores que escreveram para a Revista do Patrimônio no decênio de 1937 a 1947, os dividindo em três grupos, a saber: o de intelectuais que frequentavam o gabinete de Melo Franco de Andrade, composto por uma elite com projeção social e política, mas que não faziam parte da estrutura burocrático-administrativa do Serviço; os acadêmicos e profissionais com vínculo funcional e que participavam do Conselho Consultivo; os funcionários de ilibado reconhecimento intelectual; e, por fim, os convidados. Responsáveis por uma “produção discursiva descritiva e classificadora do patrimônio histórico e artístico nacional”, esses intelectuais escreveram sobre temas variados.¹²⁴

Mesmo aqueles antropólogos do Museu Nacional do Rio de Janeiro que colaboravam no Conselho Consultivo nesse período da pesquisa de Chuva – nas décadas de 1930 e 1940 – observou-se tratarem de assuntos bastante diversos: enquanto Heloísa Alberto Torres elaborou artigo sobre o “estudo da proteção do material arqueológico e etno-

¹²⁴ CHUVA, M. R. R. *Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese de Doutorado em História. vol. I e II. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1998, p. 320 - 324.

gráfico”, assunto esse que estava no centro do debate da instituição da qual ela era a Diretora e que congregava antropólogos europeus e norte-americanos para a problemática dos sambaquis brasileiros, Edgard Roquette-Pinto escrevia sobre a temática da *Estilização*. Raimundo Lopes preocupou-se em relatar sobre “a pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão”, além de refletir sobre “A natureza e os monumentos culturais”, temática bastante lateral dos debates daquela época, mas foi sendo incorporada pela agência de preservação nas décadas de 1970 em diante.

O *Guia da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (1991) permite que se tenha um panorama dos temas e problemas tratados pelas publicações do Patrimônio, no período que vai desde 1937 até 1991. Por ser um índice cumulativo por assuntos e autores, a análise de suas partes revela certa imprecisão na inclusão de determinados autores em seus respectivos assuntos. Sigo, no entanto, a classificação do próprio instrumento. Procuo me referir aos temas e problemas que interessam a essa pesquisa, a saber: antropologia, arqueologia, artesanato, bens culturais, cultura – cultura e sociedade, cultura popular, cultura indígena –, etnografia, identidade cultural, patrimônio arqueológico, patrimônio cultural e política cultural.

Poder-se-ia fazer muitas interpretações da análise desse guia de publicações. A primeira delas, diz respeito ao espaço dado a arqueologia em relação à antropologia, que nesse instrumento aparece praticamente de maneira residual. No entanto, uma observação mais atenta revela que a antropologia se diluiu em outros temas, como: carnaval, identidade cultural, cultura, artesanato, e tantos outros. Chamou-me atenção, porém, a recorrência da arqueologia nos debates da preservação do patrimônio nacional. Observei, também, uma ampliação considerável dos temas e problemas tratados pela antropologia, cada vez mais pautada pelo princípio do relativismo cultural, pelas noções de dinâmica cultural e de processo e de adesão ao postulado da diversidade cultural.

Busco, portanto, reconstituir o lugar do antropólogo nos debates do patrimônio nacional. Se, hoje, a figura do antropólogo se faz presente e atuante constante nos debates do patrimônio imaterial, sua presença se faz notar desde a concepção da agência de preservação, principalmente nas instâncias do Conselho Consultivo e nas publicações da instituição. Intelectuais vinculados às instituições científicas, aos museus e às universidades ainda incipientes na área de ciências humanas e sociais aplicadas participaram dos debates do campo temático do patrimônio, muitas vezes celebrando convênios em áreas específicas, como no caso do patrimônio arqueológico que apresento a seguir.

2. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil.¹²⁵

Quando o arquivo é o campo

O professor Luiz de Castro Faria revelou a seus alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, por ocasião da “aula inaugural” realizada excepcionalmente em sua casa,¹²⁶ seu percurso pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro ao deixar o gabinete de dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nesse relato, fez referência a certos “lugares de memória”, cenários e personagens com os quais manteve uma relação duradoura.

¹²⁵ Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. bum.* [online]. 2009, vol.4, n.3, pp.421-435. ISSN 1981-8122. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222009000300005>.

¹²⁶ Esse curso, ministrado no primeiro semestre de 2004, contou com a participação dos professores Alfredo Wagner Berno de Almeida (com quem Luiz de Castro Faria dividiu a disciplina) e Heloisa Maria Bertol Domingues (como professora colaboradora). Todas as aulas foram ministradas nas dependências da Universidade Federal Fluminense, com exceção desta aula, marcada na casa do professor Luiz de Castro Faria, no bairro de Icaraí, em Niterói. Foram lançados, recentemente, dois livros com os seus programas do curso no Museu Nacional e na Universidade Federal Fluminense. No primeiro, além de constar a última ementa de curso, conta com a reprodução de uma palestra do professor Castro Faria, proferida no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, em junho de 1995. Cf. CASTRO FARIA, L. *Antropologia: duas ciências*. ALMEIDA, A.W.B.; DOMINGUES, H.M.B. (orgs.). Rio de Janeiro: CNPq/Mast, 2006. Já o segundo livro apresenta um panorama dos planos de cursos ministrados por ele no Museu Nacional da UFRJ, iniciados no segundo semestre de 1968 e concluídos em 2000. O volume também traz a ementa de seu último curso na UFF, além de análises e depoimentos de ex-alunos e colaboradores de Castro Faria, em sua longa trajetória de docência. Cf. CASTRO FARIA, L. *Antropologia Escritos Exumados 3. Lições de um praticante*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2006.

Esse depoimento espontâneo e circunstancial foi tão contundente que provocou em mim o interesse em melhor compreender as múltiplas posições e pertencimentos de uma trajetória social tão rica e, no entanto, apagada pelo tempo. Os contatos estabelecidos entre Luiz de Castro Faria e Rodrigo Melo Franco de Andrade me pareceram uma boa pista para entender a sua participação na legislação de preservação dos sambaquis brasileiros. Era o professor Castro Faria falando de seu duplo: o pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro e o gestor público engajado nos debates sobre o valor científico dos monumentos arqueológicos e a importância de uma proteção específica para os sítios, jazidas e inscrições rupestres. Na função de chefe do setor de antropologia, vindo depois a se tornar diretor da instituição, ocupava posições de prestígio dentro dos campos acadêmico e político-institucional. Minha indagação central era sobre o significado e o alcance da aproximação entre os campos da antropologia e do patrimônio.

A interseção dos pesquisadores entre os campos acadêmico e político é tolerada, na maior parte das vezes, trazendo a discussão da “ambiguidade do valor da autonomia da ciência”, nos termos discutidos por L’Estoile, Neiburg e Sigaud.¹²⁷ Enveredei nessa direção, propondo-me a refletir sobre tais relações e a aprofundar a análise sobre um campo específico do patrimônio: a preservação dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, tendo em vista os dispositivos jurídicos que se constituíam e a sua vinculação com a antropologia ainda incipiente no país.

Já naquele primeiro encontro tive algumas pistas. Sentado à mesa do escritório, em companhia dos livros e de seu arquivo pessoal,¹²⁸ o professor retomava alguns pontos do programa de curso, em que se propunha a:

¹²⁷ L’ESTOILE; NEIBURG; SIGAUD. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002, p. 15.

¹²⁸ Em entrevista às pesquisadoras Ângela de Castro Gomes e Gizlene Nader do CPDOC, Castro Faria revelou uma posição ambivalente quanto ao seu arquivo pessoal: “*E eu tenho, ali nos meus arquivos – são cinquenta caixas de arquivos que eu pretendo queimar... – alguns salvos-condutos. Eu tinha um documento oficial declarando que eu era fiscal do Conselho, eu não podia viajar em Mato Grosso, de um município para outro, sem um salvo-conduto*” Ver em: GOMES, Ângela C. e NEDER, Gizlene. *Antropologia no Brasil: Trajetória intelectual do prof. Luiz de Castro Faria*. In: *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, vol. 2, no. 4, dezembro de 1997, p. 183. Grifos nossos.

Convidar os participantes para uma reflexão detida que acompanhe [...] tanto os deslocamentos teóricos da relação entre título escolar e a autoridade da ciência, quanto aqueles da relação entre produção intelectual e a sociedade, tendo as distintas práticas profissionais no campo da antropologia no Brasil como referência empírica.¹²⁹

Observei o quanto o objetivo reflexivo da ementa ganhava densidade, na medida em que ele discorria sobre a sua própria carreira no Museu Nacional. A longa prática na docência talvez pudesse justificar o seu estilo eloquente, tão conhecido de seus discípulos, mas o fato era que Castro Faria contava-nos a sua versão da história da antropologia no Brasil. Considerando que as décadas de 1930 e 1940 caracterizaram-se pela imensa mobilização desses intelectuais nos debates sobre as políticas de preservação do patrimônio nacional, deduzi que faltava apurar a inserção dos antropólogos em debates que os afetavam diretamente. Foi, portanto, aquela remissão à aproximação entre os dois intelectuais a primeira pista que me estimulou a investigar as relações entre Luiz de Castro Faria e os modernistas vinculados à agência do patrimônio, nas figuras de Rodrigo M. F. de Andrade, à frente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e de Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo.

O meu treinamento em pesquisa histórica serviu de grande ajuda durante o levantamento das fontes em arquivos (físicos e virtuais), no intuito de recuperar fragmentos dessa memória dispersa.¹³⁰ Assim, me vi diante do desafio de estabelecer um diálogo entre documentos

¹²⁹ CASTRO FARIA, L. *Antropologia: duas ciências*. ALMEIDA, A.W.B.; DOMINGUES, H.M.B. (orgs.). Rio de Janeiro: CNPq/ Mast, 2006, p. 67-89. CASTRO FARIA, L. *Antropologia. Escritos Exumados 3*. Lições de um praticante. Niterói, RJ: EdUFF, 2006, p. 375-389.

¹³⁰ Catálogo do Arquivo da Sociedade de Etnografia e Folclore (1993). Versão digital http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/acervo/sef_1.swf, acessada em 02/01/08; SUMÁRIOS DO ARQUIVO CASTRO – MAST/RJ (2 volumes); a listagem Série Arquivo Técnico-Administrativo SPHAN (Sub-série Instituto – Evolução Institucional. Mód. 72 Prat. 02 Cx. 246 e 247 Pastas 54-56 e 57-59). Série Arqueologia (Sub-série História – cx. 90, pasta 12; Sub-série Legislação Lei 3.924 [anteprojetos, correspondências...] CX. 156. Folder: Legislação, Lei 3924/61).

e a problemática que havia construído, a saber, como é que o campo temático do patrimônio foi se construindo a partir da interseção de outros campos disciplinares, no caso, da antropologia. Na verdade, os campos acadêmico e político estavam se constituindo no mesmo período de formação do Estado moderno brasileiro. Se, na arena política, a administração pública ganhava contornos muito precisos mediante a expansão dos aparelhos do Estado, na esfera da produção simbólica, as transformações no campo editorial e na institucionalização das Ciências Sociais, constituíram fatores fundamentais para a sua “autonomização relativa”, nos termos propostos por Pierre Bourdieu.¹³¹ A pesquisa busca esclarecer a dinâmica entre esse conjunto de fatos e o campo temático do patrimônio. Para tal, fez-se necessário organizar níveis diversos de informações e de pesos funcionais nos arquivos pesquisados.

Um conceito básico para quem trabalha em arquivo é o de “fundo documental”, compreendido como uma unidade a ser mantida, pois espelha toda uma trajetória institucional. O arquivo Noronha Santos, do Iphan, possui como núcleo principal de seu acervo o “fundo Iphan”, cuja lógica de organização está subdividida nas seguintes séries: tombamento, arqueologia, obras, inventários e outras séries. O arquivo também elaborou uma série de instrumentos de consulta de modo a facilitar a pesquisa e a identificação de documentos. Dentre eles, destacam-se o “Índice das Atas do Conselho Consultivo do Patrimônio (1938/2004)” e a “Listagem do arquivo técnico administrativo do Iphan”.

Como meu primeiro objetivo era identificar o período de participação do professor Luiz de Castro Faria no Conselho Consultivo do Patrimônio, consultei o instrumento de indiciamento. Constatei, então, que participou como conselheiro no período de 1958 a 1966. A primeira vez que aparece a citação de seu nome no índice de Atas, refere-se à 25^a Reunião do Conselho Consultivo na

¹³¹ As noções de “peso funcional” e “autoridade” serão os fios condutores dessa análise. Nesse sentido, as posições que atores políticos do patrimônio ocupam serão confrontadas por meio dos temas e problemas referentes ao campo intelectual.

condição de Diretor-substituto do Museu Nacional, cargo que lhe garantia a convocação nas reuniões do Conselho.¹³² Castro Faria reconhece que “no campo da produção erudita da época são os museus e as sociedades de intelectuais que ocupam posições socialmente mais consagradas e consagradoras”.¹³³ Nesse sentido, o Conselho Consultivo do Patrimônio aparece como uma instância de legitimação de agentes e agências; inclusive, dos saberes que ainda não haviam conquistado espaço dentro das universidades.

O Conselho Consultivo era presidido pelo Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, ao abrir cada sessão, saudava todos os ilustres participantes e, sempre que possível, enaltecia os títulos e méritos de cada um dos Conselheiros. Nesse “rito de instituição”,¹³⁴ após os cumprimentos do Presidente, passava-se para a leitura da Ata da Sessão anterior e para a sua subsequente votação. Depois, o Presidente tomava novamente a palavra, anunciando quem seriam os relatores dos processos de *tombamento* julgados naquela Sessão, dando-lhes a palavra em uma ordem de apresentação. Dessa primeira fase do Conselho Consultivo presidida pelo dr. Rodrigo, no período de 1937 a 1967, consta o nome do professor Luiz de Castro Faria nas Atas do Conselho Consultivo abaixo relacionadas:¹³⁵

25^a Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 17 de julho de 1958, na posição de Diretor-substituto do Museu Nacional.

¹³² De acordo com a Lei 378/1937, o órgão deliberativo do SPHAN é o Conselho Consultivo. Era, então, composto pelo diretor do SPHAN, pelos diretores de museus nacionais e por dez membros de mandatos vitalícios e função não remunerada, nomeados pelo presidente da República. Integrado por intelectuais notáveis, literatos e especialistas (historiadores, arquitetos, etnólogos, juristas etc.), sua composição sempre foi bastante heterogênea.

¹³³ CASTRO FARIA, L. “A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromisso de um militante em recesso”. *ANTROPOLOGIA*. Espetáculo e excelência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Tempo Brasileiro, 1993, p. 32.

¹³⁴ Pierre Bourdieu avalia a eficácia simbólica dos ritos de instituição capazes de produzir um conjunto de atributos sociais pautados pelo critério da distinção. A esse respeito ver: BOURDIEU, P. “Les Rites comme Actes d’Institution”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 43, juin, 1982.

¹³⁵ Arquivo Noronha Santos – arquivo central/ Iphan, Rio de Janeiro. Consulta ao livro de Atas. Cf. SPHAN [Iphan] Livro das Atas (1938-1983), p. 31- 40.

26ª Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 21 de agosto de 1958, na posição de Diretor-substituto do Museu Nacional. Nessa reunião, o recém-empossado Conselheiro Luiz de Castro Faria foi designado pelo Presidente como o relator do processo de *tombamento* do Santuário Bom Jesus da Lapa/BA. Conjunto paisagístico.

30ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 26 de janeiro de 1960, na posição de Diretor-substituto do Museu Nacional.

32ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 01 de setembro de 1960, na posição de Diretor-substituto do Museu Nacional.

35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 15 de março de 1961, consta o nome de Castro Faria como “convidado”, pois nessa época era considerado um especialista em monumentos arqueológicos. O Diretor do Museu Nacional, José Cândido Melo de Carvalho, foi o relator do processo em julgamento sobre o “Pico de Itabirito (MG)”. Consta na leitura da Ata da 34ª Reunião do Conselho Consultivo o *tombamento* da “Lapa da Cerca Grande (Matosinho/MG)”, com parecer de José Candido M. de Carvalho.

45ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 07 de julho de 1965, pela primeira vez o nome de Luiz de Castro Faria aparece vinculado à posição de Diretor do Museu Nacional.

46ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 27 de julho de 1966, o nome de Castro Faria aparece vinculado à posição de Diretor do Museu Nacional.

47ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 6 de setembro de 1966, o nome de Castro Faria aparece vinculado à posição de Diretor do Museu Nacional.

48ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 18 de novembro de 1966, o nome de Castro Faria aparece vinculado à posição de Diretor do Museu Nacional.

Para melhor exemplificar a dinâmica das reuniões do Conselho Consultivo, transcrevo abaixo parte da Ata da 26ª sessão ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico, ocasião em que Castro Faria foi o relator do processo nº. 579-T-58. Este pode ser considerado o seu “batismo” nos debates sobre o patrimônio.

Aos 21 dias do mês de agosto do ano de 1958, em a sala (sic.) de sessões do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a Presidência do Sr. Rodrigo M.F. de Andrade, presentes os senhores Alfredo Galvão, Gilberto Ferrez, **Luiz de Castro Faria**, diretor-substituto do Museu Nacional, Correa Lima, Osvaldo Teixeira, Manuel Bandeira, Mirian Latif, Afonso Arinos de Melo Franco, Paulo Santos, Pedro Calmon e Francisco Marques dos Santos... O presidente saudou os novos membros do Conselho que pela primeira vez participavam de suas deliberações, enaltecendo o mérito e os títulos de cada um, tendo o Conselheiro Alfredo Galvão agradecido em seu nome e no do Sr. Gilberto Ferrez. Em seguida foi lida a ata da sessão anterior, a qual foi unanimemente aprovada. Passando a ordem o dia, o presidente deu a palavra ao **Conselheiro Luiz de Castro Faria**, relator do processo 579-T-58, referente ao conjunto paisagístico do morro do Santuário do Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, que, depois de tecer considerações sobre o referido conjunto e as alterações e depredações que tem sofrido, concluiu pelo não tombamento.

Posta a matéria em discussão, o Conselho acompanhou o pronunciamento do relator, contra o voto do conselheiro Osvaldo Teixeira, que opinou pelo tombamento.¹³⁶

Lendo mais detidamente o processo de tombamento do bem, observo a especificidade do olhar e da sensibilidade do antropólogo na elaboração do seu parecer:

No Santuário do Bom Jesus da Lapa praticase um culto de cunho popular. A religiosidade da massa humana que ali ocorre em época de romaria se exprime de acordo com padrões éticos próprios; a sua sensibilidade possui também um sistema de valores estéticos algo diferente do nosso. Para que esse santuário possa continuar fiel a essa tradição **é preciso que lhe não restrinja a liberdade de ampliação, renovação e mesmo inovação**, em consonância com as exigências daquelas formas peculiares de comportamento.¹³⁷

Apesar de o conselho legitimar, na maioria das vezes, a orientação imprimida pelos técnicos do SPHAN, as deliberações só ocorriam após o assunto ser submetido a calorosas discussões. Muitas vezes, o parecer do relator era contrário à resolução do conselho, que, por unanimidade, recomendava o “tombamento”. Em algumas sessões, dada a polêmica quanto ao bem, convertia-se o julgamento em diligência ao local, para que o redator pudesse melhor fundamentar seus argumentos.

Seguindo a cronologia das Atas, observei que a participação Luiz de Castro Faria nas reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional esteve concentrada em dois momentos bastante precisos: o período em que antecedeu à elaboração da Lei nº 3.924/1961, e, posteriormente, quando as-

¹³⁶ Arquivo Noronha Santos – arquivo central/Iphan, Rio de Janeiro. Consulta ao livro de Atas. Cf. SPHAN [Iphan] Livro das Atas (1938-1983), p. 32. Grifos nossos.

¹³⁷ Arquivo Noronha Santos – arquivo central/Iphan, Rio de Janeiro. Processo nº 579-T-58, p. 19 e 20. Grifos nossos.

sumiu a função de Diretor do Museu Nacional. Apesar do intervalo entre ambos, não há descontinuidades nem na condução da política de salvaguarda do patrimônio arqueológico, nem na de gestão dos recursos para tal fim. Os debates sobre a preservação dos monumentos arqueológicos podem ser acompanhados por meio das publicações da agência estatizada, bem como por meio de portarias,¹³⁸ resoluções¹³⁹ e demais dispositivos que anteciparam o anteprojeto de lei.

A leitura dos documentos de arquivo, confrontada ao depoimento de Castro Faria na aula inaugural referida na abertura deste capítulo termina por apontar uma especificidade do papel exercido por ele no âmbito da antropologia/arqueologia. A menção à sua experiência de membro do Conselho Consultivo do antigo SPHAN e, sobretudo, às dificuldades que havia em se propor a preservação de qualquer coisa que não se referisse ao barroco e ao colonial¹⁴⁰ tornaram-se chaves para melhor identificar a atuação peculiar de Castro Faria, quer no contexto da produção do campo intelectual, quer no âmbito do patrimônio, quer, ainda, nos debates fundamentais da disciplina antropológica. A dimensão bem precisa da participação de Castro Faria na elaboração da lei de arqueologia ficou evidenciada durante a consulta ao Arquivo Noronha Santos do Iphan e a seu arquivo pessoal. Neles, pude analisar o anteprojeto de lei que objetivou dar conta da “nova

¹³⁸ Portaria de designação da Comissão Especial que elaborará o projeto de lei destinado a proteção do patrimônio pré-histórico e arqueológico nacional. Portaria de 3 de maio de 1957. O Ministro de Estado, dos Negócios da Agricultura, resolve expedir a seguinte portaria: nº 521 – Designa, para constituírem a Comissão Especial que deverá elaborar, no prazo de 30 dias, o projeto de lei destinado a proteção do patrimônio pré-histórico e arqueológico nacional, os Senhores dr. Benjamin de Campos, Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, dr. Avelino Inácio de Oliveira, Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, do mesmo Ministério, dr. Rodrigo M. F. de Andrade, Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dr. José Cândido de Melo Carvalho, Diretor do Museu Nacional, ambos do Ministério da Educação e Cultura, dr. Paulo Duarte, Diretor da Comissão de Pré-história de São Paulo e Dr. J. Loureiro Fernandes, da Faculdade de Filosofia do Paraná. Cf. Arquivo Noronha Santos – arquivo central/Iphan, Rio de Janeiro.

¹³⁹ Resolução n. 289, de 5 de setembro de 1950. Recomenda aos Poderes Públicos competentes a proteção e conservação de grutas naturais e sambaquis. Cf. Arquivo Noronha Santos – arquivo central/ IPHAN, Rio de Janeiro.

¹⁴⁰ CASTRO FARIA, L. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia. In: Márcia Chuva (org.) *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 1995.

problemática” circunscrita aos sítios e jazidas arqueológicas de formação pré-histórica. Também tive acesso às correspondências trocadas com o Diretor do SPHAN, que solicitava pareceres ao antropólogo, além de relatórios de viagens, planos de trabalhos e prestações de contas, que comprovam um envolvimento de longo prazo. Castro Faria, até meados de 1970, foi o principal gestor dos projetos de pesquisa e de *cadastramento* dos sítios arqueológicos brasileiros, a partir da sua posição no campo intelectual enquanto professor e pesquisador do Museu Nacional. Ocupei-me, portanto, em investigar a extensão dessa participação.

A preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil

A política de preservação dos monumentos arqueológicos e pré-históricos brasileiros, regulada por Lei específica, nº 3.924, de 26 de julho de 1961, resultou em pouca reflexão sobre o seu contexto de produção, circulação e apropriação, ficando a apreciação muitas vezes restrita às análises comparativas dos vários textos mediadores da sua elaboração. Regina Coeli Pinheiro da Silva¹⁴¹ faz algumas análises sobre a primeira proposta de lei apresentada pelo professor Alberto Childe, arqueólogo e conservador do Museu Nacional, em 1920, que considerava como “riquezas nacionais e de propriedade exclusiva de cada estado da União, as ruínas, edifícios, jazidas, grutas, cemitérios e sambaquis”;¹⁴² e a autora destaca outros projetos que tramitavam no Congresso Nacional ainda nos anos de 1920 e 1930. Ela também faz referência ao trabalho apresentado pelo professor Raimundo Lopes¹⁴³ no primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1935, e ao anteprojeto de Mário de Andrade, confirmando a perspectiva ampla da noção de patrimônio do escritor

¹⁴¹ SILVA, R. C. P. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei nº 25/37 e a Lei nº 3.924/61. *Revista de Arqueologia* v. 9. 1996, p. 11.

¹⁴² CHILDE, 1920 apud. SILVA, *Ibid.*, p. 13.

¹⁴³ Raimundo Lopes, ex-diretor do Museu Nacional, desenvolvia pesquisas na área de antropogeografia e biogeografia. Integrou o Conselho Consultivo do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre 1938-1946, e teve dois artigos publicados na Revista do SPHAN, em 1937 e 1938.

modernista, ao atribuir valor arqueológico a “objetos, monumentos, paisagens e folclore ameríndio”.¹⁴⁴

A autora enfatiza as contribuições de Luiz de Castro Faria, antropólogo do Museu Nacional, que realizou inúmeros estudos etnográficos, com foco nos vestígios arqueológicos e nas comunidades pesqueiras e sambaquis que serviram de base para o projeto de lei. Em algumas “expedições” do Museu Nacional, Castro Faria recebia a “honrosa incumbência de colaborar com o S.P.H.A.N. no trabalho de elaboração do inventário preliminar das obras de valor arqueológico e etnográfico”.¹⁴⁵ São de suma relevância seus levantamentos de toda a bibliografia relativa aos sambaquis no século XIX e parte do século XX, acompanhados de seus próprios trabalhos de campo realizados na década de 1950 com sambaquis de Minas Gerais e de Santa Catarina.¹⁴⁶ Por fim, Regina Coeli coteja os dois instrumentos legais de preservação do patrimônio arqueológico no Brasil, o Decreto-lei nº 25/1937 e a Lei nº 3924/1961, e destaca as divergências na aplicação e nos efeitos jurídicos das duas legislações. Essa última “não trata a preservação pela exceção [...] Nela, todos os sítios arqueológicos são importantes para o conhecimento do nosso passado cultural, sem previsão de destaque por excepcionalidade ou exemplaridade”.¹⁴⁷

¹⁴⁴ SILVA, op.cit., p, 12-14.

¹⁴⁵ Importante destacar a sua “excursão” – expressão usada pelo próprio Castro Faria – ao estado do Espírito Santo, em abril de 1945. Nessa viagem, visita a cidade de Nova Almeida e chama a atenção para a “repercussão que tiveram as obras realizadas pelo SPHAN sobre a vida local. Considera a igreja núcleo material da vida religiosa e o papel que esta desempenha fator de coesão das comunidades rurais”. Mas seu maior interesse era visitar as “jazidas paleoetnográficas” nos arredores da cidade de Vitória, enfatizando seu processo de destruição “por explorador desastroso”. Preocupou-se, também, com a documentação das “casas populares daquela região espírito-santense” Cf. CASTRO FARIA, L. *Relatório de uma viagem ao estado do Espírito Santo*. Abril de 1945. CNPq/Museu de Astronomia/Arquivo Luiz de Castro Faria (CFDA.11.03.074).

¹⁴⁶ Essa situação foi relatada pelo Diretor do então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, no início da década de 1950, ao afirmar que “o inventário e a proteção do material arqueológico do Brasil permaneceu a cargo do Museu Nacional, não tendo podido, por enquanto, a DPHAN assumir a responsabilidade de sucedê-lo nessa tarefa”. Mais adiante, Rodrigo faz referência aos trabalhos de exploração de jazidas de material arqueológico, “nos sambaquis de Laguna, no Estado de Santa Catarina, a cargo de um dos naturalistas do Museu Nacional”, numa menção indireta dos trabalhos executados por Luiz de Castro Faria. Cf. ANDRADE, R. M. F. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. México: Instituto Pan-americano de Geografia e História, 1952, p. 108, 178.

¹⁴⁷ Silva refere-se ao trabalho de Sônia Rabelo de Castro, que reconhece “se tratar de instrumento legal de atuação, procedimento e de feitos diversos do tombamento” Castro, 1991 apud. SILVA, op.cit., p 20, 21.

Buscando situar a iniciativa de Castro Faria no contexto mais abrangente do circuito de produção e circulação dos saberes antropológicos, recorri a alguns textos em que o autor discute os domínios e fronteiras da antropologia.¹⁴⁸ Para ele, ainda está por se compreender a complexidade do campo intelectual brasileiro.

É, sobretudo, o desvendamento das relações que atores e autores do campo intelectual mantêm com as instâncias de poder, com as instituições do mundo acadêmico, com o mercado de trabalho e editorial, que torna possível a apreensão dos significados mais profundos.¹⁴⁹

Visto pelo prisma de um intelectual que exerceu importante papel em instituições de ensino e pesquisa, parecer-lhe-ia evidente que a compreensão desse campo de forças revelaria, em certa medida, os interesses conflitantes, como os do mercado editorial em expansão, ou o das unidades de ensino superior, em processo de institucionalização. Castro Faria lembra, nesse enquadramento, da centralidade do ensino da geografia no período do Estado Novo e de como essa disciplina “alcançou uma posição de hegemonia no campo intelectual”.¹⁵⁰

No novo ordenamento das unidades de ensino, a Antropologia disputava espaço com disciplinas de maior prestígio acadêmico, como a Geografia e a História. Além disso, os domínios do conhecimento foram se especializando e houve todo um esforço de separar a noção de antropologia da de arqueologia. Essa distinção produziu uma descontinuidade de perspectivas teó-

¹⁴⁸ CASTRO FARIA, L. “A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromisso de um militante em recesso”; “Domínios e fronteiras do saber. A identidade da arqueologia”. In: **ANTROPOLOGIA. Espetáculo e excelência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Tempo Brasileiro, 1993.

¹⁴⁹ CASTRO FARIA, L. “A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromisso de um militante em recesso”. In: **ANTROPOLOGIA. Espetáculo e excelência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Tempo Brasileiro, 1993, p. 5.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 5; 10

rico-metodológicas entre as duas disciplinas, antes integradas dentro dos museus de ciência e de história natural. Ademais, “o refinamento do conceito de cultural, a emergência da semiologia, a instrumentalização dos métodos de análise, ofereceram à arqueologia pré-histórica o suporte teórico que a historiografia não lhe poderia conceder”.¹⁵¹

Ao buscar informações sobre o contexto de produção da lei, obtive de duas técnicas do Setor de Arqueologia¹⁵² a confirmação de que a “lei do sambaqui” havia sido “gerada” fora da instituição. Com o fim de compreender e fundamentar essa afirmativa, foi necessário consultar o arquivo central da instituição¹⁵³ e o arquivo pessoal do professor Luiz de Castro Faria¹⁵⁴ para obter elementos que permitissem reconstituir a gênese de um empreendimento produzido fora do IPHAN, mas com impacto definitivo dentro do órgão.

A Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que “dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos”, surge em função de uma demanda muito específica: as pesquisas de campo realizadas por “antropólogos” constatavam a destruição em massa dos sambaquis. Esses sítios arqueológicos pré-históricos correspondem aos acúmulos artificiais de conchas e tais vestígios

¹⁵¹ CASTRO FARIA, L. “Domínios e Fronteiras do Saber. A identidade da Arqueologia”. *Ibid.*, p. 30.

¹⁵² Tive contato com as arqueólogas Rosana Najjar e Regina Coeli, na 6ª Superintendência Regional do Iphan e no Palácio Gustavo Capanema, respectivamente. Segundo Silva, foi somente em 1980 que “Aloísio Magalhães cria, dentro da estrutura SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, um Núcleo de Arqueologia, mais tarde transformado em coordenadoria, contando com a presença de arqueólogos em algumas regionais”. Cf. SILVA, R. C. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-lei nº 25/1937 e a Lei nº 3.924/1961. *Revista de Arqueologia*. v. 9. 1996, p. 20.

¹⁵³ O arquivo Noronha Santos, arquivo central do IPHAN, está localizado no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro.

¹⁵⁴ O arquivo pessoal de Castro Faria, doado em vida ao Museu de Astronomia, CNPq/MAST, no Rio de Janeiro, passa por um processo de catalogação e classificação em conjuntos temáticos. O arquivo é composto por 59 caixas-box, (divididas, pelo autor, em duas partes (antiga e nova), com duas séries de numeração (de 1 a 25 e de 1 a 34) e resultou no fichamento de 7.334 documentos textuais e iconográficos. A divisão é por maços e muitos documentos se repetem. São documentos administrativos do Museu Nacional, correspondências, trabalhos de campo, fotografias, textos acadêmicos, recortes de jornais, ementas de curso e uma série de outros documentos, dentre eles, alguns sobre patrimônio arqueológico, contendo relatórios, pareceres, projetos com alunos sobre prospecção arqueológica e minuta do texto da lei. A esse respeito consultar: <http://castrofaria.mast.br>, acessado em 27/08/2007.

indicariam os padrões de ocupação dos “primeiros habitantes” do “território brasileiro”, sendo, portanto, objeto de investigação científica. Além disso, indicariam o interesse em recobrir as etapas da “evolução peculiar dos diversos elementos que constituem a população brasileira”.¹⁵⁵

A questão da ancestralidade como marca de construção identitária e elemento conformador do “caráter nacional” estava presente na definição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, posto que eram reconhecidos os valores arqueológico e/ou etnográfico desses bens patrimonializáveis. Por que, então, o movimento preservacionista dos sambaquis não partia da agência estatizada, e, sim, de instituições de ensino e pesquisa do país?¹⁵⁶ Para responder a essa pergunta, fez-se necessário, como se verá a seguir, recuperar a trajetória do professor Luiz de Castro Faria e o lugar que ocupava no contexto de produção da Lei nº 3.924/1961, por meio dos arquivos que documentaram o seu empenho e a sua inserção nesse debate.

Antes, porém, vale registrar que o debate acerca da preservação dos sambaquis já era sustentado pela antropologia física e biológica e esteve circunscrito ao âmbito dos museus. O Museu Nacional, desde sua origem, abrigou coleções arqueológicas e etnológicas adquiridas em expedições de naturalistas brasileiros e estrangeiros. O próprio Castro Faria, ao fazer uma reflexão sobre as Exposições de Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional, destaca o que estava por trás desse processo de colecionamento no século XIX. A constituição da coleção etnológica esteve vinculada aos incentivos e contatos que o Império oferecia aos naturalistas que partiam para o interior das províncias em busca de novos “exemplares” da cultura material. Tais incentivos vieram a se ins-

¹⁵⁵ Procuo neste trabalho fazer a conjunção entre saberes arqueológicos e antropológicos situados nesse período nos departamentos de antropologia e nos museus.

¹⁵⁶ O Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, e a Comissão de Pré-História de São Paulo e o departamento de antropologia da Universidade do Paraná foram os articuladores, em parceria com o DPHAN, na elaboração da legislação.

titucionalizar nas primeiras décadas do século XX, através de uma política sistemática de aquisição de acervo.¹⁵⁷

Seu olhar perscrutador guia-nos pela história da construção do campo da antropologia no Brasil. Tributário da tradição dos “quatro campos”, que engloba os estudos da linguística, da arqueologia, da antropologia biológica e cultural, sua trajetória social é valiosa para se pensar as inter-relações constitutivas do campo da antropologia. Ainda jovem, Castro Faria inicia a carreira no Museu Nacional. Para os parâmetros acadêmicos atuais, estava a meio caminho entre um estagiário e um voluntário – função que denominou “praticante gratuito”. Em 1937, é nomeado naturalista interino, na vaga de Padbeg Drenkpol.

Ao relembrar sua trajetória, ele menciona os antigos professores e colegas no Museu Nacional (Raimundo Lopes, Heloísa Alberto Torres e Roquette Pinto), que, como ele, tornaram-se membros do Conselho Consultivo do SPHAN. Mas foram seus contatos com a diretora do Museu, a antropóloga Heloisa Alberto Torres,¹⁵⁸ e a sua trajetória na hierarquia institucional que o habilitaram a participar, em 1937, da memorável expedição à Serra do Norte, organizada pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss.¹⁵⁹ Esse fato foi um marco em sua trajetória, pois ali foi iniciado no trabalho de campo, com o intuito de fazer etnografia e dar um passo adiante em relação à produção de Roquette Pinto, que havia percorrido a região em 1912.

¹⁵⁷ O texto é o resultado de uma Conferência (1947), onde Castro Faria apresenta a nova exposição de antropologia e arqueologia do Museu Nacional. Nessa ocasião, aproveitou para fazer um balanço das exposições antropológicas e do lugar periférico da seção de antropologia na estrutura hierárquica institucional. Cf. CASTRO FARIA, L. *As Exposições de Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

¹⁵⁸ Sobre a trajetória de Heloísa Alberto Torres ver RIBEIRO, A. M. M. *Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Ifcs, 2000.

¹⁵⁹ Em 2001, mais de sessenta anos depois da expedição, foram publicados os cadernos de campo do professor Castro Faria, primeira iniciativa de tornar pública parte de seu arquivo pessoal. Ver CASTRO FARIA, L. *Um Outro Olhar*. Diário da expedição a Serra do Norte. Rio de Janeiro: Ed. Ouro Sobre Azul, 2001. Estes diários de campo revelam suas impressões da viagem e as dificuldades enfrentadas na expedição: vigilância constante sobre o território; os problemas operacionais, como compra de mulas para a tropa, de munição para a caça e para a proteção pessoal, despacho de bagagens etc. Castro e Lévi-Strauss fazem o mesmo caminho, em 1938.

Para os objetivos específicos deste trabalho, mereceu investigação detalhada, no arquivo de Luiz de Castro Faria,¹⁶⁰ o conjunto de documentos sobre o patrimônio arqueológico, dando-se ênfase ao tipo de interlocução que o professor estabeleceu com o Diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,¹⁶¹ Rodrigo M. F. de Andrade. Por intermédio dele se pode observar um aspecto decisivo: a participação da categoria profissional do antropólogo na estrutura organizativa da agência de patrimônio, seja por meio do egrégio Conselho Consultivo, seja nos debates que levaram à elaboração de legislação específica, seja, ainda, na gestão de recursos e condução da política de proteção do patrimônio arqueológico.

A polidez e a admiração recíproca pautam o conjunto das correspondências trocadas entre Luiz de Castro Faria e Rodrigo Melo Franco de Andrade. A relação, que começa na década de 1940, quando relata ao Diretor da agência de Patrimônio o andamento das pesquisas que realizou em Mato Grosso, incluindo registros das imagens das igrejas e monumentos do centro histórico de Cuiabá e também documentação das habitações periféricas,¹⁶² vai se estender mais de 20 anos.

A preocupação em descrever a paisagem cultural, em particular as casas populares, está referida em diversos relatórios de viagens, como foi visto no caso da excursão ao estado do Espírito Santo.¹⁶³ No entanto, fica claro seu interesse especial pelas “jazidas paleoetnográficas”, tanto que no relatório para o DPHAN dedica uma “parte especial” do

¹⁶⁰ Importante enfatizar que são documentos inéditos, para os quais procuro dar uma dimensão política, ou seja, seu engajamento na preservação dos sambaquis, através da participação na legislação do patrimônio cultural arqueológico brasileiro. Arquivo do Mast/RJ.

¹⁶¹ Em setenta anos de atuação, a instituição passou por uma série de reorganizações administrativas refletidas em sua nomenclatura. Em 1937, a Lei nº 378, de 13/01/1937 cria o SPHAN, e o Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, analisado na primeira sessão desse capítulo. Em 1946, o Serviço de Patrimônio passa a se denominar Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN, que permanece com essa nomenclatura até 1970, quando passa a Instituto (Iphan) como órgão autônomo da estrutura administrativa. Nos capítulos seguintes, voltarei a discutir esses rearranjos institucionais.

¹⁶² Fotografias reproduzidas de alguns álbuns, retratos da expedição, mapas e reproduções; fotografias pertencentes ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CFDA 01.06.039F). Arquivo do Mast/ RJ.

¹⁶³ Esse relatório será mais uma vez retomado na 2ª parte do livro.

documento à destruição dos sambaquis. Desde então essa problemática ganha relevo nas discussões sobre as políticas de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, e, conforme apontado acima, já se consolidara um debate acerca desses monumentos arqueológicos, na Antropologia física e biológica. Conceitualmente, autores mais antigos no campo da Antropologia concordavam com a importância dos estudos paleoetnográficos no Brasil:

Virchow, que na reunião da “Sociedade Berlimense de Antropologia, Etnologia e Pré-história” de 16 de julho de 1886, dizia que nenhuma Sociedade científica do mundo se ocupara tanto do assunto referente aos sambaquis brasileiros, observa-se conferir uma certa constância, fruto sem dúvida do cunho de originalidade que o tema apresentava.¹⁶⁴

Segundo os cânones científicos da época, “o estudo de tais jazidas exige um trabalho preliminar de localização” (idem, p. 4). De fato, conseguiram-se recursos públicos de apoio e fomento a projetos, o que se verifica no “projeto de dotação de verba em serviço de inventário de monumentos arqueológicos destinado ao padre Rohr por ocasião de seus trabalhos de arqueologia em Santa Catarina”.¹⁶⁵

O quadro de tensões e disputas fica mais claro quando se considera o contexto de produção da lei¹⁶⁶ que acompanha as discussões científicas sobre a proteção dos sambaquis. Elas extrapolam as fronteiras das universidades e dos centros de pesquisa, como pode ser atestado

¹⁶⁴ CASTRO FARIA, L. Relatório de uma viagem ao estado do Espírito Santo. Abril de 1945, p. 6. CNPq/ Museu de Astronomia/ Arquivo Luiz de Castro Faria (CFDA.11.03.074). Arquivo do Mast/RJ.

¹⁶⁵ CNPq/ Museu de Astronomia/ Arquivo Luiz de Castro Faria (CFDA 07.04.056). Arquivo do Mast/RJ.

¹⁶⁶ Anteprojeto de lei, encaminhado pelo Ministério da Agricultura e que dispõe sobre a proteção de monumentos arqueológicos e pré-históricos. Em comum acordo com o Departamento de Produção Mineral, o Diretor do PHAN, o Diretor do Museu Nacional, o Presidente da comissão de pré-história de São Paulo. A Comissão chegou as seguintes conclusões: “de que a legislação federal existente sobre o assunto e para as quais se tem tentado inutilmente apelar (Decretos-leis n°s 25, de 30/11/37 e 4.146, de 4/3/1942, o primeiro dispondo sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o segundo sobre a proteção dos depósitos fossilíferos), não podem de forma alguma, satisfazer aos reclames de uma ação ampla, coordenada e eficaz e que deve versar, simultaneamente, sobre os termos capitais do problema: a proteção das jazidas e a regulamentação das escavações arqueológicas e pré-históricas”. Arquivo Noronha Santos/Iphan- RJ.

no Decreto-lei nº 4146, de 4/3/1942, que dispõe que os depósitos fossilíferos de propriedade da Nação. Em 1947, foi encaminhado um projeto ao Congresso Nacional, relatado pelo senhor Aureliano Leite, em que afirma os sambaquis possuem elevado valor científico, tendo comparações com os “*kejoekken-moedding* da Dinamarca ou aos *ktchenmiddens* dos EUA (...)”.¹⁶⁷ Segundo um número crescente de cientistas, mediados pela agência estatizada de preservação, era preciso criar um projeto de legislação específica para a proteção das jazidas arqueológicas, incluindo a regulamentação das escavações.

Castro Faria, dando prosseguimento ao pleito de se programar um estudo sistemático e rigoroso das jazidas, sobretudo das mais ameaçadas de completa destruição, como as de Lagoa Santa, viaja com bolsa de estudos para a França. Seu objetivo é empreender uma análise comparativa entre o material etnográfico das coleções do Museu Nacional e “as coleções arqueológicas e etnográficas brasileiras existentes no Musée de L’Homme e noutros da França”.¹⁶⁸

Em agosto de 1947, ao apresentar seu projeto para estudar na França, afirma em seu plano de trabalho que:

Os estudos de arqueologia no Brasil, por circunstâncias diversas, mas quase todas decorrentes da falta quase absoluta de possibilidades de especialização em técnicas de investigação e de análise do material recolhido, apresentam lamentáveis deficiências. **Com a ameaça de destruição completa de muitas jazidas** pela exploração econômica intensiva de seu substrato, como no caso dos sambaquis, com a progressiva ocupação humana de

¹⁶⁷ Segundo o relator, “há muito se discute no Brasil o valor científico dos seus sambaquis. Naturalistas, arqueólogos e historiadores, alguns – simples cronistas, outros vêm deles se ocupando, tentando penetrar mais as suas origens, envolvidas ainda em certo mistério”. Diário do Congresso Nacional, 30 de dezembro de 1947. Relatório do senhor Aureliano Leite. Projeto nº 685/47. Arquivo Noronha Santos/Iphan- RJ.

¹⁶⁸ Em 04 de agosto de 1947, Heloísa Alberto Torres envia, anexo ao projeto de pesquisa, a carta de apresentação do pesquisador Luiz de Castro Faria à embaixada da França, no Rio de Janeiro: “(...) notre conversation sur la possibilité d’obtenir une source pour un des naturalistas de notre ‘Division de Anthropologie’, Luiz de Castro Faria, je vous envie un plan d’études à être faites em France et que, j’espère, poure vous, se utile pour l’examen de la question” H. A. Torres.

áreas reconhecidas e férteis em achados arqueológicos (Lagoa Santa), o problema se apresenta cada dia mais grave, exigindo atenções especiais e soluções urgentes.¹⁶⁹

Na década 1950, Castro Faria apresenta-se como um especialista na área de antropologia física, com estudos etnográficos em sítios arqueológicos, e com capital técnico e teórico aperfeiçoado nos estudos comparativos entre coleções do Musée de L'Homme e do Museu Nacional. Passa então a colaborar mais intensamente com a agência de preservação, sendo solicitado a dar pareceres¹⁷⁰ e a participar do Conselho Consultivo da instituição. O levantamento feito relativamente ao contato com Rodrigo M. F. de Andrade e a trajetória acadêmica intimamente ligada ao Museu Nacional me autorizam fazer tais conexões.¹⁷¹

Desde 1952, com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisas, debruça-se sobre tal questão. Declara no XXXI Congresso Internacional de Americanistas: “O nosso plano de investigação do problema dos sambaquis inclui necessariamente uma revisão de toda a bibliografia sobre o assun-

¹⁶⁹ Outro conjunto que merece destaque em seu arquivo é o destaque que se refere ao seu empenho em atribuir aos “depósitos fossilíferos” o *tombamento*, voluntário ou compulsivo dos sambaquis existente no território nacional (Caixa 06, doc. C.F.D.A. 054). Arquivo MAST/ RJ. Grifo nossos.

¹⁷⁰ Ofício de CF, de 8 de fev. de 1956, parecer sobre os quesitos propostos pela Unesco, sobre um acordo internacional para regulamentação das escavações arqueológicas; sobre a inclusão de especialistas (arqueólogos que pesquisam as áreas americanas) para que tal cooperação pudesse se viabilizar. A preocupação em citar o campo da legislação a respeito sobre o assunto, solicitando a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas as respectivas leis e regulamentos. Cita as legislações estaduais do PR e SP, que já legislam sobre o assunto. O Conselho Nacional de Pesquisa concedeu a Castro Faria uma bolsa de pesquisa para estudar o problema da proteção as jazidas arqueológicas em geral e de modo particular aos sambaquis, a fim de que o Conselho e o Museu Nacional pudesse pleitear junto ao legislativo federal uma lei básica, que assegure de maneira definitiva a preservação arqueológica do país. (Caixa 14, C.F.D.A.14.220). Arquivo Mast/RJ.

¹⁷¹ Castro Faria, ao descrever sua trajetória, lembra que frequentava o escritório de Rodrigo M. F. de Andrade e que, na época, era considerado um daqueles jovens chamados de “esperançosos” e “promissores”. Cf. CASTRO FARIA, L. “Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia”. In: CHUVA (org.) *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 1995, p. 28. Em vários artigos e entrevistas, Castro Faria reconheceu a assimetria de posição que ocupava em relação aos intelectuais do patrimônio, posição esta que vai se alterando à medida que obtém reconhecimento acadêmico e institucional. Castro foi chefe da divisão de antropologia e diretor-substituto do Museu Nacional. Entre os anos de 1965 e 1967, assumiu a direção da instituição. Em 1968, cria o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, juntamente com Roberto Cardoso de Oliveira, voltando-se para a atividade docente.

to”.¹⁷² Os trabalhos científicos da época apontam para a tese de que “os sambaquis foram encarados como jazidas paleoetnográficas não somente idênticas pela natureza de seu substrato, mas igualmente idênticas pelo conteúdo arqueológico”. Está implícito nessa afirmação o reconhecimento de que não é pertinente qualquer hierarquização entre os sítios. Desse modo, Castro Faria quebra uma série de preceitos relativos à autenticidade. Em seus estudos descarta a autenticidade e a excepcionalidade como critérios pertinentes para efeito de *tombamento*. Além disso, esses sítios são espaços que precisam ser “escavados” para produzirem conhecimento sobre os vestígios e materiais ali encontrados.¹⁷³

Em sintonia com os debates internacionais, discorre no referido Congresso Internacional sobre “A formulação do problema dos sambaquis”.

Cientificamente os sambaquis, ostreiros, casqueiros, berbigueiros, minas, ou outras denominações regionais que possam ter essas jazidas, interessam, sobretudo do ponto de vista zoológico (fauna fóssil e atual) e antropológico (como contribuição a história de grupos humanos hoje desaparecidos).¹⁷⁴

Em 1956, a Recomendação de Nova Delhi, no âmbito da 9ª sessão da Conferência Geral da Unesco, estabelece critérios científicos, direitos e obrigações impostos ao pesquisador para proceder as escavações arqueológicas.

Entende-se por pesquisas arqueológicas todas as investigações destinadas à descoberta de objetos de caráter arqueológico, quer tais investigações impliquem uma escavação do solo ou uma exploração sistemática de sua superfície, quer sejam realizadas sobre o lei-

¹⁷² CASTRO FARIA, L. Separata dos Anais do Congresso XXXI Congresso Internacional de Americanistas, in: *A formulação do problema dos sambaquis*, 1955, p. 574

¹⁷³ Cf. SILVA, R. C. P. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei nº 25/37 e a Lei nº 3.924/1961. *Revista de Arqueologia* v. 9. 1996, p. 21.

¹⁷⁴ Nesta ocasião, firma-se determinada forma de conhecimento arqueológico que vai atribuir aos sambaquis “o caráter de monumentos”, *Idem*, 1955, p. 575.

to ou no subsolo das águas interiores ou territoriais de um Estado-membro.¹⁷⁵

Além disso, sugere a cada Estado-membro, como modo de salvaguardar os sítios arqueológicos para futuras pesquisas científicas, a manutenção do “bloco testemunho”. Também se discutem os critérios para que determinado “vestígio” possa ser considerado de “interesse público”, “podendo cada estado-membro adotar o critério mais apropriado”. Está em foco o corte temporal a ser adotado e a “atribuição a uma determinada época ou uma ancianidade de um número mínimo de anos fixados por lei”.¹⁷⁶

A dimensão precisa da participação de Castro Faria ficou evidenciada após consulta a “Série Arqueologia” no fundo Iphan. Nesta, pude analisar os diversos pareceres que antecederam ao projeto de lei de arqueologia.

Os desenhos rupestres existentes nas lapas da região de Lagoa Santa formam um precioso conjunto de arte pré-histórica e vêm sendo destruídos pelos próprios proprietários das terras em que se encontram tais jazidas. A Lapa da Cerca Grande, considerada a mais importante para efeito de *tombamento*, foi visitada e estudada por Peter Wilhen Lund, em 1837. O Diretor do DPHAN destaca a necessidade de se tomarem medidas protetoras dos desenhos rupestres existentes nas lapas da região de Lagoa Santa ver se tira conforme resposta anterior, e, em breve despacho, solicita o parecer do naturalista Luiz de Castro Faria.

Em seu parecer, Castro Faria enfatiza que uma legislação específica, sugerida em esboço conclusivo, seria o único meio de resolver de modo satisfatório o problema da salvaguarda do patrimônio arqueológico, e que:

No caso particular das pinturas parietais das cavernas de Minas, achamos que a medida de *tombamento*, **inadequada no caso dos sambaquis**, poderá ser aplicada com vantagem,

¹⁷⁵ IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Isabelle Cury (org.). 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 71.

¹⁷⁶ IPHAN, 2004, op. cit., p. 71.

desde que a DPHAN possa dispor de meios eficientes de fiscalização. Não há dúvida de que do ponto de vista científico qualquer decisão no sentido de preservar aquelas pinturas estará plenamente justificada.¹⁷⁷

Apesar de seu parecer favorável, o processo de tombamento só será concluído com a promulgação da lei de arqueologia, em 1961, quando o Diretor do Museu Nacional, José Cândido de Mello Carvalho, emite novo parecer em favor do tombamento da Lapa da Cerca Grande:

Compareci pessoalmente a região de Lagoa Santa, a fim de estudar a possibilidade de tombamento de algumas grutas calcáreas mencionadas no processo n. 491-T-53. [...] Sou favorável ao tombamento imediato da Lapa de Cerca Grande... Nessa lapa encontram-se cerca de 100 desenhos de cenas de caças e de animais que existiam na região. O cientista Lund, em 1835, ao estudá-la já preconizava sua proteção pelo governo. Ali foram encontradas evidências positivas de uma cultura indígena pré-cerâmica (complexo Cerca Grande), considerada atualmente pelos cientistas como a mais antiga da região. A meu ver o tombamento devera incidir sobre todo o maciço calcáreo da Lapa e uma área de 100 metros em torno da mesma. Opino também pelo tombamento de uma pequena área da Lapa dos Poções por existirem alguns desenhos que pela finura e detalhe [...] Urge impedir o contato direto do público com as mesmas [...] Devo esclarecer ao egrégio Conselho Consultivo que o tombamento apenas pouco adiantara para a preservação das cavernas e figuras pré-históricas, caso

¹⁷⁷ Parecer de Luiz de Castro Faria, naturalista do Museu Nacional, em 13/4/1954. Processo n° 491-T-53 – Grutas Lapa da Cerca Grande e Lapa dos Poções. Arquivo Noronha Santos, arquivo central do IPHAN/ RJ. Grifos nossos.

não haja no local um guarda permanente para esse fim.¹⁷⁸

Conclui seus argumentos afirmando estar certo que tal medida será de grande alcance para a “cultura e a ciência brasileira, visto essa região atrair a atenção de numerosos cientistas interessados no problema da contemporaneidade do homem e das espécies de animais extintos do Pleistoceno”.¹⁷⁹

Observa-se, portanto, que, mesmo depois de sancionada a Lei, os debates ainda foram frequentes entre o DPHAN e os principais núcleos de produção acadêmica, como na correspondência enviada pelo Diretor da DPHAN, dr. Rodrigo M. F. de Andrade, ao professor Castro Faria:

Encaminho em anexo a sua abalizada consideração copia do memorando que nosso ilustre patricio Dr. Paulo Duarte redigiu para o chefe da casa civil da Presidência da Republica, com o objetivo da adoção de medidas importantes para a proteção efetiva do patrimônio pré-histórico e arqueológico do país, solicito com empenho seu urgente pronunciamento a respeito, em beneficio da orientação desta diretoria.¹⁸⁰

O mesmo conteúdo foi enviado nas cartas nº 352, para Heloisa Alberto Torres, Presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio; nº. 353, ao professor José Loureiro Fernandes, Diretor do Departamento de Antropologia da Universidade do Paraná; e nº 354, ao professor Eduardo Galvão, Diretor do Departamento de Ciências Humanas da UnB.

Diversos convênios foram assinados entre o Museu Nacional e a agência de patrimônio para a realização de projetos de pesquisas em arqueologia pré-histórica. Coube aos técnicos do Museu

¹⁷⁸ Parecer do conselheiro José Cândido de Mello Carvalho, diretor do Museu Nacional, em favor do tombamento da Lapa da Cerca Grande, em 14/3/1961. Processo n. 491-T-53 – Grutas Lapa da Cerca Grande e Lapa dos Poções. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição: 030, em 27-6-1962. Arquivo Noronha Santos, arquivo central do Iphan/ RJ.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ DPHAN, Carta n. 351, de 23 de dezembro de 1963. Ao Prof. Luiz de Castro Faria, Museu Nacional.

Nacional a supervisão do trabalho e as pesquisas de campo para o *cadastro* dos sítios arqueológicos. Além disso, uma série de instrumentos foi incorporada pela agência, por meio do contato com o Diretor da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, justamente o professor Luiz de Castro Faria.

A lei federal deu a incumbência ao DPHAN de cuidar do seu *cadastro*, concessão de autorização para o seu estudo e exploração científica, proteção e ação legal decorrente quando de sua mutilação ou destruição.

A Lei 3.924, de 26/07/1961, coloca sob a proteção do Poder Público todos os elementos, que constituem monumentos arqueológicos e pré-históricos no país. A mesma lei federal dá, por se tratar de crime contra o Patrimônio Nacional.¹⁸¹

A análise das diferentes frentes em que o debate se organiza, internamente no meio acadêmico e científico e no âmbito mais amplo do campo jurídico e político (alcançando, por vezes, uma dimensão pública mais efetiva, através dos meios de comunicação) fez com que a pesquisa observasse outros aspectos que ganharam, gradativamente, destaque. Por exemplo: os primeiros questionamentos sobre a excepcionalidade dos sítios e sobre a busca por sua representatividade. Ou seja, os questionamentos com relação ao autêntico e ao excepcional que embasam os debates sobre o patrimônio cultural. Nesse sentido, procura dar conta de uma “nova problemática” circunscrita aos sítios, jazidas e inscrições rupestres.

A agência de preservação celebrou diversos convênios com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em que foram produzidos novos instrumentos, como o *cadastro* dos sítios arqueológicos para pesquisas de campo. As tarefas de localizar, proteger e preservar os sítios arqueológicos eram realizadas da seguinte forma:

¹⁸¹ Ofício nº 1109, do Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Renato Soeiro, em 25 de junho de 1969. Arquivo Noronha Santos, arquivo central do Iphan/RJ.

a) *Cadastramento* do sítio arqueológico no Iphan por meio de ficha-padrão;

b) Comunicação oral ao proprietário do terreno, quando é localizado, onde se localiza o sítio.

A diversidade nos sentidos dados aos monumentos é mais um dado a ser considerado. Castro Faria discute “a ausência de problematização sobre o que seria o patrimônio histórico e artístico nacional”,¹⁸² lembrando que o significado da noção de monumento varia no “tempo” e no “espaço”. A noção de “sítio arqueológico”, por exemplo, apesar do entendimento de que é um bem construído pelo homem, mas que ainda se integra à paisagem natural, é motivo de calorosos debates.

Ao atribuir aos sambaquis “o caráter de *monumentos*”, firma-se determinada forma de conhecimento sobre a arqueologia pré-histórica no Brasil. Castro Faria comenta equívocos cometidos por técnicos do SPHAN, na época da gestão do dr. Rodrigo, notadamente por classificarem o patrimônio arqueológico brasileiro utilizando-se das mesmas categorias da Conferência Internacional em Atenas, em 1931, construídas a partir do modelo da *Arqueologia clássica*, o que “implica outra concepção de monumento, absolutamente inaplicável ao Brasil”. Segundo ele, certos princípios adotados pela Unesco não cabem para o patrimônio arqueológico brasileiro.¹⁸³ Essa problemática leva ao questionamento da categoria “monumento” e de sua aplicabilidade no caso das “jazidas arqueológicas”, porque aqui não está em jogo o seu “valor de excepcionalidade”, mas uma certa produção de ancestralidade. Trata-se de produzir datações e obter levantamento minucioso sobre a ocupação humana de determinado território.

Para essa nova natureza de bem foram adotados novos procedimentos de controle e proteção. Desse modo, foi concedido às instituições científicas da União, dos Estados e Municípios realizar escavações arqueológicas, desde que limitadas “a prévia comunicação a DPHAN,

¹⁸² CASTRO FARIA, L. “Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia”. In: CHUVA (org.) *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 1995. p. 37.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 37 - 38. Grifos nossos.

para fins de registro no *cadastro* de jazidas” (Art. 16). A construção de um “Cadastro dos monumentos arqueológicos” (Art. 27) pressupõe um levantamento das jazidas existentes. Nesse sentido, a identificação e o inventário são etapas fundamentais para realização do Cadastro.

O Museu Nacional elaborou as primeiras fichas para esse cadastro,¹⁸⁴ bem como promoveu os primeiros inventários e cadastramentos dos monumentos arqueológicos, através de convênios e projetos. Nos primeiros anos de aplicação da lei, houve uma intensa troca de correspondências entre o diretor da DPHAN, dr. Rodrigo M. F. de Andrade, e o Prof. Castro Faria, que entre 1961 e 1964, ocupava a chefia da Divisão de Antropologia do Museu Nacional. Em correspondência com Melo Franco de Andrade, responde pelos “planos de aplicação de créditos concedidos no orçamento para serviços em proveito das jazidas arqueológicas”,¹⁸⁵ e sobre o:

Projeto de aplicação de verba em serviços de inventário, documentação e *registro* de monumentos arqueológicos e pré-históricos (de acordo com a Lei 3924, de 26 de julho de 1961) no Estado de Santa Catarina enviado ao Diretor da DPHAN, dr. Rodrigo M.F. de Andrade.¹⁸⁶

Uma extensa documentação referente aos custos de trabalho das pesquisas arqueológicas e de projeto de aplicação de verba em serviços de inventário, documentação e registro de monumentos arqueológicos e pré-históricos, principalmente no estado de Santa Catarina, confirmam a imensa mobilização, por parte do Museu Nacional, em articular-se com outros agentes e instituições de ensino e pesquisa para estabelecer normas para a exploração de jazidas arqueológicas junto à agência estatizada de preservação.

¹⁸⁴ Do Diretor do Museu Nacional, Luiz de Castro Faria. Ao Diretor do PHAN, Rodrigo M.F. de Andrade. Ofício nº 41, em 12 de janeiro de 1965. “Em atenção ao pedido de Vossa Senhoria estou remetendo uma série completa de fichas utilizadas pelo Setor de Arqueologia deste Museu Nacional, em diferentes tipos de pesquisas arqueológicas. Esclareço, ainda, que o Museu Nacional não possui ficha específica para cadastro de jazidas, mas para esse fim, poderá ser feita uma adaptação utilizando-se alguns dados das fichas anexas”. Arquivo Noronha Santos, arquivo central do Iphan/RJ.

¹⁸⁵ Arquivo CASTRO FARIA, Mast, Rio de Janeiro (CFDA 07.04.065).

¹⁸⁶ Idem (CFDA 07.05.068).

Em 1965, Castro Faria assume a direção do Museu Nacional, mas continua colaborando na localização, identificação e preservação dos sítios arqueológicos cadastrados. Em finais da década de 1960 e início da década de 1970, período em que cria, junto com Roberto Cardoso de Oliveira, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Castro Faria continua sendo a pessoa autorizada a proceder ao estudo e escavações científicas dos sambaquis. Ele foi, sem dúvida, até meados da década de 1970, o principal gestor de projetos de pesquisa e de cadastramento dos sítios arqueológicos por meio do Setor de Antropologia do Museu Nacional. Convênios foram assinados entre o Museu Nacional e a agência de patrimônio para a realização de projetos de pesquisas em arqueologia pré-histórica.

O fio a conduzir esse percurso na trajetória profissional de Luiz de Castro Faria foi a necessidade de conhecer a posição que ocupava no campo temático do patrimônio, o que aquela nova problemática contribuiria para a flexibilização das fronteiras do patrimônio, até então definido pela prática do *tombamento*, e, por meio dele, entender melhor a participação dos antropólogos em um debate relativo a políticas de preservação, que mobilizava a intelectualidade modernista.

3. A Dimensão Transnacional dos Patrimônios Culturais

Situando o debate: as agências multilaterais e a *salvaguarda* do patrimônio cultural imaterial

Historicamente, a afirmação de nacionalidades mostra-se um território controverso. Eric Hobsbawm¹⁸⁷ descreve como foi conflituoso o processo de seleção e fixação das representações das nacionalidades na Europa. O autor reconstitui o panorama de conflitos por meio do processo de supressão das línguas dialetais europeias e identifica o esforço secular na padronização e homogeneização

¹⁸⁷ HOBSBAWM, E. A Era das Revoluções – 1789-1848. 2. ed. Lisboa: Ed. Presença, 1982; HOBSBAWM, E. Nações e Nacionalismos desde 1780. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

da ortografia e gramática nacionais. Entretanto, ele próprio chama atenção para a fragmentação dos fatos e para a multiplicidade dos relatos históricos, assinalando o quanto demandam uma investigação mais abrangente, com “as suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas”.¹⁸⁸ Ao acentuar o dinamismo nas relações entre nações e povos, deixa claro que determinados elementos da cultura são preteridos em nome de uma suposta “unidade nacional”, em um processo tenso e de violência simbólica. É, ainda, o resultado de um princípio ordenador que opera com fronteiras de inclusão e exclusão, e com a busca de critérios que contribuam para a afirmação das diferenças nacionais.

Em meados do século XX, quando a geografia mundial depara-se com uma cartografia fixada em novas bases, após o término da Segunda Grande Guerra, havia condições para que a temática da nacionalidade ganhasse uma nova dimensão; no entanto, não se observa, de imediato, uma mudança na perspectiva de discussão do tema, exceto em questionamentos pontuais, com destaque para o colonialismo. Se, por essa época, pouca atenção era dada às unidades transnacionais que se constituíam, talvez fosse por não haver espaço e lugar na economia global para refletir sobre essas unidades intersticiais, nos termos que se colocarão décadas depois.¹⁸⁹ Segundo Anderson,¹⁹⁰ a política mundial do pós-guerra foi largamente entendida em termos supranacionais e transnacionais do que traçada pelas fronteiras territoriais e políticas. Como resultado dessas transformações, o nacionalismo passa a

¹⁸⁸ HOBBSAWM, op. cit., 2002, p. 20.

¹⁸⁹ Somente em períodos recentes, uma série de escritos aponta o paradoxo entre o local e o global das ideologias nacionalistas Cf. BRAVO, A. F. *et al.* *La Invención de la Nación*. Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha. Buenos Aires: Manantial, 2000; ANDERSON, B. Introdução. In: Balakrishnan, G. (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000; HOBBSAWM, E. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

¹⁹⁰ ANDERSON, B. “Introdução”. In: BALAKRISHNAN, G. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ser praticado de diferentes formas, com base na ideia de um “nacionalismo portátil”, em que as pessoas se deslocariam por toda parte, sem perderem seus referenciais de cultura e de território. Marshall Sahlins,¹⁹¹ por sua vez, ao apresentar suas reflexões sobre o transculturalismo no Pacífico Sul, chama a atenção para o fluxo ininterrupto de pessoas, de objetos, de dinheiro e de alimentos e para os constantes cruzamentos das fronteiras nacionais. A ideia de nação, sob essa mais recente perspectiva, deixa de ser um dado da “realidade” e passa se tornar uma categoria social construída discursivamente.

Na verdade, na seara da política internacional, o debate que entrelaça nacionalidade e cultura já tem uma trajetória iniciada nos debates sobre culturas nacionais e diversidade por meio de ações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), desde sua criação em 1945. Tomadas em perspectiva histórica, as Declarações e Convenções são os principais dispositivos jurídicos do direito internacional e, hoje, não há como desconhecer que o direito interno dos Estados não está isolado do contexto global. Essas Convenções são até hoje submetidas à ratificação, aceitação e adesão dos Estados Membros da Unesco, na forma prevista por suas Constituições.

Considerada uma agência especializada dentro da estrutura organizacional das Nações Unidas, a Unesco foi criada em Londres, em novembro de 1945, ainda sob o impacto da guerra. Idealizada para difundir e promover a ideologia da paz e da tolerância entre as nações, acreditava que a difusão e a confraternização das culturas pudessem frear violências e preconceitos entre as nações e os povos. Esse discurso, construído sobre as ruínas de uma Europa devastada, obteve ressonância imediata junto a intelectuais e organizações sociais que já atuavam em prol da diversidade e pluralidade das culturas em períodos anteriores. Segundo João Paulo Macedo Castro, existe:

¹⁹¹ SAHLINS, M. “O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. *Revista Mana*. v. 3, n. 1, 1998, p.41-73.

Um consenso na literatura analítica sobre a Unesco [...] de que a Organização é fruto de duas experiências anteriores de organização internacional: o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), surgido em 1925, que reuniu intelectuais como Sigmund Freud, Thomas Mann, Henri Bergson e Albert Einstein, entre outros (Maio, 1997:17) e a Convergência de Ministros Aliados da Educação (CMAE), criada em plena Segunda Guerra, em 1942.¹⁹²

Os países aliados (dentre os quais o Brasil) foram os primeiros signatários da Conferência Geral de 1945. Na segunda Conferência Geral, em 1947, os Estados Membros foram conclamados a participar da sua *constituição interna*, incentivando suas respectivas *comunidades científicas* a contribuir na elaboração do documento. Foi somente a partir da terceira Conferência de 1948 que se adotou a estratégia de agregar novos participantes, conclamando as *organizações internacionais não governamentais* e incentivando programas e projetos junto às *organizações intergovernamentais*.

É verdade que desde a década de 1930, congressos internacionais promovidos por associações de profissionais de museologia e de arquitetura moderna vinham discutindo doutrinas e princípios gerais para a proteção dos monumentos nacionais. Desse período merecem destaque a *Carta de Atenas* (1931), estabelecida pelo *Escritório Internacional dos Museus e Sociedades das nações* e o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM (1933), que propunham um pacto de colaboração pela “salvaguarda das obras-primas nas quais a civilização se tenha expressado em seu nível mais alto e que se apresentem ameaçadas”.¹⁹³ Naquela ocasião, foram apresentadas as legislações de proteção dos monumentos históricos, artísticos e

¹⁹² A esse respeito consultar MACEDO CASTRO, J. P. Unesco – Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesse: uma pedagogia da democracia no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGAS/MN, 2005, p. 64.

¹⁹³ Iphan. In: CURY, I. (org.). *Cartas Patrimoniais*. Edições do Patrimônio. 3. Ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 16.

científicos pertencentes às diferentes nações. Destarte, a partir da criação da Unesco, e de sua relação com os demais programas e organismos especializados no âmbito da ONU e outras agências multilaterais – e aqui destaco o Conselho Internacional de Museus –, cada vez mais centralizam-se nas agências internacionais os debates que antes se faziam em nível nacional.

Filiado à Unesco, o Conselho Internacional de Museus (Icom) é a organização internacional que reúne museus e profissionais de museus, também voltada para a conservação, preservação e comunicação para a sociedade do patrimônio cultural e natural mundial, tangível e intangível. Diana Lima¹⁹⁴ identifica os Comitês Internacionais do Icom, contabilizando um total de vinte e oito, todos dedicados às diferentes tipologias e temas de museus. Eles “são instâncias de legitimidade cultural cujos associados, agentes de variadas naturezas ligadas às diferentes áreas do conhecimento relacionadas aos diversificados temas e enfoques tratados pela Museologia, perfilam-se em categorias individuais ou institucionais correspondendo às categorias Profissionais de Museu e Instituições de Caráter Museológico”.¹⁹⁵

Esse Conselho Internacional, por meio de seus Comitês, “propicia o aprofundamento do estudo dessas temáticas ou tipologias, o debate, a publicação de artigos, as comunicações em eventos científicos e a elaboração de recomendações e padrões técnicos a serem utilizados na área, em todos os continentes”.¹⁹⁶ O Icom é a instância de consolidação e validação das teorias e práticas museológicas, na medida em que congrega representantes de quase todos os países. Apesar de voltado para museus, o Icom parte do pressuposto de que todos os *bens culturais*, mantidos ou não sob a

¹⁹⁴ LIMA, D. F. C. *Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: Informação em Arte, um novo campo do saber*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO-IBICT, 2003.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p.153.

¹⁹⁶ CARVALHO, R. M. R. *As Transformações da Relação Museu e Público: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ-IBICT, 2005.

égide dos museus, são parte do patrimônio cultural universal e, para tanto, acolhe o debate de temas provenientes dos diferentes países, reelaborando-os em diretrizes, padrões técnicos e normas de informação para museus e patrimônio cultural.

Esse conjunto de agências multilaterais vinculadas à Unesco vai adotar uma série de definições relativas à proteção dos patrimônios culturais. A Unesco veio, desde então, desempenhando importante papel normativo¹⁹⁷ e de arena de debates nas áreas da educação, ciência e cultura. Com um *staff* de *experts* que representam as instituições de governo ou da sociedade civil dos vários *comitês* e reuniões *intergovernamentais*, promove discussões sobre as ações implementadas pelos diferentes Estados-membros.

O Brasil vem participando do debate internacional, e, desde a década de 1960, pelo menos, o Iphan tem estabelecido contato com a Unesco. Por meio de uma jurisprudência consolidada pelo o instituto do *tombamento*, o Estado brasileiro vem estabelecendo acordos de cooperação técnica com a Unesco e ampliando seus critérios de seleção dos bens culturais passíveis de patrimonialização. Tais parcerias foram consolidadas ao longo da década de 1970, como atestam documentos encontrados no arquivo Noronha Santos do Iphan.¹⁹⁸

Entretanto, observa-se a complexidade em se trabalhar com a dimensão internacional das agências multilaterais; não somente por se constituir de um enredamento entre agências governamentais, não governamentais e órgãos de cooperação técnica e científica, mas por aquilo que Macedo Castro (2005) chamou de

¹⁹⁷ Dentre os instrumentos normativos mais importantes criados pela Organização, estão: a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972); a Declaração Universal da Diversidade Cultural (2001); a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

¹⁹⁸ Desde 1967, a preocupação era não só confrontar o monumento isolado, mas, inclusive, considerar a moldura no qual esse se insere, a ambiência de que era próprio, ameaçado pelas grandes obras públicas e particulares. A assistência técnica da Unesco é mencionada para os problemas mais graves relacionados com os principais conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados. Sub-série Instituto – Evolução Institucional. Mód. 72 Prat. 02 Cx. 246 e 247 Pastas 54-56 e 57-59.

“internacionalização das disputas nacionais”.¹⁹⁹ Constatase, ainda, que tais organizações se constituem em verdadeiros fóruns de debates, e, portanto, de disputas acirradas sobre as definições e as conceituações desse campo temático. Controlados por um sistema de categorias, tais como “excepcionalidade” e “autenticidade”, dentre outras, os patrimônios culturais são dispositivos²⁰⁰ que engendram articulações entre campos de saberes, politicamente pautados, controlados por especialistas e *experts*.²⁰¹ nacionais e internacionais. A conservação²⁰² dos monumentos artísticos e arqueológicos está na base das legislações nacionais e transnacionais. Segundo as definições contidas na Carta de Burra, em seu Art. 1º:

O termo *conservação* designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhes as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação *implicará ou não a preservação ou a restauração*, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas.²⁰³

Nas reuniões com especialistas do campo temático do patrimônio, era cada vez mais frequente a afirmação da necessidade de se desvelar a trama e ambiência em que se inseriam os monumentos

¹⁹⁹ João Paulo Macedo Castro adverte que ainda são necessárias análises mais aprofundadas sobre a fundação da Unesco, seus dilemas, conflitos e tensões internas. Cf. MACEDO CASTRO, op.cit., p. 75.

²⁰⁰ A noção de dispositivo é fundamental para Foucault, que assim o define: “Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos [...] É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Difel, 1979, p. 244, 246.

²⁰¹ UNESCO. *Third Session of the Intergovernmental Meeting of Experts on the Preliminary Draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Culture Heritage*. Paris: Headquarters, 2-14 June 2003.

²⁰² As categorias conservação e restauração são centrais nas discussões da Unesco. Tais termos foram definidos na Reunião do Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – e ficou conhecida como Carta de Burra. Austrália, 1980.

²⁰³ IPHAN. In: CURY, I. (org.) *Cartas Patrimoniais*. Edições do Patrimônio. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 247, 248. Grifos do autor.

mais significativos para a humanidade. Em novembro de 1964, no âmbito da 13ª sessão da Conferência Geral da Unesco, na cidade de Paris, recomendou-se, entre outras providências, que os Estados-membros adotassem, sob forma de lei nacional, medidas mitigadoras “destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedade ilícita de bens culturais”.²⁰⁴ Naquela ocasião, precisou-se o conceito de *bem cultural*, transcrito abaixo:

Para efeito desta recomendação, são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais.²⁰⁵

Em 1968, a Unesco lança uma nova *Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas*. Entre os métodos de preservação dos bens culturais, destaca-se a criação de *zonas protegidas* para serem salvaguardados os vestígios etnológicos ou históricos.²⁰⁶ Retoma-se e reafirma-se nesta Conferência o conceito de *bens culturais*, que para efeito daquele documento, se estenderia também ao entorno de:

Bens imóveis, como os sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilização anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-

²⁰⁴ Ibid., p. 97.

²⁰⁵ Ibid., p. 98.

²⁰⁶ Ibid., p. 133.

-á tanto aos imóveis do mesmo caráter que constituam ruínas do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos descobertos sob a superfície da terra.²⁰⁷

A amplitude do conceito de *bem cultural* é considerada um avanço nas políticas internacionais sobre o campo temático do patrimônio, preparando o debate para a Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972. Além disso, a Unesco recomenda inventários nacionais e relatórios dos países signatários das recomendações e cartas conclusivas das reuniões relativas à proteção do patrimônio cultural. Esses relatórios devem informar as ações dos Estados nas políticas de preservação e seus respectivos planos de salvaguarda. As iniciativas são analisadas em reuniões periódicas, organizadas pelo “Comitê Intergovernamental”, comissão criada na Convenção do Patrimônio Mundial, em novembro de 1972. Esse Comitê avalia as propostas encaminhadas, organiza e divulga a “Lista do Patrimônio Mundial”, conceitua os “novos” *bens culturais*, cria programas e prêmios internacionais. Nesses e noutros casos, os inventários ganham foco e centralidade nas políticas de preservação. Ademais, sentimentos de insatisfação sobre os critérios de seleção das Listas do Patrimônio Mundial²⁰⁸ conduziram muitos países a se expressarem a favor do desenvolvimento de um novo dispositivo legal.

A definição de *salvaguarda* contida na *Carta de Restauo*, de abril de 1972, produz uma tensão sobre a extensão de sua aplicação. Em seu Art. 4º:

Entende-se por salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra; entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em

²⁰⁷ IPHAN. In: CURY, I. (org.) *Cartas Patrimoniais*. Edições do Patrimônio. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 125, 126.

²⁰⁸ De acordo com os critérios de seleção instituídos pelo comitê da Unesco, os bens culturais devem representar o testemunho único, a obra-prima do gênio criativo humano, ou constituírem-se, ainda, em exemplar excepcional. É igualmente importante o critério da autenticidade do sítio e a forma pela qual esteja protegido.

funcionamento, a facilitar a leitura e a transmissão integralmente ao futuro e as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes.²⁰⁹

Categoria central do novo discurso patrimonialista, a construção de um conceito de *salvaguarda* ainda está por se formular, do mesmo modo que se precisou o conceito de *bem cultural* em meados da década de 1960. Na *Recomendação de Nairóbi*, no âmbito da 19ª Conferência Geral da Unesco, em novembro de 1976, retomasse a definição de *salvaguarda*, agora com menos ambiguidades: “a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno”²¹⁰

Em termos analíticos, a noção de patrimônio cultural mundial vem sendo debatida a partir dos dispositivos legais que ordenam os discursos e as ações governamentais. O propósito da *Convenção Relativa à Proteção da Cultura e Patrimônio Natural Mundial* de 1972 era o de assegurar a identificação, proteção, conservação e transmissão do patrimônio cultural e natural de valor extraordinário às gerações futuras. Nessa convenção ratificada por mais de cento e cinquenta países da América Latina, Caribe, Europa, África e Oriente, o patrimônio cultural refere-se a monumentos e a conjuntos de edifícios e terrenos, incluindo terrenos arqueológicos de valor universal excepcional.²¹¹

Na ocasião, questionava-se o conceito de monumento histórico contido no documento final. Desde que a Bolívia levantou a questão da excepcionalidade dos bens culturais centrada em valores

²⁰⁹ IPHAN. op. cit., p. 148.

²¹⁰ IPHAN. In: CURY, I. (org.). *Cartas Patrimoniais*. Edições do Patrimônio. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 220.

²¹¹ A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, em 16 de novembro de 1972, adota a Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a qual concentrava uma listagem de elementos de valor universal excepcional pertencente à herança construída e natural, incluindo – no presente – dessa maneira itens como canais, uma série de terrenos e cenários culturais. Após a reunião, 176 países já tinham aderido à Convenção, fazendo desta a maior ferramenta legal internacional universal de proteção do patrimônio cultural e natural.

ocidentais e judaico-cristãos em um encontro do *comitê intergovernamental* (1973), muitas reflexões foram propostas e atividades organizadas.

Assumindo uma perspectiva relativista, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult)²¹² discutiu os princípios que regem essas políticas, principalmente aqueles relativos a identidade, diversidade, cultura e patrimônio. Diante de um mundo marcado pela intolerância e por múltiplos conflitos, valorizou-se nessa conferência o pleno exercício de liberdades fundamentais do homem e dos povos, e o direito à autodeterminação.²¹³ Nos preâmbulos da Declaração, ao expressar a esperança na convergência final dos objetivos culturais e espirituais da humanidade, a cultura é definida como um “conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social”. Essa concepção engloba tanto as artes e as letras, quanto “os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (idem, p. 272).

Uma importante etapa para se chegar aos debates contemporâneos do patrimônio intangível (imaterial) foi a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, aprovada na 25ª Conferência Geral, em novembro de 1989, documento que instrui todos os questionamentos posteriores sobre as definições de cultura tradicional e popular. Naquela ocasião, os signatários dessa Conferência definem Cultura Tradicional e Popular como:

O conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundada na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às espec-

²¹² IPHAN, op.cit., p. 272. Encontrei divergência quanto às datas da Conferência. Segundo as *Cartas Patrimoniais*, editado pelo Iphan, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais reuniu-se na cidade do México, em 1985. Ao consultar arquivo digital da Unesco, segundo o documento “*Brief history of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (2003)*”, pude constatar que “The Mondiacult World Conference on Cultural Policies” (Mexico City) ocorreu no ano de 1982. A esse respeito ver: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=EN&pg=00007>. Acessado em 26/04/2007.

²¹³ IPHAN. op. cit., p. 271

tativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outra maneira. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.²¹⁴

Aplicada as disposições relativas à salvaguarda das expressões da cultura tradicional e popular, a *Recomendação* não cria uma jurisprudência que pudesse ser seguida internacionalmente, como no caso de uma *Convenção*. Sem gerar obrigatoriedade, a *Recomendação* pode apenas ter um impacto relativamente limitado. Além disso, os instrumentos de identificação sugerem o registro por meio de inventário, pesquisa e documentação em arquivo.

Alfredo Wagner B. de Almeida (2007) discute a importância da ratificação desses tratados internacionais que são incorporados aos dispositivos constitucionais dos Estados-membros. Inúmeros decretos e portarias assinados também fazem referência direta ou indiretamente aos contratos multilaterais. Segundo Almeida, a ratificação da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) reforçou os instrumentos de redefinição das políticas agrária e ambiental e avançou na conceituação de “comunidade local”:

Que antes denotava principalmente um tributo ao lugar geográfico e a um suposto “isolamento cultural”, tornou-se relacional e adstrita ao sentido de “tradicional”, enquanto reivindicação atual de grupos sociais e povos face ao poder do Estado e enquanto direito manifesto através de uma diversidade de formas de autodefinição coletiva.²¹⁵

²¹⁴ Ibid., p. 294 - 295.

²¹⁵ ALMEIDA, A. W. B. “Apresentação”. In: Joaquim Shiraishi Neto (org.). *Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil*. Manaus: UEA, 2007, p. 11.

Na década de 1990, a ênfase na importância da cooperação cultural internacional e a crescente reafirmação de movimentos identitários fizeram desses fóruns internacionais importantes arenas políticas e de disputa. Abre-se, portanto, um campo de debates teóricos e conceituais dentro dessas agências multilaterais quando importantes acordos internacionais estão sendo assinados e ratificados. A “Convenção 169”, aprovada pela OIT em julho de 1989, e a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*, aprovada pela Unesco no mesmo ano, foram duas importantes reuniões deliberativas. No final dos anos 1990, os especialistas concluíram pela necessidade de um novo instrumento internacional,²¹⁶ algo como uma Convenção, que viesse a criar diretrizes para a *salvaguarda da cultura tradicional e popular*.

O texto que esboçou a Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Intangível foi o resultado de uma série de encontros entre especialistas governamentais e não governamentais, e foi enviado ao Comitê Executivo da Unesco, a qual recomendou que a Conferência Geral se realizasse ainda naquele ano.²¹⁷ Em outubro de 2003, a Unesco aprovou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial,²¹⁸ que, em suas disposições gerais, estabelece as definições para o “patrimônio cultural imaterial” e para a “salvaguarda do patrimônio imaterial”.

Define-se por Patrimônio Cultural Intangível, no âmbito da Convenção de 2003, em seu Artigo 2:

²¹⁶ Entende-se por instrumentos internacionais os documentos variados e normativos que servem como referência para as ações conjuntas da Unesco e de seus Estados Membros.

²¹⁷ As atividades preparatórias ficaram a cargo de um Comitê Intergovernamental, que “in order to facilitate the work [...] the Intangible Heritage Section of Unesco is organising a number of thematic meetings aimed at preparing the implementation of the Convention. A first meeting co-financed by Norway, took place in March and was dedicated to Inventorying Intangible Cultural Heritage. The other seminars will be dedicated to Selection Criteria for Intangible Cultural Heritage, and to Safeguarding and Management of Intangible Cultural Heritage. These meetings will aim at producing an overview, a comparison and an analysis of experiences already by Member States”. UNESCO. op.cit., 2003. p. 2-14.

²¹⁸ O Brasil adota a mesma nomenclatura dos países de língua latina (França, Itália e Espanha): utiliza o termo “imaterial”. O texto da Convenção na língua inglesa adota o termo intangível. Ambos possuem o mesmo significado; logo, são passíveis de apropriações indistintas.

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração a geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu meio ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana.²¹⁹

Os critérios para a identificação do patrimônio cultural imaterial são: consagração pelo tempo, permanência e reconhecimento de sua importância para a sua identidade, por parte da própria comunidade. Portanto, a Convenção indica que o patrimônio cultural imaterial é *transmitido de geração em geração e é recriado constantemente* por comunidades e grupos aos quais fornecem um *sentido de identidade e continuidade*. Entretanto, essa “proteção” contida na Convenção significa amparar os meios que habilitam as comunidades e grupos a continuarem a desempenhar as suas práticas. Estabeleceu-se, também, que a documentação e o arquivamento são os meios para a *salvaguarda*. A documentação não necessariamente congela o patrimônio cultural imaterial (intangível), nem tampouco restitui o imaterial (intangível) em material (tangível). O que a documentação faz é preservar, para futuras gerações e para pesquisas, um ou mais elementos específicos do patrimônio cultural imaterial.

A Convenção visa aperfeiçoar as definições de “patrimônio cultural imaterial” e de “salvaguarda” no sentido de formar um conceito amplo para essas noções.

²¹⁹ IPHAN. In: CURY, I. (org.). *Cartas Patrimoniais*. Edições do Patrimônio. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 373.

Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.²²⁰

Na reunião foram estabelecidas “medidas de salvaguarda” para patrimônio imaterial. O Artigo 12 estabelece como importante medida de salvaguarda a adoção de inventários nacionais.

Para assegurar a identificação com fins a salvaguarda, cada Estado Parte estabelecerá, um ou mais inventários do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, em conformidade com seu próprio sistema de salvaguarda do patrimônio. Os referidos inventários serão atualizados regularmente.²²¹

Além disso, as relações entre patrimônio tangível e intangível foram extensivamente discutidas numa Conferência Internacional de *experts* realizada em outubro de 2004 em Nara no Japão. A Declaração adotada no fim dessa reunião, chamada Declaração *Yamato*, foi apresentada durante outra Reunião, desta vez em 2005, que apresentarei um pouco mais a frente.

A Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, explicitamente nos artigos 11, 12 e 15, exortou seus Estados-membros a envolver em suas atividades nacionais de *salvaguarda* os grupos e as comunidades que são os portadores e transmissores dos elementos a serem resguardados. Na definição de Patrimônio Cultural Imaterial também foram ressaltados os campos nos quais essa natureza de bem se manifesta, a saber:²²²

²²⁰ IPHAN. In: CURY, I. (org.). *Cartas Patrimoniais*. Edições do Patrimônio. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p.374.

²²¹ *Ibid.*, p. 378.

²²² *Ibid.*, p. 374.

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo de patrimônio cultural intangível;
- b) expressões artísticas;
- c) celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas, relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

Em última instância, salvaguardar a “diversidade cultural e a criatividade humana” é a meta dos acordos e discussões desse campo temático. Não obstante tratar-se de um postulado construído dentro dos debates da antropologia, essa multiplicidade de expressões culturais começa a ser reconhecida e valorizada como um bem comum da humanidade.

As medidas adotadas pela Unesco visam a assegurar a reprodução do patrimônio cultural imaterial, incluindo tanto documentação, pesquisa, preservação, proteção, estímulo, intensificação, propagação (particularmente favorável à educação formal e informal), quanto a revitalização de vários aspectos desses patrimônios. Ao ratificar uma Convenção, o Estado obriga-se a cumprir os preceitos assinados pelo tratado, “vinculando os países na ordem internacional e impondo sanções em caso de descumprimento das normas acordadas”.²²³

Com a adoção do postulado da diversidade, a Unesco vem reconhecendo a importância da *salvaguarda* e do acesso diversificado a uma série de expressões culturais.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural proclama, em seu Artigo 4, que a defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana. E, na Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em seu Artigo 5, as partes se comprometem a adotar medidas para a proteção e a pro-

²²³ NETO, J. S. “A Particularização do Universal: povos e comunidades tradicionais face às Declarações e Convenções Internacionais”. In: _____. *Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil*. Manaus: UEA, 2007, p. 36.

moção da diversidade das expressões culturais.²²⁴

As Nações Unidas adotam como princípio fundamental da sua aplicação o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de modo que nenhuma medida política para proteger e promover a diversidade infringirá direitos humanos e liberdades fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como o direito dos indivíduos escolherem suas expressões culturais. Além disso, ao vincular-se a Declaração dos Direitos Humanos reafirma as ações contra as violações dos direitos individuais e coletivos das populações tradicionais e povos indígenas.

O Brasil vem participando das reuniões do *Comitê Intergovernamental* e relatando as experiências bem-sucedidas na aplicação da legislação complementar ao texto constitucional de 1988. Ao criar instrumento jurídico-legal apropriado para a dimensão imaterial de seu patrimônio cultural, o Estado brasileiro avança nos debates sobre os critérios de seleção de seus patrimônios culturais e as políticas de *salvaguarda*. Destaca a necessidade de identificar e definir as múltiplas expressões culturais locais, contando, para tal, com a participação das comunidades e grupos.

A participação do Iphan na reunião de *experts* sobre Inventário do Patrimônio Cultural Intangível (Unesco, março de 2005)

Com o propósito de estudar as variadas metodologias de inventário e debater assuntos a serem levados em conta na implementação da Convenção de 2003, a Unesco organizou em Paris, nos dias 17 e 18 de março de 2005, a Reunião de *Experts* sobre Inventário do Patrimônio Cultural Intangível,²²⁵ da qual participaram trinta

²²⁴ DUPRAT, Deborah “Prefácio”. In: NETO, J. S. (org.). *Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil*. Manaus: UEA, 2007, p. 20.

²²⁵ UNESCO. *Report on the Experts Meeting on Inventorying Intangible Cultural Heritage*. Intangible Heritage Section, Division of Cultural Heritage. Paris, 17-18 March, 2005. 44 p. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00036-EN.pdf>. Acessado em 15 de março de 2007.

profissionais de diversos países. Esses participantes foram selecionados entre pesquisadores, representantes de comunidades, servidores civis de administrações locais e nacionais, assim como ONGs (Organizações Não Governamentais) relevantes. A maioria veio de países que já tinham adquirido experiência em preparar um ou mais inventários. O encontro teve o apoio financeiro do Governo da Noruega, que facilitou a participação de quinze *experts* de países em desenvolvimento, dentre os quais a Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, a arquiteta Márcia Sant'Anna.

A WIPO (*World Intellectual Property Organization*) também foi convidada, assim como observadores dos Estados membros da Unesco, em particular aqueles que já tinham ratificado a Convenção ou demonstrado interesse neste tipo de programa da Unesco. Em torno de cinquenta observadores assistiram a todo ou a parte do encontro. Houve quatro sessões de trabalho em plenário, cada uma introduzida por uma palestra de provocação, além dos grupos de discussão. Os participantes da reunião foram convidados, algumas semanas antes, a preencher um questionário referente às experiências em seus países no inventário de Patrimônio Cultural Intangível e atividades relacionadas. Os questionários devolvidos cobrem vinte países.

O propósito do questionário era coletar e comparar informações acerca de diferentes sistemas de inventário, a fim de facilitar as discussões durante a reunião. Foram apresentadas 22 questões, que procuraram, entre outras, identificar:

- Se o país já preparou um ou mais inventários de Patrimônio Cultural Intangível;
- Os domínios da lista de Patrimônio Cultural Intangível (descritos anteriormente na Convenção de 2003) estavam cobertos pelo inventário;
- A participação da comunidade nas atividades de *salvaguarda*;
- Os princípios pelos quais as tradições eram distinguidas (étnica, linguística, religiosa, ocupacional, outra);

- Se os elementos do inventário estavam ameaçados de desaparecimento;

- Se o inventário era uma listagem de informação resumida sobre os elementos (como um catálogo), ou se caracterizava por uma abundante informação e documentação enfocando abordagens diversas dos *bens culturais*;

- Os tipos de problemas que afetaram inventários no país, tais como falta de base institucional, meios financeiros, de reconhecimento social, consciência política, de envolvimento das comunidades ou problemas de identificação e outras possibilidades.

Fazendo um balanço dos resultados, pode-se afirmar que as respostas não podem ser vistas como representativas para os países ou regiões representados, sem contar que nem todas as regiões foram igualmente bem representadas. Além disso, a Unesco fez a escolha deliberada de convidar especialistas tanto de países com experiência limitada quanto de outros países de considerável experiência, o que não criou uma homogeneidade mínima necessária para a apuração dos dados. Questionários completos foram recebidos de:

- Seis países da Europa e América do Norte: Bélgica, Bulgária, Geórgia, Lituânia, Espanha e EUA;
- Cinco países da África e dos Estados Árabes: Argélia, Cabo Verde, Quênia, Maurício, África do Sul;
- Cinco países da Ásia e do Pacífico: Butão, Fiji, Índia, Japão, Uzbequistão;
- Quatro países da América Latina e do Caribe: Brasil, Colômbia, Haiti, Panamá.

As respostas a esses questionários foram analisadas e agrupadas em torno dos principais temas da reunião, apresentadas ao início de cada

sessão de trabalho e levadas em conta na redação do relatório final. Se, por um lado, não houve a padronização metodológica citada acima, por outro lado o material serve para um mapeamento inicial do que se faz atualmente em termos de inventário nos diversos países.

A reunião de 2005 foi aberta pelo Diretor Geral Assistente para Cultura da Unesco, Mounir Bouchenaki que, em sua palestra de boas vindas, apresentou um histórico das atividades de Patrimônio Cultural Intangível descrito na pesquisa, finalizando o seu discurso com a Convenção de Salvaguarda de 2003, a qual, até aquele momento, já tinha sido ratificada por doze Estados Membros. Enfatizou, ainda, a importância dos inventários para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível e propôs que saísse daquela reunião um conjunto de normas e diretrizes operacionais de inventário a partir do relato e da análise de experiências no nível nacional e definição das melhores práticas.

Em seguida, Rieks Smeets, Chefe da Seção de Patrimônio Intangível da Unesco, brevemente indicou que a reunião se desenrolaria em quatro sessões de trabalho plenárias e reforçou o papel do futuro Comitê Intergovernamental de Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade (“o Comitê”) contando com a participação formal de representantes de Estados-membros eleitos. Ele também enfatizou que, após uma primeira fase de trocas de experiências e de ideias sobre inventário, deveria haver, como resultado, um documento com recomendações conclusivas. Assistem às reuniões do comitê representantes de outras agências multilaterais, como o Centro Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais e a União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN).

Márcia Sant’Anna, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan/Brasil, fez a palestra de provocação da primeira sessão de trabalhos, intitulada *Escopo e Construção de Inventários*, apresentando as experiências brasileiras de inventário durante a

Reunião de *Experts* sobre Inventário do Patrimônio Cultural Intangível. Em seu relato, cita a Constituição Federal brasileira de 1988, no Artigo 216, que já definia a noção de patrimônio cultural como um conjunto de bens culturais, materiais e imateriais, “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver” (Art. 216, I e II). Em sua apresentação, Sant’Anna relatou que o estatuto do *Registro*, instituído em agosto de 2000, foi criado para *salvaguardar* o patrimônio cultural brasileiro em todas as suas dimensões, simbólicas e materiais. Por meio desse *registro*, elementos do cotidiano até então inseridos nas práticas culturais locais são alçados à categoria de patrimônio. Considerando a natureza dinâmica do Patrimônio Cultural Intangível, recomenda-se que o *Registro* seja periodicamente revisado, pelo menos uma vez a cada dez anos. Os bens culturais registrados são declarados “Patrimônio Cultural brasileiro”, o que os qualifica como uma categoria de bens de elevado valor simbólico no âmbito do Estado brasileiro. Paralelamente ao *Registro* foi estabelecido o Programa Nacional para o Patrimônio Imaterial que funciona como um programa de fomento, apoiando com recursos financeiros as instituições do Estado a promover o mapeamento e o inventário desses bens.

A tarefa do Iphan, órgão do Ministério da Cultura, está voltada para “atividades de pesquisa, para a identificação e registro da propriedade e recursos de patrimônio histórico e cultural, assim como a supervisão dos trabalhos de conservação, educação pública e programas de conscientização.”²²⁶ A metodologia desse inventário cultural, segundo Sant’Anna, compreende três fases: 1. Levantamento preliminar; 2. Identificação e documentação; 3. Interpretação. Para a diretora do Iphan, um aspecto importante é que a interpretação seja desenvolvida em conjunto com as comunidades

²²⁶ Esta definição pode ser consultada no site do órgão: <http://www.iphan.gov.br/>, acessado em 27/08/2007

locais, envolvidas em todo o processo, desde o seu começo, por exemplo, no preenchimento de um questionário por seus representantes, além de serem entrevistados *in situ*.

Para estimular as condições de vida destas comunidades por meio da *salvaguarda* do seu Patrimônio Cultural, além do *Registro* em si, segundo Sant'Anna, quatro linhas de ação são desenvolvidas: apoio financeiro para a transmissão de conhecimentos, apoio gerencial focado no artesanato tradicional, desenvolvimento de capacitação na comunidade e apoio para encontrar novos mercados para determinados produtos.

Após sua apresentação, Márcia Sant'Anna conduziu o debate respondendo primeiramente aos *experts* da Argélia, Espanha, Bulgária e Bélgica – que relataram um pouco dos aspectos dos inventários que vinham desenvolvendo. Os *experts* do México e Nicarágua perceberam muitas semelhanças do inventário brasileiro com o sistema de inventários em seus países. Participaram também os dos Estados Unidos, Uzbequistão, Maurício, Panamá e África do Sul, recebendo contribuições dos observadores das delegações de Portugal e da Noruega. Sant'Anna enfatizou a importância da cooperação entre os países de língua portuguesa no intercâmbio de procedimentos e métodos de inventário.²²⁷ Apreende-se, acompanhando todo esse debate, que a experiência brasileira é considerada precursora para muitos países. Tanto é assim que a palestra de Sant'Anna inaugura uma sessão temática desse encontro, despertando muito interesse das demais delegações dos Estados-membros.

A Conferência Geral da Unesco adotou a Convenção relativa à salvaguarda do patrimônio imaterial, em 17 de outubro de 2003. O principal objetivo dessa Convenção é o de indicar que o patrimônio cultural imaterial (intangível) é transmitido de geração em geração e recriado constantemente por comunidades e grupos aos

²²⁷ UNESCO. op. cit., p. 13-15.

quais fornecem um sentido de identidade e continuidade (Art. 2, I). O papel dado às comunidades e grupos na identificação e documentação dos bens culturais é decisivo para a sua *salvaguarda*. A Convenção fundamenta-se nos pressupostos da diversidade cultural e no respeito aos direitos humanos individuais e coletivos.

Sete convenções internacionais foram elaboradas pela Unesco desde os anos 1950 com o propósito de preservar os vários aspectos ligados à diversidade cultural. Esses instrumentos constituem hoje a síntese da estratégia da Unesco no que se refere à proteção e promoção da diversidade cultural, traduzidos pelos termos jurídicos do artigo 7º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural:

Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas.²²⁸

Com a adoção do postulado da diversidade, a Unesco vem reconhecendo a importância da salvaguarda e do acesso diversificado a uma série de expressões culturais.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural proclama, em seu Artigo 4, que a defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana. E, na Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em seu Artigo 5, as partes se comprometem a adotar medidas para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais.²²⁹

²²⁸ “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”. In: Joaquim Shiraishi Neto (org.). *Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil*. Manaus: UEA, 2007, p. 126.

²²⁹ DUPRAT, Deborah “Prefácio”. In: Joaquim Shiraishi Neto (org.). *Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil*. Manaus: UEA, 2007, p. 20.

As Nações Unidas adotam como princípio fundamental da sua aplicação o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de modo que nenhuma medida política para proteger e promover a diversidade poderá infringir direitos humanos e liberdades fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como o direito dos indivíduos escolherem suas expressões culturais. Além disso, ao vincular-se a Declaração dos Direitos Humanos reafirma as ações contra as violações dos direitos individuais e coletivos das populações tradicionais e povos indígenas.

Na verdade, as culturas descritas ora como ‘dominadas’, ora como “subalternas” continuam incrementando suas experiências de atualização cultural, em processos muito interessantes que vários antropólogos se dedicam a estudar e divulgar, contrapondo-se à ideia da suposta homogeneização conduzida por culturas ditas “hegemônicas” [...] O que importa compreender e, portanto, valorizar, é o ponto de vista local. É na escala local que são selecionados, traduzidos e apropriados objetos ou saberes que circulam no sistema mundial.²³⁰

Tudo isso é parte de um grande debate internacional em que diversos agentes e agências – governamentais e não governamentais – foram convocados a participar, atuando junto às políticas públicas dos Estados nacionais relacionadas à promoção da diversidade das culturas e dos povos.

No Brasil, a flexibilização das fronteiras do patrimônio cultural teve na figura de Aloísio Magalhães seu principal articulador, que despontou na cena cultural brasileira com um discurso voltado para o desenvolvimento e valorização das manifestações da cultura brasileira, principalmente aquelas de feições populares. Habilmente, Aloísio tece uma rede de relações políticas entre agentes de diferentes instân-

²³⁰ IEPÉ. Patrimônio Cultural Imaterial e povos indígenas. Dominique Tilkin Gallois (org.). São Paulo: Iepé, 2006, p. 21.

cias governamentais, implementando programas e projetos de grande abrangência. Atento aos debates internacionais, Aloísio Magalhães apropriou-se do conceito de *bem cultural* cunhado pela Unesco e procurou aplicá-lo na diversidade das expressões da cultura brasileira.

4. A Trajetória da Política de Patrimônio Imaterial no Brasil

A nova fase de institucionalização do patrimônio: a gestão Aloísio Magalhães.

Na segunda metade dos anos de 1960 e por toda a década de 1970, foram introduzidas profundas reformas institucionais, políticas, econômicas e sociais no país. Nesse período, o Estado fortaleceu a máquina administrativa criando inúmeras instituições e empresas públicas. A economia cresceu e diversificou-se, no sentido de modernizar-se, com expansão também do setor privado. Nesse contexto, Governo e empresários discutiam a aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro, qualificado por indicadores de complexificação crescente. No âmbito das instituições na área cultural, o governo militar de Geisel formalizou um conjunto de diretrizes para orientar as suas atividades, operacionalizadas através da Política Nacional de Cultura²³¹ que, nos seus princípios fundamentais, obrigava o Estado a respeitar a liberdade de criação e a garantir o acesso à cultura, fazendo-o assumir um papel de fomentador da produção cultural, principalmente junto a setores mais periféricos da administração pública.²³²

Não é objetivo deste trabalho aprofundar as diretrizes gerais dessa política, mas somente enfatizar a sua “vertente patrimo-

²³¹ A Política Nacional de Cultura foi elaborada por membros do Conselho Federal de Cultura e do Departamento de Assuntos Culturais – DAC/MEC e teve como um de seus principais articuladores o antropólogo Manuel Diegues Jr., diretor do DAC. Antes de assumir a direção do DAC, Diegues Jr. ocupou, até 1961, o cargo de diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, entidade criada pela Unesco no Rio de Janeiro. Em linhas gerais, o DAC propunha-se a criar um Sistema Nacional de Cultura, incluindo também um Sistema Nacional de Museus.

²³² MICELI, S. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.; ANASTASSAKIS, Z. *Dentro e Fora da Política Oficial de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil*: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS, 2007.

nial”. Ao estabelecer novas diretrizes para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, a Política Nacional de Cultura faz referência à proteção, salvaguarda e valorização do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e natural, bem como aos elementos tradicionais da cultura popular.²³³ Dentro de uma conceituação ampla de cultura, as políticas culturais do Estado buscavam inter-relacionar as vertentes patrimonial e da produção cultural da Secretaria de Cultura do MEC. Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) competia executar grande parte da diretriz anunciada por essa vertente patrimonial, necessitando reformular as suas estruturas de modo a permitir agilidade no cumprimento adequado de suas tarefas.

Nas décadas de 1970 e 1980, as medidas normativas de proteção dos *bens culturais* ampliaram-se significativamente, principalmente por força dos debates conduzidos pelos organismos internacionais. Determinados aspectos do patrimônio cultural passaram a ser protegidos através da lei de arqueologia, instituída em 1961, e que *dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos*. Tal lei estabelece normas que devem ser seguidas por instituições de ensino e pesquisa para a concessão da licença de escavação de sítios arqueológicos, regulamentando, inclusive, a exploração econômica pelas indústrias e empresas mineradoras. A agência de patrimônio estabeleceu uma série de convênios com instituições de ensino e pesquisa pelo Brasil, destacando-se o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

A partir da década de 1970, organizaram-se encontros nacionais e internacionais, buscando reconceituar o patrimônio cultural e restabelecer novas relações com o mercado; principalmente, com a indústria do turismo. Em um contexto de desenvolvimento acelerado das metrópoles e de construção do parque industrial brasileiro,

²³³ HERRERA; DIÉGUES, JR.; SILVA. *Novas Frentes de Promoção da Cultura*. Série Informação e Documentos. Rio de Janeiro: FGV/DAC/Fundo Internacional de Promoção da Cultura, 1977.

a especulação imobiliária atingia índices elevados.²³⁴ Tais preocupações foram debatidas em dois encontros promovidos pelo Ministério da Educação e Cultura. O primeiro deles, realizado em abril de 1970, ficou conhecido como “Compromisso de Brasília” (1970) e convocou governadores de Estado, secretários da área cultural, prefeitos e representantes de instituições culturais para discutirem os rumos da preservação do patrimônio histórico e artístico nos estados e municípios.²³⁵ No ano seguinte, o “segundo encontro de governadores”, em Salvador, rediscutiu-se as recomendações da “Carta de Brasília”, ratificando todos os seus itens.²³⁶ Também foi a partir dessas duas reuniões que foram tiradas as diretrizes para o processo de descentralização das ações de preservação, estimulando estados e municípios a criarem legislação específica para a proteção dos “bens culturais de valor regional” e “instituições museais regionais”.²³⁷

Em 1970, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional²³⁸ (DPHAN) foi reestruturada em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e vinculada, então, ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), sob o comando de Jarbas Passarinho. Com a passagem de Diretoria para Instituto como ór-

²³⁴ Destaca-se nesse período a primeira grande Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972). Antes dela, porém, em outro importante encontro internacional foram estabelecidas as “Normas de Quito” (1967). No Brasil, duas reuniões com políticos e gestores da área cultural marcam esse período. Ver em: FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: Iphan, 1997, p. 160; IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Cury, I. (org.). 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

²³⁵ IPHAN. *op.cit.*, p. 137-141.

²³⁶ IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Cury, I. (org.). 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 144.

²³⁷ *Ibid.*, 138, 139.

²³⁸ Conforme descrevi na introdução, a agência de preservação passou por diversos arranjos institucionais. As mudanças de sigla não são casuais e refletem momentos de ampliação de seus domínios. Em 1946, expandiu-se, quando o Serviço se transformou em Departamento e foram criadas as primeiras Superintendências Regionais: Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Em julho de 1970, um novo decreto transforma a DPHAN em Iphan. Em 1979, ocorreu a incorporação do Centro Nacional de Referência Cultural e Programa de Cidades Históricas ao Iphan, sob a sigla SPHAN-Pró-Memória. Em 1990, a agência estatizada de preservação volta a ser denominada Iphan, autarquia federal constituída pelo Decreto nº 99.492, de 3 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, com base na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério da Cultura, permanecendo até a atualidade.

gão autônomo transformado em autarquia,²³⁹ o Iphan ampliava o número de escritórios técnicos e superintendências regionais, além de estabelecer cooperação técnica com a Unesco para os problemas mais graves relacionados com os principais conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados.²⁴⁰

Miceli chama a atenção para o processo de reestruturação das instituições culturais nesse período e para a dicotomia entre as vertentes “executiva” e “patrimonialista”. Nesse mesmo período foram criados o Departamento de Assuntos Culturais –²⁴¹ DAC/MEC (1972); o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas²⁴² (PCH); o Programa de Ação Cultural (PAC) – MEC (1973); o Conselho Nacional de Direito Autoral²⁴³ (CNDA/MEC) (1973). Em 1975, merecem destaques a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) – Ministério da Indústria e Comércio (MIC) (1975) e da Fundação Nacional de Arte Funarte – MEC (1975).²⁴⁴

Em nível internacional, a Unesco formalizava a criação do “Fundo do Patrimônio Mundial”, aprovado na 17ª Conferência Geral, de 16 de novembro de 1972, sobre a Salvaguarda do pa-

²³⁹ Entidade auxiliar da administração pública estatal autônoma e descentralizada. O Decreto-lei nº 200 de 1967, no seu artigo 5º, inciso I, define autarquia como “Serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram para seu melhor funcionamento gestão administrativa e financeira descentralizada”.

²⁴⁰ MinC/Iphan, Arquivo Noronha Santos, Sub-série Instituto – Evolução Institucional. Mód. 72 Prat. 02 Cx. 246 e 247 Pastas 54-56 e 57-59.

²⁴¹ Dirigido pelo antropólogo Manuel Diegues Jr., o órgão era subordinado ao Ministério da Educação e Cultura e possuía uma posição central na estrutura administrativa do Ministério, ao coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos órgãos de preservação dos bens culturais.

²⁴² O objetivo geral do PCH era compatibilizar a ideia de preservação e com o uso social do Monumento. Vale observar que nesse período de crescente urbanização e desenvolvimento das atividades econômicas, em particular, da atividade turística, são criados novos desafios para a preservação e revitalização dos monumentos históricos.

²⁴³ A institucionalização do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), criado pela Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, só veio a operar efetivamente em meados de 1975. MICELI, S. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984, p. 56.

²⁴⁴ A Fundação Nacional de Arte (Funarte) foi criada pela Lei n. 6.312, de 16 de dezembro de 1975. Uma nova portaria incorpora a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro como Instituto Nacional de Folclore à Funarte, em março de 1978. MICELI, S. op. cit., p. 56.

trímônio Mundial, Cultural e Natural.²⁴⁵ Tal iniciativa veio ampliar as formas de cooperação técnica e de ajuda financeira entre os Estados-membros e as agências multilaterais. Em novembro de 1976, o Fundo Internacional de Promoção da Cultura da Unesco juntamente com o Departamento de Assuntos Culturais do MEC promoveram no Rio de Janeiro um encontro destinado a focalizar a problemática da cultura e de seu financiamento.²⁴⁶ O documento final desse encontro faz “referência não só à proteção, salvaguarda e valorização do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, literário, paisagístico e natural, como ainda aos elementos tradicionais, geralmente traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares”.²⁴⁷

Gonçalves (1996) descreve esse período como de profundas mudanças na gestão da política oficial de cultura em geral e, em particular, na de patrimônio.²⁴⁸ Em um contexto caracterizado pela crescente complexidade dos aparatos burocráticos, desponta, na cena da política cultural brasileira, a figura de Aloísio Magalhães.²⁴⁹ Vindo de uma linhagem de políticos nordestinos, Magalhães aproximou-se dos círculos governamentais durante os anos em que trabalhou para o Banco Central como responsável pelo *design* do novo papel moeda. Passa então a atuar como consultor da área de programação visual de algumas empresas públicas,

²⁴⁵ O Fundo prevê a contribuição dos Estados-membros, organizações integrantes do Sistema das Nações Unidas, órgãos públicos ou privados e pessoa física. Cf. IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Cury, I. (org.). 3a. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 186.

²⁴⁶ HERRERA, F.; DIEGUES Jr., M.; SILVA, B. *Novas Frentes de Promoção da Cultura*. Rio de Janeiro: FGV/ DAC – MEC. 1977, p. VIII.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 43.

²⁴⁸ GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Iphan, 1996.

²⁴⁹ Aloísio Magalhães, advogado, artista plástico e designer. Nasceu em Pernambuco, em 5 de novembro de 1927. No início de sua carreira participou como gravurista de um atelier experimental de edição de livros. Viaja para os Estados Unidos, onde entra em contato com o artista e desenhista industrial Jim Feldmann; logo em seguida, aceita o convite para um estágio mais prolongado, familiarizando-se com as novas linguagens gráficas de comunicações e com os novos paradigmas de análise (teoria da informação etc.) Depois, firma-se como designer, participando da fundação da Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro. Ver em Miceli, S. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984, p. 80-81.

como os Correios e Telégrafos e a Petrobras.²⁵⁰ Constrói sua carreira de *designer*, tornando-se respeitável e reconhecido na área da produção cultural.²⁵¹ É desse lugar central no campo da produção cultural que Aloísio Magalhães começa a refletir sobre o *design* e a cultura brasileira. Conterrâneo de Gilberto Freyre, que foi para ele e para outros de sua geração uma referência intelectual e, sem dúvida, um dos grandes intérpretes do Brasil, adotou uma perspectiva para a cultura brasileira bastante próxima da de seu mentor, preocupando-se com a diversidade das expressões culturais.

O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC),²⁵² idealizado e dirigido por Aloísio Magalhães (1975-1979), teve por objetivo traçar um “sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira”. Inicialmente estruturado como um programa interministerial passou a desenvolver diversos projetos na área da cultura popular. Muitos deles voltaram-se para o artesanato produzido em pequenas comunidades como alternativa de geração de renda e de trabalho.²⁵³ O objetivo principal dos levantamentos do Centro para esse campo temático era produzir documentação e registro dos processos de produção, das técnicas tradicionais e dos contextos socioprodutivos. Na perspectiva de Aloísio, por meio da instrumentalização da área cultural, poder-se-ia atingir os indica-

²⁵⁰ Ao consultar o arquivo Aloísio Magalhães depositado na sede do Iphan, em Brasília, Zoy Anastassakis propõe-se fazer uma revisão da literatura que concebe a criação do Centro Nacional de Referência Cultural. Cf. ANASTASSAKIS, Z. *Dentro e Fora da Política Oficial de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil*: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS, 2007, p. 23.

²⁵¹ Fabrícia Cabral (2007) enfatiza a importância da figura de Aloísio Magalhães para o desenvolvimento da produção cultural brasileira. CABRAL, F. G. S. *Saberes Sobrepostos: design e artesanato na produção de objetos culturais*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Design da PUC, Rio de Janeiro, março de 2007, p. 66.

²⁵² O CNRC, inicialmente instalado nas dependências da antiga reitoria da UnB, possuía um perfil claramente acadêmico e contava com a colaboração de diversos professores da universidade, como a socióloga Bárbara Freitag, o antropólogo Georges Zarur e a professora Clara de Andrade Alvim, da PUC-Rio. Era dividido em quatro áreas de inspiração nitidamente acadêmica: Ciências Humanas, Ciências Exatas, Documentação Artes e Literatura. Cf. FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: Iphan, 1997, p. 165.

²⁵³ CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL. Bases para um Trabalho sobre o Artesanato Brasileiro Hoje. Brasília, SCN, s/d.

dores apropriados ao modelo de desenvolvimento econômico da nação. Era um discurso multifacetado e que respondia a demandas de diversos tipos, enfatizando a importância de um “desenvolvimento harmonioso” para a nação brasileira, atingível somente na delicada relação entre a dinamização da cultura e o progresso tecnológico.

Em seus discursos, Aloísio operava com uma conceituação de cultura mais abrangente, de caráter antropológico.²⁵⁴ Seguro de que a compreensão da cultura era fator decisivo para o desenvolvimento social, Aloísio Magalhães preocupou-se em conceituar o que seria um produto cultural com características nacionais. Nesse sentido, vai construir algumas coordenadas teóricas para fundamentar suas escolhas políticas. A principal delas foi a noção de “referência cultural”. Quando ele falava em referência cultural, estava atribuindo a essa noção uma dimensão mais abrangente de patrimônio. É certo afirmar que Aloísio procurava manter-se bem informado a respeito do que se passava no debate internacional das políticas para o campo temático do patrimônio, bem como das categorias cunhadas pela Unesco.²⁵⁵

No processo histórico de invenção das nações e nacionalismos das sociedades ocidentais, o patrimônio inscreve-se essencialmente como afirmação identitária, frequentemente de “caráter nacional”. Sob o postulado da diversidade cultural instituíram-se políticas de Estado que procuram articular a questão da diversidade à problemática da unidade nacional. Thiesse (1999), ao revelar o processo de constituição das identidades nacionais na Europa do século XIX, enfatiza que as culturas populares tornaram-se o eixo político desses debates.²⁵⁶ Por ser plena de particularismos e guardar “modos de vida” e “visões de mundo” fundamentados pela “tradição”, a cul-

²⁵⁴ Cf. GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Iphan, 1996.

²⁵⁵ Conforme foi visto no capítulo anterior, o conceito de “Bem Cultural” foi cunhado pela Unesco, na 13ª Convenção Geral, em Paris – 19 de novembro de 1964. Cf. IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Cury, I. (org.). 3ª ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 98.

²⁵⁶ THIESSE, A.-M. *La Création des Identités Nationales*. Europe XVIII-XX siècle. Paris: Seuil. 1999.

tura popular foi escolhida pelos intelectuais que participaram na elaboração dos patrimônios culturais nacionais como “autêntica” representação da nacionalidade. No Brasil, esses debates se fizeram sentir a partir dos modernistas. Décadas depois, Aloísio Magalhães retoma o famoso anteprojeto de Mário de Andrade e acentua seu interesse por um tipo particular de expressão cultural relacionada ao campo dos estudos de folclore e cultura popular.

Em 1979, tem início a gestão de Eduardo Portella à frente do Ministério da Educação e Cultura. Uma de suas primeiras iniciativas foi transferir o Programa de Cidades Históricas que pertencia à Secretaria de Planejamento da Presidência da República para o Iphan. Dessa fusão, criou-se a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória – SPHAN/FNPM. O novo órgão também encampa o Centro Nacional de Referência Cultural, originado em 1975 por convênio entre organismos governamentais e destinado à pesquisa.²⁵⁷ Esse quadro de forças possibilitou a emergência de novas orientações, que tiveram impacto expressivo no que tange a ampliação dos referenciais teóricos do patrimônio cultural brasileiro.

Ao assumir a direção-geral do Iphan, em 1979, e, no ano seguinte, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Presidência da Fundação Nacional Pró-Memória, Magalhães marca um novo período na formulação de uma política cultural mais abrangente. Maria Cecília Londres Fonseca descreve a gestão de Aloísio Magalhães frente ao CNRC e, posteriormente, à SPHAN/Pró-Memória, contrapondo-a a carreira administrativa de Rodrigo Melo Franco de Andrade.²⁵⁸ Essa periodização prioriza as discussões internas da agência estatizada e considera a adesão de diversos agentes sociais à cena política e as transformações internacionais. Vale lembrar que foi na gestão de Aloísio que cidades

²⁵⁷ Cf. MICELI, S. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984, p. 59.

²⁵⁸ FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

e paisagens naturais brasileiras passaram a figurar na lista do Patrimônio Mundial.²⁵⁹

Conceitualmente, a fusão Iphan/PCH/CNRC deve ser compreendida em virtude da necessidade de articular melhor as duas vertentes pelas quais se podem considerar os *bens culturais*: de um lado, a “vertente preservacionista”, preocupada em proteger e conservar o que já havia sido identificado como bem patrimonial brasileiro; de outro, a “vertente executiva”, que procura identificá-lo tecnicamente, para recuperar as informações do respectivo acervo e, a seguir, devolvê-lo à sua comunidade.²⁶⁰ A equipe multidisciplinar montada a partir do CNRC²⁶¹ e incorporada a SPHAN/Pró-Memória imprimiu uma nova *démarche* de trabalho, proporcionando uma ação verdadeiramente nova para aquela agência de preservação.

Imprescindível sublinhar que parte dessa equipe de técnicos permaneceu na instituição, mesmo depois da morte de Aloísio em 1982. Com a Nova República, em 1984, e o recém-instituído Ministério da Cultura, esses profissionais continuaram atuando em benefício da diversidade cultural brasileira: é desse período alguns tombamentos importantes, por se constituírem como “lugares de memória” de comunidades e grupos sociais, tais como, o do terreiro de candomblé Casa Branca, na Bahia, e da Pedra do Sal, no

²⁵⁹ A cidade histórica de Ouro Preto/ MG foi declarada pela Unesco “Patrimônio da Humanidade”, em 1980, sendo seguida pelo centro histórico de Olinda/ PE, em 1982, e pelas ruínas jesuíticas-guarani de São Miguel das Missões/ RS, em 1983. Hoje, a lista é denominada “Patrimônio Mundial” e o último registro que figura na lista são a “Ilhas Atlânticas brasileiras: reserva de Fernando de Noronha e Atol das Rocas”, em 2001.

²⁶⁰ Segundo Fabrícia Cabral, “o apoio que o Estado deveria fornecer à produção cultural culminava na noção de devolução (a finalidade dos projetos), criando o contraponto “intervenção” *versus* “devolução”. Em busca de realizar o almejado apoio, as ações do CNRC contemplavam a identificação, para conhecimento da dinâmica cultural; o registro e a indexação, por meio de documentação audiovisual que resultaria na memória; e a devolução, também definida como uma forma de comunicação, reintegradora, adequando-se à complexidade cultural de cada contexto, tudo isto resultando na reflexão”. Cf. CABRAL, op.cit, p. 31.

²⁶¹ Os agentes recrutados por Aloísio Magalhães distinguiam-se dos tradicionais funcionários do Iphan, cuja hegemonia era de arquitetos com uma visão dogmática de preservação. A equipe era composta por matemáticos, com especialização em informática, educadores, técnicos em biblioteconomia e documentação, críticos literários, cientistas sociais, dentre outros. Cf. FONSECA, op.cit., p. 162, 164.

Rio de Janeiro. Tais diretrizes de política cultural dos anos 1980 vieram a influenciar decisivamente a atual construção dos dispositivos constitucionais no seu Artigo 216, que define o patrimônio cultural brasileiro em suas dimensões materiais e imateriais.

Aloísio Magalhães entendia que o conceito de *bem cultural* no Brasil continuava voltado “sobretudo para os bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosa ou leiga, a que se juntou posteriormente o conceito de sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes”,²⁶² devidamente consagrados pela “vertente preservacionista” do antigo SPHAN. Faltava-lhe, portanto, agregar vasta gama de bens, procedentes do fazer popular, tomando-o dinâmico, elemento vivo, aberto às modificações e alterações que ocorrem ao longo do processo histórico.²⁶³ Nesse sentido, a ampliação do conceito leva a uma redefinição dos critérios de seleção empregados na definição do patrimônio cultural brasileiro. Uma avaliação global permite afirmar que o saldo foi a ampliação dos métodos e recortes temáticos empregados na identificação dos *bens culturais*.²⁶⁴

Outras instituições participavam desse processo de flexibilização das fronteiras do patrimônio cultural, informadas por uma ótica antropológica e etnográfica de cultura, dentre elas, o Instituto Nacional de Folclore (INF), vinculado ao debate internacional sobre o postulado da diversidade cultural. Sua trajetória é paradigmática para se pensar a crescente complexificação do campo temático do patrimônio e o seu enredamento transnacional. No âmbito das relações internacionais, o Ministério das Relações Exteriores havia criado o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, IBECC, considerado “a Comissão Nacional” da Unesco no Brasil. Em 1947, por iniciativa do escritor e diplomata Re-

²⁶² MAGALHÃES, A. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 62.

²⁶³ MAGALHÃES, A. “Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 20, 1984, p. 42.

²⁶⁴ MOTA, L.; SILVA, M. R. (orgs.). *Inventário de Identificação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p. 11.

nato Almeida, criou-se a Comissão Nacional de Folclore, como órgão ligado à estrutura administrativa do IBECC/Unesco. Em 1958, o Movimento Folclórico consegue se institucionalizar em Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, através do Decreto nº 43.178, com sede e estrutura administrativa próprias.

Renato Almeida como primeiro presidente soube mobilizar um número significativo de intelectuais em torno dos debates sobre a definição da “identidade nacional”. Na década de 1950, o Movimento Folclórico congregava um grupo de intelectuais em torno dos debates da preservação da *identidade nacional*. Estudos mais detidos das trajetórias sociais desses intelectuais mostram suas relações com vários sociólogos e antropólogos em torno de novas formulações sobre a disciplina do folclore.²⁶⁵ Os intelectuais que participavam do Movimento continuaram a promover congressos, editar boletins e organizar um acervo documental e de cultura material, depositados na biblioteca e museu da recém-criada instituição.

De acordo com depoimentos de Assessores Técnicos do Museu de Folclore Edison Carneiro, a antropóloga, escritora e historiadora da arte Lélia Gontijo Soares foi indicada por Aloísio Magalhães para assumir o cargo de diretora do Instituto Nacional de Folclore, em 1982. No biênio 1982/1984, Lélia foi a principal responsável pela implantação da nova proposta do Instituto Nacional do Folclore – Funarte-MinC (hoje Centro Nacional do Folclore e da Cultura Popular – CNFCP-Iphan-MinC). A proposta de Lélia Soares residia em transformar o Instituto Nacional do Folclore em uma ponta de lança institucional em nível federal, que pudesse aplicar, na prática, as diretrizes para a operacionalização da política cultural do MEC, no tocante à valorização dos *bens culturais* ainda não consagrados, bem como da proteção do produto

²⁶⁵ Vilhena deteve-se nos Congressos de Folclore, nas temáticas em pauta e na institucionalização do Movimento Folclórico na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958. Cf. VILHENA, L. R. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

cultural brasileiro através do apoio aos rituais e formas de representação – artesanal, musical, teatral e/ou outras – que procedem da experiência coletiva de um grupo pertencente a uma região ou segmento social definido, desde que estivesse evidenciado um caráter eminentemente popular.

O Instituto atravessou profundas transformações de cunho administrativo e conceitual. Sua incorporação à Funarte, na década de 1980, e sua reestruturação em Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), na década seguinte, significou ampliação de suas responsabilidades de ação. Instituição federal exclusivamente responsável pela área das culturas populares, ele passou por várias fases e recentemente saiu da Funarte e foi para o Iphan. A atuação do CNFCP tem se pautado pelo reconhecimento do caráter dinâmico e diverso da cultura. Consoante com as diretrizes da Unesco, o Centro considera equivalentes as expressões folclore e cultura popular. O universo abrangido por essas duas expressões é bastante amplo, e isso não só pela diversidade de itens que aí se inscrevem, como pelo seu caráter plural, intrínseco às manifestações culturais dessa natureza.

Com esses novos enquadramentos institucionais, observa-se uma ampliação da noção de patrimônio cultural. Vale ressaltar que alguns aspectos que configuram essa nova ideia foram se constituindo através dos dispositivos legais. O Decreto-lei nº 25/1937, em seu artigo primeiro, já previa a preservação dos bens de “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. A lei de arqueologia de 1961, alicerçada em valores científicos vigentes em sua época, põe entre parênteses uma questão fundamental nas narrativas sobre o patrimônio: o seu valor excepcional. Não se sustentava cientificamente a ideia de um caráter único ou “autêntico” para os monumentos arqueológicos. Em meados da década de 1970, o Centro Nacional de Referência Cultural incorporou novos elementos na problemática do patrimônio cultural brasileiro, principalmente aqueles relacionados à cultura popular.

Paralelamente à história política e cultural da nação brasileira, esse debate já estava sendo formulado internacionalmente. Fóruns representativos buscavam formas de proteção e acautelamento para a “cultura tradicional e popular”, como no caso da 25ª Conferência Geral da Unesco.

Os debates que se estabeleceram sobre o patrimônio nacional, na década de 1980, articulavam as experiências dos “diversos contextos sociais” e das “comunidades” às políticas de inclusão e de cidadania, fornecendo canais de comunicação entre governo e setores organizados da sociedade civil. Em um momento de abertura política e de fortalecimento dos movimentos sociais, buscava-se incorporar novas temáticas ao campo. A ideia, nesse período, era de instruir uma concepção de memória social pautada na atuação dos agentes sociais locais.

Por essa razão, esse processo se estrutura em torno de intensa competição e luta política em que os grupos sociais diferentes disputam, por um lado, espaços e recursos naturais, e por outro [...] concepções ou modos particulares de se apropriarem simbólica e economicamente deles.²⁶⁶

Na invenção da sociedade moderna brasileira, o patrimônio nacional é essencialmente afirmação das identidades culturais – dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, segundo o dispositivo constitucional de 1988 –, esses ligados a uma realidade histórica e territorial específica. Nesse sentido, os debates sobre o patrimônio cultural se redesenham nas duas últimas décadas do século XX e ganham novo estímulo nos primeiros anos do século XXI. Ampliam-se os temas ligados à preservação e a noção de cultura ganha centralidade.

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), órgão de preservação do estado de São Paulo, sob a direção do antropólogo Antônio

²⁶⁶ ARANTES, A. A. “Introdução”. In: _____. *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 9.

Augusto Arantes (1982-1984),²⁶⁷ organizou um seminário, em 1983, para tratar dessas questões conceituais do patrimônio cultural na cidade de São Paulo. Nesse encontro, alguns antropólogos são convidados a participar das mesas, entre esses estão Eunice Duhan, que introduziu a importância da “valorização da cultura” como estratégia de reformulação da “deselitização” da política cultural²⁶⁸, Olympio Serra, antropólogo da Fundação Pró-Memória, que discute o tema da identidade cultural e da diversidade,²⁶⁹ Bela Feldman-Bianco, professora de antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), analisa a problemática do poder local, a partir de um estudo de caso realizado em um município da Grande São Paulo²⁷⁰ e Antônio Augusto Arantes, professor de antropologia da Unicamp e diretor do Condephaat da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, que fala de um trabalho realizado, em 1977, em São Miguel Paulista, Zona leste da cidade de São Paulo.²⁷¹

Todas as apresentações desse seminário apontaram para um mesmo ponto: como a metodologia antropológica na orientação dos trabalhos produziu resultados satisfatórios. Para o antropólogo Antônio Augusto Arantes a configuração do patrimônio que se desenhava naquele período deveu-se, sobretudo, a uma “ação desencadeada pelos interesses de

²⁶⁷ Bacharel em Ciências Sociais (Universidade de São Paulo, 1965), Mestre em Antropologia (Universidade de São Paulo, 1967) e PhD em Antropologia Social (*University of Cambridge/King's College*, 1977). Foi um dos criadores do Departamento de Antropologia da Unicamp, ao qual está vinculado desde 1968. Foi Presidente da ABA – Associação Brasileira de Antropologia e Secretário-geral da ALA – Associação Latino-americana de Antropologia. Presidiu na década de 1980 o Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo. Ministrou cursos no país e no exterior, participou de inúmeras reuniões científicas e de especialistas sobre temas de sua área de atuação. Publicou diversos livros e artigos sobre cultura e política, com ênfase em patrimônio cultural e cultura popular.

²⁶⁸ DURHAM, E. “Cultura, patrimônio e preservação”. In: ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 25.

²⁶⁹ Ao reconstituir a sua trajetória, Serra fala da passagem pelo Centro Nacional de Referência Cultural e da experiência com a microfilmagem da documentação do arquivo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro. SERRA, O. “Questões da identidade cultural”. In: ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 97, 98.

²⁷⁰ FELDMAN-BIANCO, B. “História e poder local”. In: ARANTES, A. A. (org.). **Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 127.

²⁷¹ ARANTES, A. A. “Revitalização da capela de São Miguel Paulista”. In: _____. **Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 149.

grupos sociais específicos, de práticas profissionais institucionalizadas e de um lastro jurídico-administrativo construído historicamente”.²⁷²

Em 1988, Arantes era o Presidente de Associação Brasileira de Antropologia e desempenhou importante papel da mediação nos debates e aprovação das emendas enviadas ao Congresso Nacional sobre as questões relacionadas à política cultural, em particular, sobre a ampliação do conceito de patrimônio nacional. A Constituição brasileira de 1988, em seu Artigo 216, define o patrimônio cultural brasileiro nas suas dimensões materiais e imateriais, reconhecendo, portanto, que a sociedade brasileira é múltipla, complexa, e que a política de preservação do patrimônio cultural necessitava, cada vez mais, ampliar seus campos de atuação. Conforme enfatizei anteriormente, todo esse processo ocorreu em simultaneidade com as linhas discursivas do debate internacional.

Arantes constrói a sua posição de especialista no campo do patrimônio cultural ao publicar uma série de artigos sobre a temática em periódicos e revistas, inclusive, na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Em 1996, organiza um dos volumes da Revista, cujo tema é cidadania.²⁷³ Sua produção acadêmica amplia-se, e, em 2000, exerce a função de consultor para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No âmbito da comemoração dos quinhentos anos do Brasil, Antônio Augusto Arantes é convidado a realizar uma pesquisa na região de Porto Seguro e coordena uma equipe de pesquisadores da Unicamp no projeto sobre o Museu Aberto do Descobrimento, com posterior publicação.²⁷⁴ Intelectual de ponta nesses debates, participando como expositor em Simpósios, Congressos e

²⁷² ARANTES, A. A. “A preservação de bens culturais como prática social”. *Revista de Museologia*. Ano 1, número 1. São Paulo. Set. 1989, p. 16.

²⁷³ ARANTES, A. A. “A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 190-203, 1994; ARANTES, A. A. “Documentos históricos, documentos de cultura”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 48-55, 1987; ARANTES, A. A. (Org.). *Cidadania*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1996. v. 1. 303 p.

²⁷⁴ ARANTES, A. A. *Museu Aberto do Descobrimento. Guia cultural*. 1. ed. Brasília e Campinas: IPHAN e Andrade e Arantes Ltda, 2001. v. 1. 147 p.

Seminários sobre o tema²⁷⁵ e publicando nos anais desses encontros, nacionais e internacionais, sua participação na construção de instrumentos e dispositivos institucionais sobre o patrimônio cultural de natureza imaterial reflete essa posição centralizada e dialógica entre os campos da antropologia e do patrimônio cultural.

O Departamento de Identificação e Documentação (DID) do Iphan, na gestão de Célia Corsino,²⁷⁶ contrata a empresa de Consultoria Andrade & Arantes, para elaborar uma nova metodologia de inventário cultural. A instituição havia avançado no debate, conforme se observa acima, com as experiências institucionais do CNRC e da Fundação Pró-Memória. Além disso, o diálogo com o meio acadêmico, mais intenso e menos reativo às críticas que recebera ao longo da década de 1980, produziu as condições sociais e políticas para intensificar os debates.

Arantes e sua equipe elaboram o Inventário Nacional de Referências Culturais e aplicam essa metodologia no sítio do Museu Aberto do Descobrimento. Posteriormente, em 2000, no âmbito da criação da nova legislação sobre o patrimônio cultural imaterial, o DID publica o manual de aplicação. Inicia-se uma nova etapa na política do

²⁷⁵ Arantes, A. A. . A preservação do patrimônio como prática social (expositor). Painel sobre “Nuevas Concepciones del Patrimonio Cultural”. In: Simpósio “Patrimônio y Política Cultural: para el siglo XXI”, Escuela Nacional de Antropología y Historia, 1987, Cidade de México; Arantes, A. A. . A preservação do patrimônio como prática social (expositor). In: Simpósio sobre Las Políticas Culturales y la Antropología Argentina Actual. Dirección de Etnología y Folclore, 1988, Buenos Aires; Arantes, A. A. Políticas Públicas de Patrimônio: Memória e Comemoração. In: Conferência no Evento Revisitando os Descobrimientos, do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999, São Paulo. Revisitando os Descobrimientos, 1999.; Arantes, A. A. Valoração do patrimônio e da diversidade cultural. In: Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, 2005, Brasília. Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. São Paulo e Brasília: Instituto Pólis e Ministério da Cultura. v. 1. p. 134-137. Arantes, A. A. O patrimônio cultural e seus usos nas cidades contemporâneas. In: Comunicação apresentada na mesa redonda Antropologia na cidade e políticas patrimoniais, 2006, Goiânia. Anais da XXV Reunião Brasileira de Antropologia. Florianópolis: Associação Brasileira de Antropologia, 2006.

²⁷⁶ Museóloga, dirigiu o Museu de Folclore Edison Carneiro entre os anos de 1978-1983, quando sai para integrar a equipe de técnicos do Programa Nacional de Museus. Em 1990, assume a Divisão técnica da Regional do Iphan, em Brasília (com a reforma administrativa Collor, IBAC). Em 1997, assume o Departamento de Identificação e Documentação. Segundo nossa interlocutora, o DID não tratava só de bibliotecas e arquivos. Propunha-se identificar e mapear o Patrimônio Cultural. Conforme visto em capítulo anterior, os inventários de conhecimento ganharam centralidade política e administrativa nesse período. Entrevista gravada no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular em seminário de avaliação do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular (CNFCP/Iphan) sobre a aplicação dos Inventários Nacionais de Referências Culturais, em 26 de janeiro de 2007.

patrimônio cultural brasileiro. Nesse contexto, o antropólogo Antônio Augusto Arantes é convidado a dirigir a instituição, permanecendo no cargo por um curto período (2004-2006) no qual os debates sobre o patrimônio cultural imaterial ganham centralidade política. Cria-se o Departamento de Patrimônio Imaterial e intensificam-se os inventários de referências culturais pelo país, como será visto adiante.

A semântica do intangível na arena política do patrimônio cultural

As discussões contemporâneas sobre o patrimônio cultural imaterial²⁷⁷ giram em torno de questões conceituais e vão ampliar a noção de bem patrimonial aos campos dos saberes, ritos e expressões. Categorias, ideias e conceitos estão sendo construídos por organizações e institutos, ao passo que apropriados, ressignificados e reutilizados por grupos e segmentos sociais. Essa definição é muito recente e vem sendo aprimorada por intelectuais e gestores de políticas públicas no mundo inteiro. As implicações políticas dessa concepção de patrimônio estão cada vez mais visíveis e seus usos parecem se multiplicar para além da definição normativa proposta pela Unesco.

No Brasil, a política de patrimônio até então centrada nos bens de “pedra e cal” e no instituto do *tombamento* voltou-se de maneira irreversível para a dimensão imaterial do patrimônio cultural e em novas maneiras de acautelamento desses *bens*. O patrimônio imaterial é fonte de identidade, criatividade e diversidade e se constitui por meio de múltiplas manifestações culturais (conhecimentos, técnicas, representações e práticas singulares).

No âmbito da SPHAN/Pró-Memória, a partir da gestão de Aloísio Magalhães, vários trabalhos de registro de manifestações

²⁷⁷ “Patrimônio Imaterial” e “Patrimônio Intangível”, apesar de possuírem o mesmo significado, são denominações encontradas nos textos das legislações internacionais. No Brasil, o dispositivo legal que institui a política de preservação dos bens dessa natureza, vai denominá-los de “patrimônio imaterial”. BRASIL. Decreto no. 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

culturais foram realizados, mas não chegaram a ser propostos instrumentos de preservação específicos. Diante dos desafios na elaboração de uma nova política de preservação para o Patrimônio Cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional organizou, em novembro de 1997, um Seminário Internacional²⁷⁸ com o objetivo de “recolher subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens”.²⁷⁹ O encontro produziu como documento final a *Carta de Fortaleza* que recomendou, dentre outras proposições, o aprofundamento da discussão sobre o conceito de *bem cultural* de natureza imaterial, a realização de inventários desses bens culturais em âmbito nacional e o desenvolvimento de estudos para a criação do instituto jurídico denominado *Registro* como seu principal modo de preservação.²⁸⁰

Em março de 1998, foi assinada uma portaria do Ministério da Cultura (MinC) instituindo uma Comissão composta por membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural²⁸¹ com “a finalidade de definir proposta, visando o estabelecimento de critérios, normas e formas de acautelamento do patrimônio imaterial brasileiro”. O Conselho Consultivo merece destaque em todo o processo,²⁸² porque de lá partiu a Comissão responsável pela elaboração da nova legislação. Além disso, foram muitos os debates

²⁷⁸ O Seminário intitulado *Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção* teve a participação de intelectuais, técnicos do patrimônio e autoridades nacionais e internacionais, dentre eles, o sociólogo Laurent Lévi-Strauss, diretor-adjunto da Divisão de Patrimônio Cultural da UNESCO.

²⁷⁹ IPHAN. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2. ed. Brasília: Iphan, 2003, p. 47, 48

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 47

²⁸¹ Fizeram parte da comissão os Conselheiros Joaquim Falcão, Marcos Vinicius Vilaça e Thomas Farkas, além do presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Eduardo Portella. Vale observar que Marcos Vilaça e Eduardo Portella pertencem à Academia Brasileira de Letras; Joaquim Falcão é jurista e Thomas Farkas um fotógrafo e cineasta renomado.

²⁸² De acordo com o Decreto nº 5040, de 07/04/2004, que aprovou a recente estrutura regimental do Iphan, segue-se em seu Art. 9º: “Ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural compete examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas ao tombamento, ao registro de bens culturais de natureza imaterial e à saída de bens culturais do País e opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo Presidente.”

sobre a *relevância nacional* e a *continuidade histórica* do *Registro*, todos registrados em Atas.²⁸³

Na mesma portaria, foi criado o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) com técnicos do Iphan, da Funarte e do MinC,²⁸⁴ cujo objetivo era assessorar a Comissão para o levantamento do extenso material bibliográfico de que dispõe o assunto. O GTPI trabalhou em duas frentes: pesquisas sobre experiências de legislações, programas e ações de *registro* no âmbito internacional (Unesco e outros organismos internacionais) e em experiências bem sucedidas no contexto nacional. Todo esse processo foi documentado pela Comissão e pelo Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.²⁸⁵

Finalizados os trabalhos, o grupo elaborou proposta de dispositivo com base no levantamento das experiências de políticas, programas e projetos, tanto de ordem nacional, quanto internacional. O Decreto 3.551/2000²⁸⁶ procura dar conta da dimensão simbólica do patrimônio cultural, incidindo sobre os processos, os conhecimentos e suas formas de transmissão e as interações sociais. Questões delicadas foram discutidas, como a propriedade intelectual coletiva e as negociações do que se preserva, o que se preserva e por que se preserva. Além disso, foram elaboradas as diretrizes da política de fomento do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e discutidas as linhas de ação para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de grupos e indivíduos. A definição do termo “patrimônio imaterial”

²⁸³ Apesar de consultá-las, não houve tempo para incorporar à análise as informações delas tiradas.

²⁸⁴ A Superintendente da 4ª Regional do Iphan, Márcia Sant’Anna (coordenadora); a Diretora do Departamento de Identificação e Documentação – DID/Iphan, Célia Corsino; as técnicas Ana Cláudia Lima e Alves e Ana Gita de Oliveira – DID/Iphan; Maria Cecília Londres Fonseca, da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do MinC e a Diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular da Funarte, Cláudia Márcia Ferreira.

²⁸⁵ IPHAN. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2. ed. Brasília: Iphan, 2003.

²⁸⁶ Em 04 de agosto de 2000, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso sanciona o Decreto 3.551, que instituiu o *Registro* de Bens Culturais de Natureza Imaterial. O mesmo decreto cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, que prevê diretrizes políticas de fomento e linhas de ação com o objetivo de “implementar política de inventário, *registro* e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial”.

ou “patrimônio intangível” também foi motivo de caloroso debate nas reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio. Discutiu-se a dificuldade semântica do termo “imaterial” ou “intangível” e os desafios de superação dessa dificuldade. A Comissão preferiu utilizar a expressão “patrimônio imaterial” para que este pudesse se contrapor ao “patrimônio material”, com instrumento normativo consolidado através do *tombamento*. Assim, aos bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos, onde a presença da materialidade é indiscutível, dever-se-iam acrescentar novos repertórios, como as histórias, as narrativas, as lendas e as festas.

A partir da Constituição de 1988, também os inventários passam a ser considerados “formas de acautelamento e preservação”, assim como o *tombamento*, o *registro* e a desapropriação.²⁸⁷ Na verdade, observa-se que a ideia de inventário, enquanto gênero de trabalho sistemático de registro e documentação, já estava presente no anteprojeto de Mário de Andrade (Nogueira, 2005). Essa preocupação com o registro das manifestações de caráter folclórico ou popular teve como última experiência na sua gestão no Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, a “Missão de Pesquisa Folclórica”, em 1938. Para Nogueira, o investimento intelectual de Mário foi significativo, motivando-o a criar um curso de treinamento para trabalho de campo e registro e a comprar equipamentos para gravação em áudio e vídeo. Todo esse investimento vai colocar “o inventário no centro de sua prática, legitimando-o como instrumento de preservação em si mesmo e não apenas como uma ferramenta de gestão para bens tombados”.²⁸⁸ Mas a história da agência estatizada se dirigiu para o patrimônio arquitetônico edificado e as proposições sugeridas por Mário de Andrade não foram incorporadas.

²⁸⁷ BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição de República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 122

²⁸⁸ NOGUEIRA, A. G. R. *Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 191.

Quanto à tarefa de catalogar os bens materiais, segundo os critérios de valor excepcional, histórico, artístico e nacional, tais como definidos pelo Decreto-lei nº 25/1937, o antigo SPHAN realizou uma série de inventários e tombamentos de acervos bibliográficos e artísticos de coleções museológicas e de obras de conservação e restauração de monumentos, entendidos referência da nacionalidade. O SPHAN naquele momento tinha uma noção de patrimônio nacional – edificado e monumental – e os levantamentos estavam voltados para essa preocupação. Somente em meados dos anos de 1970, essa ideia de patrimônio nacional se relativiza quando se vai percebendo o limite dos critérios de seleção para os bens tombados.

Os inventários passam, então, a ser considerados importantes instrumentos de proteção dos *bens culturais*, mas ainda não se implanta uma política específica para esse fim. O debate sobre a política de inventário tornou-se mais denso na instituição na década de 1980,²⁸⁹ com a agregação de novos valores ao patrimônio cultural, ampliado em função das pesquisas desenvolvidas pelo Centro Nacional de Referência Cultural²⁹⁰ e da Fundação Pró-Memória. Lançou-se um novo olhar sobre a ideia de inventário e, por conseguinte, de patrimônio. Levantavam-se questões sobre o cotidiano, os modos de vida, e se incorporavam novas preocupações ao instrumento inventário, construído para atender às novas demandas de reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais.

Não se quer aqui traçar uma trajetória de continuidade entre os processos de inventário; muito pelo contrário, deseja-se situar para cada tipo de inventário uma nova abordagem teórico-metodológica. As práticas de inventário e arrolamento de bens confundem-se com as demais

²⁸⁹ Para acompanhar o processo de consolidação da política de Inventário do IPHAN cf. MOTTA; SILVA (orgs.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

²⁹⁰ Os programas e projetos desenvolvidos pelo Centro foram inovadores, tanto pelo tipo de bem (as produções da cultura popular e indígena, a indexação e microfilmagem de documentos, a documentação do patrimônio cultural brasileiro, o estudo multidisciplinar do caju, dentre outros), quanto pela abordagem teórico-metodológica empregada pelos técnicos.

formas de coleta, levantamento e mapeamento que há muito tempo vêm sendo feitas no Brasil. No entanto, é preciso problematizar essa noção, situando-a em contextos particulares de produção, circulação e ressignificação. Primeiramente, e buscando o sentido etimológico da palavra, inventário vem significar relação de bens; por extensão, descrição e enumeração minuciosa; levantamento individuado e completo de bens e valores. Consequentemente, uma característica importante de qualquer inventário é a sua exaustividade; e, para ser exaustivo, deve ser sistemático. Inventariar significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada *bem* considerado de modo a permitir a sua adequada classificação.²⁹¹

Marcel Mauss aborda em seu *Manuel d'Ethnographie* os problemas referentes ao método etnográfico: como observar, coletar, construir séries lógicas reunindo o máximo de informações em torno de um mesmo objeto, localizando ao mesmo tempo sua produção e seu uso social. Enfatiza a necessidade de precisão (mencionar locais, datas e condições da observação) e exaustividade na reconstituição analítica de fatos sociais totais.²⁹² Para poder explicar os fatos, é preciso ordená-los de maneira coerente e construir sínteses, sem vinculá-los a uma “razão ideal”. Além disso, faz-se necessária uma meticulosa pesquisa bibliográfica.

Com relação à preservação do patrimônio, a prática de inventário é uma tendência seguida internacionalmente e anunciada desde o século XIX na Europa. Os inventários do patrimônio cultural são instrumentos técnicos utilizados pela Unesco, que recomenda, por meio de seus tratados internacionais – Convenções, Resoluções, Declarações e Recomendações –, em diferentes escalas de valor e de alcance, inventários nacionais dos países Estados-membros. Esses inventários devem informar as ações dos Estados nas políticas de preservação e seus respectivos planos de salvaguarda.

²⁹¹ IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Manual de Aplicação. Brasília: MINC/Iphan/DID, 2000. p. 28.

²⁹² MAUSS, M. *Manuel d'Ethnographie*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1967, p. 17.

As iniciativas são analisadas em reuniões periódicas, organizadas pelo “Comitê Intergovernamental”, criado na Convenção do Patrimônio Mundial, em novembro de 1972. Esse Comitê avalia as propostas encaminhadas, organiza e divulga a “Lista do Patrimônio Mundial”, conceitua os “novos” bens culturais, cria programas e prêmios internacionais.

Pretende-se aqui chamar a atenção para o fato de que a categoria inventário pressupõe uma atitude recenseadora e colecionista. Veyne (1989) vai dizer que é preciso existir uma problemática apriorística capaz de organizar a classificação e catalogação dos “fatos” coligidos, pois de nada vale sair por aí coletando informações ao acaso se não se possui uma questão para orientar a forma de selecionar as fontes e de, posteriormente, organizar e disponibilizar os dados. O ato acumulativo que absorve o sujeito inventariante irá obrigá-lo a “explicitar as diferenças” e a se separar da “coisa” inventariada. Esta suposta “objetividade” tende a encobrir as dimensões ideológicas e doutrinárias dos sujeitos e a produzir “efeitos de realidade”.²⁹³

Toda iniciativa de inventário pressupõe cortes, incorporações e um constante processo de tradução.²⁹⁴ A dimensão da autoria na formulação, na condução e na apresentação dos dados nos inventários de identificação deve ser considerada como fator determinante no processo de *registro*, de guarda e de disponibilização do material inventariado.

Este trabalho pretende traçar um panorama dos atuais instrumentos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, explorando a natureza particular dos inventários dos bens denominados imateriais ou intangíveis. É necessário dizer, não obstante, que uma atitude mais auto-reflexiva na condução dos inventários de identificação do patrimônio cultural imaterial torna-se fundamental, quer pela natureza simbólica dos bens culturais a eles identificados, quer

²⁹³ VEYNE, P. *O Inventário das Diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.

²⁹⁴ Márcia Chuva vai chamar a atenção para essa dimensão para a categoria inventário. Cf. CHUVA, M. “A História como Instrumento na Identificação dos Bens Culturais”. In: MOTA; RESENDE (orgs.). *Inventário de Identificação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998, p. 42.

pelo processo de negociação com as comunidades, grupos e pessoas portadores desses bens.

Na década de 1990, consolidada essa metodologia, os inventários tornam-se os principais instrumentos para a identificação, a documentação e a interpretação dos *bens culturais*. Em outubro de 1995, o Iphan organizou um encontro para tratar dos *Inventários de Conhecimento*, como assim eram chamados. O seminário era dirigido aos técnicos da instituição e procurou ampliar o debate sobre a importância da sistematização de tais práticas no seu próprio âmbito. Discutia-se então um novo formato para os inventários de identificação do patrimônio. Com esse objetivo, “a equipe de Inventários e Pesquisas do Departamento de Identificação e Documentação (DID) do Iphan realizou o levantamento dos inventários do Iphan. (...) As informações coletadas foram consolidadas num *quadro preliminar dos inventários de bens imóveis do Iphan*”²⁹⁵.

Nesse novo formato, procurou-se sistematizar uma metodologia de estudo para cada grupo de objetos inventariado: Bens Imóveis e Conjuntos Urbanos, Bens Móveis e Integrados, Sítios Arqueológicos e Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. Concebido como um módulo do Inventário de Bens Imóveis, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) foi criado para dar conta das Referências Culturais locais.²⁹⁶

²⁹⁵ No quadro preliminar dos inventários dos bens imóveis do Iphan, buscou-se relacionar os inventários propostos nas décadas de 1980 e 1990, e fornecer uma ideia geral dos procedimentos adotados, além de explicitar os conceitos que norteavam tais levantamentos. Do total das propostas de investigação observadas, a maioria contemplava conjuntos urbanos, seguidos de edificações e bens culturais e naturais. Quanto aos instrumentos de levantamento de dados, a maioria dos inventários era constituída de formulários, seguida de fotos, plantas, levantamentos socioeconômicos e vídeos. Quanto à forma de coleta do material, constatou-se que a grande maioria das propostas adota critérios estritamente arquitetônicos e estilísticos, na seleção dos bens a serem inventariados. Apenas 28% dos métodos incluem algum tipo de consulta ou envolvimento das comunidades para a identificação dos bens. Cf. MOTTA; SILVA (orgs.). *Inventário de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

²⁹⁶ Antônio Augusto Arantes faz uma breve digressão sobre o sentido que a noção de referência cultural ganha no contexto do inventário: “Referência é um termo que sugere remissão; ele designa a realidade em relação à qual se identifica e baliza ou esclarece algo. No caso do processo cultural, referências são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade”. Ver em: ARANTES. “Patrimônio Imaterial e Referências Culturais”. *Revista Tempo Brasileiro*. Patrimônio Imaterial, n. 147, Rio de Janeiro: ed. Tempo Brasileiro, out.-dez., 2001. p. 123-128.

Implementado, inicialmente, na cidade do Serro, em Minas Gerais, e depois expandido para aplicação em núcleos históricos tombados, foi aplicado com sucesso na cidade de Goiás, como parte do processo de instrução da candidatura à lista do Patrimônio Mundial.²⁹⁷

Em 2000, no âmbito das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, o Departamento de Identificação e Documentação contratou, como já se indicou, a consultoria Andrade & Arantes para construir uma metodologia de pesquisa para ser aplicada no Projeto Museu Aberto do Descobrimento (Made). Coordenado pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes, o objetivo da metodologia foi identificar, documentar e registrar sistematicamente os *bens culturais* expressivos da diversidade cultural brasileira.²⁹⁸ O manual de instrução seguiu as categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI).

O Registro e o Inventário Nacional de Referências Culturais: as várias fases da pesquisa

Todos os indivíduos e grupos interessados em *registrar* determinado saber, manifestação, técnica ou forma de expressão devem encaminhar suas propostas, “acompanhadas da documentação técnica, ao Presidente do Iphan, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural”.²⁹⁹ Nesse sentido, a anuência das comunidades e grupos sociais é condição fundamental para o pedido junto ao Iphan do *registro* dos bens culturais de natureza

²⁹⁷ A esse respeito ler o relato de Ana Gita de Oliveira sobre a experiência do inventário nacional de referências culturais na cidade de Goiás, executada pela 14a Superintendência Regional do Iphan, entre junho e agosto de 1999, visando o aprimoramento conceitual e metodológico do INRC, que nesse primeiro caso foi desenvolvida como proposta metodológica a centralidade nas narrativas locais, contendo informações sobre as brincadeiras, os jogos, os personagens, as festas e as lendas locais. Ver em, OLIVEIRA, A. G. “A Experiência do Inventário Nacional de Referências Culturais na Cidade de Goiás”. *Revista Tempo Brasileiro*. Patrimônio Imaterial, n. 147, Rio de Janeiro: ed. Tempo Brasileiro, out-dez, 2001, p. 29-44.

²⁹⁸ ARANTES, A. A. “Introdução”. IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de aplicação. Brasília: Iphan/DID, 2000, p. 23.

²⁹⁹ Decreto 3.5551/2000 - Artigo 3º.

imaterial.³⁰⁰ A participação do poder público local e o consentimento dos moradores na preservação e conservação dos *bens culturais tombados* vinham sendo debatidos, desde a época da Fundação Pró-Memória. Nos atuais processos de patrimonialização da cultura, constata-se a necessidade de mobilização dos atores sociais envolvidos na produção desses *bens*. Somente a boa condução dos *inventários de referências culturais* e a *identificação* do objeto do *registro* possibilitarão ações de salvaguarda consistentes e compatíveis com os objetivos dos grupos e comunidades.

Marcus Vinícius Garcia interessou-se por perceber, neste âmbito, “os encontros/negociações entre Estado e a Sociedade”, focando sua análise nos “pleitos advindos de segmentos da sociedade solicitando, junto ao Iphan, o registro de bens culturais de natureza imaterial”.³⁰¹ O autor explorou as ideias da síntese do nacional como primeiro operador de seleção dessas manifestações, retomando o dispositivo da lei nº 3.551/2000, que restringe a inscrição nos livros de registro àqueles *bens* nos quais se pode identificar sua “referência a continuidade histórica [...] e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.”³⁰²

Em seguida, o autor analisa dois desses pedidos encaminhados ao Iphan. Decidiu abordá-los justamente porque seus “conteúdos foram considerados improcedentes”. O primeiro, o Dossiê R. 02/01 – Talian/ Município de Erechim /RS, teve como proponente a Associação de Apresentadores de Radio Talian do Brasil, que enviou ao Iphan, em 2001, seus argumentos para o registro da língua Talian, falada por imigrantes italianos e seus descendentes.

³⁰⁰ Segundo o Decreto nº 3.551/2000, em seu Artigo 2o, são consideradas partes legítimas para provocar a instauração do processo de *registro*: I – o Ministério de Estado da Cultura; II – instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; III – Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal; IV – sociedades ou associações civis.

³⁰¹ GARCIA, M. V. C. De “O Belo e o Velho” ao Mosaico do Intangível. Aspectos de uma Poética e de Algumas Políticas de Patrimônio. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UnB, Brasília, junho de 2004, p. 71 – 72.

³⁰² *Ibid.*, p, 74.

Na exposição de motivos, seus proponentes chegam a considerar que “a língua é o mais genuíno patrimônio imaterial de uma nação”, e circunscrevem geograficamente os municípios do Sul que falam esse dialeto. Garcia apresenta-nos o parecer da Equipe Multidisciplinar Interdepartamental – EMI – sem contextualizar ao leitor quem são esses pareceristas e de que lugar falam. Sua ênfase recai no jogo das negociações sobre a “condição do nacional”. Segundo o autor, essa equipe “concluiu serem insuficientes e inadequadas as informações enviadas e considerou o pedido im-procedente”.³⁰³

O segundo pedido analisado por Garcia refere-se ao Dossiê R 03/01 – Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais/SP, enviado ao Iphan em 01/06/2001, portanto, com menos de um ano da regulamentação do instituto do *registro*. Seu proponente, o Instituto Itaú Cultural, teve na figura do Diretor Superintendente Ricardo Ribenboim seu representante. Mais uma vez, a equipe do EMI emitiu parecer desfavorável, alegando que esse teve “uma compreensão equivocada do que seja o *registro* de bens culturais imateriais”.³⁰⁴

A importância da condução dessas primeiras propostas dentro de critérios considerados insuficientes pelos técnicos do Iphan traz à tona mais uma vez a questão da seleção dos bens. A definição dos critérios da seleção envolve questões teóricas e metodológicas de pesquisa, pois revela que é sobre um conjunto circunscrito de bens que vão incidir as ações de *registro*, proteção e promoção. A estratégia é fundamentar a proposta em dossiê extremamente detalhado, com métodos de pesquisa etnográfica e documental. A atuação do órgão público para salvaguardar os processos de criação de determinados padrões culturais, alguns de tradição secular, seja nas festas rituais, danças e celebrações religiosas, seja no artesa-

³⁰³ Ibid., p. 85.

³⁰⁴ Ibid., p. 89.

nato tradicional, volta-se no sentido de viabilizar a transmissão desses saberes e práticas.

O Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) do Iphan é peça fundamental para que se possa instruir o *Registro* do bem de natureza imaterial, caso se siga a metodologia proposta pelo Instituto. A aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais pressupõe três etapas:

1ª etapa: o levantamento preliminar pressupõe a sistematização das informações coletadas em campo; pesquisas de fontes em bibliotecas e arquivos – públicos e particulares; levantamento dos contatos (das referências); documentação fotográfica do “sítio” ou “lugar” e entrevistas preliminares. Na sua fase preliminar, o inventário visa selecionar o maior número de bens culturais possíveis referidos à dinâmica cultural de um determinado território. Tais bens são classificados nas quatro categorias de identificação: 1) Celebrações; 2) Ofícios e Modos de Fazer; 3) Formas de Expressão; 4) Lugares.

2ª etapa: a *identificação* dos bens culturais procura descrever sistematicamente as etapas de determinada atividade produtiva, festa, rito, ritual, lugar e saber tradicionais. Geralmente, inicia-se com uma revisão bibliográfica sobre a expressão, localizando as manifestações no “seu tempo” e “seu espaço”. Na identificação pressupõe-se aprofundar as questões levantadas preliminarmente e definir o “objeto de inventário”. A grande dificuldade na aplicação da metodologia do inventário é adequar as categorias contidas no manual do INRC aos processos e práticas inscritos na vida cotidiana.

3ª etapa: a documentação, interpretação e instrução para *Registro* é que irá subsidiar as ações de salvaguarda para o bem cultural.

A noção de “referência cultural” é central no inventário de bens de natureza imaterial. A “referência cultural” sintetiza a ideia de que não se busca uma “cultura brasileira” ou “identidade nacio-

nal”, num sentido amplo e abstrato, mas pressupõe sujeitos sociais. As “referências culturais” são elementos e valores a que os grupos e as comunidades atribuem significado ou expressão.

Além dessa noção, outras duas categorias são consideradas centrais no Inventário: “sítio” e “localidade”. O recorte territorial foi o escolhido no sentido de delimitar a área de trabalho do pesquisador de campo. Nas fichas de identificação do sítio e da localidade, deve-se descrever o processo de ocupação do território, seguido do levantamento das paisagens naturais e dos marcos edificados, além de anexar plantas, mapas e croquis. Essas atitudes de mapeamento, coleta, sistematização e classificação produzem determinado conhecimento sobre o *bem* inventariado, mas também restringem seu significado. É o resultado de escolhas do pesquisador, das abordagens teórico-metodológicas e da delimitação do objeto. O recorte de um ou mais elementos que configuram a “referência cultural” de um grupo ou comunidade é parte da problemática da construção do objeto do inventário. Caso se faça de maneira arbitrária e genérica, pouco tende a contribuir para o entendimento, porque apaga os conflitos inerentes aos processos sociais.

O manual do INRC foi elaborado para mapear a diversidade das expressões da cultura, em seus marcos de identidade e alteridade. Destarte, não deve ser pensado como o recorte de um e outro elemento que constitui uma paisagem regional ou local, ou mesmo de uma cidade, mas sim para os grupos sociais, protagonistas e criadores de referências culturais, para quem essas mesmas referências fazem sentido e dão significado aos seus modos de vida.

Para ilustrar a problemática discutida acima, tomo como estudo de caso o primeiro *registro* do patrimônio cultural imaterial. A condução dos estudos referentes ao pedido de instrução de *Registro* do Ofício de Paneleira de Goiabeiras na cidade de Vitória, Espírito Santo, reuniu referências bibliográficas e documentais, levantamentos fotográficos e audiovisuais, além de mapas do território

(cidade e bairro). Quanto às referências textuais, verifica-se o farto uso do material jornalístico. Muitas reportagens informam sobre o risco de perda da matéria-prima devido à construção de um aterro sanitário no local. Esse fato produziu calorosos debates e intensa luta política entre os agentes do patrimônio, os engenheiros dos governos estadual e municipal, as secretarias de cultura e de turismo, técnicos e especialistas em solo e em meio ambiente, advogados, além de setores da sociedade civil capixaba num discurso polissêmico sobre os desígnios do artefato panela de barro.

O dossiê de estudo das panelleiras de Goiabeiras: inventário e *registro*³⁰⁵

Dossiê é um “acontecimento em torno do qual e a propósito do qual vieram se cruzar discursos de origem, forma, organização e função diferentes”, um caso através do qual “todos falam ou parecem falar da mesma coisa” (1977, p. XII). Contudo, ao contrário do que se pressupunha, esses discursos “não formam nem uma obra nem um texto, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos. E ainda dizer uma batalha não é dizer o bastante; vários combates desenrolam-se ao mesmo tempo e entrecruzam-se”.³⁰⁶

O Dossiê de Estudo para o *registro* do ofício de panelleira segue uma ordem cronológica de apresentação e começa com o termo de anuência da representante da Associação das Panelleiras de Goiabeiras, solicitando ao Presidente do Iphan “instauração de processo de *registro* do *Ofício das Panelleiras*, que tem como produto a panela de barro denominada e conhecida como Panela de Barro

³⁰⁵ Iphan/DID. Dossiê de Estudo R. 01/01, integrante do Processo 01450000672/2002-50, referente ao 1º Registro de Patrimônio Imaterial (*Ofício das Panelleiras Goiabeiras*), Brasília, 2002.

³⁰⁶ FOUCAULT, M. Eu, Pierre Rivière, que Degolei Minha Mãe, Minha Irmã e Meu Irmão... Um Caso de Parricídio do Século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p. XII.

do Espírito Santo”. Tal requisição justificava-se, segundo os argumentos contidos naquele documento, tanto pela “necessidade emergencial de proteção [da] matéria-prima – a argila do Mulembá – como pelo amplo reconhecimento [da] atividade como bem do patrimônio cultural de herança indígena que [...] já faz parte da identidade de Vitória e do Estado do Espírito Santo”. Por fim, a Presidente da Associação dizia-se informada sobre a condução do Inventário Nacional de Referências Culturais, sob a coordenação da 6ª sub-regional do Iphan, na comunidade de Goiabeiras Velha, lugar onde se situa o *galpão* da referida Associação e onde residem as *paneleiras*.

Em novembro de 2002, o Iphan reconhece na expertise desse *saber-fazer* o primeiro *bem cultural* de natureza *imaterial*. Para o grupo social das *paneleiras*, representado pelos membros da Associação das *Paneleiras* de Goiabeiras, que congrega artesãos do *galpão* e de *fundo de quintal*, a titulação aparece como o reconhecimento de um ofício passado *de geração em geração*, uma *tradição*³⁰⁷ na localidade. *Panelreira* é aquele indivíduo (artesã ou artesão) que modela e dá forma às painéis e a outros objetos cerâmicos utilitários; uma atividade eminentemente feminina, transmitida de mãe para filha, por meio de processos de aprendizado informal.

Para compreendermos todo esse processo de titulação, foi necessário recuperar a história protagonizada pelas *paneleiras* de Goiabeiras na defesa da matéria-prima e na busca de melhorias nas condições de trabalho. Em finais da década de 1980, algumas senhoras artesãs reuniram-se com os poderes públicos municipais, primeiramente com técnicos da secretaria de ação social, reivindicando ações de apoio ao artesanato tradicionalmente produzido naquela localidade. Nesse processo, as *paneleiras* foram angariando alguns apoios e também travando embates, seja para o acesso a sua principal matéria-prima, seja para garantir melhores condições de tra-

³⁰⁷ Entre tantos aspectos dessa complexa definição, tomo a noção de tradição investida de dinamismo e renovação.

balho e renda. Em vinte anos de associação, conquistaram o direito à exploração do barreiro – apesar da posse do terreno ser do governo do estado –, construíram um galpão para produção e comercialização das peças e ganharam visibilidade nos principais meios de comunicação do estado. Logo adiante trato da crescente vulgarização das panelas e da sua vinculação ao turismo cultural.

As negociações para que esse *bem cultural* se tornasse objeto de *registro* da política de patrimônio cultural imaterial brasileiro iniciaram-se muito antes da constituição deste dossiê. A proposta surge em 1997, durante o *Seminário de Fortaleza*,³⁰⁸ por iniciativa da Diretora da 6ª sub-regional do Iphan no Espírito Santo, Tereza Carolina de Abreu (Carol Abreu, como é conhecida na instituição e assina alguns artigos).³⁰⁹ Seus argumentos tomaram uma dupla direção: primeiro, a panela de barro havia se tornado, há algumas décadas, um “símbolo da cultura capixaba”, constituindo-se em uma “referência cultural” consagrada e reconhecida pela sociedade local. Além desse lastro histórico, por assim dizer, Abreu apontava para uma alta probabilidade de desaparecimento, considerando uma série de acontecimentos envolvendo disputas locais entre a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) e a Associação das Paneleiras de Goiabeiras

³⁰⁸ Como relatado anteriormente, o Seminário Internacional promovido pelo Iphan, em 1997, em comemoração dos sessenta anos, tinha como principal objetivo discutir sobre novas formas de proteção e acatamento dos *bens culturais* de natureza processual e dinâmica, também denominados *imateriais*, dando-se início aos debates que culminaram no Decreto 3.551/2000.

³⁰⁹ Tereza Carolina de Abreu é licenciada em Desenho e Plástica pela Universidade de Brasília, com formação em Desenho Industrial e Programação Visual pela Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi-RJ), onde foi aluna de Aloísio Magalhães. Exerceu o magistério superior na Universidade Federal da Paraíba, antes de mudar-se para Brasília. Trabalhou no Ministério de Educação e Cultura, em Brasília. Retoma seu contato com Aloísio Magalhães, na época, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, sendo então absorvida nos quadros dessa instituição, em 1980. Na FNPM, Abreu inicialmente é alocada na área de comunicação, na edição do boletim do Iphan. Tempos depois passa a integrar por muitos anos o projeto “Interação entre os Diversos Contextos Culturais Existentes no País”. Em 1987, muda-se para o Espírito Santo. Neste estado, Carol Abreu trabalha no Museu Melo Leitão e depois na Sub-regional, na época um escritório técnico ligado à regional do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Antropologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, entre os anos de 1989 e 1990, vai assumir a Diretoria da 6ª Sub-Regional do Iphan, hoje, 21ª Regional.

(APG), em função do terreno da jazida de onde se retira o barro.³¹⁰ A preocupação com a matéria-prima empregada na produção artesanal das panelas de barro constituía a principal reivindicação daquela comunidade de ceramistas. O medo que abatia a todos em Goiabeiras Velha não era o da escassez da argila do Vale do Mulembá; muito pelo contrário, ainda hoje existe a crença compartilhada por aquele grupo de ceramistas de que o barro sempre se renova. O que se procurava impedir era a instalação no local de uma estação de tratamento de esgoto, garantindo, assim, aos produtores o acesso ao barreiro.



O Mulembá: local de extração do barro

Ao ler o processo, pode-se identificar as múltiplas vozes desse dossiê, algumas delas, inclusive, dissonantes quando referidas à problemática do barreiro. Mediante leitura da cópia de correspondência do sr. Luiz Simoni, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dirigida a APG, em 1994, referente ao processo entre as partes APG e Cesan, observa-se que a orientação jurídica quanto ao laudo da exaustão da jazida de barro do Mulembá, no prazo de 18 anos, era conflitante com o laudo anterior de 106 anos de exaustão.

³¹⁰ O Vale do Mulembá, localizado no bairro de Joana D'Arc em Vitória, é até hoje a única jazida utilizada pela comunidade de Goiabeiras para confecção dos artefatos cerâmicos. A presença de areia e de outros elementos minerais (feldspato, mica, argilitos, quartzo e gneiss) determina o modo de fazer dessa cerâmica, pois inviabiliza o uso do torno e do forno nessas condições. Sobre esse assunto consultar alguns livros editados: PEROTA, C. *As Panelas de Goiabeiras. Série Memória Viva*. Secretaria Municipal de Cultura, 1997; Iphan. "Ofício das Panelas de Goiabeiras". In: *Dossiê IPHAN 3*. Brasília: IPHAN, 2006; DIAS, C. *Panela de Barro Preta: A Tradição das Panelas de Goiabeiras - Vitória-ES*. Rio de Janeiro: Mauad X/Facitec, 2006.

Nesse sentido, o advogado vai opinar quanto a ser interessante ou não, para essa Associação assinar o termo de acordo com a Cesan:

Não temos dúvida em afirmar que esse acordo, nos termos em que está redigido, e tendo por base dados obtidos de um laudo decididamente divergente de outro, não deverá ser assinado, em hipótese nenhuma por essa Diretoria, sob pena de, futuramente essa Presidência vir a ser responsabilizada pelo desaparecimento desse processo cultural.³¹¹

A favor da Cesan, técnicos e engenheiros do estado alegavam ser aquele o lugar estratégico para resolver os problemas de saneamento da grande Vitória, uma vez que os laudos comprovavam o esgotamento da jazida de barro.

A Superintendência Regional do Iphan vai assumir o papel de mediação face ao impasse entre a Associação e a Cesan ao encaminhar correspondências aos órgãos do governo do estado e do município. Em ofício encaminhado ao Diretor-Presidente da Cesan, Eng^o Nilton Andrade, a Diretora da Sub-Regional apresenta as atividades relacionadas ao *registro* do bem cultural Panela de Barro de Goiabeira como parte do Inventário Nacional de Referências Culturais. Tereza Carolina de Abreu afirma que a ação do Iphan:

Visa identificar e documentar o processo de fabricação do bem, a partir das questões relativas às matérias-primas, procedimentos técnicos e relações de produção, distribuição e usos, além dos diferentes valores atribuídos e as diversas formas de apropriação social do bem cultural.³¹²

Segundo Abreu, o INRC se apresenta como um instrumento não só voltado para o *registro* de bens culturais, mas também para as “possibilidades de preservação desse bem”. E considerando:

³¹¹ Carta encaminhada à Presidenta da Associação das Panelas de Goiabeiras, sra. Marinete, em 26 de fevereiro de 2004.

³¹² Ofício 6ª SubR/6ªSR/Iphan/009/01, em 12 de fevereiro de 2001.

A localização da jazida de argila utilizada em terreno de propriedade da Cesan e a existência do Termo de Acordo entre a Cesan, a APG e a Seama datado de 1994, gostaríamos de contar com a colaboração na disponibilização de informações com o objetivo de melhor instruir o processo de *registro* em andamento, [solicitando] fotografia aérea da área onde se encontra a jazida de argila, bem como da projeção da Estação de Tratamento de Esgoto; diagnóstico ambiental atualizado da área; plano de manejo e licenças ambientais.³¹³

O processo de desapropriação da área do barreiro pelo Governo do Estado para a construção da estação de tratamento de esgotos mobilizou a comunidade de artesãs de Goiabeiras Velha. Elas formaram uma associação para poderem reivindicar, junto ao poder público, a posse do barreiro e as condições necessárias para manterem as suas práticas artesanais.³¹⁴ Além dos problemas relacionados com a desapropriação do barreiro, as paneleiras pleitearam um espaço para organizarem a produção. Tal medida era necessária, pois a ocupação dos quintais pelos filhos adultos que constituíam novos núcleos familiares, somada à crescente valorização do bairro pela proximidade com o aeroporto e a Universidade Federal do Espírito Santo (e sua inevitável urbanização), acarretaram uma série de limitações que provocaram a restrição da produção artesanal, principalmente na etapa relacionada à queima das peças, que antes se dava nas ruas, no campo de futebol, na pedreira e em locais próximos às moradias.³¹⁵

³¹³ Ofício 6º SubR/6ºSR/Iphan/009/01, em 12 de fevereiro de 2001.

³¹⁴ Segundo matéria do jornal *A Gazeta*, de 18/04/1976, intitulada “As panelas de barro não serão feitas”, o *drama* dessas mulheres iniciou-se quando os membros da família José Nunes, antigo proprietário das terras do barreiro, não quiseram mais que se explorassem o local. Com a desapropriação do terreno pelo governo do Estado, em 1988, iniciou-se uma nova batalha, desta vez contra a Cesan. O documento faz parte do Dossiê de *Registro*.

³¹⁵ Sobre o processo de urbanização de Goiabeiras e o processo de confecção e queima das panelas de barro ver Iphan. “Ofício das Paneleiras de Goiabeiras”. In: MINGO JR. *Goiabeiras*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2000; Dossiê IPHAN 3. Brasília: Iphan, 2006; DIAS, C. *Panela de Barro Preta: A Tradição das Paneleiras de Goiabeiras – Vitória-ES*. Rio de Janeiro: Mauad X/ Facitec, 2006.

As estratégias associativas potencializam a visibilidade para determinados tipos de reivindicações coletivas, como no caso estudado. As próprias paneleiras buscaram no apoio do Iphan, da municipalidade de Vitória e das entidades da sociedade civil ligadas aos movimentos sociais as formas de impedir a construção do aterro sanitário e de defender a sua subsistência. Ao se apropriarem rapidamente do “discurso da cultura”, tomaram-no como uma ferramenta para legitimarem seu ofício.

Na articulação das parcerias, a sub-regional do Iphan procurou aquelas instituições que atuavam na promoção e divulgação do artesanato capixaba, destacando-se a Prefeitura Municipal de Vitória, que oficializou o seu apoio ao *registro* do bem cultural “Panela de Barro de Goiabeiras”³¹⁶, e o Sebrae/ES (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que forneceu informações relacionadas aos programas e às atividades realizados com as Paneleiras.³¹⁷

O critério de ser um bem consagrado como *referência cultural*, principalmente pela sociedade local, foi o que mais motivou a abertura do primeiro dossiê sobre “as panelas de barro do Espírito Santo”. Outras razões foram argumentadas, como a existência de uma farta documentação produzida sobre a tecnologia de confecção do artefato cerâmico utilitário, principalmente através de matérias de jornais, impressos promocionais de secretarias de cultura e de turismo e trabalhos institucionais e acadêmicos.³¹⁸

³¹⁶ Através do ofício SEMC/GAB no 040/2001, encaminhado em 22 de março de 2001, a secretária de cultura de Vitória lembra que a construção do *galpão* da APG, a criação do selo de autenticidade e a publicação de livros e pequenos impressos comprovam o compromisso com as paneleiras.

³¹⁷ SEBRAE/ES. *Diagnóstico do Setor Artesanal. Matérias primas: barro, produtos do mar e madeira* (Grande Vitória). Vitória, fevereiro 2000.

³¹⁸ Ao dossiê foram anexadas matérias de jornais do Estado do Espírito Santo, além da dissertação de mestrado da antropóloga Carla Dias, considerada a base do levantamento etnográfico para o INRC. Cf. DIAS, C. *A tradição nossa é essa, é fazer panela preta: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/ EBA, 1999. A pesquisa foi recentemente publicada, porém, a estruturação dos capítulos foi mantida com a incorporação de apenas algumas poucas atualizações de campo. Cf. DIAS, C. *Panela de Barro Preta: A Tradição das Paneleiras de Goiabeiras – Vitória-ES*. Rio de Janeiro: Mauad X/Facitec, 2006.

Lélia Gontijo Soares em documentos oficiais do Instituto Nacional do Folclore (INF) na década de 1980, afirmava a necessidade em se identificar o produto artesanal no seu contexto social e natural de produção, levando-se em conta “a tecnologia, a tipologia e os aspectos simbólicos e funcionais, além das formas de comercialização”.³¹⁹ Segundo o depoimento da atual Diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, antigo INF, a museóloga Cláudia Márcia Ferreira:

A instituição, que tem origem nos anos de 1950, é a responsável pela área das culturas populares no país, e privilegia o aspecto cultural, levando em conta o objeto artesanal não apenas como meio de geração de renda para os produtores, mas como resultado de relações sociais que exprimem uma visão de mundo singular e dependem, para sua continuidade, de determinadas condições.³²⁰

No caso da produção cerâmica tradicional de Goiabeiras, os estudos de folclore nas décadas de 1950 e 1970,³²¹ interessados na ideia de “origem” e centrados na tecnologia de confecção, construíram as noções de “típico” e de “raiz”, também presentes nas narrativas “nativas” sobre o artesanato local – perspectiva que põe entre parênteses dois aspectos de destaque no trabalho com as paneleiras: os modos de apropriação em relação ao saber-fazer e ao território. Em termos de política pública para a preservação de *bens culturais*, esse primeiro *registro* de patrimônio cultural imaterial está totalmente imerso no campo das culturas populares, em especial nos programas de apoio às comunidades artesanais de-

³¹⁹ SOARES, L. G. “Produção de artesanato popular e identidade cultural”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, n° 19, 1984, p. 138-148. Este artigo resume os debates apresentados em um encontro realizado no INF, no Rio de Janeiro, em junho de 1983.

³²⁰ Palestra proferida no Laboratório de Educação Patrimonial da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, em abril de 2004.

³²¹ PACHECO, R. J. C. “Goiabeiras: terra de panela de barro”. In: *Cadernos de Etnografia e Folclore*, n. 5, Vitória, Espírito Santo, 1975; NEVES, G. S. *Folclore brasileiro*: Espírito Santo. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

envolvidos pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), iniciados na década de 1980, ainda sob a denominação de Instituto Nacional de Folclore.

O caráter experimental desse primeiro inventário levou a técnica do Iphan, Ana Cláudia Lima e Alves,³²² do Setor de Referências Culturais da Coordenação de Identificação, a viajar para Vitória, em fevereiro de 2001, para “acompanhar as atividades do INRC”.³²³ Seu objetivo era auxiliar Carol Abreu no “andamento dos trabalhos de inventário”. Naquela ocasião, visitaram a Associação das Panelleiras, reuniram-se com a equipe da 6ª Sub-regional, analisaram o material documental levantado, discutiram o planejamento da continuidade do inventário:

Considerando o trabalho já realizado e a complementação das entrevistas e pesquisas de campo, o levantamento de outros dados históricos e sócio-econômicos importantes para o referenciamento do bem cultural, bem como o levantamento de maiores informações sobre a associação, sobre os acordos relativos à manutenção das fontes de matéria-prima e instituições signatárias, entre outros aspectos a serem aprofundados.³²⁴

Naquele momento, era importante testar os novos instrumentos da política de patrimônio imaterial, pois eles subsidiariam todo o processo de instrução do *Registro*. O ofício das panelleiras se revelava oportuno para esse fim pelo seu universo limitado e

³²² Licenciada em Desenho e Plástica pela Universidade de Brasília/ UnB, 1979. Especializada em Política, Administração e Promoção do Desenvolvimento Cultural Municipal pela Fundação Nacional pró-Memória/SEC/MEC, Universidade Federal de Ouro Preto e Organização dos Estados Americanos / OEA. Mestra em História. Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Universidade de Brasília/ UnB, 2004. Gerente de Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, desde abril de 2004. Entrevista gravada em novembro de 2006, no Rio de Janeiro.

³²³ Em seu relatório, Alves reporta-se ao CNFCP como “parceira institucional no Inventário de Referências Culturais das panelas de barro e das panelleiras de Goiabeiras”. ALVES, Ana Cláudia Lima. *Relatório de viagem a Vitória –ES (13 a 18 de fevereiro de 2001)*. Departamento de Identificação e Documentação/Iphan/MinC. Dossiê de Estudo R.01/01.

³²⁴ ALVES, A. C. L. *Relatório de viagem a Vitória –ES (13 a 18 de fevereiro de 2001)*. Departamento de Identificação e Documentação/ IPHAN/ MinC. Dossiê de Estudo R.01/01.

circunscrito a um território e a extensa documentação produzida sobre o ofício. Trata-se de um núcleo residencial, com um número relativamente reduzido de executantes e circunscrito a algumas famílias que tradicionalmente ocupavam a região. Assim, poder-se-ia resultar em trabalho consistente na aplicação da metodologia do INRC. Vale observar que a noção de “tradição” operada pelo inventário pressupõe a dinâmica dos processos sociais, vinculados aos saberes disciplinares da antropologia.³²⁵

Conforme pôde-se constatar, o dossiê apresenta a maioria dos documentos em ordem cronológica, principalmente os trâmites entre ofícios institucionais e memorandos internos do Departamento de Identificação e Documentação (DID) para a 6ª SSR-ES, e vice-versa. O pedido da APG foi imediatamente encaminhado pelo Presidente do IPHAN, Dr. Carlos H. Heck, à diretora do Departamento de Identificação e Documentação, sra. Célia Corsino, para abertura do processo. Junto à solicitação foram anexados, ainda, documentos referentes ao Estatuto da Associação, mapas, referências bibliográficas sobre as panelas de barro do Espírito Santo, levantamento fotográfico preliminar,³²⁶ laudos periciais de prospecção do solo sobre a suposta exaustão da jazida de argila no Vale do Mulembá.³²⁷

A pesquisa sobre as Panelas do Estado do Espírito Santo constituiu-se em projeto-piloto, “visando testar os procedimentos administrativos de tramitação dos processos e os procedimentos técnicos para identificação e documentação dos bens culturais”.³²⁸ Um empreendimento desse tipo demandava uma ampla articulação. Era

³²⁵ Consta no Decreto 3551/2000, em seu Artigo 7o, “a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos [...] para decidir sobre a revalidação do título de ‘Patrimônio Cultural do Brasil’. Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo”.

³²⁶ Consta no dossiê de estudo o levantamento preliminar de “sessenta e seis fotografias ampliadas em papel fotográfico no formato (10X15) cm e fotocópia de duas fotos panorâmicas, de autoria do arquiteto Márcio Viana (6a SubR II), feita entre os meses de outubro de 2000 e junho de 2001”. Cf. Iphan/6a SSR/Vitória, 20 de junho de 2001.

³²⁷ No dossiê de estudo foram anexados laudos divergentes sobre o esgotamento da jazida.

³²⁸ IPHAN. “Ofício das Panelas de Goiabeiras”. In: *Dossiê IPHAN 3*. Brasília: Iphan, 2006, p; 43.

preciso envolver a Secretaria de Cultura, o Conselho Municipal de Cultura, o Sebrae e os órgãos ambientais do estado e município. Já havia o entendimento de que a articulação de uma rede local com as instituições, fossem elas governamentais ou não governamentais, daria o suporte para a boa consecução do *Registro*. Outras instituições envolvidas com o fortalecimento e continuidade do “bem cultural panela de barro de Goiabeiras” foram comunicadas do processo de inventário e chamadas a participar, fornecendo informações relacionadas às atividades de promoção do artesanato, à proteção do meio ambiente, aos programas de incentivos da cultura popular capixaba.

Diversos acordos com a Companhia de Saneamento e Abastecimento do Estado (CESAN) garantiram o acesso ao barreiro, adiando em mais de uma década a construção do aterro sanitário no terreno. Desse longo processo de negociações entre Associação e Cesan, a assinatura do último acordo, em 2001, possibilitou a construção da estação de tratamento de esgoto com a anuência da Associação.³²⁹ Em contrapartida, as paneleiras receberam algumas benfeitorias, como uma *van* e uma casa em Goiabeiras para montar um restaurante. Esse imóvel encontra-se desativado.

O saldo da luta apresenta alguns aspectos positivos e tantos outros controversos. A partir do acordo assinado pela Diretoria, ficou acertado que as paneleiras não se pronunciariam na imprensa contra a Cesan, com a promessa de o estado construir uma estação de tratamento de esgoto compacta e suspensa do solo, de modo que pudesse ser totalmente monitorada no caso de um vazamento. A localização à jusante do córrego foi também objeto de negociação entre a Cesan, APG e a Diretora da Coordenação da Sub-Regional do Iphan, Carol Abreu, que alertava para os perigos da construção de uma estação de esgoto em local de onde se extrai matéria-prima para a confecção de painéis. Além disso, foram exigidos diagnósticos ambientais sobre a área e plano de manejos.

³²⁹ Em memorando à diretora do DID, de 02/07/2001, Carol Abreu relata a “natureza polêmica da questão colocada no que respeita a política de proteção e de promoção do bem cultural”.

Todo esse histórico de disputa sobre o barreiro, culminando no acordo assinado pela Diretoria da Associação, representa uma passagem conturbada nesse primeiro processo de *registro*. As versões sobre o episódio são múltiplas – sobre esse assunto, relato ao dossiê do Iphan de 2002. A Presidente da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) também tem a sua versão, alegando que, na época, as artesãs foram levadas a conhecer algumas outras estações de tratamento de esgoto e que teria sido prometido a elas uma indenização, caso houvesse algum vazamento. O acordo, no entanto, desagradou uma parte dos artesãos associados, que se diziam não representados nas decisões tomadas “em assembleia” e corroboradas pela Diretoria da associação. O caso foi parar na justiça, mas o ganho de causa foi dado para Associação.

Entidades culturais capixabas, notadamente o Conselho Estadual de Cultura, fizeram publicamente uma moção de desagrado pelo acordo assinado sem o conhecimento das “entidades participantes da Comissão de Defesa das Paneleiras e do Vale do Mulembá e demais instituições”. Em carta manifesto contra a construção da Estação de Tratamento de Esgoto, datada de 11/07/01, a Associação das Bandas de Congo “Amores da Lua”, “Panela de Barro” e “Boi Estrela”, repudiou a atitude da Diretoria da APG que, “contrariando os anseios da opinião pública capixaba, assinou um acordo no qual é dado o aval da APG para a construção da estação. As bandas de congo ausentam-se da Feira das Paneleiras”.³³⁰

A condução dos estudos referentes aos pedidos de *Registro* levou a Diretora do DID, Célia Corsino, a submeter os dados coligidos à apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, na 31ª Reunião de agosto de 2001. Corsino enumerou as razões da prioridade atribuída ao caso: 1) existência de pesquisas ante-

³³⁰ Assinam a carta o Presidente das Associações de Bandas de Congo e a Coordenadora da Associação da Banda de Congo Panela de Barro, Reginaldo Salles e Jamilda Alves Rodrigues Bento, respectivamente, e o Presidente da Comissão Espírito-Santense de Folclore, Eliomar Mazoco.

riores e apresentação do pedido de *Registro* pelos portadores desse saber fazer; 2) grande interesse da comunidade e das autoridades estaduais e municipais; 3) risco de perda da matéria-prima obtida no barreiro, com a construção de um aterro sanitário no local. A técnica do DID expôs em linhas gerais a organização social produtiva no galpão da associação e a comercialização do produto. Referiu-se também à realização de documentação fotográfica de todo o processo de produção do artefato cerâmico panela de barro, as técnicas empregadas na sua confecção, o local onde era obtida a matéria-prima e a análise química desse material, a fim de que, a partir do dossiê, se possibilitasse o “resgate” dessa atividade, na hipótese do seu “desaparecimento”.

A preocupação de Corsino nessa exposição ao Conselho Consultivo também era de ordem conceitual, considerando como maior problema a definição do objeto de *registro*: se eram as panelas de barro, ou o ofício das paneleiras. Observou, ainda, que a aplicação do INRC excede o estudo do patrimônio imaterial, uma vez que se pretende com esse instrumento mapear os bens culturais significativos de um determinado território, quer sejam eles materiais ou imateriais. Além disso, ela lembrou ao egrégio Conselho a complexidade desses estudos e a indispensável participação da comunidade para a boa consecução do processo. Para o Conselho Consultivo, o conhecimento produzido pelo Inventário das panelas de barro definiria procedimentos a serem adotados para a instrução de *Registro* de outros bens culturais de natureza imaterial.

Lendo atentamente o Dossiê, observa-se que a ideia de registrar o *ofício* foi posterior à abertura do processo. Em 20 de junho de 2001, foi anexado o memorando da 6ª SSR/SR/Iphan nº 141/2001, que sugere “alterar a denominação do *Registro* das Panelas de Barro do Espírito Santo “em favor do “ofício das Paneleiras de Goiabeiras”. Tal redimensionamento justificou-se em função dos dados gerados pelo Inventário Nacional de Referências

Culturais (INRC). No dossiê para o *registro* foram indicados os trâmites administrativos do processo: as correspondências, os relatórios de viagens, a composição da equipe de pesquisadores. O quadro técnico de servidores da sub-regional foi convocado para o levantamento de dados, são eles: Mônica Esteves, técnica em turismo; Márcio Vianna, arquiteto; Gerson Vidal, assistente social e Suely Pereira, bibliotecária. Além desses, foram contratados temporariamente três entrevistadores para aplicarem os questionários do inventário, todos três estudantes universitários de comunicação social e, como colaboradora eventual, a historiadora Elizabeth Salgado, que treinou a equipe de entrevistadores. A dirigente da 6ª SSR, Tereza Carolina Frota de Abreu, assumiu a coordenação e supervisão da aplicação da metodologia do INRC para instrução do *registro*. O trabalho foi finalizado em setembro de 2002.

Na instrução para o *registro*, a preocupação com a origem do artefato cerâmico é constantemente retomada pelo aspecto da “herança indígena”. Toda a construção discursiva corrobora a ideia de pertencimento a uma das matrizes formadoras da sociedade brasileira e a uma antiga permanência no território. Segundo estudos da conduzidos por Celso Perota (1997), que fundamentou o seu argumento a partir dos vestígios arqueológicos próximos àquela localidade, a cerâmica encontrada apresenta características semelhantes àquelas produzidas pelas populações pré-históricas de tradição Tupi-guarani e Una. Ao focar no objeto cerâmico, procurou-se dar conta de sua origem, tecnologia de confecção – manual com a queima das peças em fogueira a céu aberto –, e matérias-primas empregadas – barro de uma mesma jazida e demais insumos naturais encontrados no meio ambiente.³³¹ Mas, além disso, deslocou-se a atenção do produto para o processo, preocupando-se em compreender seu significado simbólico dentro de um quadro mais

³³¹ É do mangue que as paneleiras retiram o vegetal mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) utilizado para impermeabilizar as panelas de barro. Cf. PEROTA (1997); DIAS (1999, 2006). IPHAN. “Ofício das Paneleiras de Goiabeiras”. In: Dossiê IPHAN 3. Brasília: Iphan, 2006.

amplo das relações sociais na comunidade de Goiabeiras Velha, identificando a função de cada um dos executantes da produção de panela de barro.



Braço do mangue: a entrada para o porto de Goiabeiras

Nos Questionários de Identificação do *bem cultural* constam os nomes e sobrenomes de 63 entrevistados, todos residentes em Goiabeiras e possuindo alguma relação de parentesco ou de vizinhança com uma das nove famílias mais antigas envolvidas com o ofício, são elas: Lucidato, Corrêa, da Vitória, Alves, Ribeiro, Gomes, Fernandes, Barboza e Rodrigues. O estudo conduzido pela metodologia do INRC levou em conta as funções exercidas pelos principais executantes do ofício no espaço do *galpão* da Associação das Panelleiras e nos *quintais* das casas de panelleiras. Essa descrição aponta em direção a uma especialização da produção, repercutin-

do em mudanças nos modos de interação, antes pautados nas relações de entreatajuda e reciprocidade entre grupos de parentes. Nem todas as *paneleiras* desempenham todo o processo de confecção das panelas. A lógica de uma produção artesanal em escala crescente alimenta o processo de divisão social do trabalho. Nessa perspectiva, as *paneleiras* do *galpão* da associação contratam outros *ajudantes* para executarem etapas precisas do processo de confecção: *levantar* a panela, *cortar* e *passar a faca*, *alisar*, *queimar* e *açoiatar*.

No Item 5.1 do Questionário de Identificação, indicou-se a relação da atividade com o *bem* inventariado.³³² As etapas são descritas segundo a lógica dos processos de trabalho e comercialização, tendo em vista o repertório de produtos. Mas as relações são apresentadas de maneira muito frouxas. Não se observam em nenhum momento desse instrumento técnico as genealogias das famílias que ocupam o espaço do *galpão* e dos *quintais*, tampouco as alianças estabelecidas pelas relações de parentesco existentes:

Paneleiras – Artesãs ceramistas, as *paneleiras* são mestras no ofício e responsáveis por sua transmissão às gerações descendentes e aos vizinhos interessados; dominam todas as etapas do ofício e conhecem as respectivas matérias-primas e procedimentos técnicos. Executam, particularmente, a modelagem das panelas: a “puxada” com as mãos e depois com a cuia; algumas têm auxiliares para realizar as primeiras e últimas etapas: a retirada e escolha do barro, o alisamento, a queima e o açoite das panelas. Desde os anos 1990, a pedido da Prefeitura de Vitória, algumas *paneleiras* têm ensinado a fazer panela em escolas municipais.

Tirador de barro – Profissional da extração do barro da jazida no Vale do Mulembá. Fura

³³² Inventário do Ofício das *Paneleiras* de Goiabeiras; Questionário de Identificação: ofícios e modos de fazer – Q60; item 5.1; Iphan, 2002.

o chão com os dedos para ver se o barro está bom; escava um buraco no chão, com uma enxada, até a profundidade de aproximadamente 1 metro; a partir daí retira o barro, que é molhado e pisado para a preparação das bolas. Cada bola de barro pesa em torno de 15 Kg e é vendida a R\$ 0,50. Desde os anos 1980, as bolas são carregadas em caminhão ou carroça a frete e transportadas até o *galpão* da Associação ou até as casas das paneleiras. Anteriormente, o tirador levava o barro em carroça, do barreiro até o manguê, seguindo de canoa até Goiabeiras.

Escolbedor de barro – Auxiliar de paneleira, faz a limpeza do barro molhando, pisando e amassando as bolas de barro, retirando as impurezas e tornando a massa mais homogênea, melhor para ser modelada. Geralmente parentes homens ou auxiliares pagos realizam essa tarefa para as paneleiras, em seus *quintais* ou no *galpão* da associação.

Alisadoras – Auxiliares de determinadas paneleiras, geralmente parentes ou vizinhas, realizam o polimento das panelas, depois de secas, antes da queima; utilizam uma pedra de rio – seixo rolado – para alisar a superfície interna e externa; executam a tarefa mediante pagamento.

Tirador de panela – Auxiliar que retira as panelas em brasa da fogueira, após a queima, utilizando uma vara comprida com dois ganchos (garras) na ponta e depositando-as junto à paneleira ou auxiliar, para que sejam açoitadas.

Casqueiro – Profissional que coleta a casca do manguê-vermelho, árvore nativa do manguêzal, para o preparo da tintura de tanino,

utilizada no açoite de panelas. Ele entra no manguezal de bote ou canoa levando um porrete para bater na casca da árvore até solta-la do tronco; leva saco e balde para carregá-la; traz a casca, de canoa, até Goiabeiras, onde vende para as paneleiras.

Comerciante – Empresário dono de ponto de produção de venda de panelas, localizado à beira da avenida que dá acesso ao Aeroporto de Vitória; tem 4 paneleiras trabalhando no seu quintal, cuja produção ele comercializa; o entrevistado eventualmente também faz panelas.

A ênfase recaiu no processo de produção, com a descrição das etapas de confecção do bem e a identificação dos principais envolvidos com o processo de produção e suas respectivas funções – *paneleira, tirador e escolbedor de barro, alisador, tirador de panela, açoitador, casqueiro e comerciante*. As descrições dos lugares da atividade e de obtenção das matérias-primas são também pontos levantados pelo estudo. São dois os diferenciais que a condução do Inventário procura enfatizar: primeiro, o fato de as panelas serem modeladas manualmente e queimadas a céu aberto, sem o uso do torno e do forno, fato que associado à utilização de matérias-primas naturais e locais na confecção agrega-lhe um valor especial; segundo, que em sua confecção é utilizado o barro de uma única jazida, situada no Vale do Mulembá, no bairro Joana D’Arc. O acesso ao barro foi exaustivamente documentado, principalmente porque estavam em disputa a posse do terreno do barreiro e o apoio dos poderes públicos estaduais e municipais. As disputas político-partidárias entre os governos estadual e municipal acirraram os debates em torno da desapropriação do terreno e da continuidade da extração da argila pelas paneleiras e seus familiares.

Ao verificar as fontes e os documentos reunidos no dossiê, observei que a dimensão da “retórica da perda” está presente na contes-

tação pelo acesso ao barro.³³³ Os argumentos da “perda” do barreiro e da questão da “autenticidade” da panela de barro de Goiabeira aparecem como principais motivações para a instauração do processo de *registro*. As panelleiras buscaram o apoio do Iphan, da municipalidade de Vitória, das entidades da sociedade civil ligadas aos movimentos sociais no sentido de barrar a construção do aterro sanitário. Assim, apropriaram-se rapidamente do “discurso da cultura”, tomando-o como um escudo para legitimarem-se.

Com imensa habilidade, souberam manipular os discursos da mídia, das artes turísticas e das instituições culturais e construir essa posição de “símbolo da cultura popular capixaba”. Nesse sentido, distribuição e consumo são etapas importantes desse processo. Observa-se uma crescente mercantilização das panelas de barro que em muito ultrapassam as fronteiras do estado. O turismo cultural traz divisas, e as secretarias de turismo e cultura vêm incentivando a participação dos artesãos em feiras e eventos que possam divulgar o “artesanato”, a “culinária” e as “expressões culturais” considerados “típicos” do Espírito Santo. Os *compradores* (restaurantes, empresas, turistas, hotéis, lojas e supermercados) chegam a todo o momento no *galpão* da Associação, fazendo *encomendas* diretamente às panelleiras. Segundo as próprias panelleiras, a maior parte dessas *encomendas* é feita através do telefone público instalado na entrada do *galpão*. Esses pedidos são feitos, geralmente, por restaurantes especializados em peixes, mariscos e frutos do mar, ou por empresas – como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) – que apresentam seus funcionários mais graduados ou clientes especiais.

Na minha chegada ao campo, falava-se o tempo todo no *galpão* dos “kits para empresas” e “encomendas de restaurantes”, que enchiam com mais de mil peças por semana os baús dos veículos das empresas especializadas em transportes de cargas. Vendidas por atacado, as panelas atingem um preço baixo por unidade para

³³³ “Urbanização ameaça acabar com símbolo da cultura capixaba”. A Tribuna. Vitória, 21 jul. 1992. CESAN PROCURA JAZIDA DE BARRO PARA PANELEIRAS. A Gazeta. Vitória, 10 mar. 1994.

o intermediário e valores um pouco mais elevados para o consumidor final. A responsabilidade pelo pagamento da firma transportadora sempre fica ao encargo do *comprador*. As panelas já detêm técnica de embalagem para grandes *encomendas*: as panelas são embaladas uma a uma com jornal, depois empilhadas dentro de caixas de papelão e revestidas por engradados de madeira.



As encomendas para restaurantes: produção em larga escala.

No inventário das panelas foram arrolados *compradores* em Vitória, Manguinhos, Jacarépe, Nova Almeida, Marataízes, Anchieta, Meaípe, Guarapari, Vila Velha e Linhares. Além das *encomendas* para dentro do estado, foram listadas as seguintes cidades:³³⁴ Angra dos Reis, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, São Paulo, Sorocaba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Brasília. E, ainda, *encomendas* para fora do país: Boston, EUA.³³⁵

³³⁴ Do universo pesquisado (49 panelas), 24 têm clientes fixos e trabalham por encomenda; 19 vendem no varejo e as demais não informaram. Inventário do Ofício das Panelas de Goiabeiras; Ficha de Identificação: ofícios e modos de fazer – F60; item 10.2; Iphan, 2002.

³³⁵ Inventário do Ofício das Panelas de Goiabeiras; Ficha de Identificação: ofícios e modos de fazer – F60; item 10.2; Iphan, 2002.

Segundo o depoimento de Carol Abreu, é imensa a complexidade de ações de salvaguarda para *bens* dessa natureza. Ela reconhece que as fichas do INRC dão conta da tecnologia de confecção do artefato cerâmico e da comercialização do produto, mas que se deixou de lado a questão familiar, como as relações de parentesco e de vizinhança.

O conhecimento que é obtido através da pesquisa e é ela que fundamenta a ação de salvaguarda. [...] É como a gente estava conversando, e você faz essa pergunta que eu acho fundamental: embora você tenha no ofício das panelas o exemplo de uma atividade que é eminentemente feminina, a questão da família, da inserção do homem nesse meio, é estruturante e fundamental. [...] São muitos comportamentos e hábitos tradicionais que foram se modificando em função da vida moderna, da incorporação dos produtos industriais, de tudo isso [...].³³⁶

Carol Abreu avaliou como satisfatória a condução desse primeiro *registro*, referindo-se ao “problema do barreiro” como de difícil condução política. Segundo o depoimento da Superintendente da 6ª SR, a ficha de localidade foi preterida em relação ao Questionário de Identificação dos ofícios e modos de fazer, e que outros *bens culturais associados* ficaram de fora no processo:

Você tem benzedoras, tem as panelas de fundo de quintal, comadres de fogueira que são do São João, que são de infância, comadres de boneca, fazedores de rede (dos homens), a folia de reis, o boi-estrela que foi revitalizado e já está no terceiro ano, cantigas de roda, brincadeiras de rua, bloco de sujo no carnaval, festa de São Benedito no dia 26 de dezembro e banda de congo pane-

³³⁶ Entrevista concedida pela Superintendente Regional do Iphan, Carol Abreu, realizada nas dependências do Museu Solar Monjardim, 21ª Superintendência Regional, no bairro de Jucutuquara em Vitória, gravada em maio de 2005.

la de barro, futebol de várzea, uma série de práticas da comunidade que não foram contempladas naquele momento.³³⁷

No entanto, as críticas sobre a parcialidade do levantamento partiram dos próprios integrantes dos grupos familiares. Para Jamilda Alves R. Bento, o *registro* deveria ser um instrumento de melhoria da qualidade de vida para o segmento social das panelleiras. Ela acredita que esse processo de quantificação gerado a partir dos questionários e formulários da pesquisa do INRC deixou de lado uma parte expressiva das relações humanas: a afetividade. Minha interlocutora se interroga sobre o porquê de não incluírem no processo de *registro* as relações que não existem mais, como os antigos laços de solidariedade do ritual da queima.

As senhoras *paneleiras* se lembram do “tempo dos quintais”, quando a ajuda mútua pautava as relações de produção no momento da queima, bem como das festas religiosas associadas à antiga igreja católica, do antigo ponto cultural de Goiabeiras Velha – atualmente o açougue –, onde os blocos carnavalescos se reuniam e era montado um palco para o teatro, apresentação do boi e outras brincadeiras, dos brincantes e festeiros, do mangue e da beleza da força da maré. Essas e outras expressões da cultura local foram preteridas em função de demandas mais imediatas, como aquelas referentes à matéria-prima e à imitação do modelo das panelas pelos oleiros de Guarapari.

O questionário de identificação (Q60) menciona, no Item 8.4, as “comidas típicas da culinária regional associadas ao produto do ofício”, e, adiante, no Item 8.7, faz referência ao congo enquanto uma “manifestação popular presente nas celebrações religiosas católicas” e em pleno vigor no bairro de Goiabeiras, onde “participam algumas panelleiras”.³³⁸ Esses bens culturais associados ao ofício, apesar

³³⁷ Idem.

³³⁸ Inventário do Ofício das Panelleiras de Goiabeiras; Ficha de Identificação: ofícios e modos de fazer – Q60; itens 8.4 e 8.7; Iphan, 2002

de brevemente mencionados no questionário de identificação do inventário das panelas, não se desdobraram em Questionários e Fichas de Identificação próprios, sejam eles das “celebrações”, sejam das “formas de expressão”, ou dos “modos de fazer”, respectivamente.³³⁹

Os bens culturais associados: a moqueca, a torta capixaba e o congo “Panela de Barro”

O Inventário Nacional de Referências Culturais aplicado na comunidade de Goiabeiras se centrou na descrição pormenorizada do ofício no ambiente de trabalho do *galpão* da Associação das Panelas, considerando cada uma das sete etapas do processo de produção do artefato cerâmico. Classificada como um “ícone” da sociedade capixaba, a panela de barro é um produto artesanal utilitário e continua mantendo a sua funcionalidade como um recipiente utilizado para o preparo de alimentos. Essa eficiência é comprovada por meio da crescente demanda de restaurantes especializados e de consumidores em geral, que adotaram a panela de barro como elemento principal da cozinha capixaba.

No *Dicionário do Folclore Brasileiro*,³⁴⁰ Luís da Câmara Cascudo associa a panela de barro ao preparo da moqueca – prato este popularmente consumido em boa parte do território nacional. No levantamento do Iphan, valorizou-se o modo de fazer moqueca capixaba, que se diferencia das demais pelo uso do urucum e do coentro.³⁴¹ Roberto da Matta aborda a predileção

³³⁹ IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Fichas de Identificação – F20, F40 e F60 e Questionários de Identificação – Q20, Q40 e Q60. Brasília: Iphan, 2002.

³⁴⁰ CASCUDO, L. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. revista, atualizada e ilustrada. São Paulo: Global, 2000, p. 396.

³⁴¹ Existe uma rivalidade entre a moqueca capixaba e a baiana. A primeira glorifica-se por valorizar mais o sabor de peixe, uma vez que não leva o azeite de dendê. Há, inclusive, um bordão bastante conhecido e disseminado na cidade de Vitória sobre essa antiga rixa: “moqueca só capixaba, o resto é peixada”. Além dessa disputa já bastante difundida na sociedade capixaba quanto ao modo de preparar a moqueca capixaba, observei em publicação do Iphan uma discordância quanto ao preparo da moqueca e ao excesso no uso do coentro. Parece-me, no entanto, que não caberia qualquer atribuição de valor nesse sentido. Cf. IPHAN. “Ofício das Panelas de Goiabeiras”. In: *Dossiê IPHAN 3*. Brasília: Iphan, 2006, p. 39.

do brasileiro pelo alimento cozido, entre o líquido e o sólido, como expressão de uma culinária nacional. O autor salienta o quanto a comida é um importante operador de “identidades pessoais e grupais, estilos regionais e nacionais de ser, fazer, estar e viver”.³⁴²



“Moqueca só capixaba o resto é peixada”

Naturalmente associada a pratos da culinária regional, a panela de barro conserva a sua função primeira como utensílio doméstico. Disseminada em seu uso, costuma acompanhar pratos de frutos do mar, peixe e mariscos. O estatuto do *registro* vai lançar um foco de luz sobre determinada forma de produzir e de consumir as panelas de barro.

No entanto, observa-se que muitos consumidores passaram a utilizar este utensílio como enfeite, suporte qualquer, mesmo que na maioria das vezes, o uso que se faz dela privilegia a sua

³⁴² DA MATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 57.

dimensão utilitária.³⁴³ Ao deslocá-la de um lugar específico, a cozinha, para adquirir outros usos e significados, como *souvenir*³⁴⁴ ou peça de museu, agregam-se a essas peças novos valores. A panela de barro produzida em Goiabeiras é um *bem cultural* que ganha *status* de “objeto patrimonial”.

Dos museus administrados pelos governos federal e estadual na Grande Vitória, somente no Museu Solar de Monjardim encontram-se expostas as panelas de barro de Goiabeiras.³⁴⁵ O prédio ocupado pelo museu é o único exemplar da arquitetura rural existente na cidade de Vitória. Até a década de 1960, abrigou o Museu de Arte e de História. Em 1980, após obras de recuperação, o museu foi reaberto com o nome de Museu Solar Monjardim, e o acervo foi direcionado para reconstituir uma residência rural de família abastada no século XIX.



A cozinha imaginada: qual é o lugar das panelas?

A ênfase na antropologia dos objetos justifica-se segundo os argumentos de José Reginaldo Gonçalves:

³⁴³ KLEIN, Denise. *Mãos Mestras*. Conhecer o processo de fabricação da panela de barro, além de comer torta capixaba, é uma boa dica neste feriado. *A Gazeta*. Vitória, 07 abr. 2004. Cad. Turismo. Depoimentos de consumidores/ turistas: “gosto de presentear os amigos”; “recheio as panelas com bombons”.

³⁴⁴ Sobre os diversos significados para a categoria *souvenir*. Cf. STEWART, S. *On Longing*. *Narratives of the Miniature, the Gigantic, the Souvenir, the Collection*. USA: The John Hopkins University Press, 1984.

³⁴⁵ Em um levantamento preliminar feito no Iphan, segundo a tipologia panela de barro (não necessariamente de Goiabeiras), foram encontradas peças/artefatos nos acervos dos seguintes museus: Museu de Folclore Edison Carneiro, no Rio de Janeiro; Museu de Arqueologia de Itaipu, no Rio de Janeiro; Museu da Abolição, em Pernambuco; Museu do Ouro, em Minas Gerais; Museu Solar Monjardim, no Espírito Santo.

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente o seu deslocamento e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos tais como as coleções, os museus e os chamados patrimônios culturais. Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva. Os estudos antropológicos produzidos sobre objetos materiais, repercutindo esse quadro, têm oscilado seu foco de descrição e análise entre esses contextos sociais, cerimoniais, institucionais e discursivos.³⁴⁶

Esses discursos também se diferenciam no plano museológico. Nesse sentido, procuro discutir o lugar que ocupam os artefatos cerâmicos de uso cotidiano e de fatura popular na lógica expositiva desse museu, considerando uma visível separação entre “o bronze e a argila”, “o monumental e o cotidiano”, para usar os termos empregados por Gonçalves.³⁴⁷ Portanto, quais seriam as implicações do processo de patrimonialização sobre agentes que produzem painéis de barro? Procuo responder essa

³⁴⁶ GONÇALVES, J. R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, IPHAN; Garamond, 2007. Sobre o papel dos museus etnográficos na institucionalização da antropologia ver: GONÇALVES, J. R. S. “Coleções, Museus e Teorias Antropológicas: reflexões sobre conhecimentos etnográficos e visualidade”. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 8, 1999. p. 21–34; DIAS, N. *Le musée d'ethnographie Du Trocadéro (1878-1908)*. *Anthropologie e muséologie em France*. Paris: Édition Du Centre National de La Recherche Scientifique, 1991.

³⁴⁷ GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: Lucia Lippi Oliveira (org.) *Cidade: história e desafios*. p. 108-123. FGV/CNPq, 2002.

questão no próximo capítulo, quando abordarei a visita das paneleiras ao Solar Monjardim.

As modalidades de apropriação do espaço social de Goiabeiras Velha são múltiplas e compreendem os ofícios tradicionais, os lugares e conhecimentos associados ao mangue e as formas de expressão culturais. O Congo é uma manifestação muito forte em toda a região metropolitana da Grande Vitória e, em particular, na localidade de Goiabeiras Velha. Segundo Jamilda Alves Rodrigues Bento, Presidente da Banda de Congo, desde as “décadas de 1970 e 1980, essa banda atuou primorosamente como um importante agente disseminador da cultura local”. O antigo paneleiro Arnaldo Gomes Ribeiro formou uma banda de congo no seu galpão de trabalho, e, neste local, eram guardados os instrumentos musicais, principalmente os tambores de congo, a caixa e a casaca. Após a jornada de trabalho, as paneleiras cantavam e dançavam o congo em uma roda animada. Portanto, o congo e o ofício de paneleira estão historicamente imbricados, fazendo parte do que Celso Perota (1997) denominou de “Complexo Cultural das Paneleiras”.

No início da década de 1990, um incêndio acidental no galpão do Arnaldo destruiu os instrumentos e uniformes dos tocadores e das cantadeiras de congo. Uma década depois, sua sobrinha Jamilda Bento revitaliza a Banda de Congo Painela de Barro e retoma os festejos de São Benedito na localidade. Pela força do ofício de historiadora, Jamilda Bento procurou os antigos mestres e mestras, as paneleiras que exercem os seus ofícios em *fundo de quintal* e as benzedeiras, e, num precioso trabalho de história oral, resgatou as letras e melodias, articulou o grupo e remontou a banda.



brincando o congo em Goiabeiras Velha

A Banda de Congo Panela de Barro é composta por mestre, tocadores e cantadeiras, todos eles moradores de Goiabeiras Velha: paneleiras, paneleiros, benzedeiros, pescadores e trabalhadores dos setores industrial e de serviços. Hoje, boa parte dos componentes da banda é formada por senhores e senhoras da terceira idade. As senhoras cantadeiras são filhas, netas e bisnetas de paneleiras, e trabalham nesse ofício confeccionando painéis de barro em seus quintais. Os tocadores ou possuem alguma atividade formal no mercado de trabalho, ou são aposentados. A entidade possui estatuto jurídico e seus integrantes se reúnem periodicamente, principalmente no mês de dezembro, fazendo apresentações pela cidade por meio de convênio celebrado com a prefeitura de Vitória.



Bens Associados: a Banda de Congo Panela de Barro



São muitos os desafios surgidos na análise do material coligido, tanto com base no estudo do INRC, quanto por meio do trabalho de campo. É do enfrentamento desses desafios que nasceram as primeiras conclusões expostas a seguir. Inicialmente, interessa-me o exercício de confrontar as categorias sociais impressas no instrumento de Inventário e *Registro* do patrimônio imaterial àquelas expressas em práticas e representações dos portadores do saber fazer panelas. Interessa-me também compreender a forma com que as paneleiras apreendem a categoria patrimônio e se essa categoria provocava algum tipo de “ressonância” na maneira de entendimento do seu ofício.³⁴⁸ Assim sendo, e atenta ao fato de que a produção da panela de barro é uma prática social em plena vigência no bairro de Goiabeiras Velha, procuro investigar os modos de apropriação do *registro* desse ofício, considerando os produtores da cerâmica local, as instâncias mediadoras do poder público e o mercado que exploram essa imagem da panela “autêntica” de Goiabeiras, de Vitória e do Espírito Santo.

³⁴⁸ José Reginaldo Gonçalves, em texto apresentado nos Simpósios Especiais, na XIV RBA, Recife, Pernambuco, em junho de 2004, sugere que os patrimônios culturais sejam estudados com base em uma perspectiva etnográfica. Posteriormente, o texto foi publicado na revista *Horizontes Antropológicos*. Ver GONÇALVES, J. R. S. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

Trabalho de campo

1. Os modos de apropriação do Registro do Ofício das Panelas de Goiabeiras do Espírito Santo

A abordagem etnográfica aqui proposta analisa a recepção ao *registro* do ofício das panelas como Patrimônio Cultural do Brasil, considerando os sujeitos sociais envolvidos nesse processo, quais sejam, as famílias produtoras de cerâmica utilitária no bairro de Goiabeiras Velha, na cidade de Vitória. Esses agentes foram estudados em suas interações com as instâncias mediadoras do poder público e em seus embates com relação ao mercado. Conforme argumento na introdução do livro, o processo de patrimonialização de natureza imaterial constitui um desafio para técnicos e gestores do patrimônio cultural, pois o ato administrativo do *Registro* produz visibilidade sobre os *bens culturais* – saberes, celebrações, ofícios, expressões e lugares – e gera compromisso político do Estado brasileiro no que tange ao fomento, difusão e salvaguarda dessas práticas socioculturais. Tendo em vista a perspectiva histórica desenvolvida na primeira parte do livro, um importante viés de análise refere-se aos usos e às interpretações que circulam na sociedade brasileira sobre as noções de cultura e de patrimônio. Geralmente enquadradas pela lente da cultura erudita, essas concepções, por muito tempo, restringiram-se a um conjunto pouco diverso de produções culturais.

Roger Chartier, ao afirmar que a “cultura popular é uma categoria erudita”, refere-se a modelos descritivos que procuram “delimitar, caracterizar e nomear” práticas e representações culturais:

O primeiro, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo a uma lógica absolutamente alheia e irredutível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes.³⁴⁹

As implicações teóricas e metodológicas desses dois modelos de inteligibilidade mostram a cultura popular na iminência do seu “desaparecimento”, ao passo que renasce das próprias cinzas. Essa dupla perspectiva, contudo, desconsidera “as formas de apropriação dos textos, dos códigos, dos modelos compartilhados [que] são tão ou mais geradores de distinção que as práticas próprias de cada grupo social”.³⁵⁰ De acordo com Chartier, ainda, o conceito de apropriação contribui para construção de uma “história social das formas pelas quais as diferentes comunidades [...] se apoderam desses textos os usam e compreendem”.³⁵¹

Ao focar a análise nos modos de apropriação, interessava-me compreender como foram construídas e interpretadas as referências às origens desse artefato cerâmico e ao “saber enraizado” na comunidade de paneleiras. Empenhei-me, ainda, em discutir como se deu a identificação dos “executores” e das “etapas” no processo de trabalho, que levou ao *registro* do ofício e ao “primeiro diagnóstico” que subsidiou as “ações de salvaguarda” do Iphan junto àquela comunidade. Adiante faço algumas observações etnográficas sobre as “oficinas comportamentais” realizadas pelo Iphan e que pude acompanhar no período do trabalho de campo. As oficinas sobre “estratégias associativas” e “formação de preços”, que ocorreram durante o ano de 2006, não obtiveram resultados significativos nas práticas de tomadas de preço, nem na mediação dos conflitos gerados no ambiente do galpão da associação. Pelo con-

³⁴⁹ CHARTIER, R. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179-192, p.179

³⁵⁰ CHARTIER, R. op. cit., p.184.

³⁵¹ *Ibid.*, p. 187.

trário, constatou-se que não há política de preços e a associação segue a uma intensa escala de produção, com prazos de entrega cada vez mais exíguos. Para dar conta de uma agenda sempre apertada de *encomendas*, as paneleiras estão cada vez mais intensificando a produção no galpão da associação, contratando pessoas para *levantar* as panelas, para fazer os acabamentos e para *tirar da fogueira* e *çoitar* panelas.



Auxiliares na etapa de acabamento: *alisadeiras* na porta do galpão

A instrução do *registro* enfatiza a “tradição” desse ofício na localidade, com descrição da organização social de produção e da formação associativa. De fato, nesse processo de construção discursiva, as paneleiras identificam-se como portadoras de um saber-fazer que as diferenciam de outros grupos ou comunidades artesãs, seja pelas características do barro, seja pelo processo de confecção e de queima. Segundo a concepção nativa, receberam esse “reconhecimento” do governo por passarem “de geração em geração” um conhecimento que veio de suas antepassadas. Para Valdinéia Lucidato, as paneleiras mais jovens estão tendo oportunidades que:

A avó, a bisavó, a tataravó, a mãe da tataravó não tiveram, assim que nós temos ouvido e visto sobre as panelas. Então para nós é gratificante saber que por elas nós demos continuidade. E hoje em dia isso tem reconhecimento nacional e internacional. [...] O que eu entendo por patrimônio? Talvez eu não saiba responder de acordo com o que você queira.

Patrimônio é aquela coisa que tem um valor não só para mim, mas em si para o Estado. Um valor cultural. Um patrimônio é uma coisa antiga. A gente tem que resguardar aquilo, mesmo ele estando em evidência ou não. Que um dia ele vai passar a ser história do Brasil, digo um patrimônio. Patrimônio é aquela coisa que você tem. Entendeu? Aquilo que você tem e não aquilo que você não tem. Ou aquilo que você já teve. Eu tinha assim... Vou fazer essa referência a você. Eu tenho um patrimônio que é a panela de barro. Minha mãe teve. Minha bisavó teve. Minha tataravó. A mãe da minha tataravó. A mãe da mãe da minha tataravó também teve.³⁵²

O que respalda todo esse processo de *patrimonialização* das *paneleiras*, segundo a lógica de minha entrevistada, é a maneira como esse saber-fazer foi cultivado e transmitido. Isso faz com que não só Valdinéia Lucidato, mas também a sua mãe, Edite da Vitória Lucidato, e toda a geração de paneleiras ascendente sejam Patrimônio Cultural do Brasil. Os efeitos positivos dessa ideia de patrimônio repercutem no processo de construção da identidade social da *paneleira*, tornando possível a categoria reivindicar políticas de acesso à saúde e à previdência social, como se verá adiante nas oficinas de *salvaguarda*.

A produção de panelas de barro em Goiabeiras Velha, bairro periférico da cidade de Vitória, organiza-se em torno de algumas famílias moradoras da localidade há muitas gerações.³⁵³ Conforme

³⁵² Depoimento gravado no *galpão* da Associação, em dezembro de 2005, na mesa de trabalho de Valdinéia da Vitória Lucidato. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

³⁵³ As gerações são parte da dinâmica coletiva que as impele e lhes imprime continuidade social. Impossível, portanto, ignorá-las ou menosprezar sua importância analítica, principalmente na construção das tensões e desigualdades sociais. Bourdieu (1983, p.118) discute a alternância ou sucessão de gerações para chegar às diferenças que geram conflitos como consequência da diversidade de localização no tempo social. Ao operar com essa noção, pretendo enfatizar as transformações nas relações sociais de produção ocorridas na localidade de Goiabeiras Velha. Tais mudanças podem ser apreendidas nos discursos construídos pelas *paneleiras velhas* sobre os dois modos de organização social produtiva na localidade: dos *quintais tradicionais* e do *galpão* da Associação, como veremos na construção desta etnografia. BOURDIEU, P. "A Juventude é apenas uma palavra". In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

visto na seção anterior, essas famílias formaram a Associação das Panelas de Goiabeiras, em 1987, e conquistaram uma série de benefícios junto ao poder público local. A prefeitura de Vitória construiu um galpão de trabalho para os associados, produziu e patrocinou a Festa das Panelas, instituiu um dia comemorativo para essa atividade profissional, criou um selo para as panelas, além de subsidiar viagens e participações em feiras de artesanato dentro e fora do estado.

O ofício envolve diretamente mais de uma centena de pessoas, tanto no galpão da associação quanto em muitos domicílios daquele bairro. Uma série de participantes desempenha funções diferenciadas nas várias etapas do processo de confecção desse artefato cerâmico. Pacheco (1975), Hovenkamp (1992), Perota (1997), Dias (1999, 2006), Mingo Jr (2000), Iphan (2006) revelam ser essa uma prática muito antiga e que as próprias panelas já não conseguem mais identificar o tempo em que começou.³⁵⁴ Esses autores também são unânimes em afirmar que a produção se estrutura com base nas relações de parentesco e de vizinhança. Nesse sentido, pretendo complementar essa discussão levantando as genealogias das *famílias tradicionais* e recuperando a importância dos *quintais* e de como se estruturam as redes de sociabilidades. Como se verá adiante, os laços familiares, somados aos usos do espaço físico, constituem os pilares para o entendimento etnográfico deste segmento social e produtivo e das modalidades de apropriação acima referidas.

³⁵⁴ PACHECO, R. J. C. "Goiabeiras: terra de panela de barro". In: *Cadernos de Etnografia e Folclore*, n. 5, Vitória, Espírito Santo, 1975; HOVENKAMP, H. De *panelas* van Goiabeiras: *pannemaaksters op de informele arbeidsmarkt in Vitoria, Brazilië*. Doctoraalscriptie Culturele Antropologie en Sociologie der niet-westerse samenlevingen. Vrije Universiteit Amsterdam. Juni, 1992; PEROTA, C. "As Panelas de Goiabeiras". *Série Memória Viva*. Secretaria Municipal de Cultura, 1997; MINGO JR. *Goiabeiras*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2000; CHAIA, V.; DANTAS G. *Panela de Barro*. Raiz da Cultura Capixaba. Vitória: Secretaria de Estado de Turismo, 2002; Iphan. *Ofício das Panelas de Goiabeiras*. Brasília: IPHAN, 2006; DIAS, C. *A tradição nossa e essa, e fazer panela preta: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/EBA, 1999; DIAS, C. *Panela de Barro Preta: A Tradição das Panelas de Goiabeiras* — Vitória-ES. Rio de Janeiro: Mauad X/ Facitec, 2006.

As narrativas sobre a localidade de Goiabeiras Velha e as suas *tradicionalis panelas de barro*³⁵⁵ adquiriram um lugar de destaque no imaginário da população da cidade de Vitória. Nas representações correntes sobre a cidade, o bairro de Goiabeiras Velha aparece descrito como um “reduto de ocupação antiga”, habitado por famílias de pescadores e artesãos ceramistas que ganhavam seu sustento com os recursos naturais a sua volta. A essa literatura mais especializada, que combina narrativa histórica com dados arqueológicos e etnográficos ainda incipientes, somam-se, ainda, outros pequenos materiais impressos, como reportagens jornalísticas e folhetos de divulgação sobre a panela de barro, seu modo de fazer, matérias-primas empregadas e receitas culinárias associadas a esse produto. Tais textos apontam, em maior ou menor dimensão, para a construção de um símbolo do artesanato regional, que, associado à moqueca e à torta capixaba, atribuem uma *tipicidade* inseparável do território de produção. Essas representações sobre uma cultural regional foram apropriadas pelos múltiplos agentes sociais que estão direta ou indiretamente referidos a todo esse processo.

O papel estruturante das famílias na transmissão do saber³⁵⁶ faz parte desse universo de representações, práticas e apropriações constantemente acionadas pelas próprias paneleiras. Nesse caso, a pesquisa etnográfica vem ampliar a compreensão sobre as alianças dentro e fora do *galpão* da associação. Os levantamentos de mapas genealógicos estão presentes na disciplina antropológica, desde as grandes viagens etnográficas do final do século XIX. Após a expedição ao Estreito de Torres

³⁵⁵ No âmbito da política oficial de artesanato, o Instituto Nacional de Folclore, desde a década de 1980, empreendeu uma série de ações de fomento e valorização do produto artesanal de feição “tradicional”. Documentos elaborados nesse período discutem sobre essa definição: “não encaramos o ‘tradicional’ como resíduo do passado, e sim como um conjunto de práticas sociais e culturais materialmente presentes e que se reproduzem através do trabalho e do poder de recriação de seus agentes”. Cf. SOARES, L.G. *Produção de artesanato popular e identidade cultural*. Rio de Janeiro: Funarte/INF, 1983, p. 9.

³⁵⁶ PEROTA, op. cit., 1997; DIAS, op. cit., 2006; Iphan, op. cit., 2006.

(1898), W.H.R. Rivers³⁵⁷ aprimora os sistemas classificatórios do parentesco. De acordo com este autor, a pesquisa de campo nas sociedades não ocidentais deve iniciar-se pela coleta genealógica. Segundo Rivers, a técnica permitiria ao etnógrafo construir o sistema de relações de parentesco.³⁵⁸ Rivers indica, além disso, que o método genealógico é essencial quando se quer trabalhar exaustivamente os modos de transmissão, seja de nomes, seja de propriedades.³⁵⁹

Nesse sentido, procuro lançar luz exatamente sobre as questões do método genealógico, a partir dos diagramas de parentesco dos grupos familiares de referência desta pesquisa. A construção do mapa não se pretendeu exaustivo, pois, como em Lima (2006), meu objetivo não era proceder a um estudo de parentesco. Segui as indicações propostas pelo método no que se refere a construir linhas para cada geração, e padronizar a forma geométrica do quadrado para o homem e círculo para mulher, e, de acordo com Rivers, os nomes masculinos em letras maiúsculas e os nomes femininos na forma habitual.³⁶⁰ E como não era uma genealogia completa, deixei os nomes das famílias, uma vez que a linhagem é uma marca importante para o grupo.

Esta técnica de aproximação mostrou-se a mais eficiente por se tratar de uma comunidade com intrincada relação de parentesco³⁶¹ e elevada incidência de casamentos entre primos, seja cruzados

³⁵⁷ RIVERS, W. H. R. "O Método Genealógico na Pesquisa Antropológica" (1910). In: Oliveira, R. C. (org.). *A Antropologia de Rivers*. São Paulo: editora Unicamp, 1991.

³⁵⁸ Segundo Oliveira, referindo-se ao campo de debates estabelecido na época em torno da problemática do parentesco, "Kroeber haveria de conceder anos depois que os termos de parentesco, como parte da linguagem, refletem a lógica inconsciente e os padrões conceituais tanto quanto as instituições sociais" cf. Kroeber, 1952 apud. Oliveira, 1991. RIVERS. In: Oliveira, R. C. (introdução e org.) *A Antropologia de Rivers*. São Paulo: Unicamp, 1991, p. 21.

³⁵⁹ Em seu estudo nas ilhas Salomão, Rivers exemplifica, por meio do diagrama genealógico, como a questão da sucessão na chefia, bem como a herança e a propriedade passam de mão em mão. RIVERS, op. cit., p. 60.

³⁶⁰ RIVERS, op. cit., p. 53

³⁶¹ É comum afirmação do tipo: "aqui nós somos todos parentes por parte de pai ou de mãe, desde muito tempo", segundo depoimento de dona Melchiadia Alves Corrêa da Vitória Rodrigues, 80 anos. Vale observar, em seu sobrenome tão extenso a síntese operada pela intrincada rede de relações familiares.

ou paralelos, matrilineares ou patrilineares³⁶². Esse tipo de configuração familiar encontrada por Schiavo e Lima, e ainda muito recorrente em pequenas cidades e lugarejos do interior do país, são menos frequentes nas grandes cidades, principalmente, quando se trata de uma das cidades capitais da região sudeste. Era preciso, pois, compreender os condicionantes históricos e culturais que proporcionaram formas organizacionais produtivas centradas na ideia de família.

Semelhante atenção foi dada às unidades domésticas³⁶³ e à posição dos sujeitos no grupo de parentesco, pois são tais referências que orientam e organizam as atividades produtivas no contexto de transmissão dos saberes desse ofício. Nesse caso, o método genealógico me pareceu bastante operativo, principalmente ao tratar de uma forma viável a sistematização das informações sobre parentes. Procedendo da mesma forma que Lima, em seu estudo sobre produtores ceramistas, pretendeu-se construir um mapa mais completo da organização social produtiva em Goiabeiras Velha. No entanto, em dado momento do trabalho de campo tal tarefa chegou a parecer quase impossível por se tratar, hoje, de um agrupamento urbano bastante numeroso. Para dar conta dessa empreitada, as visitas à localidade deveriam ser muito mais constantes; é de se considerar que seria necessário me mudar por um tempo para Goiabeiras, como orientam as monografias clássicas da disci-

³⁶² Sylvia Schiavo revela em seu estudo sobre produtores rurais no município de Nova Friburgo que a prática da endogamia e das relações tradicionais de compadrio é um costume bastante difundido na região. Situação análoga foi encontrada por Ricardo Gomes Lima em sua pesquisa com a comunidade ceramista do Candéal no estado de Minas Gerais. Lima revela não ter feito um levantamento exaustivo do quadro genealógico, uma vez que seu objetivo era tão somente conhecer os habitantes atuais da localidade. Cf. SCHIAVO, S. *Sendas da Transição: descendentes de suíços em Nova Friburgo-RJ*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997; LIMA, R. G. *O Povo do Candéal: sentidos e percursos da louça de barro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006. HERÉDIA, B. A.; GARCIA JR., A. R. "Trabalho Familiar e Campesinato". In *América Latina*. Rio de Janeiro, ano 14, nº 1-2, jan-jun 1971, pp. 10-20. HERÉDIA, B. A.; GARCIA JR., A. R. *Mudanças e Continuidades na Família*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994.

³⁶³ Segundo dados levantados pelo Iphan, foram contabilizadas cerca de "120 famílias nucleares" que mantêm algum tipo de envolvimento com a atividade artesanal de confecção de panela de barro (IPHAN, op.cit., 2006, p. 13).

plina. Mas, por razões de ordem prática e financeira, entre outras, procedi às visitas anualmente, sempre no final do ano letivo,³⁶⁴ permanecendo em um prazo máximo de vinte dias.

Além disso, e mais uma vez me referindo ao trabalho de Lima, ocupava-me tão somente de investigar os modos de organização social produtiva atuais na localidade, onde moravam, seus nomes e graus de parentesco.³⁶⁵ No campo da genealogia, e considerando o contexto urbano moderno, faço constar o trabalho de João Pina Cabral e Antónia Pedrosa Lima que desenvolvem uma metodologia denominada “história de família” com base em anotação genealógica que tem por finalidade dar conta do percurso de vida de um sujeito social (*ego*) dentro de uma complexa teia de relações familiares, em contextos urbanos modernos, no âmbito das pequenas, médias e grandes cidades.³⁶⁶

Nas entrevistas, tais *egos* relataram sobre o contexto da sociabilidade local, das relações vicinais e das transformações ocorridas entre as gerações, principalmente aquelas dramatizadas pela oposição quintal *versus* galpão. O trabalho de campo baseou-se na observação do cotidiano desses atores sociais em seus *quintais* e no *galpão* da Associação. Minha intenção era confrontar a organização social produtiva nos *quintais* com a do *galpão* da Associação das Paneleiras de Goiabeiras, observando esses dois modos de produção artesanal. A partir desse exercício comparativo, tirar algumas considerações sobre o processo de transmissão desse fazer artesanal e sobre como o *registro do patrimônio cultural* foi apropriado desigual e diferentemente por essas unidades familiares.

³⁶⁴ Vale registrar que a primeira visita ocorreu após a qualificação do projeto de doutorado, em maio de 2005. As demais idas a campo ocorreram entre os meses de novembro a janeiro, tanto por questões operacionais, quanto por ser a época de maior fluxo turístico em Vitória.

³⁶⁵ LIMA, R. G. *O Povo do Candeal: sentidos e percursos da louça de barro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006, p. 15.

³⁶⁶ CABRAL, J. P.; LIMA, A. P. “Como Fazer uma história de família: Um exercício de contextualização social”. *Etnográfica*. Vol. IX (2): 355-390. Essa metodologia foi tratada por João Pina Cabral no curso “Antropologia da família”, ministrado no PPGAS/Unicamp, entre março e junho de 2005.

Durante as visitas a Goiabeiras Velha, fui conhecendo as famílias e estruturando o grupo de referência desta pesquisa. Foram realizadas dez entrevistas não diretivas³⁶⁷ e vinte outras realizadas no contexto de produção, ou seja, nas mesas e oficinas de trabalho, com os filhos e filhas que *ajudam* na produção. O fato de sempre agendarem a conversa em pleno processo de trabalho revela o modo estruturante desse ofício na comunidade. Era comum receber o seguinte convite: “venha [tal dia] que estaremos queimando [panela]”. Nesse momento, era como se o corpo delas também pudesse responder às minhas questões – como, de fato, respondia – fosse através das reações diante da queimadura da fogueira, fosse pela rotinização de determinadas posturas, como nos instrui a observar Marcel Mauss, em seu ensaio sobre as técnicas corporais.³⁶⁸



O açoite das panelas nos quintais dos Barboza e dos Nascimento

³⁶⁷ Sem desconhecer as questões epistemológicas levantadas por Bourdieu (1997), que recomenda que na relação entrevistador-entrevistado deve-se instaurar uma relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não intervenção da entrevista não diretiva, quanto do dirigismo do questionário, cuja complexidade não pode ser aqui analisada, adotou-se a perspectiva de Michelat, quando sugere a entrevista não diretiva como uma técnica que oferece vantagens para apreensão do conteúdo simbólico, permitindo ao entrevistado um “grau de liberdade”, na medida em que não estrutura completamente o campo de investigação. Além disso, interessava-me explorar essa oposição entre dirigismo e não dirigismo nas entrevistas, uma vez que estava confrontando ao Instrumento técnico do Iphan. MICHELAT, G. “Sobre a utilização da entrevista não diretiva em Sociologia”. In: THIOLENT, M. (org.). *Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária*. 3. ed., São Paulo: editora Polis, 1982; BOURDIEU, P. “Compreender”. In: BOURDIEU, et. al. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes. 1997.

³⁶⁸ MAUSS, M. “As técnicas do corpo”. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 535 p. p. 401.

Existem roupas e acessórios próprios para o momento da queima, como chapéus, bonés, panos e lenços de cabeça. A intenção é proteger ao máximo os corpos do sol, dos respingos do tanino, e da intensa fumaça que se desprende do choque térmico entre a cerâmica e a tintura. A posição dos corpos na queima e no açoiteamento indica o desconforto dessa etapa de trabalho. Para se protegerem dos respingos do tanino, as paneleiras vestem calças ou saias compridas, ou colocam um pedaço de pano por cima das pernas. Algumas usam luvas no momento do açoite para que suas mãos e unhas não fiquem impregnadas com a tintura avermelhada da casca do mangue. Ao afirmarem: “continuamos fazendo do mesmo jeito”, as paneleiras confirmam aquilo que Mauss define por técnicas corporais:

Chamo técnica um ato *tradicional eficaz* [...] Ele precisa ser *tradicional e eficaz*. Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição. Eis em quê o homem se distingue antes de tudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral.³⁶⁹

Registradas as principais posturas das paneleiras, fosse na queima – em pé ou sentadas –, fosse na habilidade das mãos ao *modelar* as panelas, associada ao uso dos insumos e aos instrumentos de trabalho, essas técnicas corporais devem ser interpretadas no contexto das gerações.³⁷⁰ Portanto, agrega-se ao aspecto físico ou expressão fisionômica no trabalho, a análise dos discursos sobre a intensificação do seu ritmo, que expressa um conjunto conflituoso de atitudes e de mudança na atribuição de valores ao ofício:

Ah! Elas não vão aguentar, não! [Referindo-se àquelas que trabalham no *galpão*] Quando chegarem na idade de 50 anos, acabou. Antigamente não era assim. Antigamente,

³⁶⁹ MAUSS, op. cit., p. 407.

³⁷⁰ Ibid., p. 402.

as mães faziam as panelas sentadinhas e faziam poucas. A pessoa trabalhava tranquila em casa. As mulheres, antigamente, não faziam essas quarenta panelas como hoje estão fazendo. Antigamente, faziam seis panelas; puxava... terminava; no outro dia, terminava para fazer bonitinho... Caprichado. Então, era uma coisa que se fazia devagar. Hoje, é a agilidade. Tem gente que põe gente para trabalhar. Trabalham até aos domingos!³⁷¹

As mudanças ocorridas no processo de produção do artefato cerâmico panela de barro a que se refere Izabel Corrêa Campos³⁷² foram impulsionadas pela demanda crescente desse produto. Essa transformação é mais evidente para aquelas pessoas que trabalham no espaço do *galpão* da Associação das Paneleiras de Goiabeiras. Podemos listar as variações observadas: todos os associados cumprem uma escala de trabalho que vai das 8 horas da manhã, horário em que se costuma abrir o *galpão*, até às 19 horas. Além disso, a atenção agora está direcionada para o potencial cliente que se desloca até ao *galpão* – “que é a área de turismo”, segundo muitos depoimentos –, ou para as eventuais *encomendas* feitas por meio do telefone público instalado na sua entrada. Pode-se resumir a atual postura pela seguinte frase: profissionalizou-se a produção. Algumas paneleiras e alguns artesãos preferem trabalhar com a camiseta da associação, como é o caso de Evanilda Fernandes Corrêa e Carlos Barbosa dos Santos (fotos a seguir). É certo também que essa não é a regra seguida por todos; inclusive, é motivo de crítica o uso de “certos decotes” por paneleiras mais jovens.

³⁷¹ Depoimento de Izabel Corrêa Campos, 61 anos, gravado no quintal da sua casa, em novembro de 2006.

³⁷² Dona Izabel nasceu em Goiabeiras Velha e é filha de Oswaldo Alves Corrêa e Ana Dolores da Rosa Corrêa. Depois que se separou do marido, Izabel voltou a morar no quintal de seu pai, com uma de suas duas filhas e quatro netos. Dos quatro filhos de Izabel, Douglas foi o único que aprendeu a *mexer com barro*. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.



A queima no galpão: em pé, individualizada e com a camiseta da associação

Foram sendo incorporadas, aos relatos e entrevistas, muitas anotações referentes às observações dos momentos de confecção e de queima – posições dos agentes sociais no processo de produção e suas atitudes corporais, ritmo e função –, bem como à temperatura do meio ambiente.³⁷³ Ademais, acrescenta-se à análise as mudanças na ecologia da região, que foram bem sintetizadas pela minha interlocutora Izabel Corrêa: “a gente tinha aqui muita árvore; não era essa coisa que tem agora; era uma coisa mais tranquila, porque as pessoas não sabem como é terrível queimar panela”.³⁷⁴



Experimentando o calor da fogueira

As informações coletadas foram sistematizadas em mapas genealógicos que facilitaram, pela visualização, a leitura das permanências e mudanças no exercício do ofício. O conjunto de questões

³⁷³ Neste caso, exponho aqui as minhas próprias limitações físicas, quando tive uma violenta queda de pressão devido ao calor da fogueira.

³⁷⁴ Depoimento de Izabel Corrêa Campos, 61 anos, gravado no quintal da sua casa, em novembro de 2006.

abrange o fazer artesanal e procura identificar as continuidades e descontinuidades no processo de transmissão desse saber-fazer, a incorporação de homens no processo de confecção da panela de barro e a relação escolaridade e atividade artesanal, dentre outras.

Ao estudar a comunidade ceramista do Candéal, situada no município de Cônego Marinho, no norte de Minas Gerais, Ricardo Gomes Lima³⁷⁵ observa a importância de entrelaçar “territorialidade, memória e genealogia”. Segundo o autor, é somente por meio da construção do mapa genealógico dos moradores que se chega à posição das famílias e às redes de relações, fundamentais para se construir uma interpretação sobre os sentidos atribuídos pelo processo de produção, circulação e consumo. Lima enfatiza a importância dos objetos da cultura material como marca de construção identitária. Ao fazê-lo, insere-se no campo temático de estudos da cultura popular e da produção artesanal.³⁷⁶ Especial atenção tem sido dada à análise das biografias e histórias de vida, ao processo de aprendizagem teórico/prático e ao papel desempenhado pela geração mais velha na transmissão do saber relativo à atividade.³⁷⁷ A tecnologia de produção desses artefatos cerâmicos, suas técnicas e instrumentos de trabalho e contexto sociocultural de produção fazem parte de estudos consagrados sobre essa temática.

Carla Dias,³⁷⁸ cuja dissertação de mestrado foi incorporada ao dossiê de estudo do Iphan, em 2002, conforme apontado anteriormente, também enfatiza que o modo de fazer tradicional “fundamenta-se numa rede de parentesco, que se expressa como referên-

³⁷⁵ LIMA, R. G. *O Povo do Candéal: sentidos e percursos da louça de barro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

³⁷⁶ Antropólogo e funcionário do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN, Ricardo Gomes Lima está vinculado a essa instituição desde 1983, quando ingressa em seus quadros através do convite de Lélia Gontijo Soares, então diretora do Instituto Nacional de Folclore (cf. mostrei no capítulo anterior).

³⁷⁷ LIMA, Ricardo G. *O Povo do Candéal: sentidos e percursos da louça de barro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006, p.78-79.

³⁷⁸ DIAS, Carla da Costa. *A tradição nossa e essa, e fazer panela preta: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/EBA, 1999.

cia do lugar que ocupam socialmente”.³⁷⁹ Dias se propôs revelar a genealogia do fazer em si, abordando questões relacionadas à tecnologia de confecção das panelas de barro, matérias-primas empregadas e etapas do processo produtivo. Como observou Antônio Carlos de Souza Lima, a pesquisa de Dias insere-se numa tradição de estudos da cultura material preocupada em situar os objetos no seu contexto sociocultural de produção, apoiando-se em literatura vinculada ao (sub)campo da Antropologia da Arte.³⁸⁰

No caso desta pesquisa, procuro construir complementarmente o mapa genealógico das famílias para melhor localizá-las no espaço social e estabelecer as interseções necessárias na constituição dessa rede de sociabilidade local, entendendo a sociabilidade como uma modalidade de interação.

Nas reminiscências sobre o bairro de Goiabeiras Velha, as paneleiras antigas do grupo de referência desta pesquisa afirmam que havia poucas casas, todas de estuque ou de madeira e com fogão à lenha. Ao redor, formando *quintais* abertos desprovidos de muros ou cercas, o pomar de frutos tropicais abundantes na região e trocados no círculo de vizinhança e parentela. Nesses *quintais* ocorriam – como ainda ocorrem, mas em menor proporção – uma série de atividades produtivas ligadas à confecção de artefatos cerâmicos utilitários, como se verá adiante. Os frutos silvestres também eram bastante apreciados e colhidos na mata de Camburi, juntamente com a lenha para queimar a cerâmica produzida na localidade. Além disso, havia nesses *quintais* a criação de pequenos animais como pato, galinha e porco; ou, ainda, animais domésticos e de estimação, como gato e cachorro. A proximidade com o rio e com o mangue fez da pesca uma atividade econômica importante para os homens, fonte de subsistência para boa parte das famílias que ali residiam. Toda essa descrição de espaço extraído das narrativas das paneleiras evoca

³⁷⁹ Ibid., p. 92

³⁸⁰ LIMA, Antônio C. “apresentação”. In: DIAS, C. C. *Panela de Barro Preta: A Tradição das Paneleiras de Goiabeiras – Vitória-ES*. Rio de Janeiro: Mauad X/ Facitec, 2006, p. 10.

um contexto quase paradisíaco de fartura e harmonia, que servirá de contraponto ao quadro atual em que, de imediato, registra-se uma cisão entre as práticas dos *quintais* e a do *galpão*.

Os moradores de Goiabeiras Velha falam ao mesmo tempo de suas relações com o artefato cerâmico panela de barro e com a extração de mariscos no mangue e da jazida de barro, visto que são referências vividas. Os ofícios tradicionais em Goiabeiras são atividades sociais e produtivas fortemente relacionadas ao ecossistema manguezal, como os de paneleira e de pescador e marisqueiro. O conhecimento sobre o mangue e o meio ambiente sempre fez parte do cotidiano dos moradores da localidade, e está presente no depoimento de Dona Elizete Salles, 75 anos:

O mangue preto a gente tirava junto com o vermelho para tingir o couro... Aqui tinha o curtume. A casca era para fazer o tanino junto com o mangue preto. O couro depois de curtido era para fazer sapato, cinto, essas coisas... O mangue vermelho também serve pra açoitar panela... Esteiro era a passagem de canoa e onde a gente tirava ostra. Cada um tem um nome próprio pra gente ir. Eu andava com papai no mangue. A gente botava rede de arrasto e rede de cerco no mangue. Nós, os antigos, a gente sim era mangueira: comadre Ilza, comadre Maria... Nós ia no mangue pra viver, tirava marisco pra viver. Agora, eu não vou mais no mangue. Só vou pra tirar ostra e sururu pra fazer a torta uma vez por ano. Antes não, eu ia direto no mangue pra tirar ostra. Meu trabalho era tirar ostra de dia e fazer panela à noite. Eu ia pra Vila Velha vender as ostras. Eu contava as casas e tinha um monte de comprador. Eu também fazia lenha, tanto na UFES e no areal que ficava no Tubarão.³⁸¹

³⁸¹ Depoimento gravado no *quintal* de Elizete Salles, em novembro de 2007.

Ao partir desse cenário, construído por meio do grupo de referência, é que se procura adiante localizar os antigos *quintais tradicionais* de Goiabeiras Velha.



O porto de Goiabeiras: referência aos ofícios tradicionais

Perto do Porto de Goiabeiras ficava o rancho de pesca da família *Salles*, que “tradicionalmente” se ocupou com essa atividade. Os irmãos Cláudio, João, Argeo, Amarolino e Elísio Gomes Salles escoavam a produção de pescado, marisco e panela de barro para além das fazendas e chácaras da região, através do porto. O meio de transporte utilizado era a canoa: saíam da localidade e subiam a foz do Rio Santa Maria em direção noroeste até a antiga colônia de imigrantes suíços e alemães de Santa Leopoldina. Se fossem vender no mercado central da Vila Rubim, desciam até Vitória, ou ainda, mais ao sul, passando por Vila Velha, chegavam a Barra do Jucu. Seu João Salles, pai do mestre de congo Reginaldo Salles,³⁸² era um grande vendedor de panelas de Goiabeiras, recorda-se a propósito mestre Reginaldo, 78 anos:

³⁸² Vindo de uma linhagem de mestres congueiros, mestre Reginaldo Salles é filho de *paneleira*. Nascido em Goiabeiras Velha, hoje reside no Morro Dona Marta, na ilha de Vitória. É o mestre de congo da banda Amores da Lua e presidente da associação das bandas de congo de Vitória.

Além das panelas ele vendia caranguejo e cal feita de casca de ostra. O comprador dele era o comerciante chamado Luiz Guedes. De canoa ele também levava panelas para a Barra do Jucu, para a venda de Pedro Valadares. Vendia ainda em Cariacica, Itaquari, Ilha das Caieiras, Santo Antônio, mercado da Capixaba e da Vila Rubim. Ia de canoa até onde dava, o resto a gente andava a pé, nessa época eu tinha uns 12 anos.³⁸³

O território ocupado pela família Salles partia da margem do mangue e subia por um barranco um pouco íngreme, hoje conhecido como o *Morro dos Salles*. Segundo o relato da paneleira Elizete Salles dos Santos,³⁸⁴ o terreno foi repartido entre os filhos de Leopoldo Gomes Salles, que construíram suas casas na medida em que constituíam novos núcleos familiares.³⁸⁵ Em meados da década de 1950, alguns herdeiros de Leopoldo venderam suas partes para uma fábrica de lajes e manilhas pré-moldadas, hoje totalmente desativada.



Elizete Salles: *paneleira*, *benzedeira* e *manguista* em Goiabeiras Velha

³⁸³ CHAIA, V.; DANTAS G. *Panela de Barro*. Raiz da Cultura Capixaba. Vitória: Secretaria de Estado de Turismo, 2002, p. 10.

³⁸⁴ Dona Elizete é paneleira e benzedeira em Goiabeiras Velha. Filha de Claudio Gomes Salles e Adelina Gomes Salles, antigos moradores dessa localidade, casou-se com Joaquim dos Santos e teve quatro filhos. Nenhum de seus filhos interessou-se pelo ofício. Todos exercem alguma atividade formal no mercado de trabalho. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

³⁸⁵ Observa-se em Goiabeiras a mesma regra de residência referente ao casamento encontrada por SHIAVO (1997) segundo a qual as mulheres vão morar nos terrenos dos maridos. Atenta às considerações de Lima, em seu estudo na comunidade artesão de Candeal, quanto à análise das regras de residência, se uxorilocal/matrilocal, virilocal/patrilocal ou neolocal, em que leva em conta as fases ou ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, se em expansão/dispersão ou cisão/substituição (Fortes apud. Lima, 2006, p. 14-15). Estou me referindo ao ciclo inicial de desenvolvimento dessas unidades domésticas na localidade, que vai permanecer com descontinuidades nas gerações seguintes ao meu grupo de referência de mulheres entre 60 e 80 anos.

Em Goiabeiras, observam-se diversas modalidades de ocupação do território, com lotes em formas e tamanhos variados. Alguns *quintais* foram totalmente construídos, assemelhando-se, hoje, a estreitos becos com casas dispostas lado a lado. Esse é o caso do *quintal* dos Lucidato,³⁸⁶ que segundo o relato de moradores, é bastante antigo, tendo aproximadamente duzentos e oitenta e cinco anos.³⁸⁷ Aroldo Lucidato lembra-se de uma Goiabeiras do *tempo dos quintais*, sem ruas, muros e tantas casas:

AROLDO – Esse *quintal* você imagina ele... Vamos botar a minha idade: eu tenho 70. Na época minha de garoto, quando tinha 13 para 14 anos, não tinha cerca, não existia separação de terra, entendeu?

LUCIENI – Era tudo aberto.

AROLDO – Isso já era uma tradição. Então esse *quintal* pegava lá onde era a esquina ali, ele ia até no pé do Morro do Salles, lá na subida. Então era tudo aberto. O *quintal* era direto. Tinha uma marcação de família. Tinha a família dos Salles lá, tinha a família dos Barboza ali, e a família Lucidato aqui.³⁸⁸

Nesses *quintais* compartilhados, sem cercas para demarcar os limites das propriedades, conviviam – e ainda convivem – as famílias *Salles*, *Barboza* e *Lucidato*. *Salles* e *Barboza* têm estreitos laços de parentesco,

³⁸⁶ Quintal totalmente tomado pelas casas dos filhos e netos de Laurinda e Aristides Lucidato. Hoje, as casas estão subindo o segundo andar para poderem abrigar mais pessoas dessa família. Casa de Carlinhos (mora com mulher e dois filhos), casa de Valdineia (mora com a irmã), casa de Valdir (irmão de Valdineia), casa de Lucilina (mora com marido e filhos), casa de Genilda, casa de Maria Nilse (moram os quatro filhos e respectivas famílias), casa de Alvina (moram os três filhos e respectivas famílias), casa de Laureci (mora com as filhas), casa de Nilceia (moram o marido e os dois filhos). Casa de Laugrepina, casa de Jorge (marido de Laugrepina), casa de Adelaide (mãe de Carlinhos). Esta última casa era a antiga casa de Dna. Laurinda Lucidato (matriarca da família), e, por fim, casa de Aroldo, no alto da pedreira.

³⁸⁷ Esta estimativa foi feita por Aroldo Lucidato, 70 anos, filho de Laurinda e Aristides Lucidato. Segundo Aroldo, a ocupação daquele território começou com o Lucidato e a Isabel Lucidato – “ele bugre claro e ela de cabelo cumprido e loiro – ambos escravos de Nossa Senhora, porque como eram brancos não podiam ser escravos do senhor. Isso no tempo da escravidão”, relata Aroldo numa narrativa quase mítica de ocupação daquele terreno (entrevista gravada no quintal dos Lucidato, em novembro de 2007).

³⁸⁸ Entrevista gravada no *quintal* dos Lucidato, em novembro de 2007. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

uma vez que dona Jardelina, esposa de Leopoldo Gomes Salles, era a mãe de Carolina Salles Santos, que se casou com João dos Santos Barboza, mudando-se para o *quintal* do marido. A norma observada, e identificada como “tradição” pelo grupo de referência das mulheres mais velhas, entre 60 e 80 anos, era que as mulheres mudavam-se para o *quintal* dos maridos; não obstante, encontram-se casos de viuvez ou de separações que contribuíram para o rompimento dessas práticas.



Travessa Aristides Lucidato: a primeira casa de Genilda fica de frente para a rua José Alves

A localidade de Goiabeiras Velha: *famílias tradicionais* de panelerias ligadas ao ba(i)rro.

Desde a primeira metade do século XIX, nas crônicas e relatos de viagens sobre a região, faz-se referência a um “lugar chamado Goiabeiras, próximo da capital do Espírito Santo”, onde são fabricadas as “caldeiras de terracota de orla muito baixa e fundo muito raso”.³⁸⁹ Além deste primeiro relato, datado de 1815, há um outro, que faz referência à formação da sociedade capixaba e possui como foco a imigração suíça do século XIX. A *Viagem à província do Espírito Santo – Imigração e Colonização Suíça*³⁹⁰ produziu uma rica iconografia da região de Vitória e de seu entorno. Integrava a expedição o fotógrafo francês Victor Frond, que produziu uma série de 16 fotografias sobre

³⁸⁹ O registro mais antigo que se tem notícia sobre tais objetos cerâmicos pode ser encontrado em SAINT-HILAIRE. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia/ USP, 1974, p. 55. Segundo as formulações de Luiz de Castro Faria, as excursões desse período prestavam-se a múltiplas finalidades, as mais características eram as atividades de coleta de objetos para formação de coleções destinadas aos vários museus etnográficos e de história natural.

³⁹⁰ TSCHUDI, J.J. *Viagem à província do Espírito Santo – Imigração e Colonização Suíça – 1860*. O livro traz relatos do Barão de Tschudi, incumbido de percorrer as colônias suíças do Espírito Santo para verificar a situação e os problemas encontrados.

a cidade de Vitória e região circunvizinha, do planalto e da serra, enfatizando em seus enquadramentos as “paisagens transformadas pelo trabalho”. Nessa perspectiva, as fazendas e os ranchos ganham destaque nas cenas capturadas pelas lentes de Frond, representando um “projeto civilizador” em plena expansão.³⁹¹

Nas primeiras décadas do século XX, a Grande Goiabeiras era uma região isolada e rural, composta por fazendas, em sua maioria produtoras de gado de corte e leite, além de sítios e chácaras de médio e pequeno porte.³⁹² Uma paisagem constituída por vegetações rasteiras, restingas, canais e coqueirais de guriri. Em uma estreita faixa a oeste próxima ao manguezal, um pequeno núcleo de casas de estuque formava uma vila de pescadores; entre caminhos e trilhas, as pessoas transitavam até a estrada principal, que, desde a década de 1930, fazia a conexão entre Vitória e os municípios da Serra e do norte do Estado. Nessa época, Goiabeiras integrava o município da Serra, de modo que nascimentos, casamentos e óbitos eram registrados na sede daquele município.³⁹³ Segundo depoimento do mestre de congo Reginaldo Salles, as pessoas que morriam eram enterradas em Carapina, e o enterro seguia a pé até o cemitério mais perto da localidade. Não é surpresa, portanto, que a imagem de uma Goiabeiras associada à ruralidade esteja presente no imaginário das pessoas mais velhas, conforme atestaram os contatos por mim realizados.

Na década de 1930, foi instalado um campo de aviação no distrito de Goiabeiras,³⁹⁴ que trouxe uma série de benfeitorias para os moradores da região, aumentando a circulação de pessoas e merca-

³⁹¹ Frond chega ao Brasil em 1857 e, naquele mesmo ano, apresenta ao Imperador e às elites dirigentes seu “projeto editorial intitulado *Brazil pittoresco*”. A esse respeito consultar: SEGALA, L. *Ensaio das Luzes sobre um Brasil Pittoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond*. Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional/UFRJ, 1998.

³⁹² MINGO JR. *Goiabeiras*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2000, p. 8.

³⁹³ Não tive oportunidade de verificar os registros cartoriais no município da Serra sobre os antigos moradores de Goiabeiras Velha.

³⁹⁴ Depois da Segunda Guerra, foi transformado no aeroporto de Vitória, hoje administrado pela Infraero.

dorias e promovendo o desenvolvimento econômico, considerando-se que, durante os primeiros anos da década de 1940, em que se tornou parte de Vitória, Goiabeiras havia permanecido desprovida de água encanada, energia elétrica, linhas de ônibus, ruas urbanizadas, postos de saúde, entre outras coisas, tendo como único benefício a instalação de um gerador de energia movido a gasolina.

Uma parte da população mudou-se para outras localidades da Grande Vitória, outra parte construiu suas casas nos chamados *fundos de quintais*. Aos poucos, os serviços de infraestrutura básica da cidade foram chegando a toda aquela região. Além disso, com a expansão da malha urbana, as fazendas, sítios e chácaras foram cedendo à pressão da indústria imobiliária. A venda das terras de pastagem e o aterramento do mangue para a implantação de conjuntos habitacionais intensificaram o povoamento, que adquiriu ares de periferia urbana. Pode-se facilmente depreender o quanto estas transformações tiveram impacto social. Se, por um lado, os moradores foram beneficiados pelos serviços de luz, água, coleta de lixo e tratamento de esgoto, por outro, sofreram as pressões imobiliárias e tiveram que restringir o espaço útil de seus *quintais* e das atividades de trabalho e lazer.

A justaposição entre as atividades de pescador, tanto no mar como no mangue, e de empregado assalariado não eram incompatíveis; muito pelo contrário. Os depoimentos das paneleiras mais velhas do grupo de referência, acima de sessenta anos, indicam que não havia muitos postos de trabalho na região, e, como os chefes de família de Goiabeiras exerciam posições subalternas no mercado de trabalho, nas atividades da indústria e de serviços, a atividade pesqueira complementava a renda familiar.³⁹⁵ Portanto, além do aeroporto, que arregimentou – e ainda arregimenta a mão

³⁹⁵ Segundo os depoimentos de Izabel Corrêa Campos, Jenete Alves Rodrigues, Lucilina Lucidato de Carvalho, Domingas Corrêa da Vitória, Gecy Alves Corrêa seus pais e/ou maridos aposentaram-se como funcionários do aeroporto (ver quadro de referência), mas alguns desenvolveram outras atividades produtivas, principalmente relacionadas à pesca. Outras narrativas situam o valor estruturante desse sistema produtivo na organização social e produtiva das paneleiras de Vitória, principalmente para localizar o papel do homem nesse sistema, que era o principal responsável pelo escoamento da produção.

de obra masculina de Goiabeiras – outra atividade produtiva importante na região foi a instalação de um curtume de couro de animais para a fabricação de calçados, malas, bolsas, cintos e outros produtos. O curtume atraiu parte da mão de obra masculina, oferecendo oportunidade de emprego direto e indireto, pois, além de trabalhar no processamento do couro, algumas pessoas extraíam e vendiam para o curtume cascas e folhas de árvores necessárias para curti-lo. Além disso, as mulheres dos pescadores, utilizando-se dos recursos naturais existentes coletavam no mangue a casca da árvore *Rhizophora mangle*, e, na mata de Camburi, lenha trazida em feixes, dois insumos necessários para a confecção dos produtos cerâmicos utilitários, como panelas, caldeirões e frigideiras.

A instalação de uma fábrica de beneficiamento de cal virgem no local foi motivada pela grande quantidade de conchas de ostras e mariscos acumulados nos *quintais* dos pescadores de Goiabeiras, que as reservavam e vendiam à fábrica. A cal obtida pela calcinação do carbonato de cálcio extraído das conchas foi, por muito tempo, utilizada como argamassa para o assentamento de tijolos e rebocos de paredes, além da caiação das casas. Em larga escala, essa matéria-prima era também usada para o asfaltamento de rodovias, o que provocou a destruição em massa de *Jazidas paleoetnográficas*, ou sambaquis, que são depósitos artificiais de conchas resultantes da ocupação humana pré-histórica. Este, aliás, pode ser apontado como um dos primeiros reflexos do acelerado desenvolvimento econômico pelo qual passaria a região nos anos de 1950 e 1960, quando foi instalada uma indústria de pré-moldados da Previs, onde também funcionava a usina de asfalto.³⁹⁶

Em verdade, as características geográficas e arqueológicas daquela região foram objeto de estudos científicos desde a dé-

³⁹⁶ Até a sua total desativação essa indústria recebeu uma série de multas e advertências da Secretaria do Meio Ambiente pela poluição do Manguezal. Cf. ALMEIDA, P. O. *Do Manguezal à Panela de Barro*: proposta de inserção de novos espaços no tecido urbano da Grande Vitória. Monografia apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Ufes, 1997.

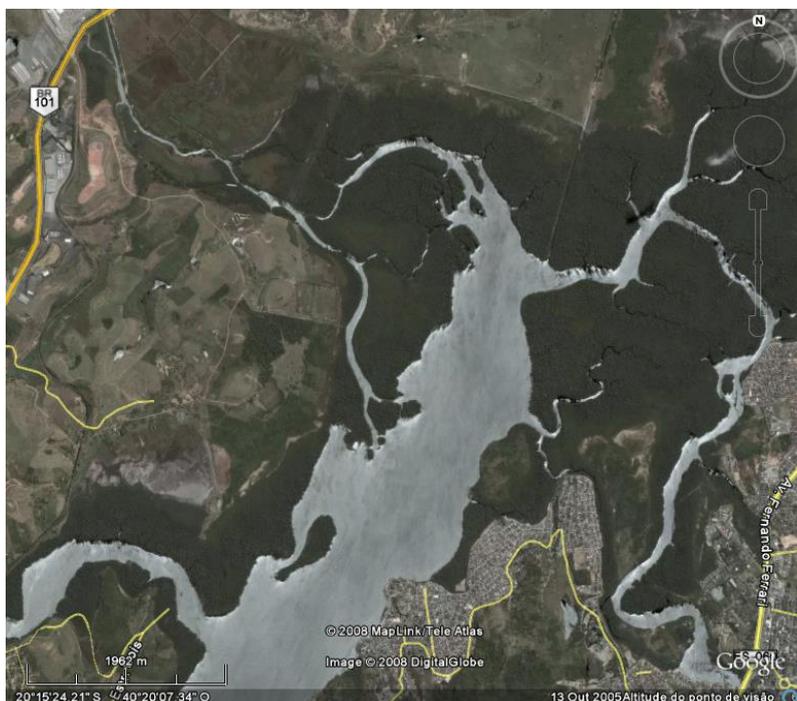
cada de 1940, quando “naturalistas” do Museu Nacional do Rio de Janeiro empreenderam diversas excursões para inventariar e cadastrar os sambaquis. O antropólogo Luiz de Castro Faria, em viagem ao Espírito Santo, em abril de 1945, relata os estragos provocados por um “explorador desastroso”, referindo-se muito provavelmente a essa fábrica de Cal Virgem instalada na região de Goiabeiras. Nessa excursão, o pesquisador do Museu Nacional trabalhava em colaboração com o SPHAN na “elaboração do inventário preliminar das obras de valor arqueológico e etnográfico existentes naquele Estado”.³⁹⁷ Já nessa época, Castro Faria chamava a atenção para o processo de destruição dos sambaquis.

As configurações socioambientais acabaram gerando preocupações de natureza preservacionista, tanto no que se refere à proteção do mangue quanto da mata nativa. Hoje, a região possui duas importantes áreas de preservação ambiental, regulamentadas por lei municipal: a Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão³⁹⁸ e a Reserva Ecológica Municipal Mata de Goiabeiras.³⁹⁹

³⁹⁷ Castro Faria empreendeu “três excursões com objetivos pré-determinados”. O primeiro, de seguir rumo ao interior para visitar uma “estação biológica” do Museu Nacional. Depois, ao percorrer a região litorânea, até a cidade de Nova Almeida, observa que tinha “diante dos olhos uma paisagem cultural bem diversa e até mesmo antagônica em relação ao povoamento das terras altas do interior” (idem, p. 2). Durante essa excursão, realiza alguma documentação fotográfica da igreja dos Reis Magos (p. 2). Quanto aos sambaquis existem “no interior da baía de Vitória, entre mangues, pequenos montes artificiais ali chamados ilhas, [...] com abundante material ósseo humano, além de instrumentos de pedra” (idem, p. 4), eram objeto de intensa exploração econômica. O “problema dos sambaquis” ganhava repercussão nos debates internacionais. Nessa época, o Museu Nacional ainda era o grande centro de referência por estabelecer uma série de convênios entre pesquisadores estrangeiros e os da instituição. Além disso, uma intrincada rede de relações havia se estabelecido entre o Museu e algumas universidades e outros órgãos da administração pública, como no caso do SPHAN. (CFDA.11.03.074). Arquivo Castro Faria. Museu de Astronomia – Mast/RJ.

³⁹⁸ A Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão situa-se na Baía ao noroeste de Vitória, próximo à foz do Rio Santa Maria da Vitória. O manguezal recobre 92,66% da estação ecológica, numa área de 8.918.350 m². Lei Municipal n° 3.377, de 25 de janeiro de 1986, criou a Reserva Biológica Municipal Ilha do Lameirão.

³⁹⁹ Localizada no Morro de Goiabeiras, identificado em minhas entrevistas como Morro do Sales, devido a concentração de moradores dessa família nesse *trecho* de Goiabeiras. A Reserva Ecológica Municipal Mata de Goiabeiras, regulamentada através do Decreto n° 10.029, de 05 de junho de 1997, possui uma área de 50.722 m². O Acesso ao morro se dá pela rua Argeu Gomes Sales.



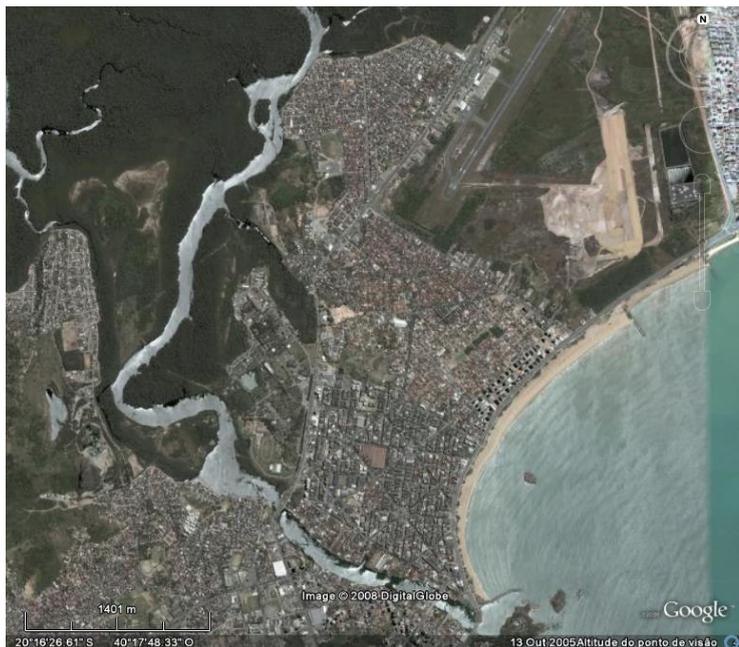
Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão

* * *

Com os problemas de uma cidade insular que precisa acomodar um número cada vez maior de habitantes, Vitória tem sofrido com as dificuldades de ampliação de sua malha urbana. Nesse processo de expansão metropolitana, boa parte da orla e do mangue que circundam a ilha foi aterrada, pontes foram construídas para fazerem a ligação com o continente e novos bairros foram sendo planejados, de modo que, com o tempo, o desenho ou mapa da cidade foi-se modificando paulatinamente. A cidade se expandiu para o norte, em direção ao aeroporto.

É nessa direção que se localiza o bairro de Goiabeiras Velha, que, embora residencial, também concentra atividades comerciais e de serviço. Situado na parte norte e continental da capital, denominada como Grande Goiabeiras, o distrito tinha grande extensão territorial, sendo limitado ao norte pelo Planalto de Carapina, ao sul pelo Canal da Passagem, a leste pela Baía de Camburi e a oeste pelo Mangue-

zal da Ilha do Lameirão. Com a crescente ocupação urbana, o antigo distrito se fragmentou nos bairros de Goiabeiras, República, Jabour, Sólon Borges, Maria Ortiz, Aeroporto, Morada de Camburi, Jardim Camburi, Carapina I, Bairro de Fátima, Antônio Honório, Segurança do Lar, Boa Vista, Mata da Praia e Jardim da Penha.



Mapa da Grande Goiabeiras

A complexificação do desenvolvimento urbano promoveu mudanças no bairro, em termos de circulação viária e de recursos naturais. Ele foi cortado pela Avenida Fernando Ferrari, principal via de acesso ao aeroporto Eurico Salles – localizado nesta mesma avenida em Goiabeiras e abriga a ponte da Passagem, que liga a parte continental da cidade à parte norte da ilha. Essa posição estratégica na cartografia da cidade é recente, em função da pavimentação e duplicação da pista dessa importante avenida, na década de 1970, da ampliação do aeroporto e da instalação do polo industrial de Tubarão. Antes, porém, os moradores próximos ao manguezal utilizavam a canoa como o meio de transporte mais eficiente, além de retirarem a sua subsistência da pesca e de outros

insumos produzidos pelo mangue. Mas com o contínuo processo de aterramento, muitos canais secaram e a pesca de mariscos decresceu consideravelmente, causando impacto ambiental e ecológico.

Em verdade, a grande Goiabeiras vinha urbanizando-se rapidamente a partir do início da década de 1960, com a construção do conjunto habitacional da antiga Cohab-ES, que daria origem ao atual Bairro República e que, na época, recebia a denominação de Goiabeiras II e III.⁴⁰⁰ Logo em seguida foi inaugurado o bairro Jabour, e, no final dos anos 1960, foi concluído o conjunto Antônio Honório, cujos imóveis valorizaram-se com a instalação do Porto de Tubarão. Hoje, esses conjuntos já se encontram totalmente consolidados e em área valorizada, com acesso a infraestrutura, posto de saúde, escolas, duas instituições de ensino superior, sendo que uma é federal, serviços bancários e transporte público.⁴⁰¹

Imagine-se em uma das principais vias de acesso ao centro da capital capixaba e, ao desviar-se em direção ao manguezal que acompanha todo aquele trecho da Avenida Fernando Ferrari, deparar-se com um ambiente residencial e tranquilo, onde

⁴⁰⁰ MINGO JR. *Goiabeiras*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2000, p. 32, 34.

⁴⁰¹ Segundo dados coletados pelo censo 2000 do IBGE, a composição da população que reside em Goiabeiras Velha organizada segundo os critérios de idade e sexo é a seguinte: 2.350 pessoas, sendo 557 crianças com idade entre 0 e 15 anos (291 homens e 266 mulheres), 436 jovens com idade entre 16 e 24 anos (218 homens e 218 mulheres), 1.119 adultos com idade entre 25 e 59 anos (534 homens e 585 mulheres) e 238 idosos com idade a partir de 60 anos (100 homens e 138 mulheres). Também segundo o Censo, Goiabeiras vem apresentando uma diminuição das taxas de crescimento do total de pessoas que habitam a região. Nos anos de 1991 e 2000, a diminuição da população total foi de 18,5%, sendo que entre as mulheres houve uma redução de 1404 para 1207 pessoas, ou seja, menos 14% da população feminina. Entre os homens decresceu de 1482 para 1143 pessoas, ou seja, 23% (IBGE *apud*. Dossiê IPHAN, 2002). A diminuição das taxas de crescimento é um dos indicadores do *ethos* urbano e pode informar sobre a constituição de núcleos familiares menores, conforme pude, de fato, observar no trabalho de campo. A composição socioeconômica dos moradores dessa localidade é de famílias de baixa renda e de baixa escolaridade (PEROTA, 1997; DIAS, 2006). No entanto, os dados do IBGE referentes à educação, realizado na região de Goiabeiras no ano de 2000, considerando os fatores de idade e sexo, em uma amostra de 2.169 pessoas apontam para uma inversão dessas taxas, indicando que a alfabetização atinge 92% das pessoas. Dessa amostra, tem-se: 332 crianças com idade entre 0 e 14 anos (141 homens alfabetizados e 39 homens não alfabetizados; 120 mulheres alfabetizadas e 32 não alfabetizadas); 480 jovens com idade entre 15 e 24 anos (239 homens alfabetizados e 01 homem não alfabetizado; 238 mulheres alfabetizadas e 02 mulheres não alfabetizadas); 1.119 adultos com idade entre 25 e 59 anos (522 homens alfabetizados e 12 homens não alfabetizados; 557 mulheres alfabetizadas e 28 mulheres não alfabetizadas); 238 idosos com idade a partir de 60 anos (84 homens alfabetizados e 16 homens não alfabetizados; 103 mulheres alfabetizadas e 35 mulheres não alfabetizadas). Iphan. Inventário do Ofício das Panteleiras de Goiabeiras; Ficha de Identificação: sítio – F10; IPHAN, 2002.

circulam poucos carros e pessoas. A impressão que se tem ao abandonar a grande avenida que corta a localidade com seu pesado fluxo automobilístico é a de uma descontinuidade abrupta de tempo e espaço.

A maioria da população é de moradores antigos, que residem há bastante tempo no local. Nas ruas, as crianças apropriam-se dos espaços públicos com suas brincadeiras e jogos infantis, como se observa nos desenhos riscados de amarelinha no asfaltamento de algumas ruas periféricas do bairro.

Goiabeiras Velha apresenta-se ao olhar do etnógrafo por diferentes planos. Um deles tem como coordenadas espaciais a Av. Fernando Ferrari e o *Campus* da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), para onde se dirigem diariamente centenas de estudantes. Pela avenida circulam dezenas de linhas de ônibus municipais e intermunicipais que ligam Vitória aos municípios da Serra e do norte do Estado, além de carros e caminhões. Nela também estão concentrados os principais serviços locais: agências bancárias e de correios, loteria esportiva, padaria, supermercado, farmácias e lojas de artigos diversos – vestuário, cama e mesa, calçados, móveis e eletrodomésticos. É no entroncamento com a Avenida Jerônimo Verloet que está situada a praça principal de Goiabeiras e, do outro lado da rua, o ponto de venda de Panela de Barro pertencente à família de Arnaldo Gomes Ribeiro.⁴⁰² Há ainda escolas públicas e particulares de ensino fundamental, médio e de educação infantil.

⁴⁰² Há também paneleiras que trabalham para os filhos de Arnaldo Gomes Ribeiro e que deram continuidade ao comércio de painéis na localidade.



Praça Coronel Francisco Pereira: entroncamento da Av. Fernando Ferrari com a Av. Jerônimo Verloet

O traçado das ruas de Goiabeiras Velha é irregular, e a maioria é pavimentada com blocos ou asfalto. Dispostas pelo bairro como se fossem os antigos e estreitos canais de mangue, essas ruas convergem para os principais acessos ao bairro. Partindo-se da Av. Fernando Ferrari, os principais acessos são pelas Ruas José Gomes Loreto, Leopoldo Gomes Salles, José Alves e Desembargador Cassiano Castelo, todas pertencentes a Goiabeiras Velha. Nessa última, funciona uma faculdade particular, que, apesar de se chamar Universidade de Vitória (Univix), oferece poucos cursos na grade curricular. O campo de futebol de várzea pertencente ao 3 de Maio Futebol e Esporte Clube de Goiabeiras e a área de lazer com quadra de esportes e campo de bocha fazem parte da paisagem desse recanto ao norte do bairro de Goiabeiras Velha. Adiante, o Centro Espírita Nossa Senhora dos Navegan-

tes, a Igreja Batista e a Praça Coronel Francisco Pereira, mais conhecida como Praça de Goiabeiras.



Goiabeiras ao norte: área de lazer e campo de futebol.

Em frente ao campo de futebol, reside Bernanci Gomes Ferreira,⁴⁰³ uma das paneleiras mais velhas que trabalham no galpão da Associação; voltarei a falar dela adiante, localizando-a no grupo de referência desta pesquisa. A poucos metros da casa de Bernanci, reside o grupo familiar de Margarida Lucidato Ribeiro,⁴⁰⁴ a filha mais velha de Laurinda e Aristides Lucidato. Margarida soube cultivar o ofício dentro de seu núcleo familiar, tanto que das doze pessoas identificadas em seu quintal, dentre filhos, filhas (biológicas e de criação) e nora, nove desempenham diretamente o ofício. Ela atribui essa concentração da produção familiar nas próprias mudanças ocorridas na localidade. Diz hoje “só lutar com os de casa”, revelan-

⁴⁰³ Dona Bernanci é filha de Odete Corrêa Gomes e Alcides Gomes. Foi casada com Joaquim dos Santos, filho de Ana Ferreira da Conceição, conhecida como mãe Ana, antiga paneleira que ganhou relativa projeção nos círculos artísticos locais por modelar esculturas em argila. Dos sete filhos de Bernanci, somente Inete e Lailson aprenderam o ofício de sua mãe, avós, tias e primas. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

⁴⁰⁴ Dona Margarida foi casada com Benjamim Ribeiro, com quem teve seis filhos. Todos eles interessaram-se pelo ofício e desempenham alguma função no processo produtivo do quintal dos Ribeiro. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

do-nos uma polaridade entre os dois modos de produção: *quintal vs galpão*. Além disso, quase todos os filhos possuem deficiência visual, e, por isso, alegam possuir maior sensibilidade com as mãos para desempenhar a função de artesãos. Margarida nos revela, ainda, que antes faziam a fogueira na rua, em frente a sua casa, mas com o crescimento urbano e a proibição por parte dos órgãos públicos, passaram a queimar dentro do próprio quintal.⁴⁰⁵

A casa original de estuque foi derrubada, pois estava erigida no centro do terreno – hoje local onde fazem a fogueira. Em sua casa atual, construída na lateral do terreno, moram com ela seus filhos solteiros, sua filha de criação e dois netos. No fundo do terreno, deparamo-nos com um pequeno galpão para confecção e armazenamento das peças. Ao lado desta oficina de trabalho, um pequeno cômodo onde mora a filha mais velha de Margarida, Sônia Ribeiro, com sua filha e neta. Fechando o quadrado do terreno, na lateral oposta à casa da matriarca, a casa do filho Samarone e esposa (sem filhos) e galpão de produção e venda exclusiva do casal. Todos os integrantes da família extensa de Margarida, com exceção dela própria, que além da idade avançada está com problemas de saúde, e de suas netas e bisneta, vão ao barreiro tirar barro, ao mangue tirar tinta, além de desempenharem todas as etapas da produção no quintal, desde a confecção, passando pela queima, armazenamento e venda do produto.



Um dia de queima no quintal dos Ribeiro

⁴⁰⁵ Um dos pontos de tensão identificados pela pesquisa nos quintais refere-se às denúncias de vizinhos ao Ibama, que, sentindo-se prejudicados com a fumaça, procuram os órgãos públicos de fiscalização. Segundo relatos, em algumas vistorias ameaçam apagar a fogueira ou apreender as panelas ainda em processo de queima, causando prejuízos aos artesãos e suas famílias.

Com relação ao processo produtivo no quintal dos Ribeiro, pode-se, a esta altura, tirar as primeiras constatações. A principal delas refere-se à organização social produtiva. Esse grupo doméstico costuma desempenhar todas as etapas do processo produtivo no sistema de *entreaajuda*, ou seja, queimam juntos as panelas, dividindo as tarefas de *açoitamento* e de *tirador de panela*. Aqueles que desempenham o papel de *tirador de panela* Bárbara, Maria Cerino, Samarone ou Leones também *preparam* o barro e *cortam-no*, confeccionam as panelas, *viram*, *alisam* e *açoitam*. Sandra, Ivone e Valdete que estavam no *açoitamento* na ocasião da minha visita, mas também podem desempenhar outras tarefas. No entanto, essa permissividade não é observada na hora da venda, em que cada um tem seus compradores. Sônia Ribeiro radicaliza essa individualidade ao desempenhar todo o processo sozinha – confecção, queima e distribuição –, alegando ser a única a trabalhar com miniatura de panelas no referido quintal. Voltarei a essas questões mais adiante quando for inserido o modelo do *galpão*.

Retomando o traçado das ruas de Goiabeiras Velha, e me deslocando agora para o limite sul do bairro, indo em direção ao *campus* universitário da Ufes, as últimas ruas desta localidade denominam-se José Gomes Loreto e João Gomes Loreto. Esta última foi planejada após o intenso processo de aterramento do mangue, conforme descrito anteriormente. Nelas encontram-se casas de boa feitura e que apresentam sinais de cuidado e acabamento. Algumas, inclusive, construídas em centro de terreno, são gramadas e ajardinadas. Mas há também aquelas casas de alvenaria mais simples sem reboco nas paredes, às vezes com “puxadinho”, e sem espaço no terreno para um jardim ou mesmo um quintal. Na Rua José Gomes Loreto mora uma das paneleiras do grupo de referência, dona Elizete Salles dos Santos e seus quatro filhos. Conforme dito, nenhum de seus filhos e noras interessou-se pelo ofício que realiza em *fundo de quintal*. A

rua de dona Elizete possui pouco comércio e serviço, destacando-se duas oficinas mecânicas e os bares do Jonas e do Chico, este último na esquina com a Rua Leopoldo Gomes Salles.



A expansão urbana de Goiabeiras: Ruas Leopoldo Gomes Salles e José Gomes Loreto

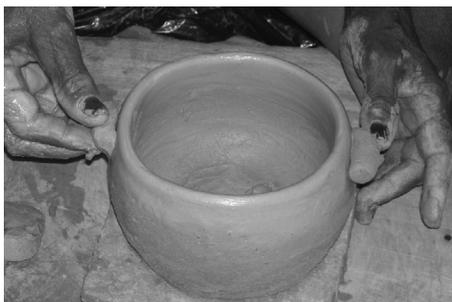
A terceira via de acesso ao núcleo residencial de Goiabeiras Velha se dá pelas ruas José Alves e Leopoldo Gomes Salles. A paisagem é formada por casas, sobrados e pequenos comércios, como bares, mercearia, açougue, locadora de vídeo e marcenaria. O *galpão* da Associação das Paneleiras de Goiabeiras⁴⁰⁶ fica na continuação da Rua Leopoldo Gomes Sales e destaca-se pelo espaço social e simbólico que ocupa dentro da comunidade. É o local de trabalho de parte das paneleiras cadastradas na Associação e por onde se escoam a maioria absoluta da produção de panelas de barro. Placas sinalizam a sua localização para os turistas e compradores que chegam ao bairro.

Nas calçadas, eventualmente, observam-se *bolas de barro* acumuladas em frente aos portões de dona Melchiadia⁴⁰⁷ e Marlene (tia e sobrinha, respectivamente), indicando a presença de *paneleiras* que trabalham nos *quintais* de suas casas. São denominadas,

⁴⁰⁶ Mais adiante tratarei da organização social e produtiva das *paneleiras* do *Galpão* da Associação das *Paneleiras* de Goiabeiras.

⁴⁰⁷ Melchiadia Alves Corrêa da Vitória Rodrigues é casada há quase cinquenta anos com Alceneu Rodrigues, com quem teve cinco filhos. Todos os seus filhos interessaram-se pelo ofício e desempenham alguma atividade relacionada ao processo produtivo no quintal da família, estendendo essa relação para os sobrinhos e as sobrinhas que moram na vizinhança. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

bem como se autodenominam, *paneleiras de fundo de quintal*⁴⁰⁸. A maioria dos moradores desse bairro mantém algum tipo de envolvimento com a atividade artesanal de confecção de panela de barro. A argila é a matéria-prima essencial para a confecção do artefato cerâmico utilitário, e, nos depoimentos por mim coletados, as *paneleiras* manifestam uma relação afetiva no *mexer* com o barro e no *modelar* as panelas. Izabel Corrêa Campos – outra sobrinha de Melchiadia e moradora desse mesmo trecho familiar –⁴⁰⁹ afirma que o fazer panela é um *dom* e que ela o faz por *amor* e por *necessidade financeira*. Nota-se em seu depoimento um indicativo de como é importante para o grupo associar a atividade econômica a uma dimensão pessoal, conformadora de uma identidade social.



Mãos de paneleira: “Não sei se a gente usa a natureza ou se é ao contrário.”

⁴⁰⁸ Categoria nativa para um grupo de mulheres de terceira idade dos quintais visitados no período desta pesquisa, esta expressão sofreu um processo de ressignificação na última década. As *paneleiras*, hoje, preferem ser denominadas *paneleiras de residência*. Me parece um processo muito natural, uma vez inseridas na dinâmica da cultura e pelo o fato de produzirem novos lugares de fala e apropriações diante da categoria patrimônio imaterial. Esta reclassificação somente reafirma o acirramento das cisões encontradas em campo, em que “fundo de quintal” passa a adquirir com o tempo um significado pejorativo e marginalizado, diante da produção do “galpão das *paneleiras*”.

⁴⁰⁹ Apesar dos espaços públicos se constituírem a partir de modalidades de apropriações variáveis, que se modificam ao longo do tempo, os *trechos* de rua pesquisados em Goiabeiras Velha apresentam características peculiares quando comparados a de outros bairros: concentração de pessoas de uma mesma família, estabelecendo intensa relação de vizinhança e de parentesco.

Em Goiabeiras Velha são comuns placas penduradas nas fachadas das casas ou nos portões, onde se lê: “Panela de Barro Aqui”. Observam-se dentro desses quintais áreas reservadas para o armazenamento do barro e da madeira para queima das peças, principais insumos na fabricação da panela de barro, como veremos adiante. Em outros recantos, repete-se a mesma cena: pequenos amontoados de argila em frente aos portões das casas. A matéria-prima é distribuída através do caminhão da prefeitura, que, semanalmente, transporta cerca de 300 *bolas de barro* da jazida do Mulembá até o *galpão* da Associação das Paneleiras.⁴¹⁰ Mediante encomenda, o caminhão também distribui as *bolas de barro* nas casas das *paneleiras de fundo de quintal*. As famílias que compram nesse sistema não vão mais ao barreiro.⁴¹¹

Antigamente, as paneleiras iam juntas ao barreiro e os filhos ajudavam a *bater as bolas de barro*. Essa prática era rotineira dentro dos grupos domésticos, sendo mantida atualmente somente por algumas poucas famílias.

As mulheres sempre trabalharam mais do que os homens. As mulheres em panela sempre trabalhavam mais. Eles só iam entregar na Vila Rubim. Alguns homens também tiravam o barro. Até as crianças tinham que ir. Eu, por exemplo, ia com vovó Dudé, tia Filhinha... Ia com enxada e abria buraco. Tirava cada torrão! Depois, catava água pra amolecer o barro, e sapateando no barro para formar o bolo. Era um bolo mesmo. Hoje em dia chamam bola. [...] Tia Rumancina, Tia Vitória, Dona Floripis, vovó Dudé, Dona Lúcia, Dona Mocinha, o marido dela ia, o marido de dona Lucia ia. Iam alguns homens. Mas eram mais as mulheres e os filhos para ajudar. Faziam o buraco e viam se

⁴¹⁰ O percurso do bairro Joana D’Arc, cerca de 5 km da localidade, faz-se através da Estrada do Contorno.

⁴¹¹ Na minha primeira ida ao campo, em maio de 2005, cada bola custava cinquenta centavos de real. Em novembro de 2007, estava custando um real.

era um barro bom de fazer; senão misturava barro fino com barro grosso. O pessoal antigo conhecia bem. Esse barro de hoje é lama! Não é aquele barro do meu tempo. Em cada buraco eles olhavam e misturavam o barro fino e o barro grosso.⁴¹²

Como enfatizado no capítulo anterior, que tratou do dossiê de estudo e do Inventário dos *Ofícios e Modos de Fazer* das Paneleiras de Goiabeiras, com o aumento da produção houve a especialização de determinadas funções. Além da paneleira – mestre artesã que *modela* ou dá forma à panela –, destacam-se as funções do *tirador de barro* e do *casqueiro*. Esses dois “profissionais” são valorizados pelas próprias artesãs, por conhecerem a *liga* do barro⁴¹³ e o ecossistema manguezal.

Na Associação das Paneleiras de Goiabeiras, alguns homens exercem essa função de *tirador de barro*, são eles: Ronaldo Alves Corrêa, José Carlos Ambrosio e Genivaldo Alves Corrêa. Ainda no Vale do Mulembá, a matéria-prima recebe um primeiro tratamento para a retirada de impurezas, principalmente matérias orgânicas, como folhas e tocos de árvores. O barro que será trabalhado é limpo de restos de madeira e pedras. Para melhorar a sua plasticidade, é amassado com os pés e então armazenado em bolas de 20 quilos. O processo é muito cansativo, pois é necessário cavar o solo com a enxada. Às vezes, e dependendo da época do ano, a terra está muito seca, o que obriga a molhar a argila de modo a ganhar plasticidade suficiente e ser transformada em *bola*.⁴¹⁴

⁴¹² Depoimento gravado no *quintal* dos Gomes, em novembro de 2007, com as irmãs Zilda e Gilda Gomes Campos. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

⁴¹³ “Tem barro que para fazer uma peça dessas não dá. Esse é um barro bonito! Nem sempre o barro está bom, depende da lua. Hoje ninguém mais fica na lua. Tirava-se na lua nova e no escuro”, revela a paneleira Jenete Alves Rodrigues entrevistada em maio de 2005.

⁴¹⁴ Todas as paneleiras são unânimes em achar que o mais difícil é a retirada do barro no bairro de Joana D’Arc. “Temos que abrir o buraco com enxada e procurar no fundo do solo”, afirmam. Izabel Corrêa Campos fala da dificuldade de coletar barro: “Tem que ser herói para deixar o barro prontinho para a paneleira. O barro vem cheio de impurezas. Para mim, coletar e amassar com os pés é pior do que queimar. Preparar o barro cansa!...” (entrevista gravada no *galpão* do Arnaldo, em dezembro de 2005).

Os *tiradores de barro* deixam as bolas prontas e cobertas por um plástico, para manter a umidade e proteger da chuva, que, em excesso, retira delas a *nata* ou a *goma*. Ronaldo Alves Corrêa aprendeu a conhecer o barro com seu pai, Eudóxio Alves Corrêa, que desempenhava essa função de *tirador de barro*.⁴¹⁵ Segundo relatos dos próprios filhos, Eudoxio faleceu ao final de um dia de trabalho na extração do barro, vítima de um ataque do coração. Soma-se a esse drama familiar o fato de terem perdido a mãe paneleira, Donária Alvarenga de Siqueira Corrêa, poucos meses antes. Mesmo assim, todos os seis irmãos desse grupo doméstico desempenham um ofício ou função relacionada à confecção da panela de barro e possuem forte ligação com a Associação, como veremos na última seção.

Com a urbanização do bairro e o loteamento dos terrenos, os *quintais* das *famílias tradicionais* foram cercados com muros e portões. Já não é mais permitido pelos órgãos públicos municipais queimar panelas na rua, nem em frente às casas, ou no Campo 3 de Maio, como é denominado o campo de futebol de várzea do clube da região.⁴¹⁶ Além disso, com a especulação imobiliária na região, a diminuição da área para esses espaços pela agregação de novos núcleos familiares restringiu essa etapa tão importante no processo de produção. Preservar esses *quintais* com seus espaços para produção artesanal pressupõe a manutenção da área reservada para armazenamento das matérias-primas e queima. A fogueira aparece como um elemento central nas narrativas que sustentam o sistema de entreatada dos *quintais* de Goiabeiras Velha. E quando se está falando em locais de reprodução social dessa atividade no âmbito doméstico não se está falando apenas dos elementos mate-

⁴¹⁵ “Eu comecei a tirar o barro quando era menino ainda e gosto até hoje. Eu ligo o rádio e vou tirando, escutando um pagode, amassando com os pés, fazendo as bolas”, diz Ronaldo Correa. Em uma semana de trabalho ele, acompanhado por seu ajudante, retira cerca de 300 bolas. “Eu vou empilhando as bolas e no sábado o caminhão da prefeitura vem aqui e leva para o *galpão* das panelleiras”, conta Ronaldo (entrevista gravada no *galpão* da Associação, em dezembro de 2005).

⁴¹⁶ A Lei municipal 6.080/2003 regulamenta o “Código de Posturas e de Atividades Urbanas do Município de Vitória”. Essa lei define e estabelece as normas de posturas e implantação de atividades urbanas para o Município de Vitória, buscando alcançar condições mínimas de segurança, conforto, higiene e organização do uso dos bens de interesse públicos.

riais, mas da existência de regularidades ou padrões de comportamento que se expressam dentro e fora da casa.

2. Os *quintais tradicionais* de Goiabeiras Velha

Em Goiabeiras, observam-se diversas modalidades de ocupação do território, com lotes em formas e tamanhos variados. Dependendo das particularidades do terreno – grande ou pequeno, aplainado ou em declive – os quintais podem apresentar dimensões variadas e as casas virem perfiladas, dispostas em simetria, localizadas no início ou no final do lote, ou, ainda, dispersas, sem um aparente ordenamento prévio.

Mas este tipo de constatação não dá conta da complexidade que é estabelecer um “mapa das famílias tradicionais” de Goiabeiras Velha. Não é uma operação de simples execução, porque não se trata apenas de uma cartografia do espaço dividida pelas famílias que se encontram distribuídas pelo território: os *quintais* são *lugares* de produção de sociabilidade, de extensão e de ajuda mútua, que muito contribui para a compreensão das relações sociais de produção dessa localidade. Esse tipo de enquadramento pressupõe um olhar mais treinado, capaz de perceber as redes de relações sociais que recobrem esse lugar. Com efeito, ao mesmo tempo em que fazia o reconhecimento físico da área, conhecendo os nomes das ruas e travessas, buscava identificar os moradores, tornava-me aos poucos uma figura conhecida, saciando as dúvidas e situações de estranhamento sobre a minha pessoa, com as conversas e esclarecimentos sobre a pesquisa que realizava.

Essa diversidade de padrões de domicílio encontrada na localidade de Goiabeiras Velha mereceu atenção, pois informava sobre possíveis coalizões ou rupturas na maneira de organizar o espaço social – e produtivo. A demarcação não se fazia apenas pela organização no espaço físico, já que outros terrenos totalmente separados por muros com entradas e portões individualizados nem pareciam

pertencer a uma mesma família e, no entanto, pertenciam. Sendo assim, o fato de as famílias compartilharem um mesmo quintal, como já havia observado Dias (1999) nas unidades domésticas de Marinete, Berenícia e demais irmãos, vai indicar um espaço “onde as relações se reproduzem e os conflitos pessoais tomam características e proporções familiares”.⁴¹⁷

Em tais *quintais*, não necessariamente contíguos, como no caso dos Gomes, seus ocupantes relacionam-se muitas vezes por meio dos estreitos laços de parentesco que os unem – são *primos primeiros*, como costumeiramente se referem uns aos outros – e que se expressam em situações de intimidade e de convivência intensa. Segundo Simoni Guedes, interessa acentuar no estudo dos *quintais* “seu significado como fenômeno multidimensional e as possibilidades que apresenta de sugerir uma abordagem diversa para os estudos de família e parentesco entre trabalhadores urbanos”.⁴¹⁸

Bernanci Gomes Ferreira, apesar de mudar-se para o *quintal* do marido,⁴¹⁹ revela nunca ter deixado a referência do terreno da sua família paterna: “o meu lugar não é aqui; o meu lugar é lá”, afirma. Lembrando-se do *quintal* de seus avós, da antiga casa de estuque e do pé de gabirola, árvore muito comum na região e que dava boa sombra, e reconstrói uma cartografia afetiva do seu lugar de “origem”. Hoje, com o crescimento do bairro, o antigo *quintal* dos Gomes em nada se parece com a imagem construída por Bernanci. Ele foi totalmente repartido. A especulação imobiliária na região fez com que outros herdeiros vendessem as suas partes, e a

⁴¹⁷ DIAS, C. A tradição nossa e essa, e fazer panela preta: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/EBA, 1999, p. 38.

⁴¹⁸ GUEDES, S. L. “Redes de Parentesco e Consideração entre Trabalhadores Urbanos: tecendo relações a partir de quintais”. *Caderno do Centro de Recursos Humanos*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador. N. 29; 1998. p. 189-208, p. 198.

⁴¹⁹ O marido, Rubens Ferreira da Conceição, hoje falecido, aposentou-se pelo curtime Capixaba, importante posto de trabalho para a mão de obra masculina de Goiabeiras, há décadas passadas. Conforme visto, Rubens era filho de mãe Ana, que não transmitiu o ofício para nenhuma de suas duas filhas, Ruth e Emília, moradoras até hoje daquele *trecho* dos Ferreira.

estreita faixa de terreno que permaneceu de posse da família Gomes foi ocupada por novas construções, abrigando filhos e filhas, com seus respectivos cônjuges e proles.



No quintal dos Ferreira: a “casa original” em estuque.

O *quintal* do marido de Bernanci, tomado para o uso residencial, também perdeu a antiga função destinada à *queima* de painelas. O que se mantém é a forma de organização familiar, com os filhos morando no mesmo quintal: em cima da sua casa mora a filha mais velha, Ana Lucia; na casinha de estuque ao lado da sua mora Jorge, o filho caçula; atrás mora a filha Inete, esposo e filhos. Manter filhos e netos próximos de si significa reconstruir formas particulares de territorialidades.⁴²⁰ Esses espaços sociais implicam em “laços solidários e de ajuda mútua [que] informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável”.⁴²¹

Na reconstituição da sua trajetória, Bernanci revela vir de uma linhagem de paneleiras – a mãe Odete, a avó Galdência, a tia Geralda –, além das primas Zilda, Gilda e Jaqueline, que também exercem o ofício. Mesmo gostando da atividade que

⁴²⁰ Segundo Alfredo Wagner B. Almeida, a noção de “territorialidades específicas” configura esse caráter dinâmico dos “processos sociais de territorialização” e das “formas de apropriação dos recursos”. Para o autor, “a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força”, principalmente em se tratando de grupos e comunidades cujas práticas “revelam um conhecimento aprofundado e peculiar dos ecossistemas de referência”. Cf. ALMEIDA, A. W. B. *Terras de Quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006, p. 24 e 25.

⁴²¹ ALMEIDA, A. W. op. cit., p. 24.

praticada há mais de cinquenta anos, Bernanci só conseguiu transmitir seu ofício aos dois filhos que trabalham com ela no *galpão*, Inete e Lailson. A filha mais velha, Ana Lúcia, apesar de não desempenhar uma atividade profissional com formação específica – hoje trabalha como auxiliar de serviços gerais – e de possuir apenas o ensino fundamental incompleto, mesmo assim revela não sentir inclinação para o ofício. Disse ajudar, eventualmente, em uma ou outra etapa da produção, como *alisar* ou *passar a faca* no fundo da panela.

A quebra na transmissão é ainda maior quando visitado o quintal de suas primas. Os filhos de Gilda e de Jaqueline não aprenderam o ofício. Zilda não teve filhos e criou os dois sobrinhos, hoje rapazes, filhos de sua cunhada Izabel. O acesso ao grupo doméstico se dá pela Avenida Fernando Ferrari, por meio de um estreito beco, que se abre para um conjunto de casas de alvenaria muito próximas umas das outras e onde não há mais espaço para queima das panelas. Se, por um lado, o modo de vida “tradicional” se manteve, pois essas casas confluem para um pátio de convivência e uso comuns, onde as irmãs Zilda, Gilda e Jaqueline – *primas primeiras* de Bernanci por parte de pai – permaneceram confeccionando panelas; por outro, elas não dão mais conta de todo o processo de produção e vendem suas panelas ainda cruas – não queimadas – por preços irrisórios⁴²² a outras paneleiras, principalmente as do *galpão*, num esquema de revenda. Sem espaço para produzir no *galpão* e se dizendo excluídas da Associação⁴²³ trabalham para outros, seja no estabelecimento dos filhos do Arnaldo, seja para alguma paneleira da Associação.

⁴²² O valor de uma panela sem queimar, reduz-se a menos da metade do seu valor. Justifica-se pagar preços tão reduzidos, porque se corre o risco de quebrá-la na hora da queima.

⁴²³ Todas as entrevistadas afirmaram que houve um sorteio para ocupação das mesas de trabalho no *galpão*. Nenhuma delas, porém, conseguiu explicar direito quais foram esses critérios. Bernanci e Domingas (Iraci) afirmaram ser a falta de espaço nos *quintais*. No entanto, verifica-se que esse critério não justifica totalmente tais escolhas. Voltarei a essa questão adiante quando me referir ao *galpão* da Associação.



“Territorialidades específicas”: o quintal repartido e os usos do espaço

No entanto, Zilda revela que fazer panela para outros é uma prática antiga entre as paneleiras. Lembra, inclusive, que, quando o pai vendeu parte do terreno, sua mãe começou a fazer panela em outras casas.⁴²⁴ Mas, diferentemente da situação atual, mantinha-se certa independência, pois a artesã era dona de todo o processo de produção, inclusive, a queima, recebendo pelo “dia de panela”:

Arnaldo, Jenete, Melchiadia, entre outros. O pai e os irmãos de Elizete levavam de canoa. Não tinha mais lugar onde queimar panela, então mamãe começou a fazer na casa de outras paneleiras. Falava para eu ir na casa de dona Melchiadia para “ver um dia de panela”, ou da dona Lúcia. Aí era pago esse dia. Combinavam a quantidade de peças: caldeirão eram oito com tampa; frigideira eram 12. Pagava um dia de panela. Ela ia para a casa da Melchiadia e fazia esse dia de panela. Dali ela saía e ia pra casa da dona Lúcia, que na época morava no mesmo trecho. Depois, na casa de dona Mocinha (mãe de Marinete). Da casa de mocinha, ia pra casa de tia Romancina (das antigas e que também era parteira). Da casa de Romancina ia pra casa

⁴²⁴ Análise seminal nesse assunto foi o da holandesa Hanneke Hovenkamp, cujo trabalho de campo em Goiabeiras foi realizado no início da década de 1990. Em sua pesquisa, Hovenkamp chama atenção para duas modalidades de relações de trabalho: as paneleiras que trabalham em outras casas, e aquelas que trabalham em seus próprios *quintais*. Essa distinção me foi indicada pela autora em texto em português. Cf. HOVENKAMP, H. *Der paneleiras van Goiabeiras: pannemaaksters op de informele arbeidsmarkt in Vitoria, Brazilië*. Doctoraalscriptie Culturele Antropologie en Sociologie der niet-westerse samenlevingen. Vrije Universiteit Amsterdam. Juni, 1992.

de vovó Dudé – [mãe do pai de Zilda, Gilda e Jaqueline]. Depois, pra casa de dona Orminda. Depois, casa de tia Maria.⁴²⁵

Para Hovenkamp (1992), a atividade econômica de confecção da panela de barro apresentava todas as características do “setor informal da economia”. Transcrevo abaixo resumo de sua tese, gentilmente enviado pela autora, para se somar à análise deste trabalho. Segundo ela, a sua pergunta central formulada na introdução da tese é:

De que maneira são as panelas presentes no mercado de trabalho informal e o que [quais] são as consequências desta posição. Resultado que (na minha pesquisa) há dois tipos de relações de trabalho, a saber, as panelas que trabalham para um “dono” e as panelas que trabalham para elas mesmas. As panelas independentes são, ao contrário das panelas que trabalham para um “dono”, responsáveis por adquirir a matéria-prima com a lenha, o barro, o “pinto” [tinta], por todas as despesas de trabalho, pelo processo de trabalho inteiro e pela venda do produto. Ambos os tipos de panelas são pagas na base da peça, ninguém tem, na base de trabalho dela, direito da previdência social.⁴²⁶

A abordagem de Hovenkamp é, sobretudo, econômica. Ela não só indica a forma de pagamento em vigor (moeda-panela), como traz à tona uma questão social bastante importante e atual (os direitos trabalhistas). Mas aqui interessa aliar esse dado às formas de transmissão do saber tradicional, tanto no âmbito do quintal doméstico e de vizinhança, quanto no do galpão, onde, como se verá adiante, mudam simultaneamente o modo de trabalhar, a forma de remunerar e o convívio familiar ou de amizade. “Entrar

⁴²⁵ Depoimento gravado em novembro de 2007. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

⁴²⁶ Vale observar que a autora não traduziu seu texto para outra língua, tendo o mesmo permanecido em holandês, enviando-me o resumo em português que havia apresentado na ocasião de sua pesquisa, ou seja, em 1992, para a Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Vitória, aos cuidados da assistente social Julimar. Preferi utilizá-lo na íntegra, fazendo apenas algumas poucas correções em negrito.

nas casas”, lugar onde a atividade teve origem, é um elemento operacional necessário para prosseguir a investigação.



No tempo das “donas das panelas”

Guedes explora com pertinência a hierarquia interna dos *quintais* ao tomar como referencial de análise os ocupantes da “casa original”.⁴²⁷ Ainda é possível reconhecer essas “casas antigas”, em torno das quais se cristaliza a trajetória do grupo doméstico. Mesmo quando essa “casa original” já não existe mais, ela permanece facilmente localizável na memória de seus moradores. Em alguns *quintais*, observam-se os seus alicerces, e, às vezes, é ali que se monta a fogueira. Alguns relatos sobre os *quintais* em Goiabeiras destacam o lugar ocupado pela *fogueira* e a sua centralidade em relação ao espaço reservado à *mesa de trabalho*, geralmente situada próxima a casa. Primeiramente, deve-se contrapor a intimidade do cotidiano da casa – sua unidade de consumo – ao *quintal* – sua unidade de produção, e, ao mesmo tempo, observar certa complementaridade entre esses dois ambientes.

Na casa de Jenete Alves Rodrigues⁴²⁸ moram os filhos solteiros – Lúcio, Moacir, Débora e Henrique – mas nem todos participam do processo produtivo. Todos os sete filhos de Jenete completaram

⁴²⁷ GUEDES, S. L. “Redes de Parentesco e Consideração entre Trabalhadores Urbanos: tecendo relações a partir de quintais”. *Caderno do Centro de Recursos Humanos*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador. n. 29; 1998, p. 189-208, p. 199.

⁴²⁸ Viúva de Avelino Rodrigues Neto, Jenete mora no quintal de seu avô paterno. Hoje, ela cuida da sua mãe, dona Lúcia Florinda do Nascimento Corrêa, a paneleira mais velha de Goiabeiras, que reside em uma casa ao lado da sua. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

o ensino médio, sendo que dois estão concluindo a pós-graduação. Jamilda Alves Rodrigues Bento é casada e trabalha como bibliotecária no Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes). Formada em História e mestranda em Educação, Jamilda afirma ter aprendido o ofício com sua mãe e avó, e que parou de fazer panela quando passou em seu primeiro concurso público, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Desde então, desempenha importante papel na articulação e divulgação das manifestações culturais dentro e fora da comunidade. É de sua iniciativa a revitalização da banda de congo Panela de Barro, da Folia de Reis, da brincadeira de Boi e das cantigas de roda. Henrique, o filho caçula, também possui formação universitária com pós-graduação. Hoje, ele trabalha como professor de ensino médio e não participa mais de nenhuma etapa do processo de produção das panelas de barro.

Na casa ao lado de Jenete mora a sua mãe, dona Lúcia Florinda do Nascimento Corrêa.⁴²⁹ Moram com Lúcia o filho José e o neto Avelino, filho de Jenete. Dona Lúcia, com mais de noventa anos, já não faz mais panelas. Passa boa parte do dia sentada em alguma parte do quintal da família, ou em um sofá na varanda da sua casa. Geralmente, fica acomodada em uma cadeira nos fundos, próxima a porta da sua cozinha, que é simétrica e frontal a da cozinha de Jenete. Ela costuma observar o trabalho da filha, que se divide entre os afazeres domésticos e a confecção das panelas de barro.

No quintal das famílias Nascimento e Alves Rodrigues, convivem três gerações de “paneiras”. Justificam-se as aspas pelo fato de o filho de Jenete, Lúcio Alves Rodrigues, desempenhar o ofício junto com a mãe. Ele decidiu abandonar o “trabalho com peixe” para se dedicar ao ofício. Hoje, é o único que confecciona panelas e outros produtos. Se a

⁴²⁹ Dona Lúcia é filha de Telvina e Rogério do Nascimento. Foi casada com Moacir Alves Corrêa e teve cinco filhos. Suas filhas Gecy e Jenete aprenderam o ofício de paneira. Os filhos desempenharam atividades formais no mercado de trabalho e hoje estão aposentados. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

identidade de *paneleira* há muito se encontra consolidada no imaginário das mulheres da localidade, o mesmo não se pode falar dos homens que trabalham na confecção das panelas de barro.⁴³⁰

Carla Dias também observou a presença de homens nessa atividade “eminentemente feminina”, e tece algumas considerações sobre esse fenômeno:

São alguns os fatores que levam os homens a ingressarem neste fazer, de forma profissional, com dedicação exclusiva e não somente como um trabalho extra praticado nas horas vagas: o desemprego e a possibilidade de com as panelas, ter um ganho ‘regular’, a autonomia no trabalho, sem ter que obedecer a horários e chefes e, também pertencer a uma família de paneleiras.⁴³¹

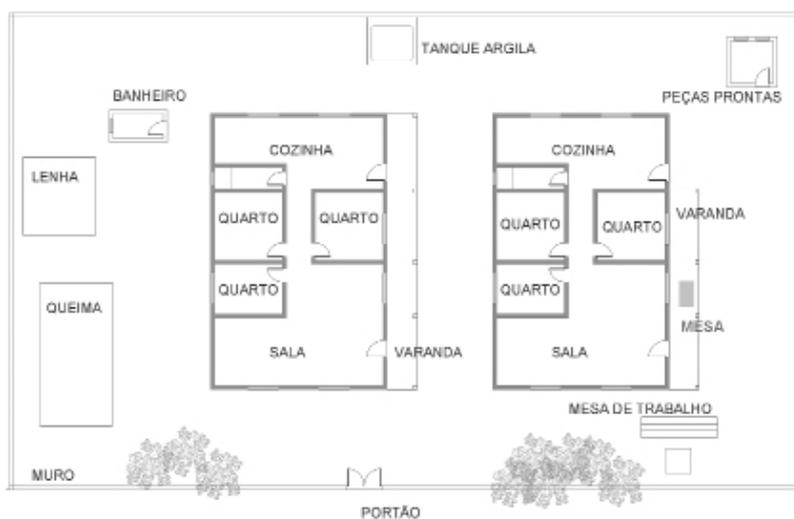


Série homens “paneleiros”/artesãos de *fundo de quintal* e do *galpão*.

⁴³⁰ Os homens preferem ser chamados de artesãos, uma vez que *paneleiro* possuir outro significado em Portugal: emprega-se o termo *paneleiro* para se referir à opção homossexual masculina.

⁴³¹ DIAS, op. cit., 1999, p. 105

Uma das formas de estudar a atividade produtiva desempenhada pelas *paneleiras* e por seu grupo doméstico é examinar a ligação entre a distribuição do espaço interno dos quintais, “sua planta”, e os fatos que ocorrem em cada “lugar”. Neste momento vou me deter na descrição das etapas do processo de produção do artefato cerâmico panela de barro no *quintal* da *paneleira* Jenete Alves Rodrigues. Ele servirá como um modelo de análise para aqueles *quintais* que mantiveram todas as etapas de produção resguardadas: confecção, queima, armazenamento e comercialização do produto.



Planta baixa do quintal da família Nascimento: à esquerda, situa-se a casa de Lucia Florinda do Nascimento Corrêa e à direita a de Jenete Alves Rodrigues.

Jenete Alves Rodrigues vem de uma linhagem de *paneleiras*: avós, mãe e tias trabalhavam em seus *quintais* em sistema de *entreadajuda*.⁴³² Segundo Jamilda Bento:

Os laços de afeto e solidariedade eram mais fortes naquela época. Basta lembrar que, na maioria das vezes, a *paneleira* que ia queimar suas pane-

⁴³² O momento de ruptura desse modelo de reciprocidade entre as famílias parece associado à diminuição dos espaços de queima nos quintais. No entanto, observa-se que o sistema de *ajuda* está cada vez mais circunscrito ao núcleo familiar, ou seja, entre mães e filhos.

las sempre podia contar com a ajuda de outras, as quais deixavam seus afazeres e se dirigiam para o quintal daquela paneleira. No final da queima (fogueira), servia-se um café para todos que participaram da referida atividade. Servia-se café, polenta com coco, aipim cozido em água e sal, canjiquinha com coco, cuscuz, pão caseiro, cará... Era uma festa ajudar na fogueira.⁴³³



Série “mulheres panelleiras” – continuidades e descontinuidades no ofício

Desde o momento em que o barro é deixado pelo caminhão da prefeitura no portão da paneleira, ele é submetido a uma transformação real e simbólica. Logo ao ser recolhido, é preparado para ganhar a plasticidade desejável. As bolas são molhadas e o *escolbedor de barro* começa a pisoteá-las, formando uma pasta homogênea. Essa função é exercida geralmente pelos filhos homens da casa, já que a tarefa necessita de muito vigor. Depois de *escolbido*, o barro é *cortado*, ou seja, seccionado para ser armazenado no *canto do barro*, um tanque construído para esse fim e coberto com um plástico ou lona de caminhão. No *quintal* de Lúcia e Jenete, o *canto do barro* localiza-se rente ao muro dos fundos, entre as duas casas, construídas lado a lado, em centro de terreno, e que se comunicam pelas portas das cozinhas.

Em outros *quintais* o barro fica também armazenado em tanques próximo ao muro, ou fica dentro de alguma caixa d’água, ou, ainda, atrás de alguma escada, em baixo de algum alpendre.

⁴³³ Filha de Jenete Alves Rodrigues, Jamilda Alves Rodrigues Bento, 45 anos, afirma ter vivenciado esse período, situando-o, segundo as suas lembranças, em 1970. Conforme visto, coincide com o processo de crescimento e urbanização do bairro. BENTO, J. A. R. *Conhecendo as Benzedeiças de Goiabeiras Velha*. Vitória, Espírito Santo: edições do autor, 2004, p.15.

Enfim, o objetivo de se ter um *canto do barro* é proteger a matéria-prima da chuva e deixá-la pronta para o uso.



Locais onde se armazenam o barro – o *canto do barro*

Geralmente, o processo de produção envolve diversas etapas e tem por base as senhoras paneleiras dos *quintais*, auxiliadas pelos filhos, filhas, netos e sobrinhos que moram no mesmo terreno. Cada um desempenha uma função na hora da produção e da *queima*.

A fabricação das panelas acontece sempre do lado de fora da residência da paneleira, em ambiente próprio, que pode ser a varanda, ou mesmo um pequeno *galpão* próximo a casa. No caso de Jenete e Lúcio, esses costumam confeccionar suas peças em uma mesa de madeira na varanda da casa, ou em outra mesa ao ar livre, embaixo de uma mangueira em frente a sua casa.



A centralidade da mesa no processo de organização produtiva das panelas nos *quintais*

Sobre essa mesa, a matéria-prima e os poucos instrumentos de que necessitam: uma faca, um arco, pedras de rio e um pedaço de cuité.⁴³⁴ Quanto à modelagem propriamente dita, costumam executar em pé essa etapa da produção.⁴³⁵ Virar a panela para a raspagem e polimento final das peças pode ser feito na posição sentada.

Dona Jenete faz panelas e frigideiras de todos os tamanhos. Ela vende a sua produção para dois restaurantes tradicionais de Vitória, o *Partido Alto* e o *Pirão*, ambos situados na Praia de Camburi. Em média, as *encomendas* chegam a 150 peças mensais. Quando os restaurantes interrompem os pedidos por alguma razão, Jenete divide com sua tia Lucila a fabricação de cumbucas para uma *bombonnière* no aeroporto de Vitória. Tia e sobrinha vendem mensalmente cerca de sessenta peças para essa *bombonnière*, onde trabalha uma das filhas de dona Lucila do Nascimento Corrêa.

Observa-se que Lúcio procurou se especializar nas formas que sua mãe e tia não fazem. Prefere as peças grandes, como o caldeirão, o fogareiro e a churrasqueira. Além disso, possui a sua rede de clientes, que se restringe a pequenos comerciantes e moradores do próprio bairro. Essa mesma autonomia no momento da produção é ampliada para a comercialização.

Dona Jenete desempenha as suas atividades domésticas nos “intervalos” da produção. A rotina dos afazeres dentro e fora da casa parece não prejudicar o ofício. Ao acordar, sempre antes das sete horas da manhã, Jenete reza o seu terço. Em seguida, vai para a cozinha fazer café. Os filhos hoje adultos também acordam cedo: há os que saem para trabalhar e estudar e os que desempenham alguma função associada à produção das panelas, conforme descrito anteriormente. Na casa de dona Lúcia, o filho José e o neto Avelino saem para trabalhar e, logo cedo, dona Jenete e a filha Débora se revezam

⁴³⁴ Cf. DIAS, 1999, 2006; Iphan, 2006.

⁴³⁵ Em relatos anteriores, assim como nas fotografias antigas, as paneleiras desempenhavam sentadas suas funções. Somente Elizete Salles confecciona suas panelas sentada no chão da sua varanda. Como se verá na próxima seção, todas as paneleiras do *galpão* trabalham em pé. A postura em pé agiliza a produção.

nos cuidados com a matriarca da família. Dividem-se também no preparo do almoço, na limpeza da casa e na lavagem das roupas. Nesse meio tempo, caso tenha ficado alguma panela para *virar* ou *passar a faca* do dia anterior, interrompe-se alguma dessas atividades anteriores. Às vezes, dona Jenete encontra-se no tanque e lembra que necessita mexer um pouco na sua produção. Às vezes, ainda, é Débora quem *vira* a panela para a sua mãe, ou então passa a pedra de rio (*alisa*), deixando-as pronta para a queima.

Geralmente, a *ajuda* se inicia na etapa seguinte à modelagem, no momento de alisar ou passar a faca. A *ajuda* em uma ou outra etapa da confecção, como “*virar*” a panela e “passar a faca no fundo”, “*alisar*”, ou ainda “tirar panela da *fogueira*” e “*çoitar*” é considerada parte do processo de socialização no ofício, porém etapa secundária do processo produtivo. As crianças começam nas etapas consideradas de iniciação ao ofício, como “*alisar panela*”,⁴³⁶ mas nem todos sentem a inclinação para dar sequência ao aprendizado, sendo percebido como um dom que a criança vai manifestando no contato com o dia a dia dos familiares que fazem panelas, observando e assimilando técnicas, posturas e valores.⁴³⁷ Lúcio ajuda na limpeza do quintal: varre o terreiro, separa as madeiras num canto, ou liga o radinho e vai para a sua mesa de trabalho na frente da casa. As mesas de trabalho também “circulam” pelo quintal. Às vezes, as mesas de mãe e filho estão lado a lado; outras vezes, dona Jenete coloca a sua mesa mais próxima a casa de sua mãe, porque assim fica mais fácil prestar-lhe algum auxílio. Prefere, ainda, utilizar a mesa mais próxima de sua cozinha, pois assim consegue “vigiar” o fogão e assistir à sua mãe. Aguar as plantas e cuidar dos animais de estimação também é incumbência das duas mulheres “ativas” da casa. Os gatos

⁴³⁶ Etapa do polimento com seixos de rio. Para descrição detalhada das etapas de confecção, ver: Dias, 1999; 2006.

⁴³⁷ A idade média de iniciação ao ofício é aos doze anos, quando a “menina” ou o “menino” aprende a *levantar a panela*. Izabel fala sobre seu neto: “Esse menino aqui já começou a fazer. Se eu for levar ele adiante [...] Eu gosto que ele aprenda. Sabe, ele já pega direitinho, já *alisa* a panela todinha. Acho que ele tem mão de *paneleira*, mesmo. A pessoa quando tem a tendência pega a cuia direitinho. Se eu for colocar para fazer direto, ele pega direitinho”. Entrevista gravada em novembro de 2006.

convivem pacificamente com o cão Mustafá, que sempre está aos pés de sua dona. E quando chega alguma pessoa no portão, mesmo sendo conhecida, os latidos podem ser ouvidos de longe.

É pela manhã que as atividades da casa se concentram nessas unidades domésticas. Após o almoço e arrumada a cozinha, retoma-se alguma etapa da produção. Nos dias de queima, a preferência é de começar a *montar a cama* e atear o fogo *na cabeceira* da fogueira bem antes de anoitecer, porque à noite fica mais difícil perceber quando a panela está *cozida*.

Até muito recentemente, era Moacir quem costumava tirar as panelas da fogueira, mas, agora, como trabalha e estuda, só pode desempenhar essa função nos fins de semana. Passou para Lucio, portanto, a incumbência de tirar da *fogueira* a produção conjunta das panelas, enquanto que Jenete açoita em companhia da sua tia Lucila.



Cama de panela e queima de panela

Após a *queima* e o *açoite* das peças, é necessário esfriar as panelas para separar a produção de cada um e embalar em papel jornal. Enquanto as panelas estão resfriando, prepara-se na cozinha um café

preto com pão francês e manteiga. Nesse momento de descontração é quando as pessoas conversam sobre o dia a dia de Goiabeiras, principalmente se ocorre alguma novidade. O assunto pode também voltar-se para alguma *encomenda* ou *comprador*. Ou ainda relacionar-se a rotina das pessoas que ali residem. Terminado o café e embaladas as peças, dona Lucila aguarda o carro do cunhado que transporta as peças até a sua residência no morro Boa Vista.



No quintal dos Nascimento: depois da *queima*, o café com pão da tarde

No *quintal* de Conceição Barboza, cunhada de Ilza e sua vizinha, os filhos Ivonei, Jucileida, Juciléia e Ipojucam Barboza são os responsáveis pela produção artesanal desse grupo doméstico. Observou-se a mesma rotina na divisão das atividades domésticas (sob a responsabilidade da mãe e das filhas) e nos papéis desempenhados por cada um no processo produtivo e na comercialização da produção, mas sem concorrência entre mãe e filhos.



No quintal de Conceição Barboza: mãe e filhos na produção das painéis

A mesma relação de produção é observada em dois outros quintais. Com dona Melchiadia, o filho Ademilson faz as peças consideradas “diferentes”, como as travessas em forma de peixe, ou o cofre em formato de porco. Enquanto Melchiadia e Alceli (mãe e filha) preferem as panelas e frigideiras. Ademilson é o *tirador de panela*, enquanto Alceli, Melchiadia e, eventualmente, Alcilene açoitam as panelas.



Melchiadia prefere as frigideiras; já Ademilson as formas diferentes

No quintal dos Ribeiro, é Leônis Ribeiro, filho de Margarida Lucidato Ribeiro, quem faz as peças consideradas “menos tradicionais”. Ele diz seguir o modelo solicitado pelo *cliente*, podendo ser uma travessa quadrada, uma fôrma de pizza, uma luminária ou, ainda, qualquer novo repertório cerâmico em que o cuité, cabaça cortada em quatro partes, deixa de ser utilizado como instrumento de modelagem. Leônis disse utilizar a “mente e a mão” para dar forma a esses objetos “incomuns”, ou seja, que se distinguem em formato e função das *tradicionais* panelas, frigideiras e caldeirões produzidos há muito tempo na localidade.



Série “mente, mão e objetos incomuns”.

Esses objetos pouco convencionais que desafiam mãos e mente no processo de confecção costumam se quebrar com mais facilidade na hora da queima. Tais perdas justificam-se pelas alterações na superfície e no volume dos mesmos, variando o tempo em que permanecem na fogueira. Em algumas unidades domésticas, a queima é feita pela manhã bem cedo ou no final da tarde. Não é aconselhável queimar panela à noite, pois não se sabe exatamente quando o objeto cerâmico está pronto para ser retirado da *fogueira*. Na hora da *queima*, os filhos homens geralmente desempenham a função de *tirador de panela*. Nos Barboza, Ivonei é o *tirador*, enquanto Jucileida, Juciléia e Conceição *çoitam* as panelas; cada um desempenha uma função na *queimada*. No entanto, pude presenciar uma *queimada* sem Ivonei. A explicação para a sua ausência era a de que ele só *tira* [da fogueira] quando está queimando peças dele. Portanto, o sistema de entreaajuda está atravessado por certos condicionantes ligados à autonomia da produção da paneleira (o). Nesse caso, outros filhos podem desempenhar essa função, como no caso de Jucileida, que exerceu essa função para a mãe *çoitar*. Eventualmente, o filho que *alisa* panela pode vir a tirá-la da fogueira.



Série “quintais de lenha”: variações na função de *tirador*.

A *ajuda* que se manifesta nas etapas auxiliares – *alisar*, *virar*, *queimar* e *çoitar* – e nas etapas preliminares – *escolher* e *cortar* o barro – organiza a produção nos quintais. Como diria

dona Ilza Barboza: “é assim e foi assim. A Margarida com a turma dela, com a família dela, a Conceição com os filhos... como sempre foi nos quintais. Mas agora quem não tem família, que estou vendo que tem essas pessoas lá... [referindo-se ao galpão]”.⁴³⁸ A minha entrevistada disse-me, ainda, que as mulheres sempre foram mais estimuladas a seguirem a “*tradição das panelas*”, enquanto os homens desempenhavam papel coadjuvante em outras etapas do processo produtivo, etapas essas consideradas *mais pesadas* para a mulher. Para dar continuidade ao ofício de sua mãe e avó, Ilza precisou transmiti-lo para a sobrinha Sônia e a prima Valdelicis. Nesse sentido, continuidades e descontinuidades no processo de transmissão do ofício mereceram, ao longo desta pesquisa, um olhar mais detido, e os casos das famílias de Ilza Barboza e de Elizete Salles pareceram-me paradigmáticos para discutir o sistema de alianças acionado pelos *quintais*.

Ilza dos Santos Barboza⁴³⁹ mora em casa de frente de terreno, com seu marido e filho. Suas sobrinhas Rogéria e Sônia, filhas de sua irmã Teresinha Barboza, residem com seus respectivos maridos e filhos em outra casa de dois pavimentos, localizada na parte de trás do terreno.



A mesa de trabalho no *quintal*: poucos *compradores* e pequena produção

⁴³⁸ Entrevista gravada no quintal de sua casa, em novembro de 2007.

⁴³⁹ Casou-se com Waldir Chaves Barboza, uma pessoa considerada “de fora” de Goiabeiras, e foram morar no quintal do pai de Ilza. Tiveram um único filho, que não aprendeu o ofício. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

No que se refere ao processo produtivo das panelas de barro em seu *quintal*, Ilza diz contar com a *ajuda* do marido, hoje aposentado, em várias etapas: *escolhe* o barro, *alisa* panela e *tira* panela da fogueira para ela *açoitar*. Seu Waldir também é o responsável pela limpeza do quintal, varrendo-o constantemente, ou arrumando a lenha para a queima das panelas ou, ainda, fazendo alguma benfeitoria no interior e exterior da casa. O filho Cleberson, após concluir o ensino médio, preferiu trabalhar no comércio. As razões alegadas para o seu desligamento do processo produtivo resumiram-se ao fato de ser *filho homem* e de não possuir vocação para o ofício.

Entretanto esses *quintais familiares* não são meros espaços de produção e reprodução de um modo de fazer artesanal. Apresentam uma vasta mistura de atividades sociais. Neles, as crianças brincam e acompanham toda a manufatura da cerâmica, iniciando-se nessa atividade por meio da convivência com os mais velhos ou mesmo atendendo a demandas de ajuda; as famílias reúnem-se ali também para conversar, comemorar e se divertir.

Ilza Barboza revela sempre promover algum tipo de reunião em seu *quintal*: aniversário, festa junina, Natal ou Réveillon, não importa a data, nem o motivo da comemoração. Na última festa junina que organizou, seu *quintal* transformou-se em um verdadeiro arraial. Ficou todo embandeirado e iluminado, dando-lhe a impressão de “criar outro cenário”, segundo o seu relato. Todos vestem trajes de caipira e dançam quadrilha, forró e outros ritmos populares. A sua mesa de trabalho, nessas ocasiões, é deslocada para outro canto. O lugar é então ocupado por alguma barraquinha, ou brincadeira, como a “a pescaria na areia”, por exemplo, em que as crianças têm que conseguir pegar os peixes, ganhando diferentes brindes – “tudo de graça”, afirma.

Nessas ocasiões, está sempre presente o “pessoal de casa”. Tudo é planejado com muita antecedência. Ilza revela também que em suas festas sempre há muita fartura de comida. A proximidade

com as sobrinhas e cunhada permite que dividam as tarefas da organização da festa, principalmente no que se refere ao preparo dos pratos típicos; cada uma fica responsável por uma coisa: Rogéria cuida do caldo verde; Sônia, da canjica; ela, Ilza, do mingau; sua irmã e sua cunhada trazem outros quitutes: uma faz o bolo, a outra o pé de moleque. Sua habilidade de paneleira também se manifesta nessas ocasiões: para dar conta da comilança, às vezes são produzidas cumbucas especialmente para o consumo dos caldos. Além disso, uma boa fogueira não pode faltar.

As festas, pela transformação visível operada no espaço de trabalho, caracterizam de modo mais evidente não só as diferentes possibilidades de uso e de dinâmica de ordenação do local como o seu papel comunitário propriamente dito. Pode-se, ainda, fazer referência ao hábito cotidiano de ficar sentada na varanda, conversando com a sua irmã e a sua comadre, enfim, explorar esses múltiplos cenários dos *quintais* de Goiabeiras e de como o espaço é redefinido em função do uso social a que se destina.



Festa Junina e roda de Congo no *quintal* de Ilza Barboza (acervo Ilza Barboza)

Procurei descrever o processo de produção nos *quintais*, seus principais *executores* e *ajudantes*, todos ligados por estreitos laços de parentesco, enfatizando as hierarquias de posições e de lugares. Compreendê-los enquanto espaços sociais e traduzi-los em formas organizativas que orientam as ações dos agentes sociais, foi meu objetivo. Contrapor esse modelo ao da Associação, tentando

compreender por meio da estrutura da produção as razões de uma apropriação desigualmente do *registro* do ofício é o que me proponho nas próximas seções deste capítulo – principalmente, nas discussões sobre as medidas propostas para salvaguardá-lo, dado que as oficinas de “cooperativismo” propostas pelo Iphan, em 2006, não surtiram o efeito esperado. Ao contrário, geraram conflitos dentro do grupo do *galpão* da associação e não uniu as *paneleiras de fundo de quintal* em torno de um “bem coletivo”. A construção de *políticas de salvaguarda* consistentes constitui o maior desafio para os gestores públicos como mediadores culturais.

Em entrevista com Jamilda Alves Rodrigues Bento, gravada no quintal da família de sua mãe, foram levantadas algumas razões para que o processo de associativismo no galpão não tenha funcionado.

O que eu percebo, o que eu acho que a própria cultura, essa autonomia que as paneleiras sempre tiveram em estarem em seus quintais, terem os seus próprios compradores, ela não foi rompida quando se decidiu fazer uma associação. Então, o que aconteceu? Juntou-se um número de pessoas num galpão e o processo continua sendo o mesmo. Eu estou aqui no galpão, questão de espaço físico, porém os meus compradores são os meus compradores, e se vier uma encomenda de duas mil é minha, eu vou dar pra quem eu quiser. E aí, tem até uma certa dificuldade da diretoria pra romper com isso, porque as pessoas que estão lá, a diretoria, não consegui romper com isso também. [...] Isso não mudou. Continua *fundo de quintal*. Por quê? A metodologia é a mesma, a dinâmica é a mesma e o processo é o mesmo. Porque eu tenho os meus compradores e aí de você se ficar oferecendo as panelas ao meu comprador. Se eu não tiver, talvez eu indique pra você. Então tem isso. Até algumas brigas já aconteceram no galpão por conta dessas coisas. Então, as paneleiras continuam trabalhando no fundo

de quintal, mesmo estando no galpão, porque não mudou. A mentalidade, a cultura não mudou. É um quintal grande.⁴⁴⁰

Ricardo Lima, ao analisar a experiência de associativismo dos ceramistas do Candéal, em 1998, relata a construção de uma ideia de “grupo”, diferente do modo anterior de organizar a produção, em que as mulheres modelavam suas peças isoladamente no ambiente doméstico.⁴⁴¹ Observa-se, portanto, semelhanças no desempenho dessa atividade no que tange a produção nos quintais. A experiência da Associação do Candéal é recente, quando comparada à de Goiabeiras, organizada na década anterior. A experiência de Goiabeiras na década de 1980 era também coletivizada, demandava da prefeitura um espaço local aonde todas pudessem fazer panela. No entanto, nas décadas seguintes, as relações dentro da associação tornaram-se cada vez mais individualizadas na produção e na distribuição.

Associação das Paneleiras de Goiabeiras: tradição, produção e mercado

Os problemas que Vitória enfrenta para expandir sua malha urbana criam impasses de ordem socioambiental. A problemática anunciada sobre a disputa entre a administração pública do Estado, através da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), e a Associação das Paneleiras de Goiabeiras pelo uso dos recursos naturais da jazida de barro do Vale do Mulembá tornou-se paradigmática nesse sentido. Sob esse prisma, a criação de uma associação também serviu de instrumento de pressão política contra a implementação do aterro sanitário no barreiro, fonte única e tradicional de matéria-prima.

⁴⁴⁰ Entrevista gravada com Jamilda Alves Rodrigues Bento, sua mãe Jenete e avó Lúcia – ambas paneleiras – no *quintal* da família Nascimento, em maio de 2005.

⁴⁴¹ LIMA, R. G. *O Povo do Candéal: sentidos e percursos da louça de barro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006, p. 104, 105.

A atividade de confeccionar panela de barro, como já sublinhei, faz parte do cotidiano de muitas famílias moradoras da localidade de Goiabeiras Velha. Caracterizada, nos tempos da memória social local, como uma forma de organização social produtiva antiga, disseminada para um número crescente de executantes e transmitida no convívio diário com o grupo familiar através de gerações, a panela de Goiabeiras é qualificada seja pela população local, seja pelas instituições nas áreas da cultura e das pequenas empresas, seja nos programas turísticos, como produto de “tradição”.⁴⁴² O modo de produção artesanal da cerâmica utilitária na localidade de Goiabeiras Velha era, como vimos, inicialmente, organizado nos antigos *quintais* e passou por alterações significativas, em finais da década de 1980, com a criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras.

As transformações relacionadas ao espaço de produção, ao tempo e ao processo de trabalho serão descritas a seguir. Antes, porém, procuro situar essas mudanças materiais e simbólicas do processo produtivo das panelas no contexto mais amplo de políticas de instituições federais e estaduais, ligadas à produção cultural.

Em meados da década de 1970, o Centro Nacional de Referência Cultural desenvolvia uma série de programas de apoio às comunidades produtoras de “artesanato tradicional”, com o intuito de atender às necessidades econômicas e sociais de *referenciamento* do produto.⁴⁴³ Crescia o entendimento dos administradores e gestores públicos de que o artesanato gerava renda para seus produtores, afirmava as identidades culturais locais, produzia divisas para o país – já que se tratava de um produto com fortes características culturais –, ajudava a frear a migração campo-cidade, dentre outros benefícios na geração de emprego e renda.

⁴⁴² Vale lembrar que nos apropriamos do termo “tradição” enquanto um conjunto de práticas sociais e culturais presentes que se reproduzem por meio do trabalho e do poder de recriação de seus agentes.

⁴⁴³ CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL. *Bases para um Trabalho sobre o Artesanato Brasileiro Hoje*. Brasília, SCN, s/d. Ainda segundo esse mesmo documento “o Centro Nacional de Referência Cultural é um organismo, ligado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e que tem como objetivo principal a análise da dinâmica cultural brasileira e o seu referenciamento”.

Na década de 1980, a orientação do Instituto Nacional de Folclore (INF/Funarte) era mapear a diversidade de materiais e de técnicas empregadas no artesanato brasileiro através de pesquisa etnográfica. Uma das primeiras iniciativas desse Instituto, em cobrir esse vasto panorama de produção artesanal, foi o Projeto Artesanato Brasileiro divulgado pela publicação *Artesanato brasileiro*, cuja primeira edição data de 1978, reimpresso em 1980. Esta obra foi dividida em capítulos referentes aos materiais e técnicas empregados. No capítulo reservado à “cerâmica tradicional”, existe referência à cerâmica utilitária do Espírito Santo, com foto, considerada uma das principais expressões artesanais do país”.⁴⁴⁴

No âmbito estadual e municipal, incorporou-se o mesmo discurso produzido pelos órgãos de governo federal, no campo de ação de uma política nacional de artesanato e de geração de renda, que recomendava a valorização do artesanato regional como símbolo ou índice de construção identitária, como o comprovam algumas matérias de jornais da década de 1980.⁴⁴⁵

Paneleira amassando o barro está cada vez mais difícil. No Espírito Santo, desde que se fala em artesanato, todos os órgãos públicos responsáveis nunca primaram por uma política séria de apoio ao artesanato local [...] É a Secretaria de Bem-Estar Social quem tem a obrigação do desenvolvimento do artesanato, pois é ela quem recebe dividendos do Programa Nacional do Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) [...]

⁴⁴⁴ Jarro e bacia – peças em cerâmica utilitária, escurecida através da utilização de sucos e cascas naturais. Goiabeiras – Vitória – Estado do Espírito Santo” Fundação Nacional de Arte. *Artesanato brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1980, figura n. 23, p. 43. Nas minhas idas a campo, entre 2005 e 2007, não observei a produção de jarro, mas somente frigideiras, panela de arroz, cumбуquinha para feijoada ou caldo, caldeirão, assadeira, travessa, travessa com detalhe de peixe, telha para peixe assado, forma para pizza, fogareiro, churrasqueira e cofre. Como todo bem de natureza processual, observa-se que novos repertórios vão sendo incorporados, enquanto outros abandonados. Um bom exemplo é o novo catálogo produzido pelo Artesanato Solidário, em agosto de 2007, em que ao lado dos “produtos tradicionais”, como a frigideira, a panela ou o caldeirão, são encontrados produtos diversos, tais como: casquinha de siri, pimenteira com tampa e réchaud.

⁴⁴⁵ “O consciente ofício de quem mantém viva a arte regional”. A Tribuna, 21 set. 1980, Vitória, Espírito Santo; “Artesanato e Panela de Barro”. A Gazeta, 25 maio 1983; “A Tradição das Paneleiras de Goiabeiras está morrendo”. A Gazeta. Vitória, 16 abril 1985, Cad. DOIS.

Basicamente na promoção social do artesão seria de início necessário o apoio de assistentes sociais, técnicos em artesanato, locomoção para venda e fornecimento de matéria-prima em alguns casos, preços mais reduzidos e formas cooperativas [...] A solução sempre foi a do poder executivo, realmente interessado em resolver o problema e compreendê-lo como atividade cultural e social.⁴⁴⁶

Nesse contexto de valorização da produção artesanal, a constituição da categoria profissional *paneleira* foi sendo apropriada pelas próprias artesãs de Goiabeiras como um modo de distinção social.⁴⁴⁷ É, portanto, nesse período que as lideranças locais vão se estruturando no sentido de reivindicar mercado e melhores condições de trabalho, como se evidencia no depoimento de Melchiadia Alves Corrêa:

É verdade que a gente não tem condução e é difícil o transporte das panelas até a feira, mas, no final, o lucro compensa o sacrifício. Nesta feira eu vendi mais de 300 peças e estou satisfeita [...] A gente precisa de um galpão, barro e lenha. Ensinar pessoas a fazer panela eu já ensinei a muitas.⁴⁴⁸

A dinâmica nas relações sociais de produção, provocadas, por um lado, por todo esse processo de ampliação da demanda pelo produto e, por outro, pela perda dos espaços de *queima*, gerou conflitos nas diferentes redes sociais de *paneleiras*, principalmente de ordem geracional, sobre o saber fazer:

⁴⁴⁶ "Artesanato e Panela de Barro". A Gazeta, 25 maio 1983.

⁴⁴⁷ Nos estudos sobre artesanato, a produção da cerâmica utilitária é considerada uma atividade eminentemente feminina. A participação do homem nesse sistema restringe-se à ajuda nas tarefas consideradas mais difíceis. Cf. IPHAN, 2006. No entanto, algumas pesquisas etnográficas demonstram o caráter complexo dessa divisão do trabalho por sexo. Ricardo Lima (2006) verificou em sua pesquisa de campo a presença de homens na modelagem da cerâmica no Candeal. Cf. LIMA, R. G. *O Povo de Candeal*. Sentidos e percursos da louça de barro. Tese de doutorado. PPGSA/IFCS/UFRJ, 2006. Carla Dias também verificou em Goiabeiras Velha a crescente participação dos homens na produção. Cf. DIAS, C.C. *Panela de Barro Preta: a tradição das paneleiras de Goiabeiras*. Vitória-ES. Rio de Janeiro: Mauad X/ Facitec, 2006. No período em que fiz meu trabalho de campo em Goiabeiras Velha, pude constatar a crescente presença masculina na etapa da modelagem.

⁴⁴⁸ "A Tradição das Paneleiras de Goiabeiras está morrendo". A Gazeta. Vitória, 16 abril 1985, Caderno DOIS.

Até seis anos atrás não se falava muito nas panelas. Havia poucos compradores e a produção era bem menor. Desta forma, as pessoas tinham mais tempo para trabalhar melhor o barro. Com a grande divulgação que se fez sobre nosso trabalho, a procura aumentou muito e as paneleiras acabaram não tendo estrutura para enfrentar o grande número de pedidos. Isso coincidiu também com o período de aprendizado por parte da nova geração. Como a procura aumentou muito, as novas paneleiras não tiveram tempo suficiente para aprender melhor o serviço. Por isso, essas primeiras panelas que estão fazendo não podem ter a mesma qualidade das que nós, as paneleiras mais antigas, fazemos. (*Idem*)

O mapa genealógico das famílias mais uma vez ajuda a compreender as posições centrais no sistema produção-distribuição-consumo das panelas de barro de Goiabeiras. A produção de panela nos *quintais* sempre se estruturou em torno do saber fazer da mulher mais velha responsável pela reprodução do grupo doméstico. A análise dos diagramas me permitiu verificar a posição das três famílias que hoje estão concentradas no espaço da Associação das Paneleiras de Goiabeiras.



“Gente antiga” de Goiabeiras: dona Ormindá Lucidato e dona Enedina com filha e sobrinha.

Floripis Alves⁴⁴⁹ casou-se com Viriato Corrêa e tiveram nove filhos: Domingas, Eudóximo, Antônio, Oswaldo, Leocádio, Geny, Moacir, Maria e Melchiadia. Naquela época, Floripis fazia panela com suas filhas e queimava em frente de sua casa e Viriato era *caranguejeiro* (catava e vendia caranguejo). A distribuição-circulação das panelas para os mercados da Vila Rubim e adjacências era função dos homens dessa família, que saíam de canoa para comercializá-las para o seu grupo familiar.

Isabel Alves Lucidato e Galdêncina da Vitória também constituíram importantes linhagens de paneleiras em Goiabeiras Velha. O *quintal* dos *da Vitória* e o dos Lucidato, situados um em frente ao outro e ambos, hoje situados na Rua José Alves, têm na figura de Adelina Rosa da Vitória um elo. Filha de Isabel Lucidato, Adelina casou-se com Oswaldino Corrêa da Vitória, filho de dona Galdêncina da Vitória. Desta união nasceu dona Domingas Corrêa da Vitória Fernandes (Iraci), a paneleira mais antiga do *galpão* da Associação na ocasião da minha pesquisa de campo. A linhagem de Domingas é uma das mais fortes no *galpão* da associação, pois lá encontram-se representados as filhas e os filhos, netas e netos dessa anciã.

Melchiadia Alves Corrêa da Vitória Rodrigues,⁴⁵⁰ filha de Floripis, lembra-se do tempo em que era frequente a *ajuda* na *fogueira* entre as comadres, irmãs, sobrinhas e filhas, configurando formas de solidariedade bastante eficientes para as dinâmicas do trabalho desses grupos familiares. Após a *queima* e o *açóite* das peças, etapas finais de todo o processo, as mulheres lavavam suas mãos em uma grande bacia de alumínio, refrescando-se depois de enfrentarem o calor da fogueira e a “*dona*

⁴⁴⁹ Segundo Chaia e Dantas (2002), Floripis Alves era “mestiça de índios e africanos, nascida em Goiabeiras, em 1899, e falecida aos 72 anos, em 1971”. Cf. CHAIA; DANTAS. *Panela de Barro*. Raiz da Cultura Capixaba. Vitória: Secretaria de Estado de Turismo, 2002, p. 5, 11.

⁴⁵⁰ Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

*das panelas*⁴⁵¹ servia um café com polenta para as *paneleiras ajudantes de fogueira*. Nesse momento eram reafirmados os compromissos de *entreadjudada*, quando as outras paneleiras fossem queimar em seus *quintais*.



Domingas, a paneleira mais velha do *galpão*, e Lúcia, a paneleira mais velha de Goiabeiras.

Em meados da década de 1980, Melchiadia e suas companheiras de *fogueira*, Laurinda, Palmira, Silvana e Iraci (Domingas) – além de outras senhoras de meia-idade – ao sentirem os primeiros sinais de desgaste na produção dentro de seus *quintais*, seja pela perda dos espaços, seja pelos problemas de aquisição dos insumos básicos, articularam-se no sentido de reivindicar dos poderes públicos do município de Vitória⁴⁵² algum tipo de apoio oficial para garantir a continuidade da atividade.

⁴⁵¹ Ouvi essa expressão com Berenícia Corrêa Nascimento ao narrar o mesmo sistema de entreadjudada quando trabalhava no quintal da sua tia Melchiadia, que também aparece registrada pela pesquisadora Holandesa Hanneke Hovenkamp. Cf. HOVENKAMP, H.. *Der paneleiras van Goiabeiras: pannennaaksters op de informele arbeidsmarkt in Vitoria, Brazilii*. Doctoraalscriptie Culturele Antropologie en Sociologie der niet-westerse samenlevingen. Vrije Universiteit Amsterdam, Juni, 1992.

⁴⁵² Conforme visto, num momento em que estão sendo construídas as narrativas sobre o desenvolvimento no país, crescem os debates sobre os incentivos do poder público na promoção da pequena produção artesanal, na fixação do homem a terra e valorização do trabalho. As demandas das paneleiras tiveram o apoio das Secretarias de Ação Social e de Trabalho (Cf. DIAS, 1999, 2006; PEROTA, 1997).

Vê-se, portanto, que a criação da Associação das Panelleiras de Goiabeiras, em março de 1987, surge em um contexto de mobilização em função de um conjunto de demandas muito centrais para o grupo, tais como: construção de um *galpão* para abrigar as *panelleiras* que haviam perdido os espaços dos *quintais*; melhorias nas condições de transporte da argila e maior divulgação do artesanato em feiras e eventos. As reivindicações do grupo objetivavam garantir a continuidade da produção e a atender ao crescente número de encomendas.

Dias (1999), ao reconstituir a história da Associação, situa a “luta pelo barreiro” como um marco para a “invenção” desta “tradição”. Segundo a autora, “o barreiro passou a representar o processo pelo qual as mulheres buscavam a legitimação ‘ancestral’ do seu fazer”.⁴⁵³ Da organização e mobilização dos anos iniciais, vieram importantes conquistas. Os grupos familiares que permanecem à frente da Associação, desde a sua fundação, conseguiram junto à Prefeitura melhorias nas condições de trabalho, como o transporte em caminhão da argila do Vale do Mulembá e a construção de pequenos depósitos em alvenaria situados à beira do mangue para abrigar matéria-prima e peças acabadas. Dias descreve com surpresa a maneira acelerada com que essas mulheres foram se apropriando do espaço. Da sua primeira visita, onde havia somente os cômodos⁴⁵⁴ e as mulheres mais velhas trabalhando em seu interior, aquelas mesmas senhoras de meia-idade identificadas acima, converteu-se um ambiente de burburinho marcado pela ocupação do pátio com “toscas bancadas de madeira, sobras da Festa que ali ocorrera dias antes”.⁴⁵⁵ Em 1991, por meio da Lei

⁴⁵³ DIAS, C. A tradição nossa e essa, e fazer panela preta: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/EBA, 1999, p. 112.

⁴⁵⁴ Hoje, nem todas as panelleiras e artesãos do local têm acesso a esses depósitos. Inicialmente reservada às fundadoras da associação, hoje, a estocagem de produtos acabados está condicionada ao pagamento mensal de R\$ 5,00 (cinco reais).

⁴⁵⁵ **Panela de Barro Preta: A Tradição das Panelleiras de Goiabeiras – Vitória-ES.** Rio de Janeiro: Mauad X/ Facitec, 2006, p. 17.

Rubem Braga,⁴⁵⁶ e com o apoio da Vale do Rio Doce, conseguiram ampliar o espaço e a expansão do *galpão*, onde atualmente concentram-se as atividades. Além de instituírem no calendário turístico da cidade a “festa das panelas”, o “selo de autenticidade” e o “dia das panelas”, indicados anteriormente. Em vinte anos, a associação adquiriu uma posição de destaque junto ao poder público local e as empresas privadas, firmando-se como o principal grupo de artesãos da Grande Vitória. Esta colocação no mercado de bens simbólicos não se configurou de repente, mas em um processo gradual que levou a reestruturação da organização social e produtiva dentro do *galpão*.

“Aqui nós todos somos individuais”

Em maio de 2005, estive pela primeira vez no bairro de Goiabeiras Velha. Na chegada à localidade, algumas poucas placas indicavam a direção para o *galpão* da Associação das Panelas de Goiabeiras, situado à beira do mangue, no antigo porto por onde se escoava a produção de panela de barro. *Paneleira* é aquela pessoa que domina todas as etapas de confecção da panela de barro.⁴⁵⁷ É também a figura central em cada um dos postos de trabalho no *galpão*.

Minha chegada ao *galpão* não representou grandes alterações de rotina nem fez necessárias quaisquer apresentações prévias, por ser esse um local de trabalho e de acesso público.⁴⁵⁸ Durante o meu tempo de permanência naquele espaço, preferi me localizar

⁴⁵⁶ Criado em 1991, o Projeto Cultural Rubem Braga concede, às empresas estabelecidas no município que realizem investimentos nos projetos culturais por ela aprovados, descontos nos incentivos fiscais. http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/lei_rouanet/index.php?p=16835&more=1&c=1&pb=1, acessado em 20/01/2007

⁴⁵⁷ Segundo as definições nativas, *paneleira* é aquela pessoa que vai ao barreiro e retira o barro, leva para casa, prepara o barro, faz a panela, vira, alisa, queima e comercializa a panela. As formas *tradicionais* produzidas e comercializadas na localidade de Goiabeiras se resumem, basicamente, na *panela*, destinada ao preparo do arroz e do pirão; na *frigideira* para a moqueca de peixe e de frutos do mar; no *caldeirão* para o feijão e na *assadeira* para tortas, carnes e assados em geral. Além disso, com o aumento da demanda pelo produto, houve uma ampliação do repertório de formas, dos usos e significados atribuídos a esses objetos. Cf. PEROTA, op.cit., 1997; DIAS, op. cit., 1999, 2006.

⁴⁵⁸ O IPHAN refere-se ao *galpão* como a “vitrine do ofício” Cf. IPHAN. *Ofício das Panelas de Goiabeiras*. Brasília: Iphan, 2006, p. 25.

na parte de trás para melhor observar a dinâmica de trabalho das pessoas e a circulação dos *clientes*.⁴⁵⁹ Além disso, passava também em cada *mesa* de trabalho com o intuito de anotar os dados pessoais das *paneleiras*, a que famílias pertenciam, a divisão das tarefas naquele ambiente, a preferência por alguma etapa do trabalho,⁴⁶⁰ a venda das panelas refletida na clientela fixa e em turistas que visitavam o *galpão*, a relação com as demais *paneleiras*, além de alguns aspectos sobre o fazer.⁴⁶¹ Assim, aos poucos, fui encontrando o meu lugar.



Galpão da APG: “a vitrine do ofício” com seus aprendizes da “tradição”

Localizado no porto de Goiabeiras, o *galpão* da Associação das Paneleiras possui uma área construída de 432 m². Sua estrutura em alvenaria com cobertura de telhas de cimento-amianto possui um corredor central ladeado por *mesas* de trabalho que são ocupadas pelas *paneleiras*, seus *familiares* e eventuais *auxiliares*. Com

⁴⁵⁹ Não abordarei aqui a circulação de clientes no espaço do *galpão*. Nesse sentido, faço referência ao estudo de Eliseo Veron sobre público de exposições, bem como de sua construção tipológica de circulação pelos espaços expositivos. Fazendo um pequeno paralelo, observou-se, no caso do *galpão*, que muitos clientes param de *mesa* em *mesa*. Outros, já vão direto para a *mesa* de alguma *paneleira*. Outros ainda circulam sem muita sistematicidade, indo em ziguezague e parando quando lhes convém. Cf. VERON, E.; LAVESSEUR, M. *Ethnographie de L'exposition: l'espace, le corps e le sens*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1989.

⁴⁶⁰ Muitas *paneleiras* informaram-me sobre suas preferências pela confecção de determinadas peças, ou determinada etapa da confecção. A *paneleira* Eronildes disse gostar de fazer o acabamento das peças, etapa de *virar a panela* e tirar os excessos de barro do fundo e das laterais, por isso acredita que *suas peças são mais finas e bem acabadas*. Disse também gostar de vender as panelas, por ser comunicativa e por transmitir segurança (referindo-se ao produto) ao cliente. Já a sua irmã Evanilda prefere queimar e açoiar as peças. Essas preferências marcam diferenças na qualidade do produto.

⁴⁶¹ Não irei me deter no processo da confecção do artefato cerâmico, por ter sido exaustivamente estudado. Cf. PEROTA, 1997; DIAS, 1999, 2006; IPHAN, 2002, 2006.

duas entradas, o portão principal situa-se na Rua das Paneleiras,⁴⁶² por onde entra a maior parte dos clientes e turistas que costumam visitar o lugar. Há também uma porta lateral no local reservado para a queima e armazenamento da lenha próximo à beira do manguezal.

O *galpão* é dividido em vinte bancadas, com estantes e *mesas* de trabalho feitas em madeira simples. São nesses postos de trabalho que ficam as paneleiras. O barro fica armazenado em 28 tanques individuais, situados nas laterais do *galpão*. Na parte de trás, foram edificadas 12 *quartinhos* (almoxarifado), além de dois banheiros.

Também havia sido planejada uma pequena cozinha situada ao lado da entrada principal. Esse cômodo, porém, encontrava-se desativado no período de minhas visitas à localidade. Quando perguntadas por que não utilizavam mais a cozinha, as respostas eram as mais diversas. Um(a)s alegavam que preferiam ir para casa almoçar, uma vez que moravam perto do *galpão*. Outras combinavam com os filhos, ou outra pessoa da casa, para levarem marmita ou quentinha. Mas o que as evidências demonstram é que o *galpão* tornou-se cada vez mais uma oficina de trabalho,⁴⁶³ com horário reduzido para o preparo e serviço de almoço.

A bancada da Eonete Alves Corrêa⁴⁶⁴ é logo a primeira de quem entra no *galpão*. Situada à esquerda, Eonete divide o seu espaço, ou *mesa* como chamam, com sua irmã caçula, Jessilene Alves Corrêa. Colada à sua *mesa* está a de duas outras irmãs: Berenícia Corrêa Nascimento e Marinete Corrêa Loureiro, ambas ex-presidentes da APG. Em frente à bancada de Eonete foi instalado um telefone público (orelhão), onde as (os) paneleiras (os) recebem suas *encomendas*, telefonemas particulares e efetuam chamadas, quando ne-

⁴⁶² A Rua Leopoldo Gomes Sales muda de nome para Rua das Paneleiras, na altura dos portões de uma fábrica desativada de lajes e manilhas pré-moldadas.

⁴⁶³ Muitos se referem ao *galpão* como uma *firma*.

⁴⁶⁴ Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

cessário. Ao lado do orelhão fica localizada a bancada de seu outro irmão, Ronildo Alves Corrêa e esposa. Ao lado do espaço de Ronildo, estão as sobrinhas, filhas de Marinete, Rejane e Rosemary. As *mesas* seguintes pertencem às duas outras famílias de paneleiras que participam das disputas políticas do galpão: os Lucidato e os da Vitória. A *bancada* de Nilcéia Alvarenga Ambrosio⁴⁶⁵ (dos Lucidato) é menor quando comparada as outras no entorno. Carlos Alberto da Vitória (também da família dos Lucidato) não possui um local fixo de trabalho e recebe por peça nas *mesas* de Rejane, Ronildo, Evanilda e Carlinhos. Ao lado de Nilcéia, encontram-se as *mesas* de Domingas Corrêa da Victória Fernandes⁴⁶⁶ e de sua filha mais velha, Eonetes Fernandes dos Santos, e neto, Flávio Fernandes dos Santos. Mais adiante, ainda, os postos de trabalho das duas outras filhas de Domingas, Eronildes Corrêa Fernandes e Evanilda Fernandes Corrêa. Há também a *mesa* de Valdinéia da Vitória Lucidato⁴⁶⁷ ao lado da bancada Ronaldo Alves Corrêa e sua mulher, Zélia. Depois vem Lucilina Lucidato de Carvalho⁴⁶⁸ e ao lado o seu primo, José Carlos Barboza (também da família Lucidato). Por fim, ainda necessitam ser contabilizadas no galpão as *bancadas* da família de Bernanci Gomes Ferreira e de seus filhos Inete e Lailson, bem como as *mesas* de Laureci Lucidato da Vitória e de sua filha Lauriete, de Dionara Alvarenga, Heloisa Helena (também da família Lucidato), Dulcinéia de Jesus e José Carlos Corrêa Fernandes, todos na parte detrás do galpão.

Na ocasião da minha primeira visita trabalhavam no galpão 32 paneleiras e um mesmo número de *auxiliares* entre *escolhedores de barro, alisadores, tiradores de panela e açoitadores*.⁴⁶⁹ Os *auxiliares* são contratados pelas *paneleiras* para desempenharem atividades secun-

⁴⁶⁵ Idem

⁴⁶⁶ Idem

⁴⁶⁷ Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ Essas funções foram descritas quando detalhei os procedimentos da pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais do Iphan.

dárias ao ofício, quando o ritmo de trabalho intenso e o prazo de entrega das encomendas bastante exíguo exigem a remuneração dessas pessoas. Geralmente, esse ajudante não vem de uma *família* de *paneleira*, sendo considerado uma “pessoa de fora”. Não pode, portanto, ser comparados com aqueles que “*ajudam*” nos *quintais*, mesmo porque a relação no *galpão* é estritamente financeira. As paneleiras dizem “botar os outros para trabalhar”, e, geralmente, possuem dois assistentes fixos, dependendo do volume de encomendas.

Em 2006, foram incorporadas pessoas com funções subordinadas ao ofício no quadro de associados, como *alisadores* e *passadores de faca* ou *tiradores de panela da fogueira*. Segundo levantamento do Iphan, são 118 artesãos cadastrados na APG.⁴⁷⁰ Observa-se pelo quantitativo de pessoas registradas na Associação, que a maioria dos associados trabalha em seus *quintais*, ou são contratados como *auxiliar* na produção do *galpão*. Verifica-se também que ano a ano vem aumentando o número de *paneleiras* no *galpão*, hoje totalizando 36 profissionais divididos pelos mesmos postos de trabalho, ou colocando *mesas* menores e *apertando* o espaço daqueles que estavam no *galpão* desde a sua fundação.

Em vinte anos de associação e pouco mais de quinze do espaço do *galpão*, o modelo começava a dar sinais de saturação. Esse acréscimo significativo provocava desconforto, e todas foram unânimes em afirmar que o *galpão* estava pequeno para abrigar os profissionais envolvidos no processo de produção. Não é à toa que as *paneleiras* reivindicam aos poderes públicos (municipal e IPHAN), como principal ação do Estado, um *galpão* novo, pois se dizem *espremidas* e sem espaço para trabalharem. Principalmente na época das férias de final de ano, quando aumenta o número de *encomendas* e, por conseguinte, de *auxiliares*.

Além da carência de espaço, são problemas recorrentes o sistema de pagamento dos associados, os convites para exposição e o

⁴⁷⁰ Segundo cadastramento realizado em abril de 2006. Cf. IPHAN. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Brasília: IPHAN, 2006, p. 28.

processo de distribuição das *encomendas*. O valor da mensalidade é de cinco reais mensais, e muitos alegam não pagar por se sentirem excluídos de todo e qualquer benefício que parta do *galpão*. Mediante o pagamento, o associado tem direito de receber os selos, os *folders* com as receitas de moqueca que acompanham o produto e as sacolas para a venda, todos os produtos possuem logomarca da Associação das Panelleiras de Goiabeiras. No entanto, muitas pessoas dizem que esses três itens são doados por grandes empresas à Associação, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão ou a Vale do Rio Doce, criticando a postura da Diretoria da Associação em não distribuí-los para “todo mundo” e que não deveriam ser repassados como custo para a (o) *paneleira* (artesão) de *fundo de quintal*. Como observa Bartra (2004), os problemas das associações e cooperativas estão ancorados na carência de princípios democráticos que regem a organização dos grupos.⁴⁷¹

Fundada, inicialmente, com a finalidade de construir um *galpão* onde todas pudessem fazer e vender panelas, a Associação das Panelleiras de Goiabeiras, “entidade da Sociedade Civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede no bairro do mesmo nome e fórum na Comarca de Vitória” teve seu estatuto lavrado em Cartório de Registro Civil, em 07 de julho de 1987. Dona Melchiadia fala com orgulho da Associação que ela ajudou a criar e da qual foi a primeira Presidente. O fato de ter sido juridicamente instituída, com cargos e atribuições definidos em estatuto, dava-lhe um sinal de distinção. No estatuto, os cargos estavam previamente definidos, bem como o tempo de mandato bienal. Constituída por uma Diretoria Executiva, eleita em Assembleia Geral, assim composta: presidente; vice-presidente; 1º secretário; 2º secretário; 1º tesoureiro e 4 (quatro) fiscais.

Melchiadia foi eleita sem voto, porque, segundo as suas companheiras, exercia uma liderança na comunidade e o cargo lhe pa-

⁴⁷¹ BARTRA et al. *Creatividad Invisible: mujeres y arte popular en América Latina y el Caribe*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

recia bem deliberado. Nas eleições seguintes, Melchiadia preferiu se afastar, voltando, inclusive, a trabalhar no *quintal* da sua casa, “que não é muito grande, mas dá para fazer uma *fogueira* com até duzentas panelas”, confirmando a ideia de quem possui espaço prefere trabalhar “à vontade” em seu quintal. Alceli Rodrigues, ex-presidente da APG, justifica assim a saída de sua mãe do espaço do *galpão*.

Foi criada a associação, que começou com minha mãe, D. Melchiadia, porque havia muitas panelas uma numa casa, uma na outra. Então elas queriam se unir todas num núcleo só, num lugar só. Uniram-se dentro do *galpão*, que é a área que nós temos hoje, que é a área do turismo, para que como elas estavam em casa, mas uma ajudava a outra... Na época delas uma colaborava com a outra: “Hoje é dia de queima, vamos todas para a casa de fulana, queimar e ajudar fulana... Hoje é dia de alisar panela, vamos ajudar...” Então, fizeram aquele grupo. E lá elas continuaram fazendo isso. Aí elas não se adaptaram, acharam que ficar em casa era melhor... Aí os filhos começaram a dar continuidade, renovando, eram novas ideias, então se continuou.⁴⁷²

Com o término do mandato de dona Melchiadia Alves Corrêa Rodrigues, houve eleição, em 1990, para ocupar o cargo de Presidente da APG e Diretoria. Entrou a sobrinha-neta Marinete Corrêa Loureiro, que permaneceu por mais dois mandatos. Em seguida, foi eleita outra sobrinha-neta de Melchiadia e irmã de Marinete, Berenícia Corrêa Nascimento, que também ficou na Presidência por mais três mandatos. Em minha chegada ao campo, Alceli Maria Rodrigues, filha de Melchiadia, estava como Pre-

⁴⁷²Nessa época, Alceli era a Presidente da APG. Entrevista gravada no quintal da família Alves Corrêa, em maio de 2005. Apêndice – remeto ao grupo de referência: genealogia e grupo familiar a que pertence.

sidente, e Valdinéia da Vitória Lucidato como Vice-presidente. Da diretoria, tínhamos: Rosimary Loureiro Amorim (tesoreira), Rejane Corrêa Loureiro (secretária) – ambas filhas de Marinete Corrêa Loureiro; Jessilene Alves Corrêa (irmã de Marinete), Cecília (trabalha na frente para as irmãs Marinete e Berenícia), Lucilina Lucidato de Carvalho (da família Lucidato), Carlos Barbosa dos Santos, Laureci Lucidato da Vitória (ambos da família Lucidato) e Sonia (filha de Margarida Ribeiro).

Quando houve novas eleições, em abril de 2006, entrou para a Presidência da associação a filha de Marinete, Rosimary Loureiro Amorim, que permaneceu pouco tempo no cargo. Alguns meses depois, Rosimary decidiu imigrar para os Estados Unidos, deixando o cargo livre para a Vice-presidente Lucilina Lucidato de Carvalho. No biênio 2006/2007, a Diretoria da APG estava constituída da seguinte forma:

- Presidente – Lucilina Lucidato de Carvalho
- Vice-presidente – Dionara Alvarenga Siqueira
- 1ª Secretária – Lucinéia (Néia) Jesus da Silva
- Tesoureira – Eronildes Corrêa Fernandes
- 1º Fiscal – Samarone Ribeiro
- 2º Fiscal – Sônia Ribeiro
- 3º Fiscal – Carlinhos Barboza dos Santos
- 4º Fiscal – Heloisa Helena Lucidato
- 5º Fiscal – Alceli Rodrigues

Apesar dessa feição mais mercadológica impressa pelas relações sociais de produção da Associação, os laços de parentesco continuam unindo as panelas do *galpão*, que se distribuem pelo espaço em pequenos núcleos familiares. Dividem as *mesas* de trabalho, irmãs e irmãos, marido e mulher, mães, filhos e noras, que buscam proximidade entre as suas *mesas*. Curiosamente, mesmo alguns reconhecendo possuir vínculos consanguíneos com “o colega da frente”, todos são unânimes em afirmar ao pesquisador: “nós aqui somos individuais”.

Para atender aos crescentes pedidos de clientes da cidade de Vitória, de Guarapari e de outros balneários capixabas, bem como a uma demanda de outros estados da federação brasileira e mesmo de outros países, as *paneleiras* assumem que o ritmo de trabalho se intensificou; e, por conseguinte, o número de *auxiliares* também vai variar com o volume das encomendas. Como a lógica da distribuição se dá de forma individualizada, ou seja, cada *paneleira* possui seus próprios clientes – donos de restaurantes, lojistas, turistas, moradores de Vitória, consumidores e atravessadores em geral –, adquiridos por indicação, da maneira a mais variada possível, observa-se um quadro de tensões e de disputas pelos *clientes* que se refletem nos preços, nas intrigas quanto à qualidade do produto do concorrente e nos prazos de entrega das *encomendas*. “Tudo é feito por encomenda”, informa Eronildes, que disse estar em um processo alucinado de fazer panela para restaurantes e comerciantes, além dos brindes de final de ano para as grandes empresas.



Série queima individual no *galpão* da APG

Para Ronildo Alves Corrêa, é importante formar seu *portifólio* de clientes. Ele entende que “o cliente se agrada com a mão da pessoa” e com a relação que estabelece com o artesão.⁴⁷³ Disse também contratar ajudantes no período de muita encomenda. De fato, as relações no *gal-*

⁴⁷³ Conforme foi visto anteriormente, os homens que desempenham esse ofício preferem ser chamados de artesãos.

vão se opõem aquelas do ambiente familiar.⁴⁷⁴ Enquanto neste último as *paneleiras* de *fundo de quintal* param para descansar, tomar café, preparar almoço e arrumar a casa, foi observado que as *paneleiras* do *galpão* não se preocuparam em criar condições mais confortáveis em seus locais de trabalho. Não há bancos suficientes, nem um ambiente em que possam descansar. Os poucos assentos em madeira situados atrás das bancadas são ocupados pelas *alisadeiras* contratadas com o intuito de acelerar a produção. Nesses postos de trabalho, costuma-se ficar o tempo todo em pé. Nem mesmo o lugar reservado para a cozinha foi aproveitado e equipado, ficando evidenciado, portanto, que o *galpão* é visto como um espaço estritamente voltado para o trabalho e a comercialização. Essa opção causa uma série de problemas de saúde para esse grupo, principalmente dores nas pernas, varizes e lombalgias.⁴⁷⁵

Panela da família, patrimônio da nação.

A afirmação de que as *paneleiras* constituem verdadeiros “ícones” da cultura capixaba parece estar contida no reconhecimento de sua atividade como uma “tradição”, fixada em uma territorialidade e transmitida através do convívio cotidiano, que reúne formas de sociabilidade particulares, apropriação e uso dos recursos naturais e habilidade técnica de seus produtores. É uma tradição que se manifesta através do “gosto de mexer com o barro”, e cujo aprendizado se dá de modo espontâneo: o convívio vai ensinando a conhecer a melhor consistência do barro, a lua para coletá-lo, o vento para fazer a *fogueira* e o tempo de cozimento das peças. Pelo relato das mais antigas e das observações em campo, procurou-se reconstituir o processo de iniciação de uma criança no ofício. Como nos mostra Dias, a transmissão do saber-fazer se dá no convívio diário, geralmente, fazendo parte do “processo de socialização primária” (1999, p. 96).

⁴⁷⁴ Dias descreve as adaptações impostas pelo uso da ocupação do *galpão* [...] que pode ser visto também como uma extensão das casas, enquanto espaço de convivência social onde as relações se reproduzem e os conflitos pessoais tomam proporções familiares (DIAS, op.cit., 1999, p.38).

⁴⁷⁵ FUNDACENTRO-ES. Estudo de Segurança e Saúde no Trabalho das Paneleiras de Goia-beiras. Vitória, ES: Fundacentro-ES, 2002.



Açucena, aprendiz de paneleira

Ainda conforme Dias, “a transmissão vem se constituindo pelos anos de mãe para filha, na forma de um aprendizado informal, gerado na intimidade do convívio doméstico, na proximidade que estes laços possibilitam” (idem, p. 95). Como em toda interação social, essa aprendizagem envolve inúmeras nuances: convivência, hierarquia, interesse, disciplina etc. Pode ser um ato puramente imitativo, ou pode envolver um desejo ou vontade mais profundos de ser *paneleira* ou artesão. Segundo Isabel Correa Campos:

Paneleira aqui em Goiabeiras não vai acabar fácil, não. Esse menino aqui [referindo-se ao neto] já começou a fazer. Se eu for levar ele adiante... Eu gosto que ele aprenda. Sabe, ele já pega direitinho, já alisa a panela todinha. Acho que ele tem mão de paneleira, mesmo. A pessoa quando tem a tendência pega a cuia direitinho. Se eu for colocar para fazer direto, ele pega direitinho.⁴⁷⁶

⁴⁷⁶ Entrevista realizada com Izabel Corrêa Campos, 61 anos, concedida em seu local de trabalho, no galpão de vendas de Arnaldo Ribeiro Filho, em Goiabeiras, em dezembro de 2005.



O acabamento: etapa no processo de socialização

Para se tornar uma *paneleira* é preciso conhecer a matéria-prima e desenvolver certas habilidades manuais; por isso, “requer uma disciplina e uma perseverança, um treinamento insistente, em que, no caso, o mestre, a mãe, é rigorosa na transmissão de seu saber”, como assinala Dias (idem, p. 97). Nesse sentido, o processo de aprendizagem se dá em etapas. Primeiro, a criança *ajuda* a mãe *alisando* a panela com seixos de rio. Depois, aprende a *virar* a panela e *passar a faca* em seu fundo, controlando a sua espessura. A *queima* e o *açoitamento*, etapas mais difíceis, também fazem parte de todo esse processo de iniciação ao trabalho artesanal. Pela intensidade da convivência, aprende-se a fazer panelinhas para brincadeiras, *cobrinhas* e outros pequenos *caquinhos* em cerâmica. Com o passar do tempo, esse aprendiz começa a fazer peças cada vez maiores e bem acabadas, tornando-se uma *paneleira pronta*.

Domingas Corrêa da Vitória Fernandes lembra-se de quando aprendeu a fazer panela: “aprendi com minha avó – vovó Galdência – e eu estava com 12 anos. Ela me chamava: ‘vem para cá. Venha fazer caquinho aqui.’ Aí eu fazia com concha de ameixa”.⁴⁷⁷

⁴⁷⁷ Dona Domingas, também conhecida com Iraci, tem 82 anos, paneleira mais velha do galpão, trabalhou em sua *mesa* até adoecer de um derrame; mesmo assim, continuou produzindo bem pouco em sua casa. Esta entrevista foi gravada em maio de 2005, quando ainda estava no galpão. Depois disso, voltei diversas vezes a sua casa.

Não obstante essas práticas associadas à transmissão do saber serem realmente observadas *in loco*, enfatizo a dinâmica de todo o processo de aprendizado para a construção identitária da *paneleira* enquanto categoria social e profissional. Volto a enfatizar que o foco do *registro* recaiu no ofício e nas funções *auxiliares* por ele estabelecidas, em particular na organização social produtiva do *galpão*, e que se ampliou para o território ocupado tradicionalmente pelas famílias de ceramistas da localidade. Conforme me informou a Superintendente Regional e Coordenadora do INRC, Carol Abreu:

Quando a gente *registra*, e foi esse o primeiro processo, foi feito o inventário e muitas coisas a gente começou a fazer: a genealogia, que acabou não sendo inserida na instrução, mas existe, porque foram sessenta e poucas entrevistas com um número relativamente reduzido de famílias. E não foi esse o critério. Buscamos entrevistar pessoas que estavam no galpão e pessoas que estavam em casa também, porque a gente sabia que a atividade se dava nos dois espaços familiar e doméstico e no galpão. Mesmo assim há essa relação fortíssima de parentesco. [...] A gente vai entender não só a atividade produtiva das paneleiras, mas essa pessoa, esse indivíduo paneleira, e esse indivíduo onde ele pertence, no seu grupo, e o que é que fixa essa pessoa naquela localidade, o que é que explica [...] Eu acho que é mais um aspecto pra explicar esse *enraizamento*. Senão fica uma coisa até economicista: o que elas pagam, o que dá um retorno financeiro, isso dá uma evidência porque afinal de contas é um **ícone da identidade regional capixaba**, e agora também **patrimônio cultural do Brasil**.⁴⁷⁸

A visibilidade conquistada por esse segmento junto às instâncias mediadoras do poder público explica parte da grande pene-

⁴⁷⁸ Entrevista concedida pela Superintendente Regional do Iphan, Carol Abreu, realizada nas dependências do Museu Solar Monjardim, 21ª Superintendência Regional, no bairro de Jucutuquara em Vitória, gravada em maio de 2005. Grifos nossos.

tração do produto *panela de barro* nos mercados regional, nacional e internacional. Segundo Carol Abreu, na pesquisa do INRC era importante percorrer o circuito de circulação desse produto:

Tem a questão depois da distribuição; enfim, pra onde vão essas panelas [...] A panela de barro que é um ícone da cultura capixaba, usada e apropriada pelas diversas instâncias desde a municipal, tanto do setor de cultura, quanto do setor de turismo como uma referência de imagem, inclusive, para identificar o que é capixaba.⁴⁷⁹

Nesse sentido, os debates sobre as “denominações de origem” ou “indicações geográficas”, enquanto marcas de diferenciação e qualidade do produto, estão sendo conduzidos por essas instâncias de governo e pelo Sebrae.⁴⁸⁰ Sob essa rubrica, subentende-se o controle do manejo sustentável das matérias-primas, a habilidade técnica de seus produtores e a *identidade cultural* do produto.



A “identificação geográfica” do produto e o selo de “autenticidade”

Hoje no *galpão*, são encomendados *kits* de panelas, como pude acompanhar na minha chegada a campo, o empacotamento de uma encomenda de 450 peças para um único cliente. Essa dimensão da mudança no ritmo do trabalho está referida no Inventário. O princípio econômico básico de que a demanda cria sua própria oferta

⁴⁷⁹ Idem.

⁴⁸⁰ O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) tem organizado uma série de encontros e publicado livros e periódicos com estudos de caso sobre esse assunto. Ver em: *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. LAGES *et al.* (orgs.). Brasília: Sebrae/Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

parece fazer sentido no ambiente de trabalho do *Galpão* das Paneleiras. Para atender aos crescentes pedidos de clientes, as padeiras assumem que o ritmo na produção, como vimos, precisou mudar, seja no aumento do número de horas trabalhadas no *galpão*, seja na contratação de mais ajudantes, seja nos usos do corpo – trabalhar de pé e com os pés –,⁴⁸¹ agilizando o trabalho. Essa “economia do corpo” direcionada para o aumento da produção e para o cumprimento de prazos exíguos de entrega das *encomendas* transformou as relações baseadas na consideração e na reciprocidade familiar em relações de compromisso entre as *paneiras* e seus *compradores*, como bem observa Carla Dias em seu estudo sobre o *galpão* da Associação:

Cada uma tinha compradores certos e a produção estava basicamente vinculada às encomendas, e conseqüentemente aos prazos de entrega. Este sistema mudou o delineou o caráter da produção, e o ritmo do trabalho, da relação das mulheres com o seu fazer, pois serviu como mecanismo de rearticulação, garantia de sua permanência. As mulheres podiam ‘contar’ com a venda, antecipadamente acertada. A dimensão do trabalho no cotidiano, na vida familiar, mudou significativamente. A encomenda cria uma relação de compromisso profissional que passa a ocupar o espaço antes destinado aos compromissos familiares. A dinâmica se altera: antes o trabalho era uma opção possível de conciliação com o universo doméstico-familiar. Agora, a família se volta para esfera pública que o trabalho impõe.⁴⁸²

A rapidez em responder os impulsos do mercado, ampliando de forma crescente e acelerada a produção, atraiu a atenção do Sebrae/ES, que, em 2002, elaborou um relatório sobre o setor artesanal na

⁴⁸¹ Algumas padeiras, na etapa de *virar as panelas* e tirar-lhes o excesso do fundo com uma faca, ou com um instrumento chamado *arco*, deixam cair ao chão o barro e com os pés ficam amassando para poderem reutilizá-lo depois.

⁴⁸² DIAS, op. cit., 1999, p. 144.

Grande Vitória.⁴⁸³ O objetivo do estudo era apresentar um panorama da produção artesanal na região metropolitana, cadastrando os artesãos pelo tipo de produto e matéria-prima empregados. Interessou-me particularmente a sessão sobre a cerâmica produzida na localidade de Goiabeiras Velha, que consumiu mais da metade do número de páginas dessa publicação. As informações produzidas pelos assessores técnicos do Sebrae revelam uma série de ampliações desse mercado de bens culturais e simbólicos. Nesse levantamento, foram abordados os critérios para fixação do preço de venda, os sistemas de produção e de comercialização, além das participações dos artesãos em feiras e exposições. Dos resultados apresentados, selecionei apenas aqueles relacionados com a formação de preços, confirmando que não existe uma política de preços dentro da Associação. Essa questão foi abordada na oficina de *salvavarda*, da qual participei e sobre a qual comentarei adiante.

Quanto ao quesito embalagem, além de ser um componente da formação de preço, observei a prática de vender “panela crua” ou “semiacabada”, informando um sistema de apropriação dos meios de produção muito próximo ao que Hovenkamp indicou na década de 1990, conforme exposto na seção anterior, quanto a fazer panela para um “dono”.

Nome do artesão	Critérios para fixação do preço de venda
Jaquelina Gomes Campos	O tempo de produção
Dinalva Alves Corrêa	O que o cliente paga
Gecy Alves Corrêa/Sula	
Maria Dalva Carlos de Salles	O custo da mão de obra
Gilda Gomes Campos	
Zilda Campos	O preço dos produtos semelhantes
Domingas Corrêa Santana	
Josélia Rodrigues Corrêa/Zélia	
Marlene Corrêa Alves	
Maria Celina dos Santos	O custo do material empregado O preço dos produtos semelhantes
Tania Maria Lucidato Medina	

⁴⁸³ SEBRAE/ES. Diagnóstico do Setor Artesanal – Matérias-primas: barro, produtos do mar e madeira (grande Vitória). Vitória, fevereiro, de 2002.

Alzina Campos do Nascimento	O custo da mão de obra O custo do material empregado
Bernacy Gomes Ferreira	
Eloisa Helena Ferreira Lucidato	
Genilda Ferreira Lucidato	
Jessilene Corrêa Fernandes	
Lucila do Nascimento Corrêa	
Valdêlcia Salles de Souza	
Maria da Conceição Barboza	O preço dos produtos semelhantes O que o cliente paga
Lucia Florinda Nascimento Corrêa	
Jenete Alves Rodrigues	
Delci Salles da Silva	O custo da mão de obra O custo do material empregado O tempo de produção
Elizete Salles dos Santos	
Ilza dos Santos Barboza	
Licéia Alvarenga De Siqueira	
Palmira Rosa de Siqueira	
Sônia Santos da Conceição	O tempo de produção
Janilda Alves Rodrigues Bento	O custo do material empregado O custo da mão de obra O preço dos produtos semelhantes
Marinete Correia Loureiro	O preço dos produtos semelhantes O que o cliente paga O tempo de produção
Maurício César Rocha Corrêa de Sá	O tempo de produção
Alceli Maria Rodrigues	O custo da mão de obra
Aldi Corrêa Campos	
Lucy Barboza Salles	O que o cliente paga
José Nazareno Castro Farias Claudiano	

Débora Keila Barboza Corrêa	O preço dos produtos semelhantes
Rosimere Loureiro Amorim	
José Carlos Ambrósio/Esquerdinho	
Nilcéia Alvarenga Ambrósio Esquerdinho	
Valda da Vitória Lucidato	
Letícia Pereira Pinto	
Valdinéia da Vitória	O custo do material empregado
Fábio Fernandes dos Santos	
Leones Ribeiro	De acordo coma oferta e a procura
Márcia Ferreira de Jesus/Marcinha	O que o cliente paga
Domingas Corrêa da Vitória Fernandes	O custo do material empregado O preço dos produtos semelhantes
Lucilina Lucidato de Carvalho	
Ronildo Alves Corrêa	O custo da mão-de-obra O tempo de produção
Marli Barboza	
Melchiadia Alves Rodrigues	O preço dos produtos semelhantes O que o cliente paga
Sonia Ribeiro	
Valdete Maria Mohem/Deti	O que o cliente paga O custo da mão de obra
Ivone Ribeiro	O tempo de produção O que o cliente paga
Maria Inês Leão Garcia	O custo do material empregado O tempo de produção
Margarida Lucidato Ribeiro	O preço dos produtos semelhantes O custo da mão de obra
Ademilson Rodrigues	O custo da mão de obra O custo do material empregado O tempo de produção
Ana Iziz Reis Silva	
Berenícia Corrêa Nascimento	
Eonetes Alves Corrêa	
Eronildes Corrêa Fernandes	

Bárbara Peroba	O custo do material empregado O preço dos produtos semelhantes O que o cliente paga
Ivonei Barboza	
Jucileida Barboza	
Lucinéia de Jesus da Silva	O custo do material empregado O custo da mão de obra O preço dos produtos semelhantes
Carlos Barboza Santos	
Maria das Graças Corrêa	O custo do material empregado O custo da mão de obra De acordo coma oferta e a procura

FONTE: <http://vix.sebraees.com.br/arquivos/pesquisa%20madeira.doc>, acessado em 24 de março de 2008.

Dentro do *galpão* a política de preços é competitiva entre os próprios associados, reproduzindo a lógica da economia clássica da *concorrência perfeita*. Os critérios para formação de preços são individualizados e levam em conta as relações de trabalho lá estabelecidas (tempo de produção, custo da mão de obra terceirizada e custo das matérias-primas). Apesar dos insumos utilizados serem os mesmos e os produtos semelhantes, o custo final do produto varia de acordo com o poder de barganha dos *clientes*, o que se traduz em muita *encomenda*. Do mesmo modo, observam-se também nos *quintais* relações de mercado; contudo, as unidades domésticas tendem a conservar os seus *compradores*. Nesse sentido, as *encomendas* não costumam gerar competição entre as *paneleiras* de *fundo de quintal*, pois as relações com os clientes (donos do restaurante ou atravessadores, em sua maioria) estão pautadas pela lógica da consideração.⁴⁸⁴

No contexto de produção do inventário do Iphan, as tensões provocadas pelo acordo assinado entre a Diretoria da APG e Cesan, em 2001, expuseram e fragilizaram as questões referentes à

⁴⁸⁴ A análise de Lygia Segala sobre “as diferentes lógicas instituidoras do trabalho comunitário” observadas em seu trabalho de campo, na Rocinha, parece-me também apropriada para esse caso. Segundo Segala, “as representações do ideário do trabalho comunitário, calcado no bem comum, no voluntariado e na consideração são reestruturadas pela lógica do contrato, pelas discontinuidades administrativas e pela racionalidade burocrática da ação pública municipal”. Nas duas situações pesquisadas, enfatizo a interferência do poder público e de outros atores sociais nas dinâmicas de trabalho e renda. Cf. SEGALA, L. B. P. *O riscado do balão japonês: trabalho comunitário na Rocinha (1977-1982)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1991, p. 6, 12.

representação política dos grupos familiares que estavam na diretoria da Associação. Esse e outros aspectos representavam um desafio para a implementação das ações de *salvaguarda* junto ao grupo de ceramistas. Conforme me revelou Carol Abreu:

Para a política de salvaguarda são várias ações possíveis e desejáveis. Nós vamos fazer uma oficina comportamental de associativismo; não mais só a questão conceitual. É ver como elas lidam com a questão da liderança, da representatividade política, e que outras vantagens o fato delas estarem associadas pode render para elas.⁴⁸⁵

Na fase de identificação da pesquisa do INRC foram revelados desentendimentos no ambiente do galpão com relação às hierarquias do espaço e às encomendas. Segundo Carol Abreu, o estudo do Iphan verificou:

Vários níveis de inserção e de exclusão. Você tem, à primeira vista, num nível mais raso, as que estão no galpão e as que estão fora. As que estão fora porque desejam continuar fora, nas suas casas, no seu ritmo tradicional, e as que não foram contempladas com o espaço do galpão. E você tem dentro do galpão também a insatisfação ou a hierarquização do espaço: as que estão mais pra frente, as que estão mais atrás, as que estão com uma área mais reduzida, as que ocupam uma área maior.⁴⁸⁶

Diante de um conjunto de atitudes tão individualizadas perante aos demais associados do *galpão* e de *fundo de quintal*, o Iphan realizou uma série de oficinas voltadas para a *gestão associativa* e a *formação de preço*, no sentido de redefinir “normas de convivência e de funcionamento do galpão” e discutir uma tabela única de preços para os asso-

⁴⁸⁵ Entrevista concedida pela Superintendente Regional do Iphan, Carol Abreu, realizada nas dependências do Museu Solar Monjardim, 21ª Superintendência Regional, no bairro de Jucutuquara em Vitória, gravada em maio de 2005.

⁴⁸⁶ Idem.

ciados. No entanto, essa iniciativa provocou a resistência do grupo de artesãos do *galpão* e as oficinas foram esvaziadas. Quando inquiridos sobre o assunto, a resposta era sempre a mesma: “aqui ninguém combina. Acho que é porque todo mundo trabalha para si”.

As tabelas produzidas pelo Sebrae, em 2002, dão um panorama do estado das artes da produção artesanal em Goiabeiras. Ao analisá-las, pude identificar os alguns nomes de artesãos e suas famílias. Pude verificar também que a maioria das pessoas faz parte da Associação das Paneleiras. Quanto ao preço final do produto, a embalagem é mais um elemento a ser considerado. O fato de embalarem seus produtos em engradados para o negociante atacadista evidencia uma prática comum e antiga em Goiabeiras, uma vez que a produção está voltada para fora da comunidade em um circuito de atravessadores informado pela lógica de mercado. A tabela abaixo também informa para uma prática antiga na localidade: a venda da panela crua de outra *paneleira*.

Nome	Embala seus produtos	Como embala?*	Não embal a seus produtos por quê?
Ademilson Rodrigues	Não	-	Custa caro e não tem costume
Águeda Valentina Nunes Machado	Sim	A	
Alceli Maria Rodrigues	Não	-	Custa caro e não há o costume de embalar
Aldi Corrêa Campos	Não	-	Apenas entregam o produto
Alzina Campos do Nascimento	Sim	A	-
Ana Iziz Reis Silva	Sim	A	-
Bárbara Peroba	Sim	A	-

Berenícia Corrêa Nascimento	Não	-	Custo caro e não há costume
Bernacy Gomes Ferreira	Sim	A	-
Carlos Alberto da Vitória/Cacá	Sim	A	-
Carlos Barboza Santos	Sim	A	-
Débora Keila Barboza Corrêa	Sim	A	-
Delci Salles da Silva	Sim	A	-
Dinalva Alves Corrêa	Sim	A	-
Domingas Corrêa da Vitória Fernandes	Sim	A	-
Domingas Corrêa Santana	Sim	A	-
Elizete Salles dos Santos	Sim	A	-
Eloisa Helena Ferreira Lucidato	Não	-	As panelas são vendidas cruas
Eonetes Alves Corrêa	Não	-	Custa caro e não tem costume de embrulhar
Eronildes Corrêa Fernandes	Sim	A	-
Fábio Fernandes dos Santos	Sim	A	-
Genilda Ferreira Lucidato	Não	-	Vende panelas cruas
Gecy Alves Corrêa / Sula	Sim	A	-
Gilda Gomes Campos	Sim	A	-
Ilza dos Santos Barboza	Sim	A	-
Ivone Ribeiro	Sim	B	-
Ivonei Barboza	Sim	A	-
Jacélia Barboza Lima	Sim	A	-
Jenete Alves Rodrigues	Sim	A	-
Janilda Alves Rodrigues Bento	Sim	A	-
Jaquelina Gomes Campos	Não	-	-
Jessilene Corrêa Fernandes	Sim	A	-

José Carlos Ambrósio/ Esquerdinho	Sim	A	-
José Nazareno Castro Farias Claudiano	Não	-	Deixa exposto
Josélia Rodrigues Dias Corrêa/Zélia	Sim	A	-
Jucileida Barboza	Sim	A	-
Leones Ribeiro	Sim	A	-
Letícia Pereira Pinto	Sim	A	-
Licéia Alvarenga De Siqueira	Sim	A	-
Lucia Florinda Nascimento Corrêa	Sim	A	-
Lucila do Nascimento Corrêa	Sim	A	-
Lucilina Lucidato de Carvalho	Sim	A	-
Lucinéia de Jesus da Silva	Não	-	Quando os clientes compram já trazem a caixa para levar o produto
Lucy Barboza Salles	Sim	A	-
Márcia Ferreira de Jesus/ Marcinha	Não		Vende a panela semiacabada
Margarida Lucidato Ribeiro	Sim	A	-
Maria Celina dos Santos	Sim	A	-
Maria da Conceição Gomes Barboza	Sim	A	-
Maria da Glória Ferreira	Não		Vende as panelas semiacabadas
Maria Dalva Carlos de Salles	Sim	A	-
Maria das Graças Corrêa	Sim	BA	-
Maria Inês Leão Garcia	Sim	A	-
Marinete Correia Loureiro	Sim	A	-
Marlene Corrêa Alves	Sim	A	-

Marli Barboza	Sim	A	-
Maurício César Rocha Corrêa de Sá	Sim	A	-
Melchiadia Rodrigues	Sim	A	-
Nilcéia Ambrósio Esquerdinho	Sim	A	-
Palmira Rosa de Siqueira	Sim	A	-
Rejane Corrêa Loureiro	Sim	B,A	-
Ronildo Alves Corrêa	Sim	A	-
Rosimere Loureiro Amorim	Sim	A	-
Rosy Mary Campanha Barcelos	Não	-	Produção para uso pessoal e para presentear
Sonia Ribeiro	Sim	A	-
Sônia Santos da Conceição	Sim	A	-
Tania Maria Lucidato Medina	Sim	A	-
Valda da Vitória Lucidato	Sim	A	-
Valdelícia Salles de Souza	Sim	A	-
Valdete Maria Mohem/ Deti	Sim	A	-
Valdinéia da Vitória	Sim	A	-
Zilda Campos	Não	-	-

*A = Para transporte/frete, sem função complementar ou decorativa.

B = Para apresentação do produto final, independentemente de ser objeto de outro artesanato.

FONTE: <http://vix.sebraees.com.br/arquivos/pesquisa%20madeira.doc>, acessado em 24 de março de 2008.

As feiras e exposições dão visibilidade ao produto e as informações produzidas pelos assessores técnicos do Sebrae/ES revelam esse processo de ampliação desse mercado de bens culturais e simbólicos. Os associados que participam do *galpão* da Associação são os que mais se beneficiam com as feiras regionais e nacionais. Para aqueles que não estão inseridos no galpão – *paneleiras*

de fundo de quintal/ panelleiras de residência –, a Festa das Panelleiras representa o único evento que possibilita alcançar uma visibilidade da produção e, por conseguinte, novas *encomendas* e *clientes*. A participação em feiras é lucrativa, porque é a maneira mais eficaz de divulgar o produto. No entanto, requer planejamento para dar conta dos prazos e das *encomendas* contratados anteriormente. As *panelleiras* contratam *auxiliares* e aumenta a sua produção para *não deixar nenhum cliente na mão*. Além disso, comprometem-se com novos *compradores* nesses eventos. Geralmente, a prefeitura paga um ônibus para as *panelleiras* viajarem e levarem no bagageiro as *panelas* condicionadas em engradados de madeira. A prefeitura e o Sebrae são os maiores parceiros na divulgação das *panelas* de Goiabeiras.

Nome	Feiras/exposições
Ademilson Rodrigues	Feira em São Paulo
Águeda Valentina Nunes Machado	Artenor (AL), Febarro (ES), Feira do Verde, Feira dos municípios, Feira da Solidariedade
Alceli Maria Rodrigues	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Febarro (ES), Fearte (PR), Feira de Natal (RN)
Aldi Corrêa Campos	Feira das <i>panelleiras</i> em Goiabeiras
Ana Iziz Reis Silva	Feira de Carapina
Bárbara Peroba	Feira das <i>panelleiras</i> em Goiabeiras
Berenícia Corrêa Nascimento	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Febarro (ES), Fearte (PR), Feira de Natal (RN)
Bernacy Gomes Ferreira	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Febarro (ES),
Carlos Alberto da Vitória / Cacá	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Febarro (ES),
Carlos Barboza Santos	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Feira de Curitiba e das <i>Panelleiras</i>
Débora Keila Barboza Corrêa	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Feira de Curitiba (PR)
Dinalva Alves Corrêa	Festa das <i>Panelleiras</i>

Domingas Corrêa da Vitória Fernandes	Febarro (ES), Festa das Nações (SP)
Domingas Corrêa Santana	Festa das Panelleiras em Goiabeiras
Elizete Salles dos Santos	Feira de artesanato no Rio de Janeiro
Eonetes Alves Corrêa	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Febarro (ES), Feira de Natal (RN), Mostra Brasil (RJ), Sutaco (SP)
Eronildes Corrêa Fernandes	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Artenor (AL),
Fábio Fernandes dos Santos	Feira das Panelleiras em Goiabeiras
Ilza dos Santos Barboza	Febarro (ES),
Ivonei Barboza	Feira das panelleiras em Goiabeiras
Jacélia Barboza Lima	Febarro (ES), em São Paulo e Belo Horizonte, Portal do Itamaraty na Malásia (internet)
Janilda Alves Rodrigues Bento	Cefets, Unicamp, Espaço cultural e de lazer de Goiabeiras (panelão)
Jessilene Corrêa Fernandes	Feart Curitiba, (PR)
José Carlos Ambrósio/ Esquerdinho	Festa das panelleiras
Josélia Rodrigues Dias Corrêa / Zélia	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Febarro (ES), Feira de Natal (RN)
Leones Ribeiro	Festa das panelleiras em Goiabeiras
Letícia Pereira Pinto	Febarro (ES)
Lucilina Lucidato de Carvalho	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Febarro (ES), Festa das panelleiras
Lucy Barboza Salles	Mão de Minas
Margarida Lucidato Ribeiro	Congresso de Medicina na Ufes
Maria Celina dos Santos	Festa das panelleiras em Goiabeiras
Maria Inês Leão Garcia	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Feira em Brasília e no Rio de Janeiro
Marinete Correia Loureiro	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Febarro (ES), Feira Latino Americana Curitiba PR, Mostra Brasil (RJ), Feira em Natal (RN)
Maurício César Rocha Corrêa de Sá	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Febarro (ES), Feira da Solidariedade e Feira do Verde Vitória
Melchiadia Alves Corrêa da Vitória Rodrigues	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Artenor (AL), Febarro (ES),

Palmira Rosa de Siqueira	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Febarro (ES),
Rejane Corrêa Loureiro	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Minas, Fiart Curitiba
Rosimere Loureiro Amorim	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Febarro (ES), ES, Terra do Beija-flor (SP)
Sonia Ribeiro	Congresso de medicina na Ufes (exposição e venda de panelas)
Tania Maria Lucidato Medina	Feira das paneleiras
Valdinéia da Vitória	Feira Latino-americana de artesanato (RS), Mão de Feira internacional de Curitiba

FONTE: <http://vix.sebraees.com.br/arquivos/pesquisa%20madeira.doc>, acessado em 24 de março de 2008.

Os gargalos identificados nesse processo de produção-distribuição-consumo foram explorados nas oficinas programadas pelo Iphan e executadas em parceria pelo Artesanato Solidário (ArteSol), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que tem como objetivo principal atender as necessidades econômicas das comunidades artesãs, em todo o território nacional, gerando trabalho e renda por meio da revitalização do *artesanato tradicional*.

O ArteSol realizou um diagnóstico sobre a situação da produção artesanal das Paneleiras de Goiabeiras,⁴⁸⁷ no período de 17 a 19 de agosto de 2005, confirmando as principais questões identificadas no processo de inventário, conforme visto: acesso e preservação das matérias-primas; infraestrutura de trabalho e organização das atividades de produção e comercialização e acesso às políticas públicas de saúde e aposenta-

⁴⁸⁷ A reunião foi realizada no clube 3 de maio, em Goiabeiras Velha, com representantes das associações locais (Paneleiras, Moradores, Banda de Congo, Pescadores e Marisqueiros) e de órgãos públicos e privados que apoiam as *paneleiras*. A reunião, conduzida pelo Iphan, teve a participação das Secretarias de Cultura e Turismo do Município, principais órgãos apoiadores das paneleiras em feiras e eventos, além das Associações de Folclore, Banda de Congo e do Sebrae/ES, para citarmos os mais importantes. Discutiu-se, principalmente, a reforma do galpão das paneleiras, mas não houve qualquer consenso entre as partes. Ao final dessa tumultuada reunião, chegou-se a conclusão de que o grupo de artesãos era bastante fragmentado, uma vez que parte do grupo não aceitou a planta apresentada pela Secretaria de Obras.

doria.⁴⁸⁸ Esse estudo inserido no âmbito do plano de *salvaguarda* serviu de subsídio para as oficinas temáticas programadas para o ano de 2006.

Em verdade, as paneleiras são bastante procuradas pelas instâncias do poder público e da iniciativa privada, seja em função desse saber-fazer enraizado na comunidade e tomado como símbolo de um artesanato regional, seja pela autonomia e projeção que alcançaram com o produto *panela de barro*. Em diversas ocasiões – entrevistas, palestras, cursos e oficinas –, elas são solicitadas a relatar sobre o processo de transmissão do ofício e o modo como organizam a produção dentro da associação. Segundo Alceli Alves Rodrigues, ex-presidente da Associação das Paneleiras de Goiabeiras:

Você produz; ninguém quer ficar parado. A produção é alta e não tem mais espaço nos quintais. No começo da Associação, eram as 12 casinhas com as senhoras que começaram. Depois, entraram os filhos, os netos... Em 1991, através da Lei Rubem Braga, houve o aumento do galpão.⁴⁸⁹

O fato de os próprios associados exporem publicamente o modo de organização social produtiva na associação, sempre enfatizada pela ideia de que “aqui todos somos individuais”, criou as bases reflexivas e conceituais para as oficinas sobre “estratégias associativas” e “formação de preço”.⁴⁹⁰

A primeira oficina foi realizada entre os dias 07 e 09 de março de 2006, nas dependências da Universidade de Vitória (Univix), *campus* Goiabeiras Velha, e pretendeu retomar as discussões que estavam em pauta na reunião anterior, dando-lhes um caráter de urgência. A reforma do galpão e a questão das vendas provocaram muitas discussões entre os associados, com tons acusatórios para

⁴⁸⁸ IPHAN, *op.cit.*, 2006, p. 48 49.

⁴⁸⁹ Depoimento dado por Alceli Alves Rodrigues na palestra “Cultura da Cooperação”, realizada no dia 10 de novembro de 2006, no restaurante de associação, e conduzida por um assessor do Sebrae/ES.

⁴⁹⁰ Agradeço a transparência dessa organização por me disponibilizar os relatórios de atividades referentes às duas primeiras oficinas. Em novembro de 2006, pude acompanhar a terceira oficina sobre *associativismo e formação de preços*. Na ocasião, estavam presentes as assessoras Macao Góes – especialista em cooperativismo/ArteSol e Fátima – especialista em gestão/ArteSol e Sebrae/ RN.

aqueles que não distribuem as *encomendas* aos demais associados. As oficinas programadas previam noções de *práticas associativas* e *formação de preço*, com especial atenção ao *relacionamento interpessoal*, à *gestão associativa*, ao *trabalho coletivo* e à *gestão produtiva*.⁴⁹¹ O segundo ciclo de oficinas ocorreu no galpão da Associação das Paneleiras, no início do segundo semestre de 2006, entre os dias 19 e 21 de julho, e procurou retomar os *principais pontos de estrangulamento identificados pelo grupo*. Segundo os relatórios de atividades da ArteSol, participaram 21 pessoas no primeiro ciclo e 23 no segundo – “variando a frequência nos três dias”, conforme relatório –, todos “artesãos cadastrados na Associação das Paneleiras de Goiabeiras”. Nessa etapa da capacitação dos artesãos, admitiu-se o “baixo índice de participantes”, considerando o “número de associados inscritos na Associação das Paneleiras de Goiabeiras”. Constatou-se também a “não participação de outros membros que trabalham individualmente fora do galpão”.⁴⁹²

Em novembro de 2006, pude acompanhar o terceiro ciclo de oficinas programadas como parte das ações de *salvaguarda* pelo Iphan. As oficinas foram realizadas nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2006, no restaurante desativado das paneleiras. Com relação ao uso do restaurante, as paneleiras enfatizam a dificuldade de trabalhar “nesse ramo”, referindo-se à gastronomia como um “mundo à parte”, apesar de seus produtos cerâmicos estarem sempre associados à moqueca e a torta capixaba.

Ministrada pelas especialistas em gestão e cooperativismos do Artesanato Solidário (ArteSol), dessa vez estiveram presentes paneleiras e artesãos ligados ao *galpão*⁴⁹³ e aos *quintais*.⁴⁹⁴ No entan-

⁴⁹¹ ArteSol. Relatório de Atividade – Estratégias Associativas. s/d, p. 1.

⁴⁹² ArteSol. Relatório de Atividade – Estratégias Associativas (parte II). s/d, p. 5.

⁴⁹³ Audir Corrêa Campos, Berenícia Corrêa Nascimento, Carlos Barbosa dos Santos, Eronilde Corrêa Fernandes, Eonetes Alves Corrêa, Jessilene Alves Corrêa, Janete Gomes Inocência, Josélia Dias Corrêa, Lucy Barbosa Salles, Lucilina Lucidato de Carvalho, Marinete Corrêa Loureiro, Nilceia Alvarenga Ambrozio, Ronildo Alves Corrêa e Valdineia da Vitória Lucidato.

⁴⁹⁴ Alceli Maria Corrêa Rodrigues, Ademilson Rodrigues, Melchiadia Alves Corrêa da Vitória Rodrigues Maria da Conceição Gomes Barboza, Elizete Salles dos Santos e Izabel Corrêa Campos.

to, observei que a frequência se manteve baixa e variável. No primeiro dia, participaram apenas oito pessoas; nos dois últimos dias foram quinze artesãos, em média, pois muitos não permaneceram o dia todo nas atividades programadas.

Dona Lucilina Lucidato de Carvalho, nessa época Presidente da Associação das Panelleiras, falou-nos sobre a dificuldade das pessoas do *galpão* tomarem parte nas reuniões: “As pessoas não largam as panelas para nada! Na hora vai sempre alguém fazer *fogueira*”. Sobre a pequena participação das panelleiras de *fundo de quintal*, justifica-se pela lateralidade dessas artesãs nos processos decisórios que envolvem *clientes* e benfeitorias para o *galpão*. Durante a minha permanência em campo, ouvi diversas vezes as seguintes declarações: “Tem muita panelleira em casa esquecida. Se não está no galpão não é panelleira.”; “quem trabalha de *fundo de quintal* sabe pouca coisa [sobre os assuntos da associação], não é considerada panelleira.”; “o galpão está pequeno para todos”; “as antigas não são mais nada!”; “tem muita panelleira que está parando por motivo de doença”. Essas declarações repercutem nas práticas cotidianas das panelleiras e nas representações que têm sobre o trabalho. Tais constatações indicam que há no *galpão* uma centralização das informações que provavelmente tem a ver com os esquemas familiares de controle da produção. Mostram, ainda, a inexistência de uma identidade de grupo, de trabalho cooperativo para além dos sistemas familiares de ajuda.

Após as reflexões realizadas e considerando o histórico de conflitos do grupo, observou-se que alguns artesãos “não veem sentido em participar de nada coletivamente, pois a descrença de que algo aconteça em relação a mudanças positivas é grande para a maioria”.⁴⁹⁵ A esse ponto soma-se a seguinte pergunta: por que o desinteresse em participar das oficinas? Certamente porque isso pouco responde às necessidades das *panelleiras*, aos modos como compreendem o trabalho e as alianças locais.

⁴⁹⁵ ArteSol. Relatório de Atividade – Estratégias Associativas (parte II). s/d, p. 3.

Partindo desse diagnóstico das condições de produção, distribuição e atividades de promoção, a ideia dessas oficinas era produzir uma série de mudanças comportamentais no associado de modo a aceitar formas cooperativadas de organizar a produção dentro do *galpão*. Na base desse discurso, propunha-se uma redefinição da “estratégia competitiva de mercado”, “com ganhos de qualidade, competitividade, otimização e redução de custos de aquisição de matéria-prima, no beneficiamento, no transporte e na distribuição dos produtos”.⁴⁹⁶ Estruturadas em “técnicas comportamentais”, essas duas primeiras oficinas tiveram como “embasamentos teóricos” a “teoria dos jogos”, a “dinâmica dos grupos” e a “andragogia”, tendo como bases a “metodologia APA – Aprendizagem por Ação e [o] método Metaplan (visualização móvel), onde toda a execução dos treinamentos é vivencial e participativa com foco na realidade do grupo”.⁴⁹⁷

Dentro dos conteúdos trabalhados pelas oficinas, destacam-se as questões da “autossustentabilidade” na aquisição das matérias-primas, produção e distribuição, da “importância e consequência do trabalho em grupo” e da “cooperação dos associados”. Outro item que me chamou especial atenção foi a identificação dos “pontos fracos” e das “oportunidades de melhorias [para o grupo] desvinculadas da dependência de órgãos públicos e privados”. Isso nos faz supor uma rede intrincada de relações e de mediações, cujas tensões para dentro e para fora do grupo de artesãos precisam ser melhor investigadas. Além disso, parte-se do pressuposto de que há um “grupo”, mas pouco se discute a formação desse mesmo grupo e a gestão de seus conflitos. Ademais, há uma contradição entre uma suposta “auto-sustentabilidade” e

⁴⁹⁶ ArteSol. Relatório de Atividade – Estratégias Associativas. s/d, p. 1.

⁴⁹⁷ Não me cabe fazer qualquer juízo de valor quanto aos fundamentos teóricos, tampouco a metodologia utilizada. O que se pode apreender nesse caso foi a ineficácia de sua aplicação perante o mesmo grupo. ArteSol. Relatório de Atividade – Estratégias Associativas. s/d, p. 2.

a proposta de uma “postura empreendedora”, se pensarmos que são lógicas de mercado antagônicas.⁴⁹⁸

Durante o último ciclo de oficinas, programou-se uma visita ao Museu Solar Monjadim. Conforme visto no capítulo anterior, este museu reconstitui uma residência rural do Século XIX. Nos arredores de Goiabeiras havia muitas chácaras e construções de estilo rural, feitas de estuque e equipadas com fogão de lenha. Para o grupo de senhoras de meia e terceira idades que visitaram a exposição, esse ambiente lhes pareceu familiar. Portanto, desde o início do circuito, interessaram-se pelo exercício da memória e sentiram-se estimuladas a falar de uma Goiabeiras até a bem pouco tempo rural: as casas de estuque da região; os apetrechos de cozinha, com destaque para as panelas de barro e o fogão à lenha.



Panelas no museu: espaço de valor patrimonial para um grupo de igual valor

Na volta à comunidade, as assessoras conduziram nova dinâmica prevista na terceira etapa das ações de salvaguarda. Foi pedido para que as panelas desenhassem ou escrevessem sobre os seguintes assuntos: “você e a panela de barro”; “você e as panelas”; “você e seu patrimônio”. Não tive acesso aos resultados dessa parte da dinâmica para uma posterior análise, mas, do que pude observar, todas, sem exceção, preferiram desenhar. Nos desenhos, o processo de trabalho foi muito explorado e em quase todos eles havia uma fogueira. No entanto, a dinâmica não aprofundou as implicações desse processo de patrimo-

⁴⁹⁸ ArteSol. Relatório de Atividade – Estratégias Associativas (parte II). s/d, p.4.

nalização sobre os agentes que produzem as painéis, tampouco a relação entre o ofício das paineleiras (patrimônio imaterial) e as painéis (patrimônio material) expostas como objetos utilitários que veiculam sentido “histórico” e “tradicional” no contexto da sociedade capixaba.

Dando continuidade às dinâmicas, passou-se para a outra temática em pauta: os direitos previdenciários das paineleiras. Em uma folha de papel pardo, constava o seguinte cabeçalho: “o artesão e a previdência: direitos e deveres”. Segundo o exposto, é dever das *paneleiras* contribuir, ao menos por 12 meses, com um percentual calculado sobre o salário mínimo, para que assim possam usufruir dos benefícios previdenciários, como o auxílio maternidade e a perícia médica. Essa questão suscitou longo debate, uma vez que tais esclarecimentos não resolviam o problema daquelas senhoras que não possuíam renda o suficiente para se inscreverem como asseguradas autônomas do INSS.

Izabel Corrêa Campos fala do processo de exclusão das paineleiras mais velhas, tanto as que ainda estão dentro do *galpão*, quanto as que estão nos *quintais*, em função das mudanças que vem ocorrendo na dinâmica de trabalho:

Ali no galpão não tem mais ninguém com mais de 60 anos, só Luci, Bernanci e Lucilina. Quando chega a essa idade, a mulher não tem mais estrutura de enfrentar aquela fogueira de sol a sol, principalmente quando chega dezembro e janeiro. Não dá pra enfrentar mais! Hoje, ela [a paineleira velha] ou faz pra alguém, ou paga pra alguém queimar. Eu não tenho como pagar ninguém pra queimar pra mim [...] Quando falo que eu fico triste, é por causa disso: é aonde eu cheguei. Eu não fico triste por ser paineleira, não. É aonde eu cheguei com a painela de barro. Meu pai, minha mãe chegaram na simplicidade deles, que deu pra eles chegarem [...] Eu quero fazer conforme aprendi, devagar; se errei, desmanchar. Eu não faço mais painela do jeito que gostaria

de fazer, porque você vai se esgotando. O trabalho de paneleira é muito duro! Quem tá ali no galpão, cada um tem o seu parceiro: um pra alisar, outro pra fazer, outro pra queimar. Tem tudo isso. Eu não tenho! Como eu posso fazer? Se uma pessoa vem aqui e me encomenda vinte panelinhas, mas isso não dá pra eu sobreviver!⁴⁹⁹

A melhoria na qualidade de vida e a repartição equitativa dos benefícios do processo de patrimonialização dos bens culturais de natureza imaterial constituem desafios de difícil consecução. Nas oficinas de *salvaguarda*, abordou-se a proposta de um “gerenciamento coletivo” dos processos de produção e de comercialização dentro do *galpão* decorrente do aumento da produção e da maior visibilidade das painéis. No entanto, essa individualidade de que falam as *paneleiras* está relacionada ao fato de possuírem as suas redes próprias de clientes. Concluiu-se, portanto, de que a saída para tais impasses seria pensar a “Associação de Paneleiras enquanto uma estratégia competitiva de mercado onde o fomento de práticas associativas se constitui em uma maior eficiência da produção com ganhos de qualidade e competitividade através do desenvolvimento de habilidades pessoais, interpessoais e empreendedoras”.⁵⁰⁰ Vale investigar em que medida essa ideia de “prática associativa” rompe com o sistema de produção que envolvia ajuda entre as famílias e com as alianças no ambiente do *galpão*.

⁴⁹⁹ Esse depoimento foi gravado no quintal de Izabel Corrêa Campos no meu retorno à comunidade para a XV festa das paneleiras, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2006; ou seja, dois finais de semanas depois da oficina do Iphan. Izabel assim resume a oficina: convivência no galpão, organização, respeito, venda de panela, preço de panela, encomendas e INSS. Por fim, disse ter gostado do que falaram, mas reconhece: “não adiante que eles não aceitam!” E conclui: “É sempre assim, questão de família.”

⁵⁰⁰ ArteSol. Relatório de Atividade – Estratégias Associativas (parte II), p. 5. Grifos nossos.



Dinâmicas de “comunicação” e “criatividade”

As técnicas vivenciais abordadas pouco dão conta de um aprendizado da negociação e da representação na produção do grupo. Ao que tudo indica, essas oficinas tiveram como objetivo primeiro criar um grupo de trabalho, neutralizando iniciativas individuais concorrentes, calcadas em redes de relações produtivas marcadas pelo parentesco. Isso, por um lado, implica em redefinição da produção, das relações de trabalho e do escoamento da produção, criando estratégias para centralização da produção, alargamento do mercado, geração de demanda, conhecimento das possibilidades e dos circuitos de venda já consolidados; por outro lado, a produção do grupo pelo esforço associativo, ou prática associativa, implica em um trabalho de negociação permanente, de produção de consensos circunstanciais.

O formato da oficina, sempre muito breve, não considera uma questão central que é a da mediação para resolução e encaminhamento dos conflitos gerados pelas mudanças na produção e no mercado, uma vez que não se problematiza a própria ideia de organização social produtiva. Toma-se isso como um dado sem se reconhecer as especificidades dos processos “tradicionais” de produção. Na verdade, são modos diversos de produzir e de escoar a produção. Essa passagem, estimulada pelo Iphan e acelerada pelo *registro*, muda completamente uma lógica pautada pela consideração, pela reciprocidade equilibrada e pelo parentesco para uma lógica de *galpão* em que está em jogo uma racionalidade burocrática, contratados e centralizados por alguns.

Considerações Finais

Ao final deste trabalho, procuro retomar alguns pontos centrais sobre os quais pude construir o meu argumento de pesquisa. Na correlação entre patrimônio e nação e no quadro de forças das instituições nacionalizantes da década de 1930, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional destacava-se por congregar uma série de intelectuais modernistas, alguns deles articulados ao campo universitário das ciências sociais nascentes e ao campo editorial interessado em títulos sobre “cultura brasileira”. Os contatos de Mário de Andrade com professores da Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo, bem como os de Rodrigo M. F. de Andrade com os antropólogos naturalistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro apontam nessa direção. Nas publicações do SPHAN figuram os nomes de grandes intérpretes do Brasil, como os de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda.

Ao identificar e relacionar os principais eixos de produção intelectual que objetivaram a ideia de um patrimônio nacional, observa-se que o diálogo da antropologia com a política de patrimônio é contínuo e se manifesta desde a institucionalização da agência de preservação. Heloisa Alberto Torres, Raimundo Lopes, Edgar Roquette-Pinto e Luiz de Castro Faria são alguns desses nomes. Este último manteve uma relação de décadas com a agência do Patrimônio, participando do Conselho Consultivo e da elaboração da política de preservação dos sítios arqueológicos, bem como da gestão dos recursos sobre pesquisa, *cadastramento* e registro em instrumento próprio da agência.

Nas décadas seguintes, observam-se novas formas de se entender e de se praticar a antropologia. Uma delas é o próprio uso da *cultura popular* como termo de referência. O panorama que se pretendeu traçar justifica-se pela recorrência com que certos *dispositivos* permaneceram controlados pela agência estatizada. Nesse sentido, comentei uma série de formulações e de discursos intelectuais, de procedimentos administrativos e de ações de preservação

adotados que construíram processualmente a ideia de patrimônio cultural imaterial.

Para chegar ao contexto de produção da legislação sobre o patrimônio cultural imaterial foi necessário percorrer a longa história institucional, principalmente os anos de 1980 e 1990. A ideia de um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional consolida-se a partir dos anos de 1930 e tem na presença de alguns intelectuais modernistas a sua base de formulação política. Na análise desse campo temático, busquei anexar novos elementos; ou seja, não me limitei à constatação de uma análise institucional ao redor da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor-fundador do SPHAN, mas me fixei nas representações da vertente patrimonialista daquele momento. De um lado, Mário de Andrade na gestão do Departamento de Cultura de São Paulo e nas articulações estabelecidas com instituições de ensino ligadas às ciências sociais nascente, notadamente com a Universidade de São Paulo e a Sociedade de Etnografia e Folclore. De outro, Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do SPHAN, articulado a outras redes modernistas e com relações com os antropólogos naturalistas do Museu Nacional em torno do patrimônio arqueológico.

Dentre os instrumentos de política de preservação do patrimônio, têm-se condutas diferenciadas que ocasionam impasses de ordem conceitual e metodológica. O *tombamento*, por exemplo, vai incidir sobre os bens materiais de pedra e cal, as obras artísticas e os monumentos, ou seja, as coisas em sua materialidade; já o *cadastro* dos sítios arqueológicos impõe outra démarche de trabalho e outros desafios já que o processo de seleção e conservação se pauta por cânones científicos de uma antropologia ainda vinculada à arqueologia, à linguística, à antropologia física e biológica – a antropologia dos quatro campos tributada por Franz Boas.

Internacionalmente, os debates também se estruturam em torno do patrimônio edificado, dos monumentos da antiguidade

de clássica e dos sítios arqueológicos. Não obstante muito rapidamente o enfoque das agências multilaterais, em particular da Unesco, voltar-se para o postulado da diversidade cultural e da cultura popular. Valores, práticas e representações de diferentes grupos humanos começam a ganhar o estatuto de patrimônio mundial, como informa o Programa “Tesouros Humanos Vivos” e, mais recentemente, a “Lista representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade”.⁵⁰¹ Com a publicação dessas novas listas, os antropólogos são os *experts* nos debates sobre a cultura e a diversidade étnica e cultural.⁵⁰²

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao promover o Seminário comemorativo de seus sessenta anos, em 1997, deu um grande passo em direção à política de patrimônio imaterial que se consolidou na década seguinte. Nesse sentido, o Iphan elabora novo *dispositivo legal*, o Decreto 3.551, de agosto de 2000, pretendendo com ele regulamentar o *dispositivo Constitucional* de 1988. Essa iniciativa antecede em cerca de três anos a Convenção de Salvaguarda da Unesco para o Patrimônio Cultural Imaterial. Conforme visto, a consolidação dessa política de *registro e inventário* do Iphan levou a Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial a expor a experiência brasileira e inaugurar sessão solene na Unesco.

Outro momento institucional identifica o patrimônio imaterial e estabelece ações de *salvaguarda*, segundo uma definição antropológica de cultura. Porém, essa é uma noção muito recente e ganha espaço no mundo oficial das políticas a partir dos anos 1980. Além disso, vem sendo amadurecida pelos gestores e pelos técnicos de

⁵⁰¹ A Unesco programou medidas “para assegurar maior visibilidade do patrimônio cultural imaterial, aumentar o grau de conscientização de sua importância e propiciar formas de diálogo que respeitem a diversidade cultural”, segundo Art. 16 da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Ver IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 380. Dentre as obras que ingressaram na lista incluem-se as Expressões Gráficas dos Wajãpi e o Samba de Roda do Recôncavo Baiano.

⁵⁰² Vale lembrar que Lévi-Strauss gozava de grande prestígio na Organização e que escreveu sob sua encomenda, em 1952, o trabalho *Raça e História*. Ver: LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e história*. In: *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 4. ed, p. 328-366, 1993.

política pública no mundo inteiro para dar conta de uma dimensão da cultura que prioriza os saberes populares e os fazeres que constituem tradições locais. Por esse motivo, as discussões contemporâneas sobre patrimônio cultural giram em torno de questões como cultura popular, diversidade e pluralidade sociocultural.

As discussões sobre o Patrimônio “imaterial” ou “intangível” referem-se aos processos humanos de criação e transmissão do conhecimento e à manutenção de padrões, alguns deles de tradição secular, presentes nas festas rituais, celebrações religiosas, nas formas de expressão e no artesanato tradicional. A valorização desse tipo de processo de produção conduz a uma metodologia de inventário apropriada a esse patrimônio imaterial. Com as muitas análises dos casos apresentados ao Iphan, fundamentados em *dossiê* e em pesquisa de inventário, cria-se uma jurisprudência. O *registro* do patrimônio imaterial vai incidir sobre os processos, sobre a transmissão dos conhecimentos e a interação social. As políticas de Estado procuram articular essa diversidade à noção de unidade nacional. Em princípio, o Inventário Nacional de Referências Culturais foi desenvolvido por antropólogos, mas de uma maneira que não antropólogos também possam fazer pesquisa de patrimônio imaterial. Quanto ao objeto específico do presente estudo – o *ofício de paneleira* no bairro de Goiabeiras Velha, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo – o inventário foi conduzido pela Superintendente do Iphan/ES, que possui pós-graduação em antropologia. Para se conduzir uma pesquisa de inventário do patrimônio imaterial, necessita-se maior atenção aos referenciais teóricos da antropologia e um enfoque metodológico de salvaguarda diferenciado daquele do patrimônio material.

Vale observar que na última década a ressignificação desse *dispositivo* do patrimônio imaterial conseguiu agregar um número crescente de grupos e comunidades interessadas em preservar a sua “cultura”. Célia Corsino, ex-Diretora do Departamento de

Identificação e Documentação, revela que a demanda institucional na época do lançamento do Decreto foi menor do que a esperada. Em sua gestão, deu-se a contratação da consultoria do antropólogo Antônio Augusto Arantes para a elaboração de um novo Inventário Nacional para os *bens culturais* de natureza processual e dinâmica. Segundo Corsino, em sua sala de trabalho foram promovidas reuniões para diversos ajustes na metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Na ocasião, participaram, além da equipe do antropólogo Antônio Augusto Arantes, técnicos da instituição, como as historiadoras Ana Cláudia Lima e Alves e Márcia Chuva, a antropóloga Ana Gita e a museóloga e Diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular Cláudia Márcia Ferreira. Fazendo um parêntese e contraponto ao quadro da legislação de arqueologia, verifica-se que, no caso do patrimônio imaterial, a agência de preservação apropriou-se do processo de elaboração e refinamento desse instrumento.

A aplicação da metodologia do INRC em Goiabeiras esteve sob a responsabilidade da Superintendente regional do Iphan no Espírito Santo, Teresa Carolina de Abreu que foi quem sistematizou os dados apresentados no final da primeira parte desse livro.

Diante das informações levantadas pelo INRC, a superintendência regional do Iphan propôs ações de salvaguarda voltadas para a questão da matéria-prima, por envolver insumos não renováveis na natureza, como o barro e o tanino – este último extraído das árvores do mangue. Ademais, as disputas pela jazida do Vale do Mulembá, que envolveu a CESAN e a APG, foram intensamente debatidas durante todo o processo do *registro*.

Além das questões de natureza ambiental, as medidas de salvaguarda elaboradas pelo Iphan também previram “oficinas comportamentais de associativismo”. O Iphan chegou a esse modelo de proposta a partir do diagnóstico elaborado pela OSCIP Artesanato Solidário (ArteSol). A análise que envolveu questões relacio-

nadas à liderança no galpão e à sua representatividade política foi construída levando-se em conta as versões produzidas no ambiente *galpão* mediante a aplicação de questionários.

A condução da pesquisa do Iphan sobre as Panelleiras procurou identificar seus principais executores, seus locais de trabalho e as famílias tradicionalmente vinculadas ao ofício. Os critérios pautaram-se na “representatividade” (Fonseca, 2004), tal como o reconhecimento das panelas de barro, associado à culinária típica regional – refiro-me à moqueca e à torta capixaba, como uma “tradição” da sociedade capixaba, bem como das próprias panelleiras, por meio de sua Associação, que manifestaram interesse pela preservação de seus *bens culturais*. Acrescenta-se a essa lista de mediadores e parceiros as entidades culturais, as empresas e o poder público local. Destarte, essas políticas por sua própria especificidade demandam a participação de mediadores culturais que estabelecem parcerias com o Iphan no sentido dar continuidade à *salvaguarda* do bem cultural.

A Associação das Panelleiras de Goiabeiras é a entidade representativa da categoria profissional, já vem estabelecendo relação com a Prefeitura de Vitória, com o Sebrae/ES e, por meio das leis de incentivo à cultura, encaminhando projetos para empresas no sentido de angariar apoio, como obtenção de material de divulgação e de embalagens e demais necessidades. Paralelamente, a atuação da associação junto aos órgãos públicos e privados, o ofício de *paneleira* se mantém de forma considerada “tradicional”, no âmbito dos grupos familiares e dentro dos limites físicos de seus *quintais*.

No caso desse primeiro processo de *registro*, as novas demandas do mercado parecem significativas para o grupo. Quando perguntadas, as *paneleiras* afirmaram que a produção é alta e que as pessoas que estão nos *quintais* não possuem mais muito espaço de *queima*. Limites, portanto, dessa nova “economia de escala” de

produção do *galpão*. Em minhas visitas à localidade de Goiabeiras Velha, nas conversas com as paneleiras de *fundo de quintal*, a questão do *registro* do patrimônio sempre apareceu de maneira liminar. Para as senhoras mais antigas, então, que não participavam mais tão diretamente do processo de produção, a maior parte dizia desconhecer a instituição IPHAN e todo o processo de *registro*. Nos *quintais* de Goiabeiras, a notícia de que as paneleiras haviam se tornado “Patrimônio Cultural do Brasil” era então um assunto distante e pouco compreendido. Além disso, os benefícios com o aumento de *encomendas* não atingiram todo o segmento. As senhoras e grupos familiares que se mantiveram ativos no ofício em seus *quintais* alegam, inclusive, ter sofrido os impactos negativos do efeito do *registro*, com a perda de clientes e encomendas para o *galpão* da associação.

A pesquisa de campo, realizada no bairro de Goiabeiras Velha, revelou um processo de produção arraigado no tempo e no espaço. A transmissão do ofício se manifesta através da oralidade e em ambiente familiar. Boa parte dos moradores da localidade possui alguma relação com a produção das panelas de barro. Os estudos conduzidos pelo Iphan contabilizaram cerca de 120 famílias nucleares que estão envolvidas de alguma maneira no processo, seja através da obtenção dos insumos naturais (o barro e a tinta da árvore do mangue), seja produzindo ou participando como *auxiliar* em alguma das etapas da confecção das panelas.

Até muito recentemente, e aqui localizo a década de 1980 com base nos relatos das pessoas envolvidas no processo produtivo, as *paneleiras* e seus familiares se organizavam de maneira mais solidária na produção e distribuição das panelas de barro, destacando-se o sistema de entreaajuda. Isso significava dizer que, ao confeccionarem as panelas em seus respectivos *quintais* e segundo as regras de residência apontadas na pesquisa, todas

contavam com a *ajuda* das outras panelleiras – todas suas parentas – no momento da *queima* e *açoite* das panelas. A divisão do trabalho social dentro das unidades domésticas segue etapas muito próximas àquelas estudadas por antropólogos sobre comunidades de oleiros tradicionais. Nesse modelo, são as mulheres que produzem o artefato cerâmico com a ajuda – nas etapas de acabamento – das filhas, sobrinhas, noras ou mesmo vizinhas mais jovens. Quanto aos homens, estes são responsáveis pelo “serviço pesado”: *coletar o barro, escolher, cortar e armazenar* em locais apropriados de modo a deixá-lo pronto para o uso. São eles também que costumam tirar as panelas, seja do forno, seja da fogueira, quando o processo de queima é céu aberto, como aqueles enfocados nesse estudo de caso. Quanto à distribuição e venda desse artefato cerâmico, já se observam mudanças significativas. Em tempos passados, eram os homens dessas famílias, geralmente pescadores e catadores de mariscos, os responsáveis pela distribuição nos mercados de Vitória e adjacências.

Interessado em revelar as relações de trocas estabelecidas entre grupos tribais, clãs e famílias, Mauss⁵⁰³ demonstra como tais coletividades se obrigavam mutuamente, contratando e estabelecendo alianças em um longo circuito de trocas. Essas obrigações de ordem material e moral configuram um sistema de reciprocidade pautado nas relações familiares e de aliança. Em Goiabeiras, foi necessário investigar o processo de organização social produtiva nos antigos *quintais* e reconstituir as genealogias das famílias que tradicionalmente trabalham no ofício. Em uma comunidade com elevado índice de casamentos endogâmicos, em que todos os envolvidos no processo produtivo se reconhecem como parentes, as relações de produção determinadas pela entreatada de parentes e vizinhos nos *quintais* das *panelleiras* foram se transformando principalmente por con-

⁵⁰³ MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

ta da perda dos espaços de *queima*. Por meio dos depoimentos coletados, pude concluir que era no processo da *queima* o momento que essas alianças eram reafirmadas. Além disso, com o crescimento urbano e a especulação imobiliária, muitos desses antigos moradores, pescadores com baixo nível de renda e de escolaridade, foram levados a vender parte desses terrenos. Novas famílias foram morar no bairro, sendo que algumas delas se agregaram ao processo de trabalho, principalmente através das relações de casamento.

As transformações ocorridas pela expansão urbana, pelo aterramento de parte do manguezal e pela construção da estação de tratamento de esgoto sanitário aparecem nas narrativas dos moradores da localidade como expressão do conflito: com o crescimento do bairro o ofício que antes era executado nos *quintais* e mobilizava uma rede de parentela passou a se concentrar no porto de Goiabeiras, mais precisamente no *galpão* da associação. Com o processo associativo de finais da década de 1980, as paneleiras foram estimuladas pelo poder público municipal a se organizar em entidade própria, com estatuto e regimento interno. A partir desse momento, estreitaram-se os laços com os poderes públicos locais e algumas demandas foram atendidas, como o *galpão* de trabalho e o transporte da matéria-prima em caminhão da prefeitura. Estado e município passaram a investir no turismo e na gastronomia regional, que ganham relevo nessa estratégia de capitalização econômica e simbólica. Com respeito à disputa pelo barreiro, foram observados conflitos e negociações. Em relação ao processo produtivo propriamente dito, observam-se mudanças significativas se comparadas aos “tempos dos quintais”. Apesar do espaço do *galpão* ser organizado em função das famílias, observou-se que se estrutura a partir de uma lógica empresarial, pautada por relações mercantis com *auxiliares* e *clientes*.

As oficinas programadas pelo Iphan, em parceria com entidades com perfis diferenciados, como são os casos do ArteSol e do Sebrae, foram produzidas em cima de um diagnóstico que pouco refletiu as demandas e expectativas dessas redes sociais pautadas em relações de parentesco. As mudanças por conta das *encomendas* e dos acertos políticos com os órgãos públicos trouxeram transformações no processo produtivo dentro do *galpão*. Em contrapartida, as panelerias de *fundo de quintal* possuem uma posição periférica nesse sistema. Izabel Gomes Campos, diante das exigências de mercado e da nova racionalidade burocrática do *galpão*, resume o sentimento da “paneleria velha”, aquela tão distinguida nos documentos de *inventário* e *registro* como referência de saber de tradição e da transmissão desse fazer artesanal:

Ela [paneleria velha] faz tão perfeitinha e não vende. Ela não reclama por necessidade. Mas ela quer fazer as panelas de barro até os últimos dias da vida dela. Porque é uma coisa que é da raiz dela. Aquilo é tradição; é a raiz dela. Ela não precisa mais. Mas ela quer ter o direito de pegar o dinheiro daquela obra que ela fez e está servindo ainda. Isso é uma raiz dela. Vem de tradição e acabou. Aqui tinha uma senhora que morava aqui numa casinha de estuque também. Ela era cega e viveu 104 anos... Ela com os olhos fechados *alisava* uma panela que você ficava impressionada! A panela ficava lisinha... e porque ela ia *alisando* as panelas e botando onde estava numa caixinha. E ficava ali sentada no banquinho gritando: – “Olha as panelas!” Ela não fabricava, mas não podia faltar panela para ela *alisar*; mesmo ela não enxergando. E por ali ela ficava: – “Você está fazendo panela?” Eu falava: “Estou.” – “Aí se eu pudesse, aí se minha vista fosse boa! Eu estava fazendo panela”. “Mas a senhora está alisando a panela?” – ‘Mas eu queria fazer, entendeu?’⁵⁰⁴

⁵⁰⁴ Entrevista gravada em novembro de 2006, no contexto da oficina de Salvaguarda do Iphan.

A pesquisa de campo apontou diferenças no processo de apropriação do *registro*. Faço tais considerações a partir das minhas observações e das entrevistas realizadas, bem como dos trabalhos etnográficos já realizados, seja através do levantamento mais instrumental feito através do Inventário do Iphan para a instrução do processo de *registro* e feita sob coordenação de antropólogos, seja através das pesquisas realizadas por antropólogas, em momento anterior, sobre o processo de trabalho das paneleiras. Ao final deste trabalho, busca-se enfatizar a importância da continuidade das análises dos processos de *Registro* do Patrimônio Imaterial, como enfatizou o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, em seu parecer, propondo um sistema de referenciamento e de valorização dessa natureza de registro:

Proponho que o Iphan se habilite a apresentar ao Conselho Consultivo relatórios bienais que permitam ao Conselho avaliar os rumos de seu trabalho. Deveriam fazer parte da pauta dessas avaliações bienais de caráter meramente informativo, por um lado, a atenção aos possíveis e eventuais efeitos negativos do Registro, do ponto de vista de apropriações mercantis descabidas da conotação de “autenticidade”, por exemplo.⁵⁰⁵

Tais acompanhamentos parecem-me constitutivos da natureza desse *bem cultural*. Justifica-se no estudo de caso apresentado pela própria dinâmica dos atores sociais, das disputas políticas e transformações no modo de organização social e produtiva dos agentes. Como exemplo a ser considerado, pode-se citar o processo eletivo da associação, em abril de 2008. Os resultados das escolhas políticas terão efeitos nas redes de relações sociais com os órgãos públicos e privados que participam desse processo de mediação cultural.

⁵⁰⁵ IPHAN. Ata da 37ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 15 de novembro de 2002.

No contexto de produção do inventário do Iphan, as tensões provocadas pelo acordo assinado entre a Diretoria da APG e Cesan, em 2001, expuseram questões da representação política dos grupos familiares que estão na Associação. O fato de os próprios associados assumirem publicamente os conflitos decorrentes do modo de organização social produtiva na Associação forneceu ao Iphan as bases conceituais que priorizou uma certa modalidade de ação de *salvaguarda*: as “oficinas de associativismo”. Inclusive, como a temática não era de ordem prática para as paneleiras do *galpão*, mais interessadas na reforma de seu espaço de trabalho, poucas foram as que participaram.

Este estudo, portanto, pretendeu demonstrar que o patrimônio imaterial deve ser mais bem compreendido em seu sentido etnográfico. Qual seria o papel dos antropólogos diante da patrimonialização de seus objetos de estudo? Seria o patrimônio cultural imaterial uma nova categoria antropológica? O objetivo foi refletir sobre as suas implicações e problemáticas. Os usos e apropriações desses processos parecem se multiplicar para além da definição normativa proposta pelas agências de preservação. No caso analisado sobre o primeiro *registro*, o próprio desenvolver da pesquisa exige um desdobramento do trabalho de acompanhamento dessas relações do *galpão* com as secretarias, com o Iphan, com o Sebrae e demais instituições parceiras. Por fim, retomo aqui as palavras de Marcel Mauss: “trata-se mais de propor objetos de investigação do que resolver um problema e dar uma resposta definitiva.”⁵⁰⁶

⁵⁰⁶ MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 309.

Referências Bibliográficas

Legislação:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Texto constitucional, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 31/2000 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural brasileiro. Cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 3.924 de 26 de junho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Documentos:

Arquivo CASTRO FARIA (Museu de Astronomia/Rio de Janeiro):

Caixa 06, doc. C.F.D.A. 054; Caixa no. 07, doc. C.F.D.A.07.053; Caixa no. 7, doc. C.F.D.A. 07.060; Caixa no. 7, doc. C.F.D.A.07.066; Caixa no. 07, C.F.D.A.07.092; Caixa 14, doc. C.F.D.A.14.207; Caixa 14, C.F.D.A.14.220.

CASTRO FARIA, L. Lições de sabedoria e generosidade. Lembranças de Mário de Andrade. S.P, 21/09/1992. (CFDA 09.06.097).

CASTRO FARIA, L. **Relatório de uma viagem ao estado do Espírito Santo**. Abril de 1945. CNPq/ Museu de Astronomia/ Arquivo CASTRO FARIA (CFDA.11.03.074).

Arquivos Iphan (Rio de Janeiro e Brasília):

Listagem Série Arquivo Técnico-Administrativo SPHAN. Sub-série Instituto – Evolução Institucional. Mód. 72 Prat. 02 Cx. 246 e 247 Pastas 54-56 e 57-59; CX. 156. Folder: Legislação, Lei nº 3924/1961.

Arquivo Noronha Santos. **SÉRIE ARQUEOLOGIA**. CX. 156. Folder: Legislação, Lei nº 3.924/1961. Sub-série História – cx. 90, pasta 12. Museu Nacional - 1949 a 1971

IPHAN. **Guia da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Índice cumulativo (1937-1990). Rio de Janeiro: IBPC, 1991.

IPHAN; DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – DID. **Dossiê de Estudo R. 01/01**, Integrante do Processo 01450000672/2002-50, referente ao 1º Registro de Patrimônio Imaterial (Ofício das Panelleiras Goiabeiras), Brasília, 2002.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC**: Manual de aplicação. Brasília: MINC/ IPHAN/ DID, 2000.

Outros documentos consultados:

ARTESOL. **Relatório de Atividade – Estratégias Associativas**. s/d.

ARTESOL. **Relatório de Atividade – Estratégias Associativas (parte II)**. s/d.

Catálogo do Arquivo da Sociedade de Etnografia e Folclore (1993).
Versão digital http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/acervo/sef_1.swf,
acessada em 02/01/08.

CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL. Bases
para um Trabalho sobre o Artesanato Brasileiro Hoje. Brasília,
SCN, s/d.

FUNARTE/INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE. **En-
contro Produção de Artesanato Popular e Identidade Cultu-
ral**. Rio de Janeiro: Funarte/INF, 1983.

FUNDACENTRO-ES. **Estudo de Segurança e Saúde no Trabalho
das Paneleiras de Goiabeiras**. Vitória, ES: Fundacentro-ES, 2002.

SEBRAE/ES. **Diagnóstico do Setor Artesanal. Matérias pri-
mas: barro, produtos do mar e madeira (Grande Vitória)**. Vi-
tória, fevereiro 2000.

Referência:

ABREU, C. “Ofício de paneleira: conhecimento, reconhecimento
e permanência”. In: FONSECA *et al.* **Registro e Política de Sal-
vaguarda para as Culturas Populares**. Série Encontro e Estudos
n. 6. Rio de Janeiro: Iphan, CNFCP, p. 15-23, 2005.

ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio: ensaios
contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora DP&A: Faperj, 2003.

ALMEIDA, Alfredo W. B. “Amazônia: a dimensão política dos
‘conhecimentos tradicionais’”. In: ACSELRAD, Henri (org.)
Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Du-
mará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, Babuçais Livres, Castanhas do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico. Vol. 2. Manaus: PPGSCA-Ufam, 2006.

ALMEIDA, Paulete de O. **“Do Manguezal à Panela de Barro. Proposta de Inserção de novos espaços no tecido urbano da Grande Goiabeiras”.** Monografia apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Ufes, Vitória, 1997.

ANASTASSAKIS, Z. **Dentro e Fora da Política Oficial de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS, 2007.

ANDERSON, B. Introdução. In: BALAKRISHNAN, G. (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional.** São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Mário de. “Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”. In: **Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo M. F. de Andrade, 1936-1345.** Brasília: SPHAN/FNPM, 1981.

ANDRADE, Mário de. “Folclore”. In: Moraes, R. B. E Berrien, W (orgs.). **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1948, p. 285-317.

ANDRADE, Mário de. **Curso de Filosofia e Historia da Arte & Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e**

Artístico Nacional. São Paulo: Centro de Estudos Folclóricos/GFAU, 1955.

ANDRADE, Mário de. **Literatura Comentada.** Seleção de textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico por João Lafetá. São Paulo: Nova Cultural, 3. ed., 1990.

ANDRADE, Mário de. **O Baile das Quatro Artes.** Edição Comemorativa do 30º Aniversário da Morte de Mario de Andrade: 1945/1975. São Paulo: Martins-MEC, 1975.

ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz.** Belo Horizonte, Minas Gerais: Itatiaia, 2002.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos.** México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Artistas Coloniais.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Rodrigo e o SPHAN.** Rio de Janeiro: MinC-SPHAN-FNPM, 1987.

ARANTES, A. A. (Org.). **Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1996.

ARANTES, A. A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 190-203, 1994.

ARANTES, A. A. **Museu Aberto do Descobrimento**. Guia Cultural. 1ª ed. Brasília e Campinas: IPHAN e Andrade e Arantes Ltda., 2001.

ARANTES, A. A. “Documentos Históricos, Documentos de Cultura”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 22, Rio de Janeiro: Iphan, 1987. p.48-55.

ARANTES, A. A. *et al.* **Produzindo o Passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARANTES, A. A. “A Preservação de Bens Culturais como Prática Social”. **Revista de Museologia**. São Paulo, Instituto de Museologia/Fesp, v.1, n. 1, 1989.

ARANTES, A. A. “Patrimônio Imaterial e Referências Culturais”. **Revista Tempo Brasileiro**. Patrimônio Imaterial, n. 147, Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, out.-dez., 2001. p. 123-128.

AZEREDO, P. R. **Antropólogos e Pioneiros: a história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

BARTRA *et al.* ***Creatividad Invisible: mujeres y arte popular en América Latina y el Caribe***. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

BENTO, J. A. R. **Conhecendo as Benzedeadas de Goiabeiras Velha**. Vitória: Ed. Do Autor, 2004.

BOAS, F. *A formação da Antropologia Americana, 1883 – 1911: antologia*. Organização e introdução George W. Stocking, Jr. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

BOAS, F. In: CASTRO, C. (org.) *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, P. “Les Rites comme Actes d’Institution”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 43, juin, 1982.

BOURDIEU, P. “Comprender”. In: BOURDIEU *et al.* *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro: vozes, 1997.

BOURDIEU, P. *Vous Avez Dit “Populaire”?* In: *Actes de la Recherche de Sciences Sociales*. 46:98-105, 1983.

BOURDIEU, P. “A casa Kabyle ou o mundo às avessas”. *Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP*. N. 8. São Paulo, 1999.

BOURDIEU, P. “A Ilusão Biográfica”. In: FERREIRA, M. (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BOURDIEU, P. “A Juventude é apenas uma palavra”. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. “Campo Intelectual e Projeto Criador”. In: *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007.

BRAVO, A. F. et al. *La Invención de la Nación: lecturas de la identidad de herder a homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

BREFE, A. C. F. “Museu, imagem e temporalidade”. *Anais do museu paulista*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2007

BURKE, P. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CABRAL, Fabrícia. G. S. *Saberes Sobrepostos: design e artesanato na produção de objetos culturais*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2007.

CABRAL, João Pina; LIMA, A. P. *Como Fazer uma história de família: Um exercício de contextualização social*. *Etnográfica*. Vol. IX (2): 355-390.

CANDIDO, A. *O Método Crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.

CARNEIRO, E. “Evolução dos Estudos de Folclore no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Folclore*. Vol. 2. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, 1962. n. 3, pp. 47-62.

CARVALHO, Luciana. “Reflexões sobre a experiência de aplicação dos instrumentos do Inventário Nacional de Referências Culturais”. In: FONSECA *et al.* *Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica e perspectiva*. Série Encontros e Estudos n. 5, Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

CARVALHO, Rosane M. R. **As transformações da relação museu e público: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ-IBICT, 2005.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 9. ed. Revista, atualizada e ilustrada. São Paulo: Global, 2000, p. 396.

CASTRO FARIA, L. **Um Outro Olhar.** Diário da expedição a Serra do Norte. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre azul, 2001.

CASTRO FARIA, L. “Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia”. In: CHUVA, M. (org.). **A Invenção do Patrimônio.** Rio de Janeiro: Iphan, 1995.

CASTRO FARIA, L. **Antropologia: duas ciências.** Notas Para Uma História da Antropologia no Brasil. Alfredo Wagner, Bruno de Almeida, Heloísa Maria Bertol Domingues (orgs). Rio de Janeiro: CNPq/Mast, 2006.

CASTRO FARIA, L. **Antropologia: escritos exumados II: dimensões do conhecimento antropológico.** Niterói, RJ: EdUFF, 2000.

CASTRO FARIA, L. **Antropologia: escritos exumados III: lições de um praticante.** Niterói, RJ: EdUFF, 2006.

CASTRO FARIA, L. **Antropologia: espetáculo e excelência.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993.

CASTRO FARIA, L. **As Exposições de Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

CAVALCANTI, Maria Laura; VILHEMA L. “Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no. 5, v.3., 1990.

CAVALCANTI, M. L. & VILHEMA L. “Os Estudos de Folclore no Brasil”. In: **Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate**. Rio de Janeiro: INF/FUNARTE, 1992. p. 101-112.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR; FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES; MINISTÉRIO DA CULTURA. “Cultura Material: identidades e processos sociais”. In: VELHO, Gilberto e outros (orgs.). **Série Encontros e Estudos III**. Rio de Janeiro: FUNARTE, CNFCP, 2000.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR; IPHAN; MINISTÉRIO DA CULTURA. “Registro e Políticas de Salvaguarda para as Culturas Populares”. In: FALCÃO, Andréa. **Série Encontros e Estudos VI**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005. 90p.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR; IPHAN; MINISTÉRIO DA CULTURA. “Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas.” In: FONSECA et. al. (orgs.) **Série Encontros e Estudos V**. Rio de Janeiro: FUNARTE, IPHAN, CNFCP, 2004. 96p.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 1996.

CHAIA, V. M.; DANTAS, G. **Panela de Barro**. Raiz da Cultura Capixaba. Vitória: Secretaria de Estado de Turismo, 2002. p. 5-11.

CHARTIER, R. “Cultura Popular: revisando um conceito historiográfico”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n. 16, 1995. p.179-192.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. *Escribir las Prácticas*. Buenos Aires: Manantial, 1996.

CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001.

CHUVA, M. R. R. “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ/7 Letras, 2004, v. 4, n. 7, jul.-dez., 2003.

CHUVA, M. R. R. *Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese de Doutorado. vol. I e II. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1998.

CLIFFORD, J. *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CLIFFORD, J; MARCUS, G. (orgs.). *Writing Culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

CORDEIRO, G. **Um lugar na cidade**. Cotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica. Lisboa: Publicações Dom Quixote Ltda., 1997.

CORRÊA, M. **Patrimônio da Nação: os índios e a história da Antropologia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Vol. 14, n. 40, jun. 1999.

DA MATTA, R. “A Casa Brasileira. Casa, Rua e Outro Mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade por Roberto da Matta.” **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 19, Rio de Janeiro: Iphan, 1984. p.4-14.

DA MATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

DAVIS, N. Z. “O Povo e a Palavra Impressa” In: **Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 157-185. 1990.

DIAS, Carla C. **A Tradição Nossa é essa, é Fazer Panela Preta: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/EBA, 1999.

DIAS, Carla C. **Panela de Barro Preta: A Tradição das Panelas de Goiabeiras – Vitória-ES**. Rio de Janeiro: Mauad X/Facitec, 2006.

ELIAS, N. “Uma Digressão sobre o Nacionalismo”. In: **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FERNANDES, F. **O Folclore em Questão**. 2. ed. São Paulo: editora Hucitec, 1989.

FONSECA, M. C. L. “Referência Cultural: bases para novas políticas de patrimônio”. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Manual de aplicação. Brasília: Iphan, 2000.

FONSECA, M. C. L. *et al.* “Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva”. In: **Série Encontros e Estudos** n. 5. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: Iphan, 1997.

FONSECA, M. C. L. “A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário”. In: MOTA; SILVA. (orgs.). **Inventário de Identificação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que Degolei Minha Mãe, Minha Irmã e Meu Irmão...** Um Caso de Parricídio do Século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

FRAIZ, P. “A Dimensão Autobiográfica dos arquivos pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 11, no. 21, 1998.

FRANCO, A. A. M. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Topbooks, 3. ed., 2005.

GALLOIS, D. T. “Expressão Gráfica e Oralidade entre os Wajãpi do Amapá – Brasil”. *Boletim do Museu do Índio*, n. 9, outubro de 2002.

IEPÉ. In: GALLOIS, D. T. (org.). **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará**. São Paulo: Iepé, 2006.

GARCIA, M. V. C. De “O Belo e o Velho” ao Mosaico do Intangível. Aspectos de uma Poética e de Algumas Políticas de Patrimônio. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB, Brasília, 2004.

GEERTZ, C. **Negara**. O Estado Teatro no Século XIX. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, A. C.; NEDER, G. “Antropologia no Brasil: Trajetória intelectual do prof. Luiz de Castro CASTRO FARIA” *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, v. 2, n. 4, dezembro de 1997.

GOMES, A. C. “Nas Malhas do Feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11, n. 21, 1998.

GONCALVES, J. R. S. “Em Busca da Autenticidade: ideologias culturais e concepções de nação no Brasil”. In: GONÇALVES, M. A.; VILLAS BOAS, G. (Orgs.). **O Brasil na Virada do Século: o debate dos Cientistas Sociais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, v. 1, p. 235-256.

GONÇALVES, J. R. S. “Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais”. *Revista de*

Estudos Históricos. v.1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 2, 1988, p. 264-275.

GONÇALVES, J. R. S. “Coleções, Museus e Teorias Antropológicas: reflexões sobre conhecimentos etnográficos e visualidade”. **Cadernos de Antropologia e Imagem.** Rio de Janeiro: UERJ, n. 8, 1999. p. 21-34.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Iphan, 1996.

GONÇALVES, J. R. S. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios”. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan.-jun/2005

GUEDES, S. L. “Redes de Parentesco e Consideração entre Trabalhadores Urbanos: tecendo relações a partir de quintais”. **Caderno do Centro de Recursos Humanos.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador. N. 29; 1998, p. 189-208.

GUIMARÃES, D. P. **A Reinvenção da Tradição: Ícones Nacionais de Duas Américas** (Museu Nacional de Belas Artes e Metropolitan Museum of Art of New York). Tese de doutorado. PP-GAS, Museu Nacional, UFRJ, 1998.

HALÉVY, J. P. “La Voz de Brasil”. In: **Patrimônio Mundial no Brasil.** 2. ed. Brasília: Unesco, Caixa Econômica Federal, 2002.

HERÉDIA, B. A.; GARCIA JR., A. R. “Trabalho Familiar e Campesinato”. **América Latina.** Rio de Janeiro, ano 14, n° 1-2, jan-jun 1971, pp. 10-20.

HERÉDIA, B.; GARCIA JR., A. R. **Mudanças e Continuidades na Família**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1994.

HERRERA, F.; DIÉGUES JR. M.; SILVA, B.. “Novas Fontes de Promoção da Cultura”. In: **Série Informação/Comunicação**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/ DAC, 1977.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1884.

HOBBSAWM, E. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOVENKAMP, H. *Der paneleiras van Goiabeiras: pannenmaaksters op de informele arbeidsmarkt in Vitoria, Brazilië. Doctoraalscriptie Culturele Antropologie en Sociologie der niet-westerse samenlevingen. Vrije Universiteit Amsterdam. Juni, 1992.*

IANNI, O. Tipos e Mitos do Pensamento Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17 nº49, junho/2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ARTE E CULTURA; MINISTÉRIO DA CULTURA. “Seminário folclore e cultura popular: as várias facetas de um debate”. In: **Série Encontros e Estudos I**. Rio de Janeiro: IBAC, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE FOLCLORE. **Atlas Folclórico do Brasil – Espírito Santo**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. In: CURY, I. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Edições do Patrimônio. 3ª edição. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Guia Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Índice cumulativo (1937-1990)*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. In: MOTTA; SILVA (orgs.). *Inventário de Identificação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2. ed. Brasília: Iphan, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*. Patrimônio Imaterial e Biodiversidade. n. 32, Brasília, DF: Iphan, 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. *Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil*. Brasília, DF: Iphan, CNFCP, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. "Ofício das Paneleiras de Goiabeiras". In: *Dossiê Iphan 3*. Brasília, DF: Iphan, 2006.

KUPER, A. *Cultura: a visão dos antropólogos*. São Paulo: Edusc, 2002.

LAGES, V. N. *et al.* **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Brasília: Sebrae/Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LESTOILE, B.; NEIGBURG, F.; SIGAUD, L. (orgs). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002.

LEVI, G. “Usos da Biografia”. In: MORAES, M. (org.). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e história. In: **Antropologia Estrutural II.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 4. ed. p. 328-366, 1993.

LIMA, Diana F. C. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar: Informação em Arte, um novo campo do saber.** Tese Doutorado em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO-IBICT, 2003.

LIMA, Ricardo G. **O Povo do Candeal: sentidos e percursos da louça de barro.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

MACEDO CASTRO, J. P. **Unesco – Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesse: uma pedagogia da democracia no Brasil.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/MN, 2005.

MAGALHÃES, A. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAGALHÃES, A. “Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 20, Rio de Janeiro: Iphan, 1984. p. 40-44.

MALHANO, C. E. S. M. B. **Da Materialização à Legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920 – 1945**. Rio de Janeiro: Lucerna/ Faperj, 2002.

MAUSS, M. “As técnicas do corpo”. “Ensaio sobre a dádiva”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAUSS, M. “*La Nación*”. In: **Sociedad y Ciencias Sociales**. Obras III, Barcelona: Barral, 1972 p. 275-327.

MAUSS, M. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1979.

MICELI, S. “Sphan: Refrigério da Cultura Oficial.” **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 22, Rio de Janeiro: IPHAN, 1987. p.44-55.

MICELI, S. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MICELI, S. **Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil: 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1979.

MICHELAT, G. “Sobre a utilização da entrevista não diretiva em Sociologia”. In: THIOLENT, M. (org.). **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. 3ª ed., São Paulo: editora Polis, 1982.

MINGO JR. N. **Goiabeiras**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

MOTTA, L; SILVA, M R. (orgs.). **Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NEIBURG, F. *et al.* **Dossiê Norbert Elias**. In: Leopoldo Waizbort (org.) 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

NETO, Joaquim Shiraishi (org.). **Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.

NEVES, G. S. **Folclore brasileiro: Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Fuanrte, 1978.

NOGUEIRA, A. G. R. **Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

OLIVEIRA, Ana. G. “A Experiência do Inventário Nacional de Referências Culturais na Cidade de Goiás”. **Revista Tempo Brasileiro**. Patrimônio Imaterial, n. 147, Rio de Janeiro: ed. Tempo Brasileiro, out.-dez., 2001, p. 29-44.

PACHECO, R. J. C. “Goiabeiras: terra de panela de barro”. In: **Cadernos de Etnografia e Folclore**, n. 5, Vitória, Espírito Santo, 1975.

PACHECO, R.; NEVES, L. G. S.. **Índice do Folclore Capixaba**. Vitória: Banestes, 1977.

PANDOLFI, D (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PEROTA, C. “As Paneleiras de Goiabeiras”. *Série Memória Viva*. Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

PONTES, H. “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleções Brasilianas’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

PRATS, L. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 1997.

RENAN, E. “*Qué és una Nación?*” In: BRAVO, A. F. (org). *La Invención de la Nación: lecturas de la identidad de berder a homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

REVEL, J. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.

REVISTA TEMPO BRASILEIRO. *Patrimônio Imaterial*. n. 147, Rio de Janeiro: ed. Tempo Brasileiro, out.-dez., 2001.

RIBEIRO, A M. *Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2000.

RIBEIRO, G. L.; TRAJANO FILHO, W. *O Campo da Antropologia no Brasil*. Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.

RICUPERO, B. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil, 1830-1870*. São Paulo: Livraria Ed. Martins Fontes, 2004.

RIVERS, W. H. R. “O Método Genealógico na Pesquisa Antropológica” (1910). In: **A Antropologia de Rivers**. Roberto Cardoso de Oliveira (org.). São Paulo: editora UNICAMP, 1991.

ROMERO, S. **Estudos Sobre a Poesia Popular do Brasil (1870-1880)**. Introdução, capítulos 1 e 2. Petrópolis, 1977 (1. Ed. 1888).

RUBINO, S. B. **As Fachadas da História**. Os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1937/1968. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1992.

SAHLINS, M. “O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. **Revista Mana**. v. 3, n. 1, 1998, p.41-73.

SAHLINS, M. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1974.

SANDRONI, C. “Mário de Andrade, Antropófago”. In: **Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate**. Instituto Nacional do Folclore, Coordenadoria de Estudos e pesquisas. Rio de Janeiro: IBAC, 1992.

SANT’ANNA, M. **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. 2. ed. Brasília: IPHAN, 2003.

SANTOS, M V. M. **O Tecido do Tempo: a ideia de Patrimônio Cultural no Brasil (1920-1970)**. Tese de Doutorado. Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, 1992.

SCHIAVO, S. **Sendas da Transição: descendentes de suíços em Nova Friburgo-RJ**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1997.

SCHWARTZMAN, S. *et al.* **Tempos de Capanema**. 1. ed. Editora da Universidade de São Paulo e Ed. Paz e Terra, 1984.

SEGALA, L. “Gautherot no Museu do Homem: museografia, etnografia, fotografia”. **O Olho Fotográfico de Marcel Gautherot**. São Paulo: FAAP, 2007.

SEGALA, L. **Ensaio das Luzes Sobre um Brasil Pitoresco: o projeto ortográfico de Victor Front**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social; Museu Nacional/UFRJ, 1998.

SEGALA, L. **O riscado do balão japonês: trabalho comunitário na Rocinha (1977-1982)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social; Museu Nacional/UFRJ, 1991.

SILVA, R. C. P. “Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o DecretoDecreto-lei nº 25/1937 e a Lei nº 3.924/1961”. **Revista de Arqueologia**. vol. 9. 1996, p. 11.

SIMÃO, L. M. “Os Mediadores do Patrimônio Imaterial”. In: **Sociedade e Cultura**. **Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais**. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFF, v.6, n.1 (jan/jun. 2003), 2005.

SIMÃO, L. M. **O Artista Popular em sua Sala: poética e política de exposição**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-

graduação em História da Cultura. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, L. G. “Produção de artesanato popular e identidade cultural”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, nº 19, 1984, p. 138-148.

STOCKING JR, G. *Race, Culture and Evolution: essays in the history of anthropology*. Chicago: *The University of Chicago Press*, 1982.

STEWART, S. **On Longing**. Narratives of the Miniature, the Gigantic, the Souvenir, the Collection. USA: The John Hopkins University Press, 1984.

TEIXEIRA, J. G. L. *et al.* **Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (Re)Tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB, 2004.

THIESSE, A-M. *La Création des Identités Nationales (Europe XVIII-XX Siècle)*. Paris: *Éditions du Seuil*, 1999.

THOMPSON, E. P. “*Folklore, Anthropology and Social History*” In: *The Indian Historical Review*, vol. III, nº2. 1977.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNESCO. *Third Session of the Intergovernmental Meeting of Experts on the Preliminary Draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Culture Heritage*. Paris: *Headquarters*, 2-14 June 2003.

VERON, E.; LAVESSEUR. M. *Ethnographie de L'exposition: l'espace, le corps e le sens*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1989.

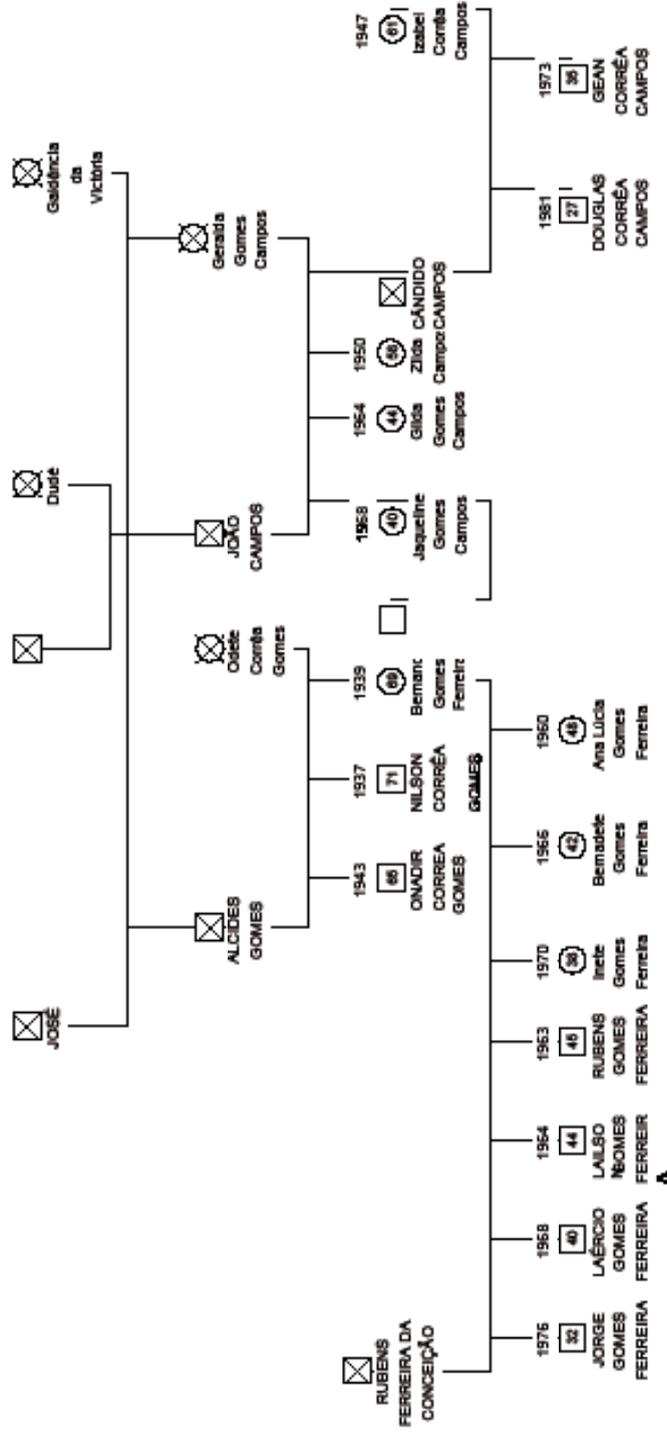
VEYNE, P. **O Inventário das Diferenças**. Lisboa: Gradiva, 1989.

VILHENA, L. R. **Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

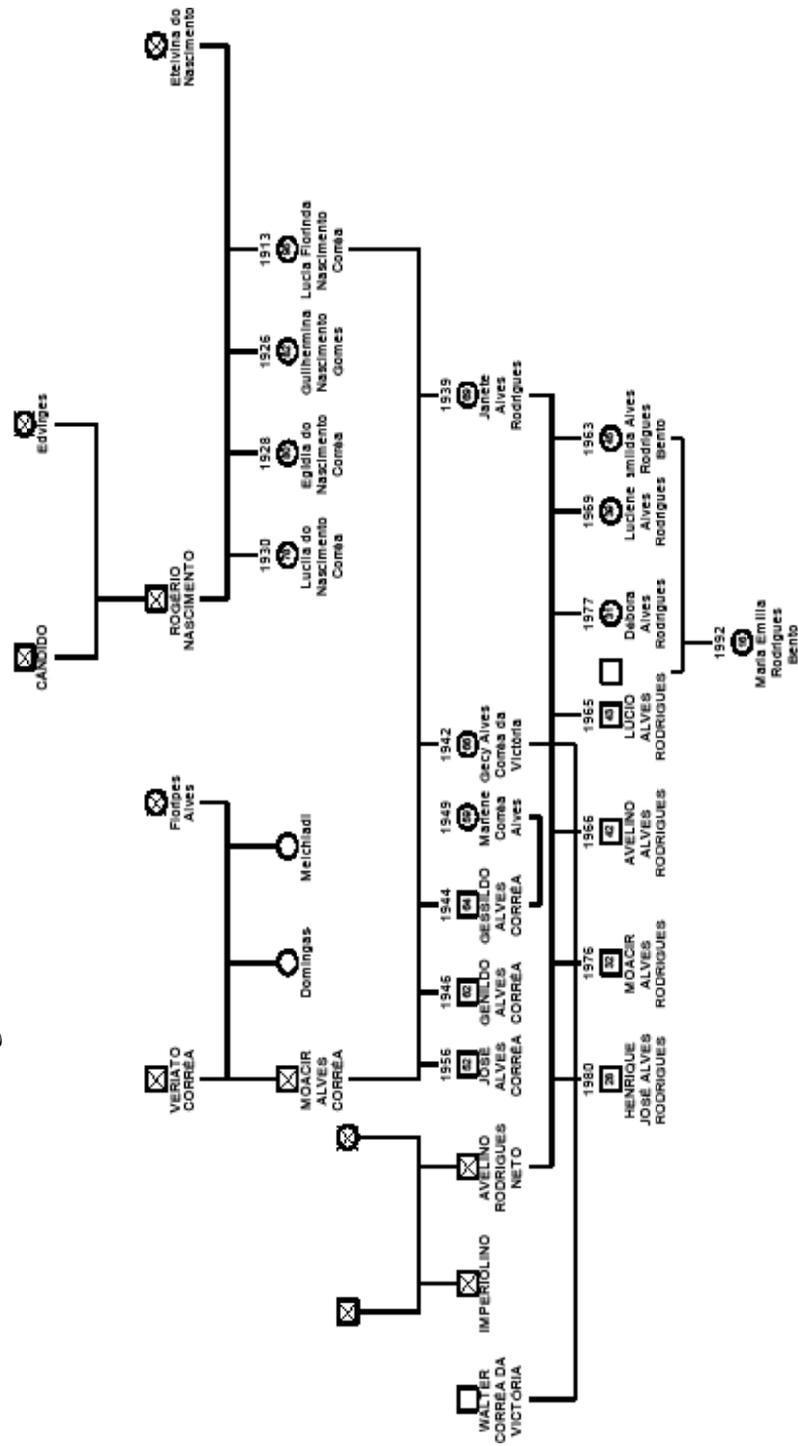
APÊNDICE

Genealogias dos Grupos familiares

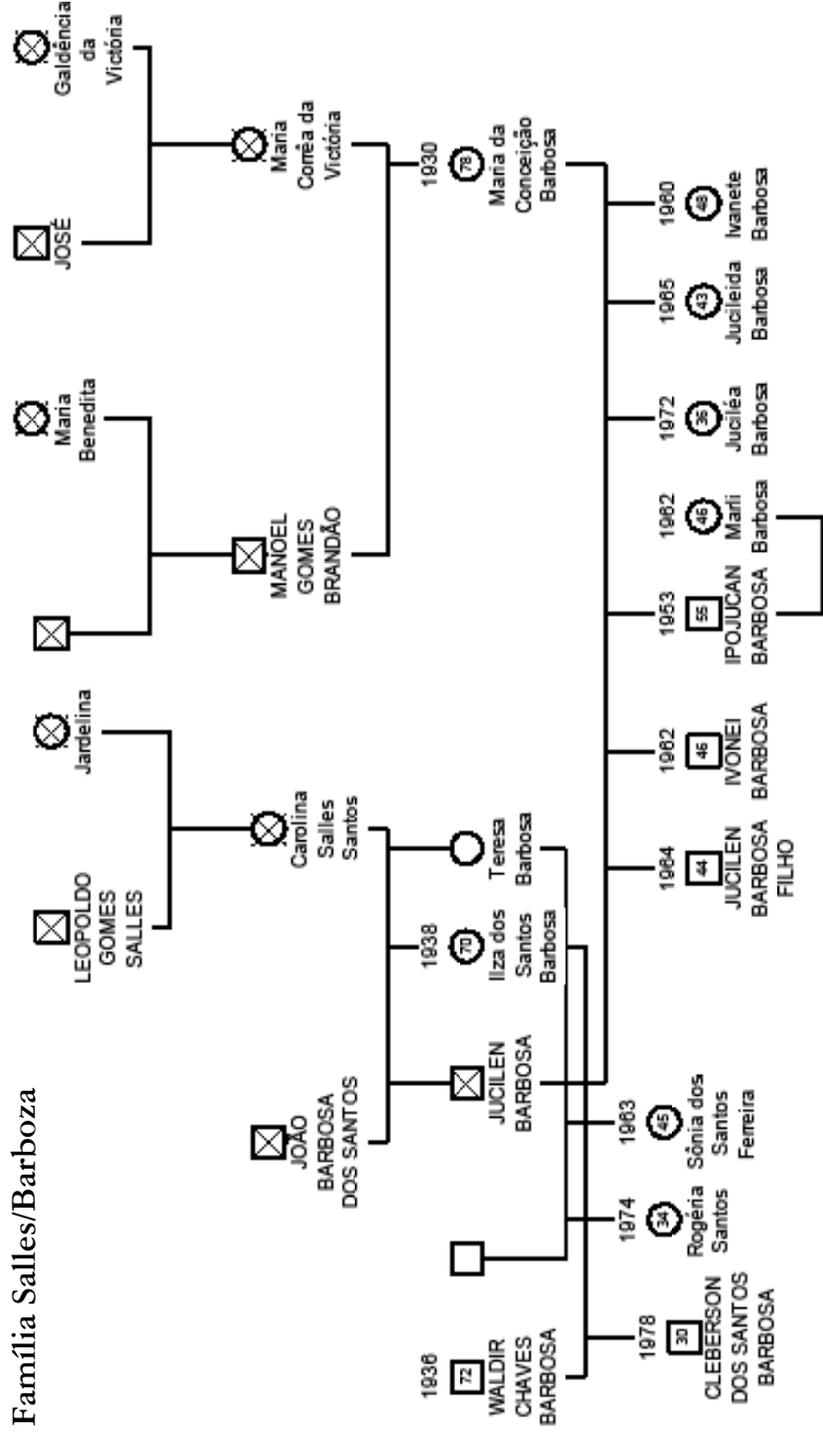
Família Gomes/Ferreira



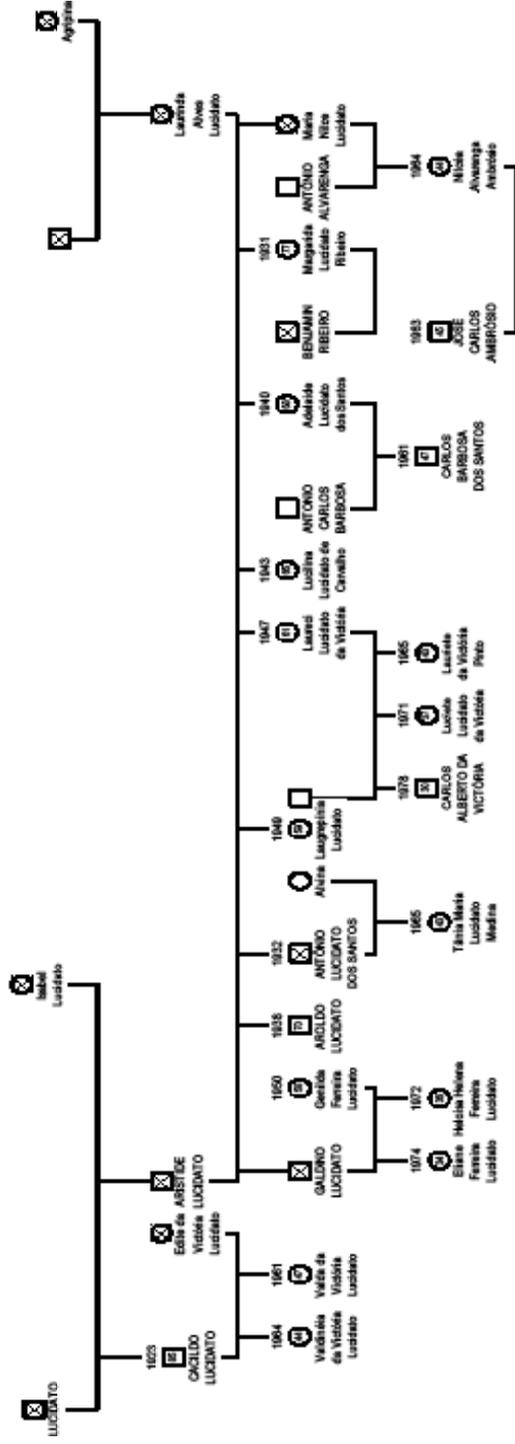
Família Nascimento/Rodrigues



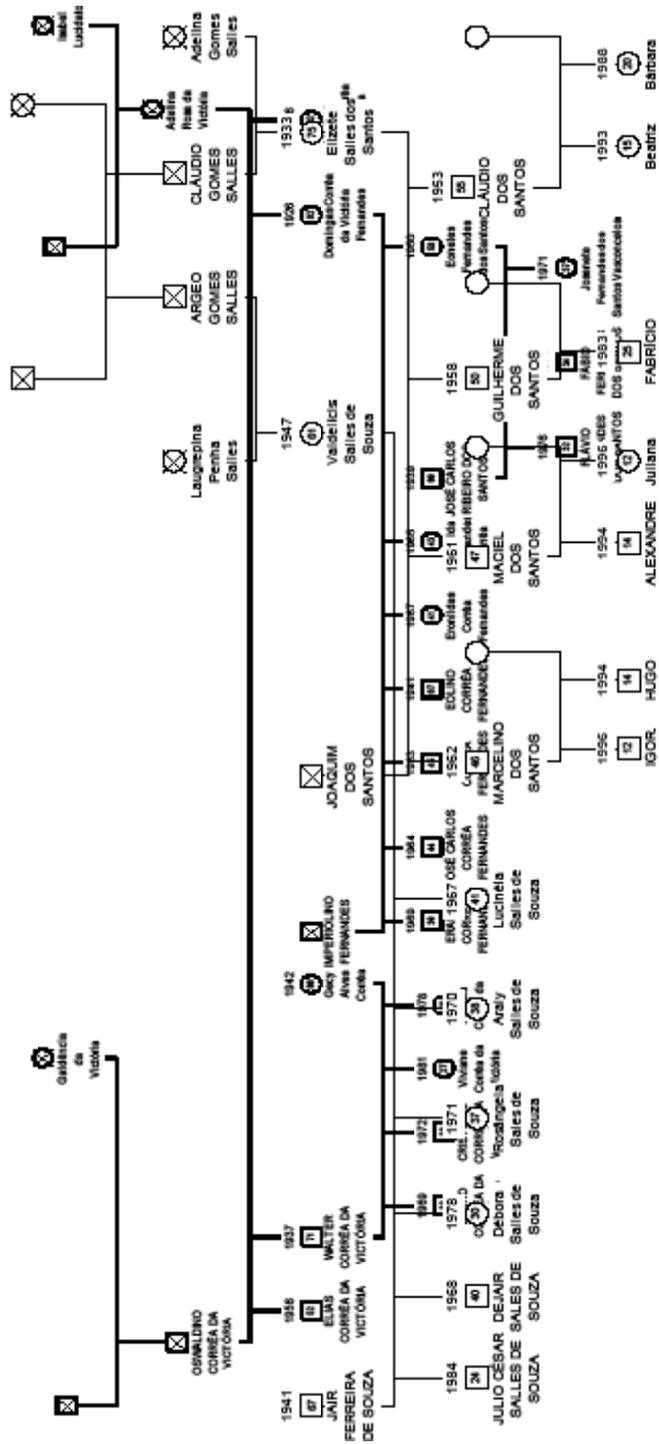
Família Salles/Barboza



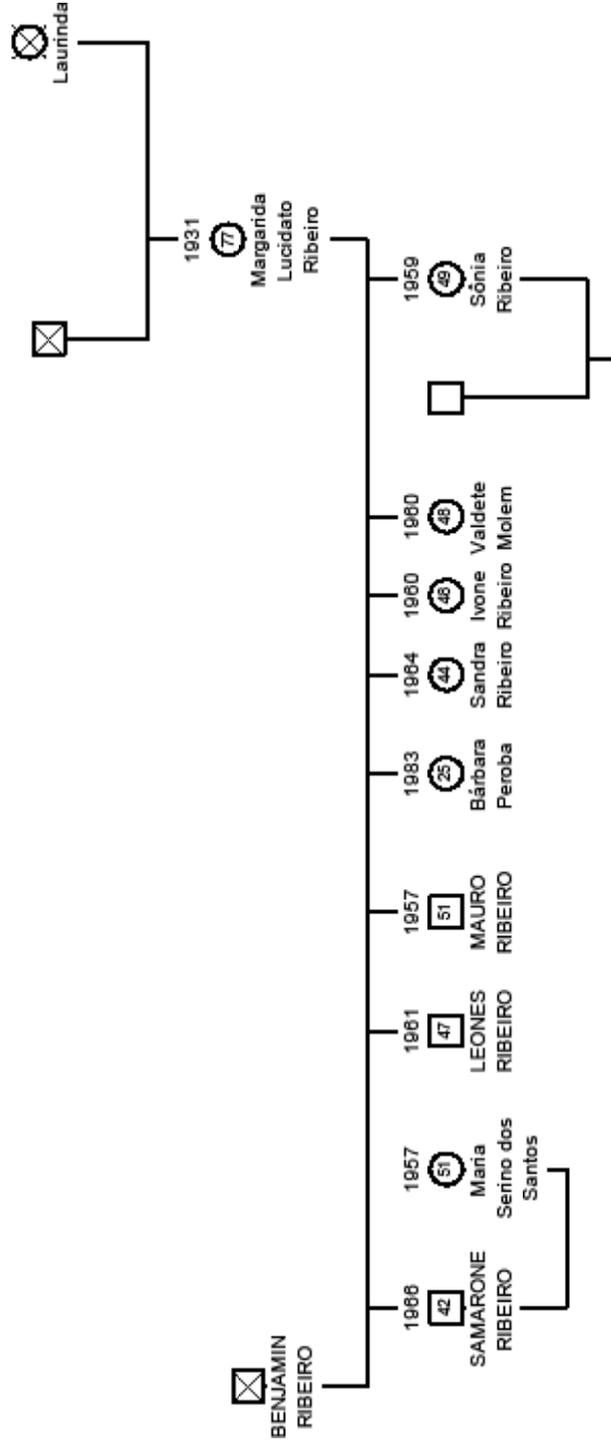
Família Lucidato



Família da Vitória/Fernandes



Família Ribeiro/Lucidato



Esse livro foi composto na tipologia Garamond 3 LT Std
e impresso em papel pólen 80g/m²,
na gráfica Sholna.